TRANSFORMAÇÕES NA VIDA CAMPONESA:

O SUDOESTE PARANAENSE

RICARDO ABRAMOVAY

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP).

Orientador: Braz José [illegible]

São Paulo, 1981

PARA YVONNE

Í N D I C E S

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	II
O TRABALHO DE CAMPO	VI
AGRADECIMENTOS	IX
CAPÍTULO I	
A ECONOMIA CABOCLA	2
MIGRANTES	7
PIONEIROS	10
OS RECURSOS DA FLORESTA	13
SISTEMAS DE POUSIO	16
PLANTANDO NA FLORESTA	20
O NOMADISMO CABOCLO	22
RELAÇÕES COM O MERCADO	24
O CABOCLO UM IMPREVIDENTE?	26
O TRABALHO COLETIVO	28
O FIM DA ECONOMIA CABOCLA	31
CAPÍTULO II	
A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA	34
AS RAÍZES DA MIGRAÇÃO	35
1957: BREVE HISTÓRIA	37
A OPOSIÇÃO AO CABOCLO	49
CONTRA O LATIFÚNDIO, EM NOME DA PROPRIEDADE	52

PÁGINA

CAPÍTULO III

UMA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA INACABADA 56

A MATA NÃO É MAIS DE TODOS 56

A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA 58

USO DO SOLO NO BRASIL MERIDIONAL 62

ADUBAÇÃO OU ROTAÇÃO DE TERRAS? 65

UTILIZAÇÃO DO SOLO NO SUDOESTE PARANAENSE 68

MEIOS DE TRABALHO 73

POLICULTURA-CRIAÇÃO: O BINÔMIO DA PROSPERIDADE 75

FATORES DE DECOMPOSIÇÃO 81

CAPÍTULO IV

A EXPLORAÇÃO NUM MUNDO HOMOGÊNEO 86

LIMITES À DIFERENCIAÇÃO SOCIAL 86

INDEPENDÊNCIA TÉCNICA 89

PROCESSO DE PRODUÇÃO VOLTADO PARA O CONSUMO 90

O PEQUENO COMÉRCIO 92

DESCENTRALIZAÇÃO 94

A DEPENDÊNCIA ESCAMOTEADA 95

LIMITES À DEPENDÊNCIA 98

O USURÁRIO 100

EXPLORAÇÃO DISSIMULADA 102

PÁGINA

CAPÍTULO V

UMA NOVA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA 105

A AUTARCIA EM DECLÍNIO 105

NOVAS TÉCNICAS NO SUDOESTE PARANAENSE 107

O FIM DA ROTAÇÃO DE TERRAS 108

A CIÊNCIA APLICADA À AGRICULTURA 110

PROGRESSO TÉCNICO E PRODUTIVIDADE 117

ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO 119

PRODUTIVIDADE NO SE/PR 121

CAMPESINATO E TRANSFORMAÇÃO TÉCNICA 123

ESPECIALIZAÇÃO E DECLÍNIO DA POLICULTURA 126

CAPÍTULO VI

O CAMPESINATO E A ATUAL POLÍTICA AGRÍCOLA 131

"FUNCIONALIDADE" DA PEQUENA PRODUÇÃO 132

CRÉDITO: GRANDES E PEQUENOS 134

DEMOCRACIA CREDITÍCIA? 140

CAPITAL USURÁRIO E CAPITAL BANCÁRIO 142

TECNOLOGIA E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO 144

POLÍTICA FUNDIÁRIA 146

LATIFÚNDIO: UM LIMITE 148

ATRASO E PROGRESSO 150

DIFERENCIAÇÃO SOCIAL 153

ENFIM A "CLASSE MÉDIA RURAL? 158

PÁGINA

CAPÍTULO VII

A UNIDADE CAMPONESA EM DECOMPOSIÇÃO 164

O CAPITALISMO AGRÁRIO 164

O CAMPESINATO 170

VENDER É O FUNDAMENTAL 176

DINHEIRO POR DINHEIRO 178

MEIOS DE PRODUÇÃO: CADA VEZ MAIS DISTANTES 181

A INTEGRAÇÃO CONTRATUAL 185

CAPÍTULO VIII

A EXTINÇÃO DO PEQUENO CAPITAL MERCANTIL E USURÁRIO 189

PENHOR AGRÍCOLA 191

PREÇOS MÍNIMOS 193

DUPLO MERCADO 195

CAPÍTULO IX

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E LUTAS CAMPONESAS 201

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E IMPERIALISMO 203

O CAPITAL BANCÁRIO 206

ALGUNS LUTAS 207

O PAPEL DA IGREJA 212

O CAPITAL INDUSTRIAL A MONTANTE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 215

PÁGINA

MÁQUINAS AGRÍCOLAS 219

SEMENTES 220

MATRIZES E REPRODUTORES 224

AGROQUÍMICA 225

RAÇÕES 227

O CAPITAL COMERCIAL E INDUSTRIAL A JUSANTE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 228

SOJA 230

ABATE DE ANIMAIS 234

FUMO 235

TRIGO 236

INDIVIDUALISMO E SOLIDARIEDADE 237

CAPÍTULO X

COOPERATIVISMO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA 239

COOPERATIVAS E BODEGAS 241

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL 242

CAPITAL COMERCIAL E CAPITAL INDUSTRIAL 244

A CLT DO COOPERATIVISMO 246

NA ORIGEM DO LUCRO 248

CAPITAL FINANCEIRO 250

CONCLUSÃO 253

O CAMPESINATO, A DEMOCRACIA E A LUTA CONTRA OS MONOPÓLIOS 253

A TENTATIVA DE COOPTAÇÃO 256

PÁGINA

UMA PERSPECTIVA DEFENSIVA 257

AS NACIONALIZAÇÕES 260

BIBLIOGRAFIA CITADA 265

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A sociologia rural no Brasil nos últimos anos está marcada pela reação a duas correntes teóricas que dominaram o estudo da questão agrária até meados da década de 1960. O "dualismo", primeiramente, não resistiu à prova dos fatos: a idéia de que o capitalismo só poderia se desenvolver eliminando da cena social os traços arcaicos que lhe eram anteriores mostrou-se tragicamente falsa. Mas - o que é frequente na luta de idéias - a reação ao dualismo manifestou-se, num primeiro momento, em seu simétrico inverso: em contraposição à idéia de que as relações "semi-feudais" eram dominantes no campo, demonstrava-se que, ao contrário, a grande maioria dos trabalhadores rurais era formada por assalariados (1).

Esta polaridade, evidentemente, tinha fôlego curto. Longe de optar por uma ou outra vertente, os estudos de sociologia rural no Brasil foram-se colocando novos problemas. Entre essas, a questão camponesa emerge como uma das mais importantes. Por que motivo o desenvolvimento do capitalismo no campo não conduziu, mesmo na maior parte dos países industrializados, à eliminação social do campesinato e sua substituição pela produção especificamente capitalista? Eis uma questão que, presente nas discussões sobre questão agrária desde o final do século passado, continua empolgante até hoje. Por mais que, como mostra Darcy Ribeiro (s/d), o campesinato tenha perdido muitos de seus traços tradicionais, é inegável o fato de que, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, a pequena produçao mercantil, assegurada fundamentalmente pela mão-de-obra familiar, é responsável por grande parte da oferta de produtos agrícolas. Sobrevivência do passado em vias de extinção? É muito difícil aceitar esta idéia quando se sabe que, num país como o Brasil, em muitas regiões, a maior parte dos pequenos estabelecimentos agrícolas foi criada nos últimos vinte ou trinta anos, acompanhando assim justamente o desenvolvimento capitalista.

---

(1) O principal expoente desta corrente foi Caio Prado Jr.

Entretanto, em contrapartida, estudar o campesinato apenas sob a ótica das funções presentes que ele pode desempenhar para a sociedade capitalista, parece-me uma ótica empobrecedora. O fato de os pequenos produtores rurais existirem e se moverem no quadro de uma sociedade capitalista, não impede que haja uma dinâmica camponesa, um movimento desta realidade que, determinada pelo mundo em que vive, não deixa por isso de possuir uma certa força própria. É neste sentido que Tepicht (1973) chega a falar em um modo de produção camponês: incrustrado nas formações sociais as mais diversas, o campesinato mostra em todas elas uma enorme flexibilidade, uma supreendente capacidade de adaptação. A existência ou não deste modo de produção campoês parace-me menos importante que a tentativa feita por Tepicht de aproximar, para o estudo da questão agrária, duas correntes aparentemente antagônicas: marxistas e populistas russos, cuja expressão teórica principal no que se refere à questão agrária é Alexander Chayanov: esta aproximançaõ permite que o campesinato não seja estudado apenas sob o apecto do seu devir, como uma categoria social cuja essência residiria no processo de eliminação a que está sujeita. Abandonar esta perspectiva evolucionista (que muitas vezes apresenta-se com uma roupagem marxista) significa tentar decifrar no estudo do campesinato a lógica econômica que rege a sua existência social. Dizer que, no fundo esta lógica é determinada pelo capital não é falso: é parcial, é uma verdade indeterminada. As determinações desta categoria social, o campesinato, não podem ser procuradas apenas no mundo que o cerca: é fundamental que se entre na sua intimidade, que se descubra como ele se organiza do ponto de vista econômico e social, como ele monta o seu sistema econômico. Não se trata apenas de ver como o camponês é explorado pela sociedade capitalista, mas também de que forma ele se reproduz no quadro desta exploração. Compreender a dinâmica das forças internas da unidade camponesa no quadro de sua inserção na sociedade capitalista parece-me a via mais fértil para o estudo da pequena produção agrícola. Não se trata de isolar o campesinato num suposto laboratório das catego-

rias sociais. Trata-se, isto sim, de encará-lo de frente, como realidade efetiva, como uma força viva que, tendo sua existência determinada em última análise pelo capital, não reage de maneira apenas passiva diante do movimento deste.

Uma tal perspectiva centrada na análise específica da dinâmica do campesinato no quadro da sociedade capitalista é ainda mais importante em função da enorme heterogeneidade que caracteriza a pequena produção agrícola no Brasil. O processo de diferenciação social dos produtores, próprio a qualquer sociedade capitalista vem se manifestando no Brasil de forma particularmente vigorosa e multifacética nos últimos anos. As variações regionais deste processo são enormes. No nosso caso, o do Sudoeste Paranaense, ele se baseou fundamentalmente na transformação da base técnica da economia camponesa, no sentido de converter o pequeno agricultor num consumidor de insumos e máquinas e num produtor de grandes safras a serem comercializadas pelos monopólios capitalistas que atuam na entrada e na saída do ciclo agrícola. Mas é preciso ter o cuidado de enxergar a floresta que está atrás da árvore: este processo de transformação técnica (que subverte os fundamentos mais ancestrais da vida camponesa) não atingiu a maioria do campesinato, nem no Sudoeste Paranaense, nem, muito menos, no Brasil. Ele se deu no quadro de uma diferenciação acelerada, gerando formas distintas e problemas sociais distintos na existência camponesa. É impossível compreender estas formas (e portanto os problemas sociais nelas embutidos) sem que se penetre no âmago da economia camponesa, sem que se compreenda a sua dinâmica interna.

O presente estudo pretende ser uma contribuição neste sentido. Acredito que a via mais fértil para a análise desta dinâmica camponesa seja a da <u>história agrária</u>, cuja base fundamental mas não exclusiva, é claro ao que me parece, é a história das técnicas de produção: não se trata, evidentemente, de uma descrição

dos instrumentos e dos métodos de trabalho em cada período histórico, embora esta descrição seja fundamental. O essencial é que, em cada época, os meios e as técnicas de trabalho, assim como as próprias relações com o mercado, formam um sistema, se inserem dentro de uma determinada lógica econômica. E aí, tão importante quanto os meios e as técnicas de trabalho é o próprio sistema de utilização do solo empregado em cada caso. A partir da leitura do livro de Ester Boserup (1970), pude perceber o quanto a questão dos sistemas de utilização do solo é importante no próprio estudo da economia camponesa: qual a relação entre áreas cultivadas, áreas dedicadas a pastagem e áreas em repouso? Qual as funções que as florestas e as capoeiras preenchem para a economia camponesa? Estas são questões sem cujo tratamento o campesinato transforma-se num epifenômeno, numa categoria social que se move apenas em função das forças que a cercam.

É basicamente enquanto produtor (e também, em parte, como consumidor) de mercadorias (e não como vendedor de força de trabalho) que o campesinato é explorado na sociedade capitalista. Mas sem compreender a fundo como se organiza seu sistema econômico, qual o regime de utilização do solo adotado, o que significa o emprego do arado sem a adubação animal nas plantações, em suma, sem o estudo do grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas nas quais se apóia a unidade de produção camponesa, perde-se a base material a partir da qual é explorado o trabalho do pequeno produtor.

Uma lei da história agrária, que aparece tanto em autores marxistas como não marxistas (Chayanov, Boserup) é a tendência à intensificação da produção rural, isto é, à maior aplicação de trabalho por unidade de área. Segundo Boserup, esta tendência não é específica à economia capitalista e acredito que esta sua conclusão é confirmada na obra de Marc Bloch (1968

quando este mostra que o delínio das áreas de pousio e de utilização coletiva na França vem, em algumas regiões, desde os séculos XI e XII. No estudo da história agrária do Sudoeste Paranaense pude encontrar esta tendência da época da ocupação cabocla até hoje. Ela é, de certa forma, o fio da história, aquilo que imprime um nexo à diversidade dos fatos sociais e econômicos aqui analisados.

Mas é claro que uma verdadeira história agrária não pode se limitar à história econômica: os costumes, as tradições étnicas e nacionais, a cultura de forma geral têm aí um papel de destaque. Este aspecto fundamental da questão não é abordado neste estudo. Optei por me concentrar na análise da evolução dos sistemas camponeses, tentando compreender, a partir daí, o universo social camponês de dado período histórico.

Apesar desse limite, espero que o processo histórico aqui estudado contribua para a compreensão de um fenômeno social e político dos dias atuais: como os setores do campesinato mais atingidos por esta revolução na base técnica da produção vivem sua atual condição social? Como reagem à exploração que sofrem? Quais os projetos que formulam diante destas reações? Aqui, o estudo da base histórica, do processo de transformação da economia camponesa é fundamental. Toda utopia, todo projeto de futuro, tende a se basear numa certa visão e mesmo numa idealização do passado. Sobretudo, num universo em que as transformações atuais são sentidas como despojamento, como processo de perda de identidade.

O TRABALHO DE CAMPO

É evidente que não percorri em minha pesquisa o Sudoeste Paranaense inteiro. Mas não posso dizer também que tenha me concentrado apenas em uma localidade ou um município. A pesquisa na qual se baseia este estudo foi realizada em colaboração com membros de uma instituição existente em Francisco Beltrão a Assesoar (Associação de Estudos e Orientação Rural, ver capitu

lo IX e Conclusão). Esta pesquisa foi feita simultaneamente no Sudoeste Paranaense e em outras regiões do País, no quadro de um convênio estabelecido entre a instituição em que trabalho, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) o Instituto de Alimentação e Nutrição (INAN) e a FINEP (entidade financiadora ligada ao BNDE). A pesquisa constou de quatro relatórios: um "survey" inicial, um sobre produção, um sobre comercialização e um relatório final.

A Assesoar e a Fase não são instituições de pesquisa, embora esta última tenha algumas equipes de pesquisadores apoiando seu trabalho. Ambas dedicam-se à assessoria e apoio à organização do movimento popular. A partir do contacto com os trabalhos da Assesoar passei a participar ativamente da assessoria da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, o que me possibilitou estar presente a uma série de encontros nos quais pequenos agricultores discutiam vários probelmas que abordo neste estudo.

Este quadro institucional no qual se realizou a pesquisa para este trabalho traz, a meu ver vantagens e inconvenientes. Comecemos pelos últimos que acredito serem menos relevantes: por mais que eu circulasse sozinho nos lugares onde ia, me apresentasse enquanto pesquisador, é impossível negar que minha visão das coisas e os próprios probelmas que me colocava estavam profundamente influenciados pelas pessoas com quem convivia em meu trabalho na região. E há certos problemas que alguém de fora vê melhor que uma pessoa submersa no dia a dia das atividades práticas. Cito um exemplo: no trabalho da Assesoar, falava se muito dos agricultores em geral, e não se tinha uma consciência clara de que, na realidade, as camadas mais pobres do campesinato não eram atingidas nem pelo trabalho da Assesoar nem pelo das comunidades eclesiais de base, para cuja ampliação no Sudoeste o apoio da Assesoar foi decisivo. Não era fácil, entrando na região "via Assesoar", se dar conta deste problema. Isto poderia ter-me levado a esquivar uma questão básica na região hoje que é a da diferenciação social camponesa.

Mas acredito que, apesar disso, as vantagens foram maiores que os inconvenientes. Entrevistar o agricultor em sua casa, isolado é muito importante para o conhecimento das formas como se produzia, da relação entre o homem e a terra, dos vínculos do agricultor com o mercado e de como ele está sentindo o atual processo de transformações. As entrevistas neste sentido foram inúmeras e nos mais diferentes municípios da região. Mas a participação em reuniões de agricultores, onde estes discutiam eles mesmos seus problemas, onde formulavam suas propostas, suas críticas, sua análise da situação atual e suas esperanças, davam vida, preenchiam aquilo que eu podia apenas suspeitar nas entrevistas individuais. Ambas foram fundamentais, sobretudo numa região em que a bibliografia histórica é extremamente escassa. Mas o convívio direto com os agricultores que me foi permitido pelo fato de eu trabalhar com a CPT foi seguramente o melhor trabalho de campo que eu poderia ter feito. Sem este convívio, teria sido impossível conversar com tantas pessoas, de regiões tão diferentes. Tenho dificuldade em conceber o estudo sociológico sem um certo convívio entre o pesquisador e a população que está sendo estudada. É algo como (para falar como Kant) o conceito sem a intuição.

É claro que muitas das questões aqui tratadas não me preocupavam quanto iniciei a pesquisa. O tema básico era, desde o início, a questão da reprodução do campesinato no interior da sociedade capitalista. Mas o objeto propriamente dito foi sendo construído no decorrer da própria pesquisa. A questão das técnicas de produção e dos regimes de utilização do solo (que ocupa neste trabalho um lugar de destaque) praticamente não aparecem nos relatórios da pesquisa acima mencionada (cf. Convênio FINEP/INAN/FASE, 1978 A, 1978 B, 1979 A, 1979 B). Neste sentido, os "questionários" empregados foram mudando em função dos próprios problemas novos colocados pelo desenvolvimento do trabalho e da pesquisa. Esta forma de trabalho só foi possível pela facilidade que eu tinha de, ao me deslocar para a região, esta-

belecer rapidamente um contacto com o setor social que estava estudando. Na medida em que este contacto foi muito importante para a pesquisa: utilizo amplamente o recurso da transcrição de entrevistas no decorrer deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é o resultado de um trabalho coletivo. Embora eu tenha coordenado a área do Sudoeste Paranaense, todos os passos da pesquisa e, sobretudo, todas as questões que a pesquisa levantava eram discutidos com meus colegas de trabalho na Fase. Foi um das experiências intelectuais mais estimulantes por que já passei. Felícia Andrade, Humberto Cunha, Jean Pierre Leroy, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Leilah Assumpção e Maria Emília Lisboa Pacheco deram contribuições de peso para a elaboração de grande parte das questões aqui colocadas. Embora tenha se incorporado a nossa equipe recentemente, José Ely Veiga ajudou-me de maneira decisiva para o aprofundamento do estudo histórico da base técnica da produção camponesa.

No quadro da pesquisa pude estabelecer contacto com membros da Assesoar em Francisco Beltrão, que participaram ativamente de todo o trabalho, desde as entrevistas, até a discussão de seus resultados. Sem a colaboração de Claudino Veronese, Osny Prim, do Pe. Ângelo Perim, de Amadeu Singer e do Pe. Luiz Basso, este trabalho teria sido literalmente impossível. Extendo meus agradecimentos ao pessoal da casa da Assesoar, sobretudo à Têre, onde sempre fui recebido não como hóspede, mas como amigo. Everlindo Hencklein esteve também ao meu lado em todos os passos da pesquisa, discutindo comigo, apresentando-me pessoas que poderiam me ajudar, fornecendo-me material, enfim, colaborando em todos os passos do trabalho. Sua contribuição foi para mim de grande valia. Os técnicos do IPARDES receberam-me sempre com a maior atenção. Vão aqui meus agradecimentos, nas pessoas de Maria de Lurdes Kleinke, Nadia Raggio e Claus Magno Germer. Os

agricultores do Sudoeste Paranaense com quem convivi durante este período deram uma ajuda insubstituível para que eu pudesse realizar este trabalho e quero aqui, na pessoa de Pedro Tonello agradecer a todos.

Bras José de Araujo acompanhou praticamente todos os passos do trabalho, lendo meus relatórios de pesquisa, discutindo-os comigo, apontando os defeitos e sempre pronto a ressaltar as qualidades. Nossa relação intelectual foi profundamente estimulante, ao longo destes últimos anos.

Este trabalho, sobretudo durante as últimas semanas de sua realização, limitou bastante a dedicação e o convívio com minha família. Pelo companheirismo, pela solidariedade nos momentos difícies e pela paciência, estou profundamente grato a Yvonne. Denise, Rodrigo e Marcos também souberam compreender as dificuldades que apareceram no período de conclusão deste trabalho que me retiraram também, em grande parte, do convívio com Pedro. A eles também sou muito grato. Não poderia deixar de mencionar ainda, o apoio à amigo de Júlio Notto.

CAPÍTULO I

A ECONOMIA CABOCLA

CAPÍTULO I

A ECONOMIA CABOCLA

Foram poucas as marcas que o território correspondente hoje ao Sudoeste Paranaense (1) gravou na História antes da década de 1940 (2). Com efeito até então, lá vivia "uma população cabocla, rarefeita, de modo precário, com miserável cultura de subsistência e sem a propriedade da terra que ocupava, como posseira, praticando suas queimadas e marchando sempre adiante logo que via a terra esgotada, despreocupada mesmo pela sua legalização" (Westphalen e outros, 1958, p.30).

---

(1) Microrregião homogênea 289, segundo a classificação do Censo Agropecuário. A atual microrregião Sudoeste Paranaense difere bastante do agrupamento no qual se baseou Padis (1981 B) para estudar a "região Sudoeste". O estudo de Padis foi escrito antes da publicação do Censo de 1970. Em 1960, a classificação do IBGE era totalmente diferente daquela que foi adotada a partir de 1970. Aquilo que Padis estuda como sendo a região Sudoeste compreende atualmente nada menos que seis microrregiões homogêneas. Os mapas 1, 2, 3 e 4 mostram a rápida formação de municípios do Sudoeste Paranaense a partir dos anos 1950 e o mapa 5 a situação atual da microrregião.

(2) Três fatos principais marcam a história da região até este período:

a) a disputa territorial entre Brasil e Argentina: uma boa parte do atual Sudoeste Paranaense passou a pertencer ao Brasil apenas a partir de 1895, após um arbitramento na disputa de terras, no qual o presidente norte-americano George Cleveland deu ganho de causa ao Brasil (Cleto, 1976, pp.83 e 84 Boutin 1974, p.43 e Wachowics, 1979 pp.216 e 217);

b) a Guerra de Contestado marcou outra disputa territorial envolvendo a região, desta vez entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. A questão só foi resolvida em 1916;

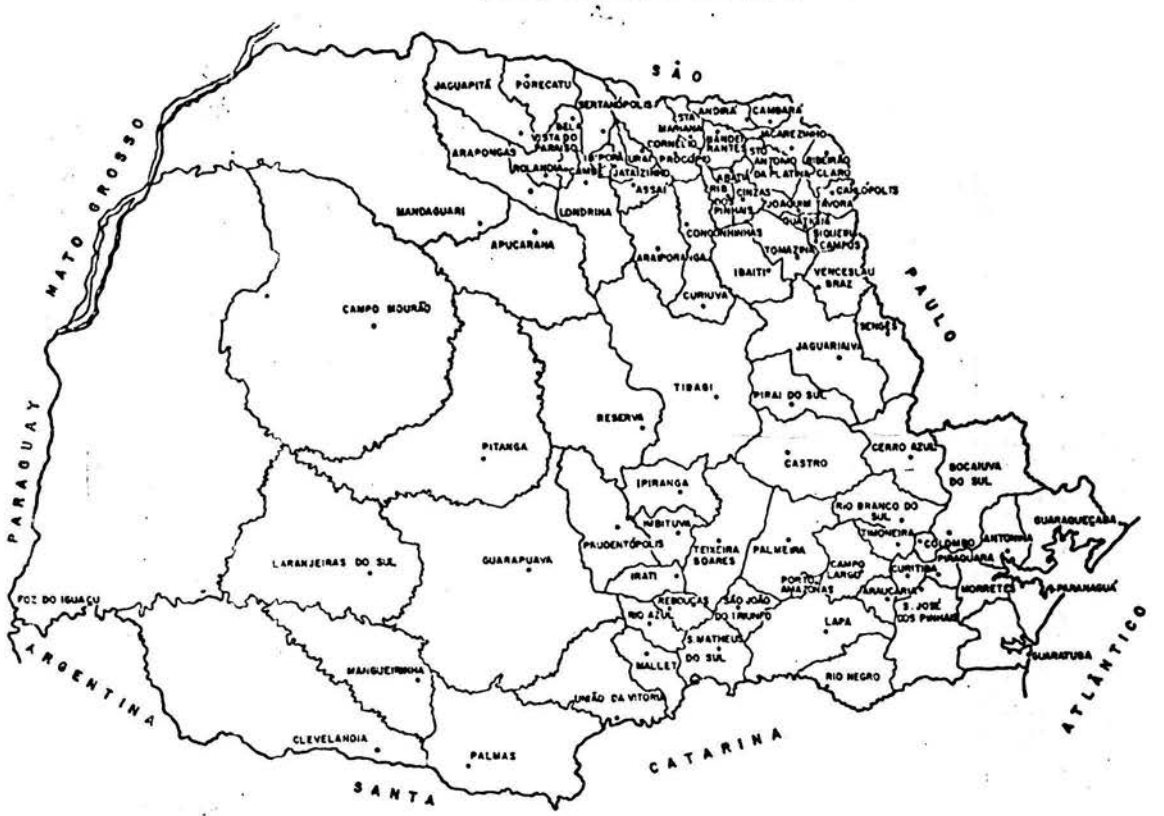
c) as três colônias militares que se instalaram na região até o fim do século passado (Chapecó e Chopim, 1822 e Iguaçu, 1889), embora traduzissem ao menos em parte, a preocupação de ocupar a terra através de uma economia camponesa, pouco fizeram neste sentido (Boutin, 1977, pp.34,35 e 37).

MAPA Nº 1 - O PARANÁ EM 1938



FONTE: Padis, 1981 B.

MAPA Nº 2 - O PARANÁ EM 1948



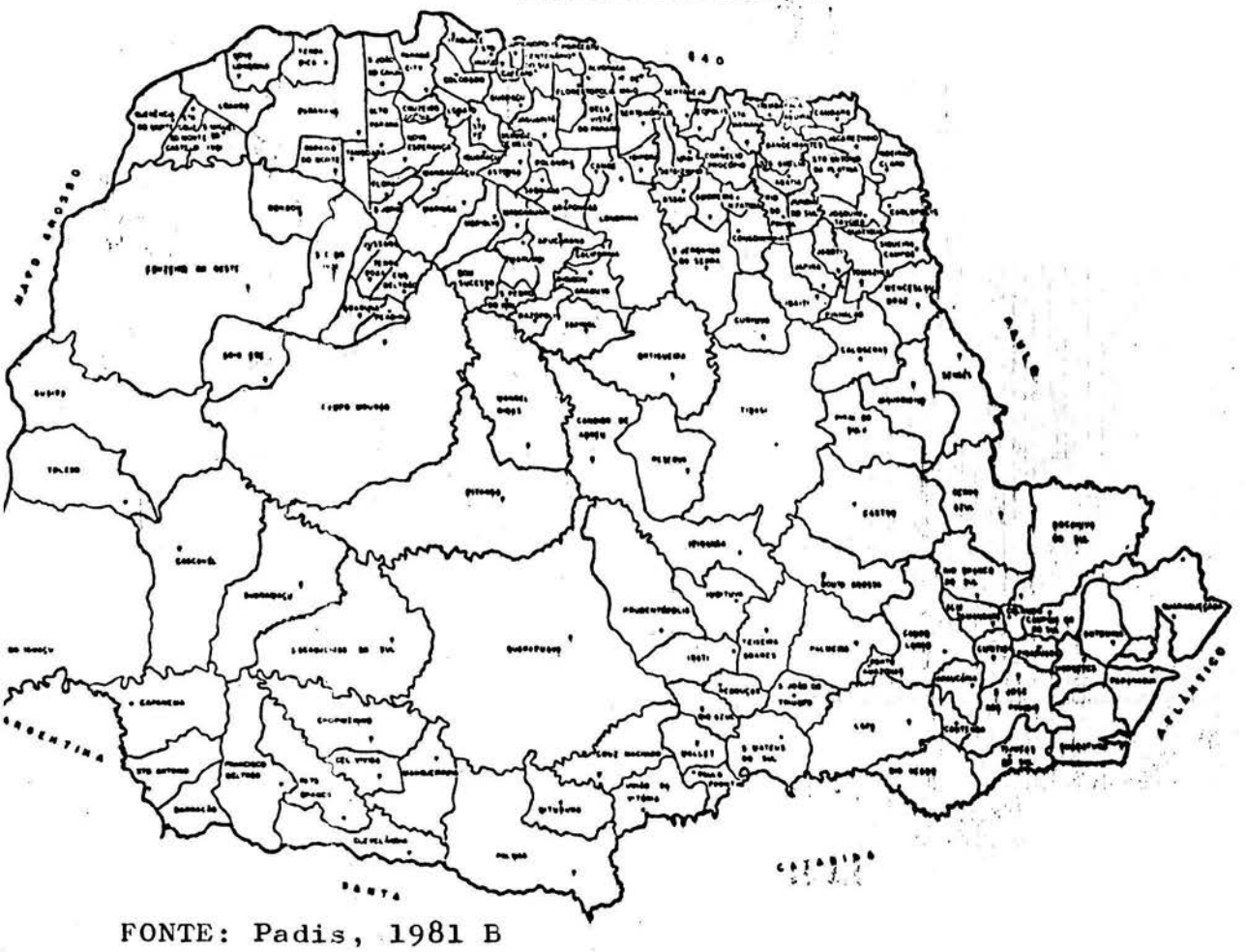
FONTE: Padis, 1981 B.

MAPA Nº 3 - O PARANÁ EM 1953



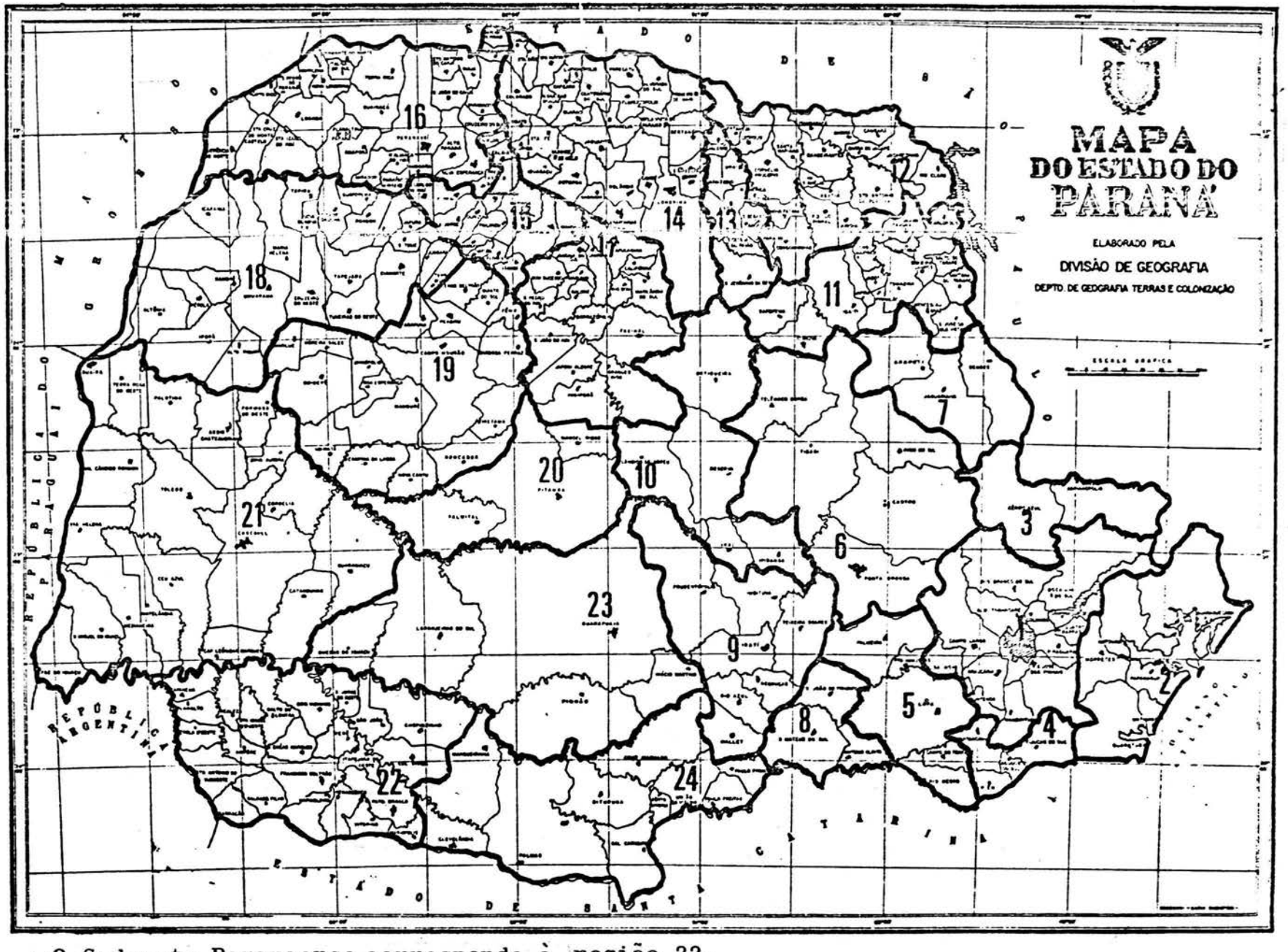
FONTE: Padis, 1981 B

MAPA Nº 4 - O PARANÁ EM 1956



FONTE: Padis, 1981 B

MAPA Nº 5 - MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - ESTADO DO PARANÁ



O Sudoeste Paranaense corresponde à região 22.

FONTE: Deral, 1977.

Estudar de modo mais sistemático a vida desta população é um objetivo que esbarra em inúmeras dificuldades. A documentação escrita reduz-se a alguns poucos relatórios de viagem e anotações dos comandantes das colônias militares fundadas na região durante o século XIX. Além disso, o período em que a população cabocla dominou de maneira quase exclusiva o Sudoeste Paranaense, não vai além de quarenta anos, tempo insuficiente para a constituição de uma civilização estável e duradoura que registrasse na paisagem marcas até hoje perceptíveis. Nesse sentido, a entrevista direta tanto com "caboclos" quanto com os "colonos" de origem européia que, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os sucederam a partir da década de 1940, além de alguns poucos estudos centrados sobre esta área (como os de Correa, 1970 A e 1970 B) estes serão o nosso principal material de trabalho.

Até o final dos anos 1940, o Sudoeste Paranaense era um "sertão bravo". Pouca gente o habitava e, como veremos adiante, a baixa densidade demográfica é uma das premissas necessárias ao funcionamento da economia cabocla (1). "Em 1900, segundo o Recenseamento daquele ano, a população de então vastíssimo Município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o Sudoeste Paranaense, era pouco superior a 3.000 habitantes" (Correa, 1970 A, p.88). Em 1920, a região contava com aproximadamente 6.000 habitantes "que perfaziam densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado (Correa, 1970 A, p.88).

---

(1) Não há, evidentemente, nenhuma relação de causa e efeito entre as características étnicas do caboclo e as formas econômicas que vamos estudar neste capítulo. Mas tanto para boa parte da literatura que trata destas formas econômicas, quanto para o próprio campesinato que ocupa hoje o Sudoeste Paranaense, o caboclo passou a ser o sinônimo de uma determinada maneira de viver, de certas relações sociais. Waibel (1949, p.181), por exemplo, afirma: "Especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucrainos tornaram-se verdadeiros "caboclos", gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas.". Cf. no mesmo sentido, Willens, 1980, pp. 236 a 248.

Em 1940, "a densidade demográfica regional era de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, quinze vezes menor que a estimada para 1967" (Correa, 1970 A, p. 87).

MIGRANTES

A maior parte desta população era formada por migrantes. Poucos foram os que nasceram na própria região. Os caboclos que numa "infiltração sorrateira" (Queiroz, 1977, p. 35) iniciaram o povoamento do Sudoeste Paranaense, vieram de três pontos distintos:

a) vários deles eram antigos "agregados" de fazendas de gado dos Campos de Palmas. A mão-de-obra empregada nestas fazendas era relativamente escassa, incapaz de absorver o próprio crescimento vegetativo da população (1). Parte desta população que o "sistema do latifúndio não mais comportava" foi ocupar o sertão do Sudoeste Paranaense, as matas virgens contíguas aos campos de Palmas;

b) Do Estado do Rio Grande do Sul partiu boa parte dos caboclos que iniciaram a ocupação do Sudoeste Paranaense. Em função da escassez numérica desta população, do fato de que seu deslocamento não caracteriza um processo migratório massivo, é impossível determinar com um mínimo de precisão os locais exatos de onde saem os caboclos gaúchos que se diri

(1) "Dispersa, porém pela grande propriedade ou nos confins da mesma, vivia uma população numerosa de agregados e posseiros que o sistema do latifúndio não mais comportava, praticando apenas uma lavoura de subsistência e criando alguns poucos aninais, em terra que não era sua. Tinham apenas a posse da terra, onde erguiam seus ranchos e realizavam suas roças, com o beneplácito do "coronel" fazendeiro e mesmo ao abrigo do compadrio que o regime paternalista instituíra" (Balhana e outros, 1969, p. 198).

gem do Paraná. Mas não há dúvida de que, ao menos em parte, eles foram afastados pela imigração européia que, a partir de 1824, chegou ao Rio Grande do Sul (1). Este deslocamento da população cabocla (que na maior parte das vezes não tem na propriedade a base jurídica da ocupação da terra) por um campesinato europeu (ou de origem européia), fortemente marcado pela tradição da propriedade parcelar, é um traço geral da política de colonização dirigida do Império (2). E, no essencial, esse traço permanece intacto até hoje, no sentido de que a política oficial de colonização dirigida repudia a posse e privilegia as formas de apropriação da terra sob cuja base podem erguer-se relações econômicas de caráter mercantil (3). Como veremos, essa oposição social entre colonos europeus (ou de origem européia) e caboclos vai aparecer também no Sudoeste Paranaense;

c) A Guerra do Contestado também forneceu ao sertão do Alto Iguaçu boa parte de sua população inicial. E na origem da guerra do Contestado encontra-se a política de colonização levada adiante por grandes grupos econômicos estrangeiros que desapropriavam os posseiros recorrendo, via de regra, à violência. Milhares foram os caboclos "expulsos das zonas onde se processava a colonização, e, neste caso, o melhor exemplo é fornecido pelo vale do rio Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atrevessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupados por uma população luso-brasileira" (Correa, 1970 A, p. 88). Trata-

---

(1) "Iniciada a colonização governamental não tardaram esses proprietários brasileiros em lotear e vender suas terras aos teutos que assim desalojavam, pouco a pouco, à medida que a colonização avançava mata adentro, os antigos moradores"(Willens, 1980, p. 71).

(2) Referindo-se a São Paulo no período imperial, Martins (1973, p. 179) afirma: "O colono simbolizava a implantação da propriedade privada da terra e a consequente liquidação do uso privado da terra comum por eles "(antigos posseiros). Willens (1980, p. 74) chega a dizer que "o desalojamento dos povoadores luso-brasileiros da área das matas parece obedecer a uma lei geral pois nas colônias mais recentes da "Serra" (bacia do Uruguai) esse processo de sucessão ecológica está se repetindo".

(3) Cf. Convênio FINEP/INAN/FASE, 1979 B, p. 83 a 86.

se, no caso, de uma companhia norte-americana, a Brazil Railway Company, parte de um grande truste conhecido como sindicato Farquhar (1). O próprio capitão Matos da Costa, designado pelo exército para proteger os serviços da Estrada de Ferro reconhecia: "A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, no seus direitos e na sua segurança" (Peixoto, 1916, p. 24). Mais importante que a própria expropriação em si mesma, foi a ruptura do universo no qual viviam os caboclos no vale do Rio Peixe: " o que havia começado, e muito concretamente, era a antinomia do sonho - o século do dinheiro, dos negócios e da violência crua" (Monteiro, 1974, p.31). Fugindo deste novo século - ou simplesmente da guerra - "num êxodo que tomou proporções colossais" (Cleto, 1976, p,60), milhares foram os caboclos que ganharam as matas do Alto do Iguaçu (2).

(1) "Em pouco tempo, a Brazil Railway, além da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaucha, geria a Sorocabana, possuía vultosos interesses na Paulista, na Mogiana e na Madeira-Mamoré, obtinha os direitos da Vitória Minas, dirigia a Port of Pará no extremo norte e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, dispunha de armazéns frigoríficos e industrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc, Esse truste era adminstrado no País por Percival Farquar... e era também conhecido por Sindicato Farguar (Queiros, 1977, pp. 69 e 70).

(2) As profecias de João Maria, monge curador que inspirou em grande parte a própria revolta, parecem estar presentes até hoje na população que participou do conflito. E ao menos para este velho "contestado" (como ele mesmo se definia) com quem conversei, o tempo não desmentiu as profecias do monge:

P* - "E o que o João Maria contou"?.

P** - "O João Maria disse que tudo isso que tá acontecendo ia acontecer-(Careza, fio não se entender com pai, pai com fio, os homens não entenderem mais. Tudo isso já passemo, ou num passemo? Os homens invade avião. O Brasil ia ser terminado pelos gafanhotos de aço. Ocê que tem teoria, o que é gafanhoto de aço"?

P - "Os aviões?

I - "Não senhore. Aquele corvo, os estrangero que entraram devorando todas as matas que tinha no Brasil. E' gafanhoto de aço ou não é? Os maquinário. Ele contou tudo isso, que o Brasil ia ficar pobre por causa disso".

* Pergunta

** Interlocutor - Em toda transcrição de entrevista esta será a nomenclatura adotada.

PIONEIROS

Ao contrário do que se imagina habitualmente, o que o caboclo mais buscava na floresta não era um refúgio. Apesar de sua aparente inospitalidade, a mata era o lugar mais propício para a sobrevivência da população cabocla, por dois motivos básicos:

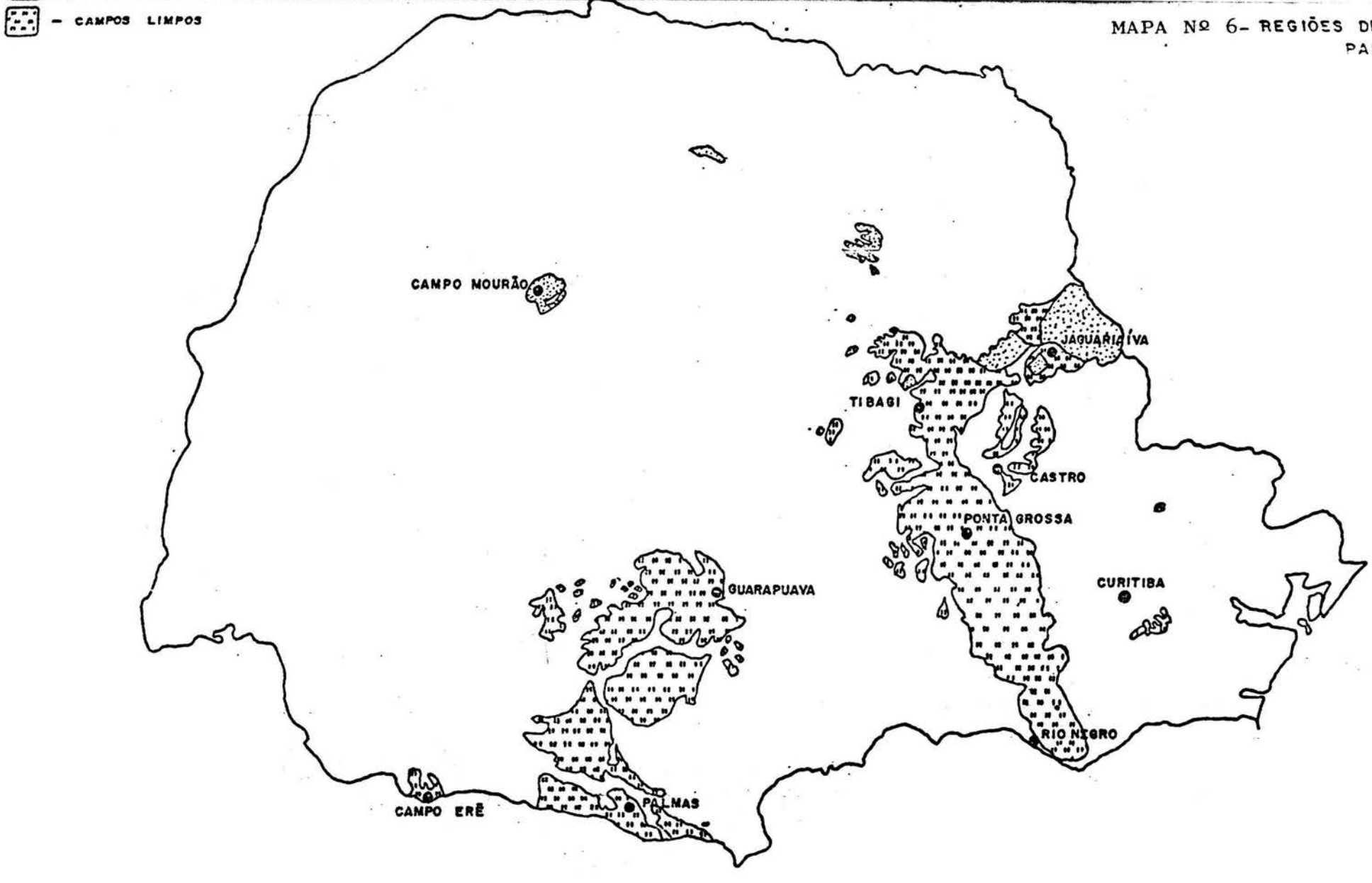
a) ao contrario dos campos ocupados pelo latifúndio pastoril, a floresta era uma terra livre (1), onde não existia a propriedade privada, fosse ela latifundiária ou familiar. Neste sentido, um dos traços mais marcantes da história do Brasil meridional é a oposição entre a mata e o campo, "dois mundos diferentes no Sul do Brasil" (Waibel, 1949, p.165). O latifúndio pastoril não enfrentava a mata, limitava-se às áreas de campo onde a atividade criatória podia ser desenvolvida (2). No caso do Sudoeste Paranaense, enquanto os campos de Palmas forem povoados a partir de 1840, (3), as florestas vizinhas permaneciam virgens no início do século, quando lentamente receberam a população cabocla.

---

(1) Até 1900, "o Sudoeste não tinha despertado o interesse de possíveis povoadores, em especial dos fazendeiros de gado da vizinha zona dos campos de Palmas. Esses fazendeiros, solidamente presos às áreas campestres, possuíam algumas fazendas na pequena área campestre conhecida como campo Erê, que no Sudoeste Paranaense abrange parte dos atuais municípios de Renascença e Marmeleiro, uma ou outra fazenda em terras de mata que permaneceram subutilizadas e logo foram vendidas ou doadas a diversas pessoas" (Correa, 1970 A, p. 88).

(2) "Baseada fundamentalmente no comércio de tropas muares e bovinas, a comunidade paranaense tradicional ocupou as regiões a isso apropriadas: toda a vasta área de campos naturais. A floresta foi o limite de sua expansão"(Balhana e outros;1979, pp. 86 e 87). As principais áreas de campos no Paraná podem ser localizadas no mapa 6.

(3) "A povoação de Palmas teve início em 1840. Em março de 1843, ella foi atacada pelos índios, que soffreram completa derrota depois de renhido combate. E com a submissão do selvagem, Palmas prosperou, havendo alli, já em 1844 nada menos de 37 fazendas bem cuidadas e com crescido número de animaes "(Ribeiro 1940, p. 77). Cf. também Queiroz, 1977, pp. 26 a 31).



MAPA Nº 6- REGIÕES DE CAMPOS
PARANÁ

FONTE: MAACK, REINHARD. GEOGRAFIA FÍSICA DO ESTADO DO PARANÁ.
in Codesul, 1976. CURITIBA, 1968.

Aquí é necessário salientar que não era enquanto proprietário - ou enquanto aspirante a tal condição - que o caboclo enfrentava esta mata virgem. Ele - diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam - se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum. A propriedade (real ou virtual) não era a premissa para a produção. Assim, ao chegar, o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou família seria soberano. O que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual. Mas a terra ela mesma não pertencia a ninguém (1);

b) Esse regime de apropriação fundiária não pode ser explicado apenas por fatores culturais ou ideológicos. Por maior que seja a influência da "herança indígena" sobre a população cabocla, ela não nos faz compreender por si só seu sistema de produção. Como mostrou Willens em seu interessante estudo sobre a "Aculturação dos Alemães no Brasil", estas heranças só se transmitem na medida em que são postas em prática (2). Portanto, mais importante do que esta herança, são as condições que permitem (ou não) a sua aplicação. São estas condições materiais que possibilitam ou impedem a manifestação de um determinado patrimônio cultural:

(1) Da mesma forma que não se precipita sobre um cartório para legitimar o seu direito sobre a terra na qual trabalha (já que este direito é dado pelo próprio trabalho e nos limites em que o trabalho é efetivamente exercido), o caboclo não tem a preocupação de registrar os filhos ou os mortos. Um antigo morador do município de Barracão falando a Hermógenes Lazier (Lazier, s/d, p. 45) sobre as atividades do pai, escrivão, relata: "No início o trabalho dele era muito difícil, aí por volta de 1915, porque o povo não queria registrar seus filhos. Eles achavam que se todo mundo sabia que os filhos eram deles, porque registrar então. O mesmo achavam das pessoas mortas. E julgavam que tudo aquilo era um exploração".

(2) "A perpetuação do patrimônio cultural é, em última análise, um problema de transmissão de gerações. É possível conservar, pela prática quotidiana, hábitos sanitários e tradições religiosas, por exemplo, mas é impossível perpetuar conhecimentos e técnicas agrícolas quando estas deixam de ser praticadas, pois nesta esfera toda transmissão se faz de maneira direta, pelo exemplo e pela imitação", (Willens, 1980, p. 241).

Neste sentido, da mesma forma que para as sociedades indígenas, a base material da economia cabocla reside na relação que uma população numericamente pouco expressiva estabelece com a mata virgem. As fontes de seu abastecimento alimentar, assim como as técnicas de sua produção explicam-se fundamentalmente por esta relação. Vejamos a questão mais de perto.

OS RECURSOS DA FLORESTA

Se o caboclo pudesse optar entre duas áreas desocupadas, uma de mata virgem e outra de campo, não há dúvida de que (a partir, bem entendido, das precárias condições técnicas de que dispunha) é em direção à primeira que sua escolha se inclinaria. É na mata e não nos campos que ele encontra as condições mais favoráveis a sua sobrevivência, por duas razões essenciais:

a) Grande parte de sua alimentação pode ser assegurada pela caça, pela pesca e pela coleta. A primeira característica da economia cabocla é justamente o papel relativamente secundário que as atividades agrícolas assumem em seu interior, em função das fontes de abastecimento existentes diretamente na mata. Seu consumo de proteínas animais não depende da criação, mas da caça e da pesca. E por maior que seja a perícia que estas atividades exigem (1) não há dúvida de que elas são asseguradas com uma quantidade muito menor de trabalho que as requeridas na agricultura ou na pecuária.

   Segundo Lazier (s/d, p.37), os habitantes da região, antes de 1940 "viviam mais de caça (tateto, porco do mato e veado), viviam maltrapilhos, mas se alimentavam muito bem". E, ao que tudo indica, a boa alimentação era um critério fundamental de riqueza, de situação material confortável, como explica este caboclo, lembrando-se dos primeiros anos de sua chegada ao Sudoeste Paranaense:

(1) Referindo-se, por exemplo, à apanha do mel, Sérgio Buarque de Holanda afirma: "É conhecida a agilidade e indústria com que ainda hoje nossa gente rústica sabe localizar, por exemplo, uma árvore de colmeia entre centenares de troncos" (Holanda, 1975, p. 47).

I - "Eu tava em casa. Disse a patroa pra mim bem cedo. Ói, dá um jeito num sar, num tenho sar prá temperar a panela. Digo, eu não vou. Eu vou matar um tateto. Peguei um cachorro por nome Piri e outro por nome Telo(1), e saí. Fui nos paió, matei quatro tateto e uma paca e curei uma abeia. Vortei rico prá casa - ou num vortei? Má vortei memo. Quanto de carne? Um tateto dá vinte quilo de carne. Uma paca daquela grandona também. Uma abeia gorda quanto de mér dá? Prá os doce, serve de açúcar. Vortei rico porque o conforto da casa eu truche que tava precisando, como é que num vortei rico"?

Portanto, é da mata que sai a riqueza do caboclo, as principais fontes de sua subsistência, assim como aquilo que, muito esporadicamente e em quantidades reduzidas, como veremos adiante, ele levava ao mercado. Ele nunca poderia encontrar toda esta riqueza nos campos abertos, a menos que ele próprio a criasse pelo trabalho agrícola e pastoril. Mas na mata, tudo isso já era dado, era só caçar, pescar e colher;

b) Mesmo para as atividades agrícolas, a floresta oferecia condições mais favoráveis ao caboclo. Pode parecer um paradoxo, mas (a partir de técnicas agrícolas rudimentares) o cultivo de uma floresta é muito mais fácil que o de um campo aberto. Boserup (1970, p. 18) mostra que a própria origem histórica das atividades agrícolas no neolítico está ligada às florestas e não aos campos: "...os estudos dos pólens e algumas outras pesquisas arqueológicas fazem pensar no uso universal, durante o período neolítico, de um sistema de cultura instalada sobre parcelas de florestas, sistema muito análogo, provavelmente, ao que praticam hoje

(1) Os nomes dos cães são em geral mencionados nos relatos de caçadas. Lazier(s/d, p.37) chega mesmo a mencionar compra de terra em que um cão de caça era usado como meio de pagamento. É claro que não se trata de compra da propriedade mas da posse, do "direito".

várias comunidades primitivas. Isto contradiz uma teoria mais antiga segundo a qual a cultura intensiva, nos fundos de vales, teria precedido a cultura desenvolvida em detrimento da floresta. Esta teoria parece estar fundamentada sobre a idéia de que o solo florestal apresentava excessivas dificuldades a povoações muito primitivas. Mas isto é ignorar que o procedimento empregado para abrir uma clareira na floresta não era a derrubada, mas o fogo..."

O estágio do desenvolvimento técnico atingido pelos caboclos aproxima-os bastante destas "povoações muito primitivas" às quais se refere Boserup em seu interessantíssimo livro. Da mesma forma que para elas, o fogo era o principal meio que tinha o caboclo para enfrentar a floresta (1).

O fogo significa, em primeiro lugar, economia de trabalho no desmatamento. Mas a esta função estão associadas outras ainda mais importantes. As cinzas da queimada sobre a terra são um excelente fertilizante para cuja produção não é despendido trabalho nenhum além daquele da própria queimada. O cultivo sendo feito diretamente sobre as cinzas da floresta queimada, não é necessário nenhum trabalho de aração ou preparação do solo: outra economia significativa de trabalho. Sobre as cinzas de um terra virgem não há ervas daninhas numa quantidade suficiente que prejudique o desenvolvimento da plantação. O trabalho de limpeza do terreno também é dispensado (2). Um caboclo explica as vantagens do plantio na mata queimada:

---

(1) "A destruição da 'cobertura viva' é o primeiro ato da vida agrícola, com exceção para os gramados do andar alpino, diretamente utilizados pelos rebanhos. O fogo é quase sempre e quase em todos os lugares o elemento precursor da valorização" (Bertrand, 1975, p. 60).

(2) "Após a queimada de uma verdadeira floresta, a terra parece móvel e sem ervas daninhas; não é necessário portanto de nela se passar a enxada"(Boserup), 1970, p. 31).

P - "Naquela época, como é que se trabalhava a terra: já usava arado"?

I - "Não"

P - "Hoje usa"?

I - "Hoje eu uso. Hoje todo mundo tem que usar arado. Senão como é que vai fazer nessas terra inçada (tomada por ervas daninhas - R.A.), o mato mata toda a planta".

I - "É só foice e machado".

P - E dava bem"?

I - "Opa! Dava muito melhor que o arado. Porque aí ocê faz, vamo dizer, uma roça de mato, derruba o mato, queima, pranta, o mato não tem que limpar"

SISTEMAS DE POUSIO

Na maior parte das vezes, o uso do fogo na agricultura é a expressão de um sistema de rotação de terras. Ou seja, a uma área plantada deve corresponder uma área de pousio (ou de alqueive) onde a terra recuperará suas forças para ser cultivada posteriormente. Quanto a produtividade da área plantada começa a cair, ela é deixada em repouso e passa-se a cultivar na área anteriormente em pousio. É a esta sucessão contínua entre terras plantadas e terras em repouso que se dá o nome de rotação de terras. Este é o método mais primitivo (mas ainda largamente em uso na agricultura contemporânea) para a conservação da fertilidade do solo.

A rotação de terras e o emprego do fogo na derrubada das áreas de pousio eram a base técnica fundamental da maior parte das

atividades agrícolas no Brasil durante o período colonial (1).

O fogo como meio de desbravamento e como técnica de fertilização é característico das civilizações rurais as mais diversas, podendo ser encontrado tanto entre as que não conhecem sequer a enxada, quanto entre as que empregam o arado a tração animal. Na realidade, como mostra Boserup, é impossível compreender um sistema agrícola com base apenas no estudo de seus meios de produção. Uma das teses centrais de seu livro é a de que as forças produtivas na agricultura que não utiliza insumos industriais se desenvolvem em função das mudanças naquilo que ela chama de "sistemas de utilização do solo" (p. 15), que consiste, em suma, na relação entre áreas de repouso e áreas de plantio. Os sistemas de utilização do solo evoluem em intensidade (isto é na extensão das terras cultivadas relativamente às áreas em repouso e na quantidade de vezes em que as terras são efetivamente cultivadas) de maneira diretamente proporcional ao crescimento demográfico. Para entender melhor a questão vejamos como Boserup classifica os diversos sistemas de utilizanção do solo (2).

---

(1) "Geralmente, se fazem as lavouras pelas terras de mato que cortam e queimam, e a este respeito chamam roças que, sem mais benefícios que o referido, produzem os mantimentos com pasmoso excesso ao que nesses reinos se colhe... Na mesma roça, em que semeiam este ano, o não fazem para o seguinte, mas derrubam e queimam novo mato". Quanto à primeira roça, esperam que "tenham crescido novas árvores e lenhas para se tornarem a queimar (Cartas do Capitão General Pimentel ao Rei - 1730 - Ms. do Arquivo. Col. de Lisboa Fotocópia do I.H.G.E. Paranaense, doc. nº 547, apud Balhara e outros, 1969, p. 89). No mesmo sentido, Saint Hilaire relata, referindo-se aos Campos Gerais, no Paraná: "O sistema de agricultura geralmente adotado pelos colonos da região é o mesmo em uso em todo o Brasil. Como ocorre em Minas, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Goiás, as matas são derrubadas e queimadas, sendo feita a semeadura sobre as suas cinzas" (1978, p. 23).

(2) Esta classificação é citada por Singer, 1970, p. 95

a) Pousio Florestal: "Segundo este sistema, trechos de floresta são clareados cada ano e semeados ou plantados durante um ou dois anos. Após o que, a terra é deixada em descanso durante o lapso necessário à reconstituição da floresta, ou seja, ao menos vinte ou vinte e cinco anos". (p. 15). Esta floresta é chamada floresta secundária, por oposição à foresta virgem ou primária;

b) Pousio arbustivo: (alqueive de seis a dez anos): "Nenhuma floresta verdadeira pode se desenvolver num intervalo tão breve, mas a terra deixada em repouso se cobre de arbustos e, às vezes, de pequenas árvores. Os períodos de cultura ininterrupta sobre a mesma parcela variam consideravelmente; muito curtas (um a dois anos como no pousio florestal), ou tão longas quanto o período de pousio, isto é, seis a oito anos" (p. 16);

c) Pousio curto (alqueive de um a dois anos): "período muito curto para que a terra em repouso possa ser invadida por outra coisa senão por ervas selvagens, no momento em que o cultivador vai trabalhá-la novamente" (p. 16);

d) Colheita anual: "Normalmente, não se fala neste caso de sistema de pousio, mas pode-se entretanto classificá-lo nesta categoria pois, de fato, a terra é deixada em repouso geralmente durante muitos meses entre o momento da colheita e da semeação ou plantio. Este grupo inclui os sistemas de rotação anual nos quais uma ou muitas das culturas que se sucedem consistem em grama semeada ou outra planta forrageira (p. 16).

e) Colheita múltipla: "É o mais intensivo dos sistemas de utilização do solo, pois a mesma parcela comporta cada ano duas colheitas sucessivas ou mais. A nova plantação deve seguir de perto a colheita precedente e o período de repouso é curto ou mesmo negligenciável" (p.17).

Esta sequência (1) corresponde,na opinião de Boserup, a uma ordem histórica: o crescimento demográfico conduz, gradativamente, à redução do tempo e da área de pousio, o que provoca a descoberta de técnicas e meios de produção mais adequados às novas condições em que se exercem as atividades agrícolas.Não nos interessa aqui discutir se é ou não procedente a relação causal que a Autora estabelece entre crescimento demográfico e sistemas de utilização do solo (2). O que nos importa são dois aspectos básicos: em primeiro lugar a própria idéia de "sistema de utilização do solo", o fato de que, no estudo de uma civilização agrícola, tão importante quanto os meios de trabalho utilizados pelos produtores é a relação que estes estabelecem entre áreas de pousio e áreas efetivamente cultivadas ou de pastagem.

Além disso, o que é relevante também para nós, é que esta relação entre áreas utilizadas e áreas em repouso tende a uma intensificação permanente, como mostra Boserup. Tão importantes quanto os diferentes regimes de propriedade, os diferentes meios de trabalho empregados na agricultura e as diversas relações que mantêm os agricultores com o mercado através do tempo, é a evolução nos sistemas de utilização do solo. Como veremos nos próximos capítulos, sob este aspecto, o desenvolvimento histórico foi nítido no que se refere à pequena produção no Sudoeste Paranaense.

---

(1) Permito-me citar de maneira tão extensa o raciocinio de Boserup, pelo fato de seu livro não ser, ainda, traduzido para o português, apesar de fundamental para qualquer estudo histórico sobre a agricultura. Felizmente, esta lacuna será preenchida pela Hucitec.

(2) O livro de Boserup é antes de tudo anti-malthusiano. Um de seus objetivos é o de justamente rebater a idéia de que o crescimento populacional é limitado pelo desenvolvimento agrícola. O que ela tenta mostrar, ao contrário, é que o desenvolvimento agrícola é impulsionado pelo crescimento populacional. Convém frisar que todo o seu raciocínio baseia-se na hipótese de que a agricultura não utiliza insumos industriais.

PLANTANDO NA FLORESTA

Pelas informações de que dispomos, podemos dizer que o sistema de utilização do solo dos caboclos corresponde àquilo que Boserup chama de pousio florestal. Mas é provável que, na sua maioria, os caboclos tenham plantado só na mata virgem. Antes da chegada dos colonos descendentes de europeus à região, a partir da década de 1940, a quantidade de terras disponíveis era suficientemente grande e a população suficientemente reduzida para que o caboclo seguisse sempre em busca de novas terras após um ou dois anos da abertura de uma clareira. E ao que tudo indica, a maior parte da área era constituída de terra virgem quando os colonos lá chegaram. Portanto a floresta secundária foi poucas vezes empregada pelo caboclo. Se o afluxo dos migrantes de origem européia à região tivesse ocorrido algumas décadas depois, não há dúvida de que a floresta secundária, as capoeiras, teriam cumprido seu papel de pousio de ciclo prolongado.

Este curto período lembra muito àquilo que, referindo-se a outras sociedades e a outras épocas históricas, Bertrand (1975 , p. 106) chamou de "o tempo das clareiras: o espaço cultivado, pouco extenso e compartimentado mal se distingue do meio natural. Os agro-sistemas incipientes são dominados pelos eco-sistemas naturais que os cercam. É a única época onde as sociedades camponesas tiveram que lutar contra a natureza no sentido estrito".

Bertrand refere-se aqui à longa fase que vai dos primeiros desmatamentos neolíticos até o fim da alta Idade Média. É claro que no nosso caso, os meios desta luta contra a natureza eram mais evoluídos, nem que seja apenas pelo fato de que o caboclo caçava com armas de fogo. Mas do ponto de vista das atividades agrícolas, a diferença não era provavelmente tão sensível. Entre os caboclos, muitos não empregavam sequer a enxada.

O plantio era feito com a ajuda do "xuxo" (como se diz na região), isto é o chuço, uma cavadeira de pau (1), o que era possível, já que se cultivava sobre as cinzas da queimada. Foice e machado eram também instrumentos indispensáveis para quem vivia na floresta.

Da mesma forma que no "tempo das clareiras", o espaço cultivado era reduzido. Um pequeno produtor de fumo de Pérola d'Oeste, descendente de caboclos explica:

I - "Então quando você falava em se plantar aqui no Paraná, se plantava duas quadras de feijão, prá nós é um absurdo se plantar isso. A gente costumava plantar aos quilos. Se plantava muitas vezes um quilo de milho, litro, como se dizia naquele tempo, se plantava um litro de milho, um canecão de amendoim, mais um canecão de arroz, era safra às veiz pra oito, dez famílias prá comer.

Mas além destes produtos, a mandioca tinha um lugar de destaque na alimentação dos caboclos. Influência indígena? Em parte sim, como mostra Gilberto Freyre(2). Más é importante notar que com o sistema de pousio florestal, uma família que produz e consome sobretudo tubérculos, só precisa de uma pequena superfície para assegurar sua alimentação de base. Um autor citado por Boserup (3) exemplifica esta idéia: "Um acre plantado com inhame pode alimentar uma família de cinco pessoas durante um ano, enquanto que o produto de um acre de cereais cultivados na África é geralmente insuficiente para per

(1) "O único instrumento agrícola que continuou generalizado entre os colonos foi a cavadeira de pau ou chuço, quando muito a enxada e a foice" escreve Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se ao Brasil colonial. (Holanda, 1975, p.246).

(2) "Foi completa a vitória do complexo indígena da mandioca sobre o trigo: tornou-se a base do regime alimentar do colonizado (é pena que sem se avantajar ao trigo em valor nutritivo e em digestibilidade)" (Freyre, 1978, p.121).

(3) Lord Haley - An African Survey - Londres 1957, p. 869.

mitir a subsistência de duas pessoas durante o mesmo tempo" (apud. Boserup, 1970, p.46). A mandioca em suma tem a vantagem de fornecer mais calorias por hectare embora seja menos proteica que os cereais, como mostra Gilberto Freyre.

Como veremos nos próximos capítulos, para os colonos de origem européia, a mandioca era sobretudo fonte de alimentação animal, a subsistência humana baseando-se fundamentalmente nos cereais e nas proteínas dos animais de criação.

O NOMADISMO CABOCLO

Vimos acima que o caboclo não tinha na propriedade parcelar a base da apropriação da terra. O estudo de seu sistema de utilização do solo nos permite compreender as razões materiais deste fato. Encontrando proteínas animais e boa parte de sua alimentação vegetal através da caça, da pesca e da coleta, tendo condições de praticar na mata uma agricultura cujos frutos eram obtidos com uma quantidade relativamente pequena de trabalho, seria incompreensível que ele utilizasse de outra forma a terra.

Tanto mais que a produtividade de seu trabalho era muito alta pelo fato de ele plantar quase sempre sobre terras virgens. O rendimento de seu trabalho era, inclusive, seguramente maior que a produtividade dos colonos que, empregando um outro sistema de utilização do solo, obrigavam-se a recorrer ao arado. Boserup explica: "Admite-se geralmente que a produção por hora de trabalho humano aumenta muito quando o arado é introduzido numa coletividade dada, no lugar dos métodos utilizados até lá, em sistema de longo pousio. Trata-se entretanto de uma generalização perigosa... É uma dura labuta, para o homem e o animal lavrar com esta ferramenta primitiva! E o camponês deverá ter o cuidado de tratar seus animais! A menos que ele disponha de um grande rebanho de animais domésticos e consagre muito tempo a coletar seu estrume, preparar compostos e

espalhá-los cuidadosamente nos campos, é provável que ele obterá com o pousio curto ou a colheita anual um rendimento por hectare inferior àquele que ele obteria sobre o mesmo solo com um sistema de pousio florestal" (pp. 45 e 46).,

É a partir deste sistema de utilização do solo (que não inclui apenas a agricultura mas sobretudo a caça, a pesca e a coleta), determinado pela relação que uma população numericamente pouco expressiva mantém com a floresta virgem, que se pode compreender o nomadismo do caboclo, traço que Antônio Cândido encontrou também entre os caipiras por ele estudados no interior de São Paulo (1). O nomadismo é antes de tudo a expressão do caráter itinerante da produção agrícola ou pecuária. E, no caso da agricultura, esse caráter itinerante, por sua vez, é o reflexo de um sistema determinado de rotação de terras. Se a agricultura praticada pelo colono de origem européia não é chamada "itinerante", é porque seu sistema de rotação de terras conserva-se no interior da propriedade, como veremos adiante. A propriedade é seu limite. Lá ele tem sua casa, seus animais, etc. Para o caboclo, a rotação de terras é praticada num espaço mais amplo. O caráter itinerante de sua agricultura exprime-se em ciclos mais longos. Por isso, como mostra Antônio Cândido, sua casa é um "rancho" (2), denominação empregada também no Sudoeste Paranaense.

Fixar-se num lugar só seria, para o caboclo, aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho quando nenhum tipo de

---

(1) "A vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades. A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. Por isso, na habitação, na dieta, no caráter de caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura" (Cândido, 1977, p. 37).

(2) "Da mesma forma que a do caboclo, a casa do caipira é chamada "rancho", como querendo exprimir o seu caráter de pouso" (Cândido, 1977, p. 37).

pressão o obrigava a tal. Enquanto ele tem a mata pela frente, seria economicamente irracional que ele deixasse de cultivar na floresta virgem.

O nomadismo, tantas vezes associado a imprevidência, visto como uma espécie de puerilidade agrícola, funciona, na realidade, dentro de um sistema cujos agentes tentam estabelecer um equilíbrio racional entre seu dispêndio de trabalho e os recursos naturais a sua disposição. É claro que, aumentando a população e modificando-se o regime de apropriação fundiária, a economia cabocla passa a aparecer como ilógica, irracional, da mesma forma que seria ilógico e irracional trabalhar numa parcela de terra apenas, tendo o agricultor a mata inteira à sua disposição.

RELAÇÕES COM O MERCADO

Vivendo na mata de um lugar praticamente separado do resto do Estado e do País pela inesixtência de vias de comunicações acessíveis ao transporte de cargas, os caboclos eram, do ponto de vista econômico, praticamente autárcicos.

Com exceção das área vizinhas ao município de Barracão, a erva mate não teve um lugar de destaque na economia do Sudoeste Paranaense, ao contrário do que ocorreu nas áreas hoje correspondente à região Oeste do Estado (1). Ainda assim o mate,

(1) No que se refere ao mate, a maior parte do Sudoeste do Paraná não foi, transformada pelas grandes companhias naquilo que Hernâni Donato chama de "Selva Trágica" em seu romance sobre a vida e sobretudo a morte dos trabalhadores nos ervais no sul do Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai. Os ervais dominados pelas companhias são um mundo a parte onde se cometeram os piores crimes do trabalho perto dos quais a vida nas senzalas e no eito eram um mar de rosas. A "loucura do mate" teve vida curta e em 1930 já não existia mais. Mas o que ela trouxe de fartura e riqueza não é comparável ao sofrimento humano no qual se baseou. O trabalhador destas companhias, fosse ele brasileiro, argentino ou paraguaio, já não é mais o caboclo que estamos estudando: seu trabalho, seu tempo, nem mesmo sua mulher, lhe pertenciam. Através de uma versão tiranizada do clássico "barracão" o ervateiro já começava a trabalhar com dívidas, das quais, como mostra Hernâni Donato, só a morte podia libertá-lo.

pouco abundante na maior parte da região, era trocado em pequenas bodegas (armazéns que vendiam e compravam produtos dos caboclos) "com açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, querosene" (Correa, 1970 A, p. 92). Além do mate, peles de animais e, muito raramente, alguns produtos agrícolas, a isso se reduzia o escasso e irregular comércio do caboclo. Prova da pouca importância que o mercado adquiria na vida do caboclo era a escassez de bodegas na região

P - "E tinha muita bodequinha"?

I - "Não, não era tanto. Aqui, perto qundo fazia um baile, na hora de buscar uma garrafa de cachaça pro tocador tocar a noite inteira, viajava duas léguas a cavalo prá ir buscar. E a maioria, na hora de comprar um carretér de linha quar coisa, daqui tinha que ir a Clevelândia".

Mas, entre os caboclos, havia alguns cujos vínculos com o mercador não eram assim tão esporádicos. Mais abastados que a maioria, dedicavam-se à criação de gado ou de suínos. O gado era criado solto e se alimentava daquilo que fornecia a mata, "frutos silvestres tombados ao chão, dos quais o pinhão era o mais alimentício" (Correa, 1970 A, p. 92). A criação de gado não se apoiava sobre a propriedade da terra nem sobre a formação de pastagens artificiais. Terra livre, a mata estava à disposição dos animais de criação.

Os suínos também eram engordados por um método que não supunha a propriedade da terra. O "safrista", criador de porcos, abria uma clareira na floresta e nela cultivava milho, cercando a plantação. Quando o produto estava maduro, os animais eram soltos no interior da roça. Prontos para a venda eram levados a pé a frigoríficos que se encontravam muito distantes, em Jaguariaíva, Ponta Grossa ou União da Vitória.

É claro que, na viagem, os animais perdiam grande parte de peso adquirido (1).

O CABOCLO, UM IMPREVIDENTE ?

Esse sistema de utilização da terra e a tênue ligação com o mercado geram para o caboclo um mundo cultural e ideológico praticamente oposto ao do colono de origem européia que veio substituí-lo na região. Produtor fundamentalmente natural (e não mercantil), o trabalho do caboclo não é guiado por um plano, por um projeto de acumulação, de crescimento constante de sua produção. A riqueza é uma noção determinada por esta lógica do usufruto, ela é eminentemente qualitativa, refere-se aos valores de uso ao alcance do produtor. Vimos numa entrevista acima o caboclo afirmar que se sentia rico por ter trazido da mata o conforto para casa. É evidente que, não se tratando de uma economia mercantil, a acumulação destes valores de uso torna-se totalmente irracional, desde que ultrapasse as necessidades de consumo do produtor. Como acumular os produtos da

(1) O papel da floresta na alimentação dos animais foi fundamental durante a Idade Média. Neste caso, a floresta, durante muito tempo, era usada por toda a coletividade, como terra livre: "Por suas folhas frescas, seus brotos, o pasto existente sob seus arbustos, os frutos de seus carvalhos e de ourtras árvores, a floresta servia, antes de tudo, como campo de pastagem. O número de porcos que seus diversos compartimentos podiam alimentar foi, durante muitos séculos... a medida mais comum de sua extensão" (Bloch, 1968, p.7). É interessante notar que este tipo de medida era também adotado no Sudoeste Paranaense, na época de sua ocupação cabocla. Segundo um informante entrevistado por Correa, a suinocultura "nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas - 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de "porco alçado" (solto no mato - R.A.) e 4 cabeças por hectares de milho no sistema de "safra") (Correa, 1970 A. p. 93). No mesmo sentido, referindo-se a Idade Média afirma Fourquin (1975, p. 305): "... a floresta era primeiramente preciosa para a criação de animais 'domésticos' por causa da raridade dos pastos e da ausência de plantas forrageiras: durante muito tempo mediu-se as florestas segundo o número de porcos que ela podia engordar".

caça e da pesca senão em proporções reduzidas, uma vez que a própria possibilidade de comercialização destes produtos era extremamente limitada? É no consumo portanto que estão os limites da produção e das atividades de apanha.

É pelo caráter de suas atividades econômicas que se pode entender a relação que o caboclo mantêm com o trabalho. "O grau de assiduidades que o caboclo geralmente revela no trabalho, obedece às necessidades da auto suficiência" (Willens, 1980, p. 246). Um colono de origem européia me dizia que os "caboclos não gostavam de trabalhar por conta, não tinham esperança. Não era dizer de plantar agora e esperar que dê para depois vender".

"Trabalhar por conta" é justamente ter como móvel, na sua atividade produtiva, a acumulação de riqueza. Entre o trabalho para o usufruto imediato e o ócio puro e simples, praticamente não há diferença, do ponto de vista do pequeno produtor mercantil. Trabalhar para consumir nada mais é que um desperdício de energia. O trabalho que não se rege pelos imperativos da mercadoria (produzir para a troca e para a acumulação de riqueza) não passa de uma variante da preguiça. O usufruto, o consumo imediato são imprevidentes, "não têm esperança", na medida em que seu critério são as necessidades imediatas de produtor e de sua família. A mercadoria traz em si e incorpora a seu produtor uma vontade estranha ao mundo caboclo: a do enriquecimento, concebido não enquanto usufruto de coisas, mas acumulação de valores. E do ponto de vista do produtor mercantil, quem não for movido por este desejo determinado de riqueza não passa de um homem sem esperança. O mundo da mercadoria revoluciona a tal ponto a consciência e a vontade dos homens, que, ao invés de a mercadoria aparecer como um produto do trabalho, é o trabalho, ao contrário, que aparece como uma virtude inerente à merdadoria. O caboclo é preguiçoso, ele não trabalha: seu trabalho aparece como ócio, na medida em que ele não se fundamenta na produção mercantil.

O TRABALHO COLETIVO

O trabalho na roça cabocla é fundamentalmente familiar. Apesar da inexistência da propriedade parcelar da terra, o processo de trabalho é dirigido por cada chefe de família. O fato de as terras não terem dono não significa que o produto do trabalho a todos pertence. Apesar disso, a ajuda mútua, o trabalho coletivo ocupa um lugar de destaque na vida cabocla. "Havia, escreveu Rocha Pombo em 1929, e parece que subsiste em algumas zonas ruraes, uma festa muito curiosa que se chamava muxirão ou pixirão. Tinha lugar quando um lavrador do bairro precisava de um serviço que era preciso atacar e concluir no mesmo dia. Bastava que fizesse correr na redondeza um aviso marcando o dia. Nesse dia juntava-se ali a população do bairro, e em poucas horas fazia-se a derrubada (roçado da área que vai ser semeada, depois de preparado o terreno). A função acabava com grandes comidas e festas" (Pombo, 1929, p. 104).

Como bem lembra Antônio Cândido, esta forma de trabalho coletivo é tradicional e foi localizada nos mais diversos pontos do país. D'Alincourt encontrou-a amplamente difundida entre Jundiaí e Campinas em 1818 (Cândido, 1977, p.67). Os caboclos gaúchos eram também assíduos na prática desta forma de trabalho coletivo (1), também relembrada por Gregório Bezerra em seu livro de memórias como sendo utilizada por pequenos camponeses pernambucanos para a construção de um açude (Bezerra, 1979, p. 59).

---

(1) "Ao por do sol, concluem com o puxirão e se dirigem ao paiol, onde os espera uma lauta ceia com bebidas alcoólicas e um caramanchão ornado de muitas moças, para o fandango, acompanhado de canto em dueto de melodias melancólicas usadas pelos sertanejos... Findo este puxirão outro ervateiro fará o chamado geral, para que os companheiros, venham auxiliá-lo no arroteamento do solo. É assim prosseguem os caboclos rio-grandenses servindo-se uns aos outros até que os trabalhos da agricultura se concluam, cedendo o lugar, novamente, à labuta nos ervais..." (Lessa, Barbosa - História de Chimarrão, 2ª edição, Livraria Sulina, Porto Alegre s/d, p.41, apud Linhares, 1969, p.116).

O "pixirão" - expressão mais usada (1) pelos caboclos do Sudoeste Paranaense - é uma relação de troca que aparece como uma relação de ajuda mútua, uma manifestação de solidariedade, de unidade e de comunhão do grupo, que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade. Ele é um atributo dos "pobres", dos "iguais". O filho de um velho caboclo, camponês pobre, relata como se realiza o "pixirão" ainda hoje perto de Francisco Beltrão:

I - "O senhor fica devendo, se ele fizer um, o senhor tá devendo o dia".

P - "Mas isso aí só funciona com quem não está mecanizado, porque se estiver mecanizado, como é que vai fazer"?

I - "Na enxada só. Só com pobre. Rico, o senhor sabe, se alguém pedir uma mão pro senhor aqui, eles não precisa, ele tem. Se ele diz: ó filho, quero que vocês vão dar uma mão lá prá nós lá, nós paga o teu dia lá, 150 ou 120 cruzeiros, então a gente vai dar uma mão pro vizinho, É isso aí. Agora pro pobre não, pro pobre a gente faz lá, vamos tudo, vamos nós com a família, então vai tudo, vai mulher, vai criança.

Na "ajuda" ao vizinho "rico", há uma desigualdade social que materializa no salário. Não há troca de trabalhos e sim pagamento: os termos da troca são diferentes, assim como são diferentes os seus agentes sociais. Entre os "pobres", ao contrário, os termos da troca são equivalentes, trabalho contra trabalho. É uma troca que exprime a unidade comunitária dos membros que dela participam.

O "pixirão" era uma relação social própria aos caboclos. Os imigrantes descendentes de europeus, na sua maior parte, não a adotaram:

(1) I - "Pixirão: mutirão, já é enfeitado com estrangeiro. E o caboclo da língua direita é pixirão e o muitirão já é de origem italiana".

P - "Eu tenho a impressão que isso é uma coisa muito de brasileiro, que o imigrante, o europeu, ele não faz isso.

I - "Não, não faz, aí você tá falando certo, muito bem, é de caboclo. O italiano (tarves ocês são italiano), ele não tem muita relação com brasileiro, ele é desunido.

Da mesma forma que o uso comum da terra, o mundo da mercadoria repudia o uso comum do trabalho - a menos que o trabalho se transforme numa mercadoria e sirva para produzir mais-valia(1). Ora, ao contrário do colono descendente de europeus, o caboclo não existia socialmente enquanto produtor de mercadorias, suas relações sociais com os outros homens não passava fundamentalmente pela necessidade de vender e comprar (2).

As formas coletivas de trabalho, amplamente difundidas nesta época e excluídas da prática da população imigrante que veio a ocupar a região posteriormente, encontram aí sua raiz. Um "pixirão" é uma troca que ocorre imediatamente (3), entre as pessoas, isto é, entre seus trabalhos. Esta troca não é mediatizada pelas coisas. Embora seja uma troca, regulada pelo tempo de trabalho, ela aparece como uma ajuda, como prestação comunitária.

---

(1) Um agricultor de origem européia lembrou-se, em entrevista, da realização de trabalhos coletivos para a abertura de estradas. Mas aí, lamentava ele, o caboclo não participava: é que a unidade do trabalho coletivo girava em torno da mercadoria, a estrada tinha como finalidade não o trânsito dos homens, mas de seus produtos.

(2) Willens registra a existência do mutirão entre agricultores teuto-brasileiros, mas (acredito que no mesmo sentido que estou apontando), ele mostra que quando falta o estímulo do mercado, "a tendência dos colonos para perder dias de trabalho em bebedeiras, conversas com o vendeiro ou vizinho, em visitas à cidade, em caçadas ou pescarias, tornou-se visivelmente maior" (Willens, 1980, p. 246).

(3) Por oposição às relações decorrentes da troca entre as mercadorias, Marx fala das"...relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (Marx, 1971, p. 82). Imediato aqui é o contrário daquilo que é mediatizado pela coisa, pela mercadoria. Para os produtores de mercadorias as relações entre seus trabalhos são "relações sociais entre as coisas" (ídem).

A troca de trabalho é uma celebração. Ela se faz sempre em nome de algo que transcende cada homem individualmente, seja Deus (1), seja a própria comunidade envolvida no "pixirão". É difícil imaginar a troca de mercadorias celebrada, comunitariamente: em primeiro lugar, ela é um ato individual, onde dois proprietários se confrontam. Além disso, são as coisas que se trocam, o caráter de igualdade dos trabalhos humanos não adquire a forma da ajuda mútua, mas dissolve-se sob a forma fetichizada do preço dos produtos. É na economia que se fundamenta sobre a produção de valor de troca que as relações entre as pessoas começam a tomar a fisionomia de relação entre as coisas. É aí que a mercadoria coisifica a vontade dos homens e a relação que eles mantêm entre si.

O FIM DA ECONOMIA CABOCLA

A chegada dos colonos gaúchos e catarinenses descendentes de europeus ao Sudoeste Paranaense, a partir do final da década de 1940 teve um efeito altamente desagregador sobre a economia cabocla. A partir de um determinado momento (conforme a imigração ia adquirindo proporções mais significativas) o desbravamento da terra pelo caboclo passou a ser feito visando não fundamentalmente a produção mas a venda da terra, ou melhor, do direito sobre a terra.

P - "O caboclo mudava muito de casa, né"?

I - "Vendia aquí, comprava ali, vendia aqui, comprava ali"

Do ponto de vista do colono, é evidente que esta era uma atitude completamente irracional. De fato, com esta conduta, o caboclo promovia seu suicídio social. Ele continuava a funcio

---

(1) "Um velho caipira me contou, escreve Antônio Cândido, que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido. Um outro, referindo-se ao tempo de dantes, dizia que era o 'tempo da caridade' - justamente por essa disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse" (Candido, 1977, p.68).

nar segundo a lógica do usufruto numa situação em que o dinheiro e a mercadoria começavam a tomar conta da vida dos homens. Da mesma forma que no sistema de utilização do solo correspondente ao pousio florestal, ele tentava extrair da mata o máximo possível com a menor quantidade de trabalho. Com a chegada dos colonos, era mais fácil abrir uma clareira e vendê-la, do que plantar e esperar os frutos. Ele funcionava como se o dinheiro recebido do colono nada mais fosse que um novo recurso que a mata colocava à sua disposição, que podia ser usado da mesma forma que a caça a pesca e a coleta. Por aí ele ia cedendo o seu lugar a uma nova civilização (1).

O sistema agrícola correspondente ao pousio florestal e as formas sociais a ele correspondentes que examinamos neste capítulo teve vida curta e dissolveu-se de maneira pacífica no Sudoeste Paranaense. Antes de os caboclos formarem uma civilização estável que se reproduzisse baseada em normas sociais estabelecidas coletivamente - e que pudesse portanto esboçar alguma resistência contra a sua extinção - antes disso, o dinheiro tomou conta da mata, seduzindo o próprio caboclo. O fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma econômica, mas a substituição de uma população por outra, uma transiçao não apenas sócio-econômica, mas também étnica e cultural(1).

---

(1) " A terra mudava de ocupante sem que houvesse choques entre elementos das duas sociedades diferentes: ao contrário de outras áreas, como o já citado vale do Rio Peixe, o Sudoeste Paranaense teve o seu povoamento, como colonos, realizado espontânea ou semi-espontâneamente, tendo sido a apropriação da terra pelos novos ocupantes realizada sem cheques" (Correa, 1970 A, p. 90).

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

A propriedade da terra no Sudoeste Paranaense fundamenta-se, quanto a suas origens, numa dupla oposição social. De um lado, como vimos no capítulo anterior, o solapamento pacífico, sutil, quase imperceptível das bases da economia cabocla, por parte do campesinato de origem européia, vindo de Santa Catarina e sobretudo do Rio Grande do Sul. De outro porém, a contradição aberta e violenta, que eclodiu em revolta organizada do campesinato como um todo contra o latifúndio, ou seja, o antagonismo entre a ocupação autocrática da terra (incorporada pela colonização dirigida privada) e sua ocupação democrática.

Ao contrário de outras regiões do Estado (Londrina, Maringá, Mal. Cândido Rondon, por exemplo) em que, através da colonização dirigida privada, o campesinato teve que comprar do latifúndio o direito a sua existência social, os pequenos agricultores do Sudoeste sobrepuseram-se ao latifúndio, derrotaram-no pela força.

Neste sentido, a formação fundiária do Sudoeste Paranaense é a unidade de dois termos contraditórios: por um lado, ela se apóia sobre a eliminação social das formas de ocupação da terra incorporadas pelo caboclo e coincide neste particular com os aspectos conservadores da história fundiária brasileira, em que o ocupante imediato é sempre deslocado em benefício do proprietário. Por outro lado, porém, ela se fundamenta na ocupação democrática da terra, isto é, na vitória contra o latifúndio e no reconhecimento desta vitória por parte do Estado, como veremos a seguir. Mas antes disso, examinemos rapidamente de onde vêm aqueles que substituíram os caboclos no Sudoeste Paranaense.

AS RAÍZES DA MIGRAÇÃO

No nome das casas comerciais, na pronúncia, na fisionomia e nos costumes das pessoas, revela-se a profunda e rápida transformação por que passou o Sudoeste Paranaense, a partir sobretudo do final da década de 1940. O peso cultural e étnico de italianos, alemães e poloneses é esmagador. O caboclo hoje esconde-se anônimo nas encostas das montanhas. Esta terra já não é mais a mata que lhe pertenceu (1). Seus atuais habitantes despiram-na e fizeram do solo rico e fértil que ela cobria uma das regiões mais produtivas do Estado.

A atual população do Sudoeste Paranaense foi formada num êxodo que, vindo de Santa Catarina e sobretudo do Rio Grande do Sul (2) atingia entre 1952 e 1955, "30 a 40 mudanças por dia" (Pecoits 1979,p.35). Muitos são os autores que atribuem as causas deste processo migratório à subdivisão dos lotes familiares por efeito do crescimento demográfico, ao minifúndio (3). Mas a migração não pode ser reduzida a um movimento autofágico do minifúndio: na realidade, ele é antes de tudo, devorado

---

(1) O Engº Duílio Trevisani Beltrão, quando, em 1946, realizava o trabalho para a demarcação dos lotes a serem transformados em pequenas propriedades, encontrou num deles 32 agricultores cujos nomes (citados por Lazier s/d, p. 14) revelam que apenas 7 eram de origem estrangeira. Hoje o quadro seria o inverso: o predomínio ficaria,de longe,com os nomes italianos, alemães ou poloneses.

(2) Padis (1981 A, p. 68) montou um quadro a partir dos dados do Recenseamento Geral do Brasil onde fica claro o aumento percentual da população do Rio Grande do Sul com relação ao total da população brasileira até 1940.A partir de então, e até 1970, a participação da população do Rio Grande do Sul no total da população brasileira vem decrescendo permanentemente. Não há dúvida que a maior parte deste fluxo, ao menos durante os anos 1950 e início de 1960 foi absorvida pelo Paraná.

(3) "Os rio-grandenses do Sul, expelidos de suas terras pelo minifúndio, iniciavam a ocupação efetiva de terras do Sudoeste e do Oeste do Paraná" (Balhana e outros, 1969, p. 218).

pelo seu contrário, o latifúndio. A subdivisão da propriedade familiar é apenas um lado da moeda (1). No outro, encontra-se o crescimento correlativo da propriedade latifundiária (2). É da integração desses dois movimentos contraditórios que decorre o fenômeno migratório. É por se esgotar a disponibilidade de terras livres numa determinada região, por estas terras terem sido ocupadas (via de regra improdutivamente) pelo latifúndio, que o campesinato é colocado entre a cruz e a espada: ou escolhe o caminho da morte social, da proletarização, ou tenta recompor as condições que permitem sua existência como classe através da migração. Neste sentido, o movimento migratório é o resultado da luta pela terra entre latifúndio e campesinato.

Num país em que existem terras livres, o processo de expropriação do campesinato não conduz necessariamente à proletarização: o pequeno agricultor pode tentar a sua reprodução social seja através da ocupação de terras disponíveis (o que significa quase sempre a luta contra o latifúndio que também cobiça estas mesmas terras), seja através de sua compra, de sua sujeição ao latifúndio.

---

(1) E sem dúvida um lado importante: "Os lotes eram inicialmente de 60 hectares, baixaram para 44,30 hectares, e finalmente o tamanho médio da propriedade no Noroeste do Rio Grande do Sul era de 25 hectares" (Lazier, s/d, p. 17).

(2) Padis (1981 A,pp. 68 e 69) demonstra bem esta relação entre o crescimento simultâneo da subdivisão do minifúndio por um lado e da propriedade latifundiária por outro: "Entre 1940 e 1960 o número de pequenas propriedades de menos de 10 hectares se multiplicou por 2,7 (no Rio Grande do Sul, R.A.) enquanto no mesmo período o tamanho médio dessas propriedades passava de 5,6 a 5,2 ha... Um fenômeno inverso pode ser notado entre as grandes propriedades - as de 10.000 ha e mais. Se em 1940 o número dessas propriedades não passava de 41, em 1960 ele se elevava a 48, ao mesmo tempo em que seu tamanho médio passava de 14,5 mil para 19 mil ha... Esses fatos nos permitem afirmar que a divisão da terra se fez em detrimento das propriedades de tamanho médio..."

Mas este processo sucessivo e móvel de expropriação e recomposição social do campesinato não ocorre numa escala estritamente local ou nacional: o noroeste do Rio Grande do Sul foi povoado, em grande parte, sobre a base da expropriação do campesinato italiano e alemão, para o qual a migração, "processo objetivamente inovador é vivido como processo subjetivamente repetitivo (isto é conservador)" (Martins, 1973, p. 27). O que repete, o que conserva, o que busca, em suma, este campesinato é a preservação de sua condição social. Perseguido pela expropriação, o desejo de manter a condição camponesa é mais forte e vence a própria mudança geográfica. E esse processo repetitivo permanece através do tempo - na medida, é claro, em que existam terras livres onde ele possa se desenvolver: o movimento migratório dos camponeses italianos e alemães em direção ao Rio Grande do Sul reproduz-se, algumas gerações após sua chegada ao Brasil, para o Sudoeste Paranaense. E hoje, trinta anos depois deste povoamento, o movimento se repete, tendo agora em Rondônia a sua nova e certamente derradeira terra prometida. Os dados preliminares do Censo de 1980 revelaram este recente êxodo. O Paraná foi o Estado que mais exportou contingentes populacionais e Rondônia o que mais recebeu. A Amazônia Legal reedita o Paraná dos anos 1950, com sua velha corte de grileiros, jagunços e corrupção que o agricultor tem que enfrentar para sobreviver, confirmando Balzac em seu célebre Les Paysans: "quem tem terra, tem guerra".

Vamos examinar agora a maneira pela qual o Sudoeste Paranaense se inscreve de maneira excepcional nas características básicas da formação fundiária brasileira.

1957: BREVE HISTÓRIA

Não há, certamente, melhor definição para a política fundiária da República Velha que a polêmica frase de Proudhon, para quem "a propriedade é um roubo".

Era uma verdadeira reforma agrária às avessas. Em nome do progresso e da integração do País, entregava-se imensas fatias do território nacional a firmas que deveriam atravessá-lo com estradas de ferro, ou simplesmente extrair-lhe as riquezas. Não sem antes converter seus ocupantes em intrusos e, por aí, expulsá-los.

No caso do Sudoeste Paranaense, este sistema de concessões, que está na origem da Revolta de 1957, vem de longe (1). D.Pedro II, no ocaso de seu império, outorgou ao engº João Teixeira Leite (decreto nº 10.432, de 9/11/1889) ou "para a companhia que viesse a organizar, uma concessão para a construção de uma estrada de ferro de Itararé (SP) a Santa Maria da Bocca do Monte (RS), compreendendo um ramal que descendo de Guarapuava (PR) até o rio Iguaçú, fosse por ele até a sua foz, no rio Paraná. O referido direito cedia gratuitamente em terras devolutas em uma zona máxima de 30 quilômetros para cada lado do eixo das linhas" (Lazier, s/d, p. 9).

A República confirmou, com pequenas alterações, a doação feita pelo Imperador, pelo decreto nº 305. João Teixeira Soares não construiu a estrada, mas transferiu sua concessão para a Chemins de Fer Sud Ouest du Brésil, uma companhia belga que em junho de 1891 passou o rico filão para a Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil. No fim das contas, a doação imperial foi parar nas mãos do famigerado Sindicato Farquhar, que, como vimos no capítulo anterior (cf. nota 8), está na raiz da Guerra do Contestado. Em 1893, organiza-se a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG), ligada a este grande truste norte-americano, cujo nome no Brasil era Brazil Railway Co.

---

(1) Para uma exposição detalhada da Revolta ver Lazier, (s/d) e, sobretudo Rego, (1979). Faremos aqui apenas um breve resumo.

A companhia teve suas terras tituladas em 1913, numa primeira etapa, e depois em 1920, formando respectivamente as glebas Chopim (715.080.142 m^2) e Missões (4.257.100.000 m^2). O Estado do Paraná devia para a EFSPRG nada menos que 2,1 milhões de hectares. As glebas tituladas em 1913 e 1920 correspondiam a praticamente todo o território do Sudoeste Paranaense.

Em 1930, com a subida ao poder do novo regime, os contratos com a EFSPRG foram rescindidos, os títulos expedidos em seu favor considerados nulos e as obras que já realizara reverteram a favor do Estado (Decreto 300 de 3/11/1930 e Decreto nº 20 de 5/1/1931). A companhia, evidentemente, recorreu ao judiciário, mas seu recurso de nada adiantou pois em 1940 Getúlio Vargas incorporava todos os bens da Brazil Railway ao Patrimônio Nacional (Decreto-lei nº 2073 de 8/3/1940 e Decreto-lei nº 2.436, de 22/7/1940). "O governo Federal cria, para administrar este patrimônio, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPN) a qual fica responsável, também, pela administração das glebas Chopim e Missões" (Rego, 1979, 94).

Foi nesta época que Getúlio Vargas tentou concretizar um dos mais ambiciosos objetivos de seu governo, a Marcha para o Oeste, a colonização das terras distantes e desocupadas, com base sobretudo num sistema de pequenas propriedades. Neste quadro é que foi criado um órgão que teve a maior importância na ocupação do Sudoeste Paranaense: a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Decreto-lei nº 12.417 de 12/5/1943), a CANGO.

Entre as inúmeras colônias agrícolas criadas no País nesta época, a CANGO inclui-se entre as poucas cujos resultados são realmente significativos (1). O estudo da atuação da CANGO surpreende pois ele é um produto democrático de uma iniciativa

(1) "Diversas colônias agrícolas foram criadas em diferentes partes do país, mas não fizeram parte de uma política global e tenderam a vegetar sem resultados significativos" (Velho, 1976, p. 152).

conservadora e ditatorial. Neste sentido, não há dúvida de que a CANGO é um caso à parte, mesmo na política oficial de colonização dirigida deste período. Otávio Guilherme Velho (1976, p. 150) resume a essência desta política: "Vargas falava frequentemente dos males do latifúndio, tal como a sua baixa produtividade, e das vantagens da pequena propriedade para a criação de abundância e riqueza. Porém ao invés de buscar substituir um pelo outro através de uma confrontação direta, via a fronteira desocupada como um locus para o desenvolvimento da pequena propriedade e consequentemente, poderíamos acrescentar, de um novo ator social a ela associado. De certa maneira isso representaria ao mesmo tempo canalizar tensões para longe da "estrutura agrária" estabelecida e dar-lhe uma oportunidade de se transformar sem ser destruída". Mas mesmo a possibilidade de que a fronteira fosse ocupada com base num regime de pequena propriedade familiar dependia, é claro do consentimento e dos interesses dos latifundiários.

Ora o latifúndio no Brasil sempre foi avesso a qualquer reformismo agrário, mesmo aquele que visa, em última análise, a conservação de seus privilégios. Neste sentido, o plano de Vargas era inaceitável para a grande propriedade territorial. A área de atuação do latifúndio não é pré-delimitada: ele avança junto com a fronteira agrícola, no rastro do trabalho desbravador do camponês. E da mesma forma que não se propunha a enfrentar o latifúndio tradicional, já estabelecido, Vargas não poderia desafiar também o latifúndio por vir, ambicioso pelas terras da fronteira em marcha. Reservar as terras virgens do País ao campesinato, dando em contrapartida ao latifúndio apenas a segurança sobre o que ele já possuía, seria um péssimo negócio para os grandes proprietários e ameaçaria a própria base social do varguismo (1). Isso explica o fato de que "apesar de toda a retórica a respeito da fronteira, não parece que Vargas imaginasse a "Marcha para o Oeste" como um

(1) Ver, neste sentido, o interessante estudo de Quartim (1971).

movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do país em um curto período de tempo" (Velho, 1976, p. 150). E é por isso que iniciativas como as da CANGO, levadas adiante com sucesso, são raríssimas. A tendência dominante na política de colonização adotada nos mais diversos períodos históricos pelo Estado brasileiro, é o reforço da iniciativa privada, da via da compra de terras. A terra só é acessível a quem tem dinheiro, a quem se propõe a pagar ao latifúndio uma renda a título de preço da terra (1).

No Sudoeste Paranaense, ao contrário, a CANGO dava terra de graça. E não era só terra: "o agricultor era instalado nesta colônia agrícola, explica Walter Pecoits, dirigente da revolta de 1957. Chegava, recebia a terra, a casa, ferramentas agrícolas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Tudo de graça...O serviço de máquinas era muito bom, bem como o serviço de escritório e topografia" (Pecoits, 1978, p. 33). A CANGO, além disso "abriu picadas, estradas, construiu pontes, permitindo a vinda de grandes levas de colonos e o escoamento de suas produções". Ela "construiu uma serraria inicialmente em Santana e depois em Santa Rosa, para serrar madeira para construção de casa para os primeiros agricultores" (Lazier, s/d, p. 17). É importante ressaltar não somente a isenção de homens como Pecoits e Lazier em seu julgamento (2), mas também a imagem altamente positiva que a CANGO deixou na população do Sudoeste.

---

(1) Sobre a contradição entre a via democrática de ocupação da terra e a colonização dirigida particular ver Convênio FINEP/INAN/FASE, 1979 B, pp. 72 a 114.

(2) Hermógenes Lazier é historiador e dedicou boa parte de seu tempo ao estudo da formação do Sudoeste Paranaense. Walter Pecoits, médico, dirigiu a Revolta dos agricultores em 1957 e, logo após o Golpe de 1964 teve um olho furado pela polícia política do regime. Nenhum destes homens elogiaria um organismo criado pelo Estado Novo se este organismo não tivesse uma atuação verdadeiramente democrática.

Mas justamente por fugir à regra nacionalmente dominante, o trabalho da CANGO assentava-se sobre bases frágeis. Não fosse a Revolta de 1957, a CANGO não teria passado à história como esta exceção democrática na via conservadora de ocupação da terra no Brasil. Por pouco, uma empresa colonizadora não obriga o campesinato do Sudoeste Paranaense a comprar a terra que já lhe pertencia.

Tudo começou quando, no início do século, o governo de Santa Catarina concedeu ao cidadão José Rupp parte da mesma área que em 1913 e em 1920 foi titulada para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (1). Em 1920, quando a disputa fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina já estava resolvida, começou o litígio judicial entre José Rupp e a Companhia. Rupp perdeu em primeira instância, em 1920, tendo sido embargados e apreendidos seus depósitos de erva-mate já extraída. Na apelação, em 1925, Rupp teve sua posse sobre aquelas terras reconhecida. A Companhia recorreu então ao Supremo Tribunal Federal que, em 1938, confirmou os direitos de Rupp. Diante dos prejuízos que tivera até então, Rupp exigiu na Justiça uma indenização da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande que foi fixada, em 11/11/1945 no total de Cr$ 4,72 milhões, mais os juros de mora e custos processuais, calculados desde janeiro de 1938. Como os bens da EFSPRG tinham sido nacionalizados em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Patrimônio Nacional.

Mas da Justiça ao poder público federal e sobretudo deste ao bolso de José Rupp a distância parecia ser intrasponível. Rupp fez o que pode para receber o que lhe era devido. Propos acordos, sugeriu que fosse pago em terras, mas nada disso adian-

(1) O Sudoeste do Paraná foi disputado entre o Paraná e Santa Catarina até 1916. Ambos queriam consolidar seu poder sobre as terras em litígio através de uma política quase indiscriminada de titulações (pois com o advento da República o poder de titular terras saiu das mãos do governo central e ficou sob a responsabilidade dos Estados). Foi em função do conflito entre os dois Estados, portanto, que a mesma terra foi titulada para proprietários diferentes.

tou. A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional era intransigente com José Rupp. Por mais que tentasse não conseguia receber seu dinheiro.

Rupp então desistiu e cedeu (isto é, vendeu) seu crédito para a firma que iria infernizar durante sete anos a vida dos pequenos agricultores do Sudoeste, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, CITLA, em 26/7/1950. Um dos sócios da CITLA era o governador Moisés Lupion (do P.S.D.), que esteve na frente do executivo paranaense entre 1946 e 1950 e entre 1955 e 1960. O que a SEIPN devia a Rupp deveria agora ser pago à CITLA.

"A partir daí, conta Lazier (s/d, p. 10), aconteceu o milagre. Aquilo que era ilegal passou a ser legal. Aquilo que era indevido passou a ser legítimo. Aquilo que era indeferido passou a ser deferido. Com a entrada da CITLA na problemática do recebimento de indenização todas as portas se abriram, e, em 17/11/1950, foi acertado entre a CITLA e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional o acordo sobre a indenização. O acordo foi a titulação para a CITLA da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim como pagamento daquele crédito".

Para o pagamento de um crédito de Cr$ 4,72 milhões, a CITLA recebeu cerca de 500 mil hectares de terras férteis e com enormes riquezas naturais. E, imediatamente, ela começou a sua ação "colonizadora" denunciada num discurso de Othon Mader senador do Paraná pela UDN, em 9/11/1957 (apud. Lazier, s/d, p. 11). "Terras que pouco ou nada lhes custaram, são vendidas a Cr$ 8.000,00 cada alqueire e os pinheiros que lhes ficaram de graça, são vendidos ao preço de Cr$ 200 cada árvore. Multiplicando estes preços unitários pelo milhares de alqueires e pelos milhões de pinheiros tem elas (as companhias que lá atuavam) lucros fabulosos que atingem a bilhões de cruzeiros. Segundo uma estimativa feita pelo "Grupo Lupion" nas terras de

que se apossou fraudulentamente, e que tem a área de 198.000 alqueires, cerca de quatro vezes o Distrito Federal. A quantidade de pinheiro ali existentes é de dez milhões. Na menciona da base de preço, as terras valem Cr$ 1.584.000.000,00 e os pinhais Cr$ 2.000.000.000,00. Portanto o valor daquele patrimônio é de Cr$ 3.584.000.000,00. Esse patrimônio que é constituída das Glebas Missões e Chopim foi transferido da União para a CITLA, por escrituras fraudulentas e já anulada, pela ínfima quantia de Cr$ 8.600.000,00. O preço pago pela CITLA (Grupo Lupion) foi de 0,2% do valor das Glebas. A lesão sofrida pela União em seu patrimônio foi enorme. Tão grande foi, que não é uma lesão, mas um roubo".

Mas mais importante que a lesão da União era o fato de que, com a entrada da CITLA, os agricultores deveriam pagar por aquilo que já haviam recebido de graça da CANGO. E como a CITLA sabia que suas pretensões sobre aquelas terras eram ilegais, ela era obrigada a agir com pressa: os pagamentos deveriam ser feitos praticamente à vista (1) e a lei imposta pela CITLA era: ou paga, ou sai, ou morre. A CITLA, através de sua polícia particular, espalhou o terror pela região. Quem não quisesse obdecer à lei da CITLA corria perigo de vida e, de fato, as vítimas se contam às dezenas.

Além disso, a companhia contava com apoio das prefeituras da região (ligadas também ao PSD) e dos juízes (2), sem falar da

---

(1) "É o caso, por exemplo, de Vital Francio que comprou uma área de 15 alqueires por Cr$ 66.000,00. Pagou Cr$ 16.000,00 em 1/7/1957 no ato e mais duas no valor de Cr$ 15.000,00 cada uma" (Lazier s/d, p. 19). Como se vê, o prazo de pagamento era curtíssimo. As duas parcelas restantes foram saldadas antes de 10/10/57, data em que a CITLA foi expulsa da região.

(2) "Em 8/6/1953 o administrador da CANGO, Sr. Glauce Olinger enviou ao Ministério da Agricultura o seguinte telegrama: Comunico-vos recebi hoje mandato Juiz Clevelândia Dr. José Zantute sentido paralizar colocação colonos sob pena multa de 5.000,00 por localização mais 500,00 por dia até cessar mesma pt. Referido mandato acusa-me violar direitos propriedade colocando colonos Gleba Missões propriedade CITLA onde se acha a CANGO. Solicito imediatamente instruções se devo paralizar entrada colonos ou se posso continuar admitindo-os. Presente estamos recebendo 5 famílias diariamente" (lazier, s/d, p. 19).

omissão do poder público federal que nada fazia,na prática, para coibir os abusos praticados pela CITLA, tanto mais que em 1955, Juscelino Kubitschek, também do PSD como Lupion, elegera-se presidente da República.

Não que a totalidade dos órgãos públicos envolvidos na questão fosse conivente com a CITLA. Ao contrário, além da CANGO, o Tribunal de Contas da União, a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, o Procurador Geral da República e o Conselho de Segurança Nacional estavam contra a CITLA. Esta apoiava-se antes de tudo no poder estadual - além de contar com a preciosa omissão de executivo federal, que, por razões de fidelidade política não podia se opor às atividades da companhia à qual pertencia Moisés Lupion. Mas com exceção da Presidência da República, a maioria dos órgãos federais opunha-se à ação da CITLA no terreno jurídico. Só que Moisés Lupion dava-lhe todo o apoio no plano prático. A Justiça estava com os colonos e a força com a CITLA.

Do ponto de vista do colono, pagar o que era pedido pela CITLA era um ato de desespero e não de justiça. Se o colono considerasse que a companhia era realmente a legítima proprietária daquelas terras, não haveria a Revolta de 1957. A CITLA não foi contestada enquanto proprietária, mas sim como não proprietária, como grileira.

Esta situação durou até outubro de 1957 quando então, após o esgotamento de todos os recursos legais, os colonos ocuparam várias cidades do Sudoeste:Capanema, Barracão,Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão, no dia 10.Só em Francisco Beltrão concentraram-se mais de 4.000 agricultores que, de armas na mão, ocuparam a cidade e expulsaram os jagunços e os grileiros. Para dar ao leitor uma idéia mais concreta do que foi a Revolta, permito-me transcrever um longo trecho da entrevista de Walter Pecoits à revista Atenção:

W.P. "No dia 10 pela manhã estabelecemos o plano. Botar na rádio um aviso chamando os colonos para a cidade. Que viessem armados para acabar com as companhias de terras. Às duas horas começou a chuviscar e fiquei preocupado. Com chuva, caminhão não vem para a cidade. Mas continuamos a tomar as providências. Fomos à casa do Juiz, Miguel Pecuchi, e avisamos que sua casa estava cercada e que ele estava sob prisão domiciliar. Ele se entregou e pediu que sua mulher e seu filho ficassem sob minha guarda no hospital...Só anunciei na rádio depois de prender o juiz. Às duas e pouco botei o aviso na rádio".

ATENÇÃO: "Os colonos já esperavam algum aviso"?

W.P.: "Eles estavam mais ou menos preparados, sabiam que haveria um aviso pelo rádio. Então ficaram esperando. As companhias começaram também a trazer o seu pessoal do interior,dos acampamentos. Os jagunços chegavam em jipes, em caminhões. E nada dos colonos. Mas ali pelas três horas começaram a chegar. A pé, de caminhão, de carroça. Todos armados. Com espingardas de caça, pedaços de pau, enxadas...Reuni os chefes dos colonos e mandei que o pessoal, com as melhores armas, guarnecesse as entradas da cidade. Ficaram uns quinhentos homens entrincheirados. Enchemos o campo de aviação com toras de pinheiro e colocamos uma guarda ali. No dia seguinte, dia 11, já tínhamos na cidade cerca de seis mil colonos. Então fomos à delegacia. Estavam lá oito policiais e doze presos. Fomos soltar os presos e prender os policiais. Afinal, precisávamos da cadeia para trancafiar os jagunços...Depois, guarnecemos a prefeitura, a coletoria e lançamos informações pela rádio, conclamando Pato Branco, Santo Antônio, Barracão e Capanema a se reunirem ao movimento. Todos se levantaram também, tomando as cidades...Aí virou uma festa. Invadiram os escritórios, se apoderaram de tudo, arrasaram com o que havia.Não roubaram nada, só quebraram. E não entraram lá para destruir, mas, coitados, em busca das malditas promissória e contratos que haviam as-

sinado. A avenida principal da cidade ficou coberta de papel, branquinha. Precisava ver a alegria daqueles homens rasgando as promissórias".

ATENÇÃO: "Neste momento tinham a cidade sob controle"?

W.P.: "Totalmente. Estabelecemos inclusive normas. Estava proibida a bebida, requisitamos uns bois para alimentar aquela gente toda, etc. Então recebemos um rádio dizendo que o chefe de polícia o Pinheiro Júnior, estava vindo de avião para a cidade. Mandei retirar as toras da pista do aeroporto e o avião desceu. O Pinheiro Júnior, sem saber que eu estava ali a seu lado, entre os colonos, desceu do avião e disse para o piloto: espere aí que em meia hora resolvo esta "majorca" e a gente já volta. Fiquei quieto. Descemos para a cidade e mandei que um colono da minha guarda - um sujeito barbudo, muito feio - mandasse o avião decolar quando a gente chegasse à cidade. Na hora certa, o colono encostou uma espingarda de dois canos na barriga do piloto e disse: olha, levanta vôo enquanto pode, proque esta porcaria de avião é do Lupion e a gente é capaz de botar fogo nisso. Quando Pinheiro Júnior estava entrando no prédio da rádio o avião sobrevoou Beltrão rumo a Curitiba. Ele não se abalou, era um homem de coragem. Perguntou: quem é o chefe aqui? Me apresentei e disse: já nos conhecemos. Não me lembro, disse ele. Conheço o senhor ali do aeroporto. O senhor disse ao piloto que em meia hora acabaria com esta "majorca". Ele aguentou firme. Pois fique o senhor sabendo, continuei, que isso não é uma "majorca". E mais: que o senhor está preso".

ATENÇÃO: "Prenderam o chefe de Polícia"!

W.P.: "Fizemos uma exposição a ele sobre o que estava acontecendo em Beltrão e no sudoeste. Ouviu quieto, acho que espantado, pois não parecia saber o que realmente se passava. Lá fora os colonos gritavam, batendo na porta: vamos matar este cabra! É amigo do Lupion! A gente descia e acalmava eles. Até

que estabelecemos as condições: eu deveria ser nomeado delegado especial de Francisco Beltrão pelo governo do Estado e as companhias deveriam ser retiradas imediatamente da região. Pinheiro Júnior aceitou. Consultei os colonos e eles aplaudiram".

Os agricultores do Sudoeste orgulham-se por não ter sido necessário em nenhum momento da ocupação o uso das armas que tinham. Este caráter pacífico da Revolta não me parece ter resultado de uma imposição manipulatória do Dr. Walter Pecoits, mas correspondeu aos próprios objetivos dos colonos. Não se tratava absolutamente de uma "revolução política", de ocupar definitivamente as cidades, nelas implantando uma espécie de "república camponesa" local. O rápido acordo conquistado junto ao governo estadual e, posteriormente, o imediato abandono das cidades ocupadas, corresponde à própria limitação dos objetivos procurados pela Revolta. Lutava-se pela lei e pela propriedade.

A legalização da posse dos agricultores vitoriosos em 1957 teve início em 1961, quando o presidente Jânio Quadros declarou de utilidade pública a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim (1) tendo-as desapropriado pelo Decreto nº 50.379 de 27 de março de 1961. Em 1962 foi criado um órgão cuja destinação fundamental era continuar o trabalho iniciado pela CANGO: o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, GETSOP (Decreto nº 51.431 de 25 de abril de 1961).

O saldo do trabalho do GETSOP é altamente positivo. Até 1972 "haviam sido expedidos pelo GETSOP 35.856 títulos, sendo 30.221 no setor rural e 5.653 nos patrimônios (setor urbano)" (Lazier, s/d, p. 24). Não há dúvida de que subsistem na região sérios problemas fundiários. Mas o importante é que o GETSOP se inscreve numa tendência democrática (não é à toa que foi

(1) Uma outra parte da Gleba Chopim foi desapropriada recentemente pelo presidente Figueiredo.

criado justamente por um governo que incluía a reforma agrária entre suas prioridades) tanto a nível local quanto nacional (1). Se ele não foi capaz posteriormente de resolver todos os problemas de terra da região o motivo é que esta tendência democrática que lhe deu nascimento foi interrompida pelo golpe militar de 1964.

A OPOSIÇÃO AO CABOCLO

A maior parte dos autores fala do Sudoeste Paranaense no final dos anos 1940 como uma região de terras livres (2). Num sentido, é verdade: as terras eram livres da propriedade, quer ela fosse monopolizada, latifundiária, ou - como imperou posteriormente - familiar. Mas, como vimos, elas não eram livres de qualquer forma de ocupação. O mundo da propriedade só se afirmou graças à eliminação do mundo do usufruto, graças à extinção social do caboclo.

---

(1) Rego (1979) subestima, a meu ver a importância do trabalho tanto da CANGO como do GETSOP em seu trabalho sobre a Revolta de 1957. Tudo se passa em seu entender como se os poderes públicos tivessem simplesmente pacificado as tensões sociais surgidas na luta camponesa e não atendido às suas reivindicações. Se esta interpretação pode ser verdadeira com relação à atuação do GETSOP após 1964, ela não leva em consideração o trabalho basicamente democrático desenvolvido pela CANGO até 1957 e o movimento democrático do qual resultou o GETSOP. Um exemplo concreto deste fato: todo dia 25 de julho comemora-se no Sudoeste Paranaense e em algumas outras regiões do Estado o dia do "colono". É (ou ao menos tornou-se nos últimos anos) a data do trabalhador rural para os pequenos camponeses e em que os órgãos de Igreja que estimulam sua comemoração promovem celebrações das principais lutas dos agricultores. No município de Dois Vizinhos, os agricultores organizaram um desfile cujo tema era a sua história, desde a chegada na região até os problemas que estão sofrendo hoje. Uma das faixas em que a memória coletiva refletia episódios benéficos para os agricultores referia-se justamente à atuação da CANGO e do GETSOP.

(2) "Nota-se, porém, que a importância dessa disponibilidade de terras não se deve a que estas se constituam num excesso de fatores de produção, mas, sim, fundamentalmente, ao fato delas serem livres, isto é, não estarem submetidas definitivamente ao monopólio da propriedade fundiária" (Rego 1979, p. 65).

O dinheiro foi fundamental para a superação deste obstáculo que se antepunha ao reino da propriedade (1). O dinheiro não dissimula a desigualdade entre o caboclo e o colono, mas não há dúvida de que seu efeito desagregador sobre o mundo caboclo foi ao menos encoberto por seu caráter pacificador: o colono não expulsa pela violência o caboclo, ele se instala com o seu consentimento, através de uma relação aparentemente entre iguais, a compra e a venda:

P -"Quando o pessoal que veio do Rio Grande do Sul esses filhos de italianos, de alemães chegaram, eles compravam a ... pósse".

I -"O direito".

P -"O direito. E por que o caboclo vendia tão faciomente"?

I -"Mas o que é que eu tô dizendo. Dava graça quando tinha um que vinha com dinheiro prá vendê aquilo e já tirava adiante".

O dinheiro foi fundamental para que a oposição social entre caboclo e colono não assumisse a forma de um conflito aberto. Assim como se infiltrou de maneira sorrateira e silenciosa, foi sem barulho que o caboclo deixou o Sudoeste. A relação aparentemente entre iguais que o uso do dinheiro institui, pacifica a desigualdade entre o caboclo e o colono. Porque esta desigualdade era patente. Vimos acima um caboclo acusar os italianos de serem desunidos, de não participarem de seus "pixirões" e de suas festas. De fato, o descendente de europeu refere-se a seus semelhantes como os "de origem",como se fossem marcados por um traço de nobreza inacessível ao caboclo.Na relação entre ambos não há nada que se assemelhe à democracia racial que Gilberto Freyre encontrou subjacente ao patriarcalismo brasileiro. É que escravo e senhor, casa grande e senza

(1) "Os novos povoadores traziam sempre alguns recursos pecuniários para sua instalação"..(Balhana e outros, 1969, p. 218).

la são a unidade de dois contrários, não existem um sem o outro. Já o colono precisa destruir o mundo do caboclo, precisa eliminá-los socialmente para fazer imperar o seu. Ele não o subjuga e só durante uma reduzida fase - e ainda assim, esporadicamente - o transforma em trabalhador assalariado. Ele simplesmente, de forma pacífica, o expulsa.

Mesmo na Revolta de 1957 nota-se o peso decisivo dos descendentes de europeus. Em 1951, por exemplo (época em que a presença cabocla era quantitativamente expressiva na região), foi constituída uma comissão para tratar da legitimação das terras no povoado de Rio Marrecas; pelos nomes de seus vinte participantes (citados por Lazier, s/d, p. 17), percebe-se que quinze eram descendentes de italianos, alemães ou poloneses.

Por mais democrática que tenha sido a atuação da CANGO a maior parte das terras era adquirida pelo campesinato de origem européia. A CANGO possui o mérito histórico de ter distribuído (e o GETSOP legalizado) a propriedade, de ter seguido o princípio democrático "a terra a quem nela trabalha", mas com uma ressalva: só teria acesso a terra, quem quisesse ocupá-la como proprietário. O caboclo tinha, teoricamente, o mesmo direito de adquirir terra que o descendente de europeu. Mas para ele, a terra era mais importante que a propriedade, a distribuição de lotes individualizados não era o que correspondia a sua necessidade social, a sua racionalidade econômica. Seguindo as pegadas do caboclo, que ia abrindo caminho pela mata, o colono impedia que ele voltasse atrás e tornava irreversível o mundo da propriedade. Os órgãos que distribuíam e legalizavam terras promoveram a democratização fundiária, mas a partir do princípio historicamente determinado da propriedade. Seu horizonte era amplo, mas nele sequer se vislumbrava qualquer outra forma possível de ocupação do solo, como por exemplo, a incorporada pelos caboclos.

CONTRA O LATIFÚNDIO, EM NOME DA PROPRIEDADE

É impossível compreender a fundo um processo migratório, sem encará-lo enquanto "movimento social" (Martins, 1973, pp. 26 e 27). Tão importante quanto as causas econômicas objetivas, responsáveis pelos êxodos em massa, é a esperança de que se nutrem os homens ao se deslocarem: a migração não é apenas uma fuga, ela é antes de tudo uma busca. Os olhares convergem para um mesmo ponto e é esta unidade espiritual que transforma o fenômeno demográfico frio num movimento social cheio de vida.

Em muitas situações, esta unidade é de caráter messiânico (1). Em nosso caso, porém, a utopia era concreta e estava ao alcance da mão. O que se queria era terra para trabalhar e produzir. A propriedade, a mercadoria e o dinheiro, eis a santíssima trindade do pequeno agricultor. Apesar da tradição messiânica que a Guerra do Contestado deixou na região, nem o processo migratório, nem a Revolta de 1957 vestiram, em qualquer momento a roupagem de uma guerra santa.

Os descendentes de europeus que se dirigiam ao Sudoeste do Paraná sabiam que as terras da região pertenciam ao Estado. As terras livres só os interessavam pela perspectiva de convertê-las em seu contrário, de cativá-las pelo regime de propriedade. E esta perspectiva só era viável pela consciência clara de que aquilo era uma "terra de ninguém".

Este é um dado fundamental para a compreensão da Revolta de 1957: o movimento migratório em direção ao Sudoeste Paranaense não se fazia à margem ou contra as leis, mas respeitava a lei máxima da sociedade burguesa, o direito à propriedade. Os

---

(1) Ver neste sentido o belíssimo trabalho de Martins (1979), onde se mostra o processo migratório na Amazônia "em direção ao por do sol", "da via láctea" e sobretudo a esperança do "Capa Verde", profecia atribuída ao Padre Cícero.

agricultores não vinham invadir um latifúndio improdutivo, cultivar em terras abandonadas, na tentativa de criar pela ocupação direta uma situação de fato. Eles só podiam recriar o mundo da pequena propriedade que se despedaçava no Rio Grande do Sul porque no Sudoeste Paranaense esse mundo não existia. A terra já tinha sido, ao menos em parte, desmatada e cultivada pelo caboclo: mas em matéria de propriedade, era indispensável que ela fosse virgem. Ela poderia ter todos os pecados, mas esta era uma virtude fundamental.

Este campesinato nunca se deslocaria para impor o seu regime de propriedade contra um outro previamente existente. Ele reconhece o direito do caboclo que lá chegara antes dele, tanto é que lhe compra este direito. Da mesma forma que não enxotava o caboclo, ele nunca seria atraído pelo objetivo de tomar o lugar do latifúndio, de expulsá-lo. Se fosse para invadir o latifúndio, o mínimo que se poderia dizer é que o do Rio Grande do Sul estava mais próximo. Mas justamente por respeitar o latifúndio enquanto propriedade, ele se deslocou para onde a propriedade não existia.

A Revolta de 1957 é marcada por um traço comum à maior parte dos conflitos entre latifúndio e pequenos agricultores no Brasil moderno: é o latifúndio que contesta o direito do campesinato sobre as terras, tentando expulsá-lo, ou obrigá-lo a comprar as terras que já ocupa. São excepcionais as situações em que o campesinato ocupa terra que tem "dono". O "dono" sempre aparece, com papel na mão, depois de as terras já terem sido desbravadas e valorizadas. É o latifúndio que, via de regra, tem a iniciativa da luta, desfecha o ataque. É ele que, em nome da propriedade viola a propriedade, contesta a apropriação estabelecida de fato. As lutas camponesas, na sua maioria, exprimem justamente a resistência contra o latifúndio, elas têm

um caráter eminentemente defensivo, ainda que desemboquem na vitória, como em 1957, no Sudoeste Paranaense (1).

O respeito e o desejo pela propriedade são expressões de um mundo secularizado, cujo arcabouço moral estava no conhecimento e na obediência às leis. Este mundo nunca poderia produzir uma revolta messiânica. O campesinato só pegou em armas porque estava convicto de fazer a lei. Não a sua lei particular, mas a lei universal: ele lutou contra o latifúndio, contra o arbítrio em nome da propriedade.

(1) É evidente que, com o esgotamento das terras livres e da possibilidade de o campesinato se reproduzir socialmente através da migração, este caráter predominantemente defensivo das lutas camponesas tende a se alterar. A ocupação de latifúndios, como ocorreu em Nonoai, no Rio Grande do Sul ganha uma certa força. O último Congresso da Contag resolveu apoiar as iniciativas de pequenos camponeses que ocupassem terras inaproveitadas para trabalhar. No mesmo sentido, a Igreja, sobretudo através da Comissão Pastoral da Terra, elaborou uma fundamentação pastoral em apoio a esta forma de luta.

CAPÍTULO III

UMA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA INACABADA

UMA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA INACABADA

A MATA NÃO É MAIS DE TODOS

A chegada ao Sudoeste Paranaense, no final dos anos 1940, dos colonos descondentes de europeus, vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul revolucionou completamente o regime de apropriação e o sistema de utilização do solo até então existentes na região. O povoamento com base na pequena propriedade significou, em primeiro lugar, a eliminação do emprego coletivo dos recursos naturais, sobre cuja base se apoiava, em grande parte, a economia cabocla. A floresta rapidamente deixou de existir como um espaço aberto e do qual o agricultor podia extrair riquezas a seu grado.

Para os primeiros pioneiros de origem européia, soltar os animais no interior da floresta para alimentá-los, foi possível durante um ou dois anos (1). Mas com a chegada de novos colonos, o agricultor recolhia seu gado e confinava-o nos limites daquilo que era seu.

É evidente que se a região não tivesse recebido o denso fluxo populacional que a ela chegou, os poucos agricultores de origem européia que lá se encontravam no início dos anos 1950 poderiam ter preservado este traço fundamental da economia cabocla, deixando seus animais viverem às custas da mata. É claro que, neste caso (com um povoamento rarefeito) o sistema de utilização do solo teria sido totalmente diferente daquilo que se implantou, ainda que existisse a pequena propriedade.

---

(1) I - "Quando cheguei do Rio Grande, sortei o gado no mato".

P - "E o gado não invadia terra dos outros"?

I - "Não, não tinha, tinha um morador cá, um morador lá. Não tinha problema"

P - "Quando começou a chegar gente, que já tinha vizinho, como o senhor fazia paraevitar que o gado invadisse a terra dos outros"?

I - "Ah, comprei arame".

Mas deve-se notar que, ao contrário do que ocorreu na maior parte dos países europeus, a questão da passagem do uso coletivo para o uso privado da terra não deu lugar, no nosso caso, a resistências e a conflitos importantes (1). Esta transição, no caso do Sudoeste Paranaense foi pacífica. Se o caboclo não lhe esboçou nenhuma resistência, isto se deve, como vimos nos capítulos anteriores, a dois motivos básicos:

a) ele não tinha formado uma civilização estável, com regras coletivamente estabelecidas e cuja violação pudesse ser sentida socialmente como uma atitude de agressão ou como uma tentativa de extermínio;

b) a propriedade enfrentou o caboclo sob o manto sedutor do dinheiro e, também por isso, conseguiu subverter, pacificamente, o seu mundo.

Quanto aos primeiros pequenos camponeses de origem européia que chegaram à região, eles tinham plena consciência de que o livre uso da floresta para a alimentação dos animais era um fato provisório e excepcional. Uma das características deste campesinato de origem européia, tão importante na formação agrária do Brasil meridional, é a inexistência em sua experiência ou mesmo em sua memória social, de qualquer forma de uso coletivo da terra, seja para a agricultura, seja para a criação. Organizações comunitárias semelhantes às dos Mucker no Rio Grande do Sul são a exceção que confirma esta regra geral para cuja implantação a própria política oficial de lotes coloniais contribuiu decisivamente.

---

(1) Prova disso é a própria naturalidade com que este pequeno agricultor de origem européia citada na nota (1) explica como cercou o pasto de sua propriedade. Tanto na França como na Inglaterra o cercamento dos campos deu lugar a conflitos sociais de envergadura e teve inclusive que se apoiar sobre o poder do Estado para ser levado a bom termo (cf. neste sentido, Hobsbawn, 1977, p. 47, e Bloch, 1968 pp. 202 e 239).

A transição do mundo caboclo para aquele instituído pelos colonos de origem européia não se reduz à implantação do regime de apropriação da terra pela propriedade familiar. É todo um modo de vida novo que se instaura. Em parte, herança do estágio de desenvolvimento técnico e econômico atingido pela agricultura camponesa em países europeus no final do século XIX. Mas, sobretudo, adaptação deste patrimônio cultural às condições ecológicas e econômicas existentes onde a atividade agrária era exercida. Para compreender o sistema de utilização do solo adotado pelos colonos do Sudoeste Paranaense, vamos examinar rapidamente em que consiste esta herança cultural e técnica. Independentemente do quanto esta herança foi ou não preservada, este exame nos fornecerá algumas categorias fundamentais para a compreensão do regime agrário empregado pelos camponeses da região. Trata-se de estudo da "revolução agrícola".

A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

A primeira idéia que evoca a expressão "revolução agrícola" é o processo de cercamento dos campos na Inglaterra, uma das bases fundamentais para a formação do proletariado e portanto para o sucesso da revolução industrial. A revolução agrícola consistiria no conjunto das modificações no regime de apropriação fundiária e nas técnicas de produção ocorridas a partir do século XVII e cujo resultado foi a concentração das terras, o êxodo rural e o aumento da produção para alimentar a classe operária nas cidades (1).

Quando se fala da Inglaterra, não há dúvida de que estes são realmente os fatos fundamentais. Mas não se pode esquecer que em outros países europeus (na França e na Alemanha por exemplo) a revolução agrícola ocorreu em grande parte sobre a base da própria produção camponesa. O campesinato destes países

(1) Francisco Iglésias em seu livro didático (mas não por isso superficial) encara o fenômeno sob este ângulo assim com Alberto Passos Guimarães em seu indispensável "A Crise Agrária". (cf. Iglésias, 1981, pp. 75 a 82 e Guimarães, 1979, pp. 28 a 34)..

(diferentemente do que ocorreu na Inglaterra) sobreviveu a ela e, em parte, graças a ela. A Inglaterra é seguramente o único país do mundo em que "em 1790..." o campesinato, no sentido normal da palavra, não existia mais" (Hobsbawn, 1978, p. 91). Na França, ao contrário, embora a plena instituição da propriedade individual tenha levado a um processo de diferenciação social e mesmo de expropriação de pequenos produtores, é com grande vigor que o campesinato atravessa todo o século XIX.

Resumindo a essência da revolução agrícola, Marc Bloch (1968, p. 201) afirma: "dois traços a caracterizam: desaparecimento progressivo das servidões (servitudes) coletivas, ali onde elas reinavam antigamente; novidades técnicas". De fato, do ponto de vista do campesinato, a abolição das terras em comum e de outras formas coletivas de utilização da terra e da produção(1) exigia uma nova organização do processo produtivo. Os especialistas são unânimes em falar na existência de um círculo vicioso na produção rural, antes da revolução agrícola: a agricultura era pobre em animais porque pobre em terra e pobre em terras porque a recuperação das energias do solo repousava basicamente sobre o regime de alqueive, o que levava a uma baixa produtividade das terras (Poitrineau, pp. 484 a 490). No mesmo sentido, Jacquart (1975, p. 216) fala do "célebre 'círculo vicioso' da agricultura antiga, na qual os fracos rendimentos obrigam a limitar o espaço consagrado ao gado, e, consequente

(1) A resistência ao fim deste uso coletivo fez-se sentir na França até as primeiras décadas do século XX. Um exemplo: o direito de "glanage" (ato de recolher nos campos, após a colheita, os grãos que escaparam aos colhedores) a partir do qual boa parte dos pobres do campo conseguiam sua alimentação, é garantido pelas leis do Velho Testamento. "Apoiado sobre a Bíblia, ele era na França, sob formas mais ou menos acentuadas ou atenuadas, quase universal". (Bloch, 1968, p. 48). No último tomo da Histoire de la France Rurale, Gervais, Jollivet e Tavernier (1975, p. 189) apresentam uma fotografia mostrando que nos anos 1930 o "glanage" ainda subsistia na França. "É graças ao 'glanage' que os mais pobres podem criar algumas galinhas. É tarefa das mulheres e das crianças"

mente, os estrumes regeneradores e prometedores de melhores colheitas". O aperfeiçoamento do arado (lâmina transversal possibilitando revirar a terra, roda anterior permitindo o deslizamento do instrumento sobre o solo, etc.) em nada resolvia este círculo vicioso. O arado permite a extensão da área em uso mas ele contribui muito pouco para que uma determinada área produza mais. Na falta de outra forma de fertilizar o solo que não a rotação de terras, a agricultura vivia sob aquilo que um agrônomo da época citado por Bloch (1968, p.217) chamava de "opróbrio do pousio".

Na rotação de culturas, no lugar da rotação de terras (ali, bem entendido, onde a fertilidade do solo o permitia) residia a base para a solução do problema. E, no início, a rotação de culturas consistia fundamentalmente no plantio de forrageiras em sucessão com o plantio de cereais. Posteriormente, no fim do século XVIII a batata e a beterraba entraram no ciclo das rotações. Em que consiste a rotação de culturas?

O plantio de forrageiras nos terrenos dedicados aos cereais e em sucessão com estes permite uma tríplice vantagem:

a) esta sucessão, por si só, tem o poder de fertilizar o solo já que, no caso, por exemplo, das forrageiras leguminosas, elas absorvem o azoto da atmosfera e fixam-no na terra;

b) o plantio de forrageiras significava, evidentemente, a possibilidade de redução das áreas de pastagem, solucionando-se assim um dos desafios milenares ao desenvolvimento da agropecuária. As áreas de cultura podiam ser aumentadas sem que a criação animal fosse prejudicada;

c) desta forma, o rebanho animal podia ser ampliado, sem depender do aumento das áreas de pastagem. E isto significava a possibilidade de que o estrume do gado estabulado fosse utilizado nas plantações. Tanto mais que o sistema de rota-

ção de culturas permitia o crescimento do rebanho, fonte do principal adubo ao alcance da agricultura camponesa(1).

d) assim, as áreas de pousio podem ser gradativamente eliminadas e a superfície plantada amplia-se sem que isso prejudique a recuperação das energias do solo, agora garantida pela fertilização animal (e em alguns poucos casos pela fertilização química).

A atividade agrícola encontrava por ai uma forma de renovar as energias do solo, que não passava basicamente pela rotação de terras. A agricultura e a pecuária derrubavam sua quase eterna separação e unificavam-se de forma a manter-se em permanente dependência recíproca, mas propiciando uma o desenvolvimento da outra. A revolução agrícola instaura pela primeira vez na história uma verdadeira unidade entre a agricultura e a pecuária. Sobre esta base a atividade agrícola pode dispensar a rotação de terras e o pequeno camponês encontra um meio mais ou menos seguro de se conservar enquanto produtor.

É a este conjunto de transformações (mudanças no regime de propriedade, no sistema de utilização do solo, fim gradativo das áreas de repouso, introdução de novas plantas, aproveitamento em larga escala do adubo animal (2) e até início da adubação química), é a este conjunto de modificações que se dá o nome de revolução agrícola. Se por um lado ela significou a expropriação do campesinato na Inglaterra e de grande parte dos peque-

---

(1) Embora vários princípios de adubação química já fossem conhecidos desde o fim do século XVII sua aplicação em larga escala à economia camponesa não ocorreu antes das primeiras décadas do século XX, mesmo nos países mais desenvolvidos da Europa.

(2) "Num certo sentido, a revolução na cultura das terras(culturale) pode ser considerada sob o aspecto de uma conquista do labor(labeur) pela jardinagem: empréstimo de produtos, empréstimo de procedimentos(limpeza de terreno e adubação intensiva) - empréstimo de regras de exploração: exclusão de toda pastagem comunitária(vaîne pâture) e, se necessário o cercamento".(Bloch,1968, p. 219).

nos produtores em outros países europeus, por outro, ela permitiu que as explorações camponesas que lhe sobreviveram desfrutassem de uma existência tecnicamente autárcica. A unidade entre a agricultura e a pecuária faz com que o agricultor não dependa mais do sistema de rotação de terras para repor a fertilidade do solo e, por aí, liberta-o de todas as imposições coletivas que estão associadas a este sistema. O século XIX marca para grande parte do campesinato europeu a fase daquilo que Bloch chama de "individualismo agrário". E não há dúvida de que a auto-suficiência técnica que a unidade entre a agricultura e a pecuária ternou possível, constitui uma das bases fundamentais desta profunda modificação na existência social de campesinato de grande parte dos países europeus.

USO DO SOLO NO BRASIL MERIDIONAL

Num interessante estudo sobre a colonização européia no Sul do Brasil, o geógrafo alemão Leo Waibel estabelece uma espécie de tipologia dos sistemas agrícolas utilizados pelos pequenos agricultores imigrantes(1). Primeiramente, ele ressalta que a colonização ocorre antes de tudo nas áreas florestais (2).

---

(1) O estudo de Waibel, cuja publicação é de 1949, limita-se, na sua apreciação dos métodos agrícolas dos imigrantes europeus, às conquistas técnicas então difundidas no país, quando o emprego da mecanização da quimificação agrícolas era nulo no Brasil.

(2) "Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares de tipo europeu (sublinhado por mim, R.A.). Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos descendentes de antigos escravos. Com frequência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contactos com eles" (Waibel, 1949, p. 165).

E nelas Waibel distingue três principais sistemas agrícolas:

a) o sistema da primitiva rotação de terras: "uma família pioneira começa o ciclo cultural comprando a terra numa área de mata desabitada. Em seguida, derruba e queima a floresta, à maneira dos índios; planta milho, feijão preto e mandioca usando cavadeira e enxada e constrói uma casa primitiva primeiramente de folhas de palmeiras e, depois, de tábuas, geralmente sem janelas de vidro" (Waibel, 1949, p. 182). Segundo Waibel, uma série de colônias alemãs no Rio Grande do Sul e Santa Catarina estagnaram neste estágio de agricultura, tendo um padrão de vida extremamente baixo. "Esses colonos que não tiveram contacto com imigrantes recentes, esgotaram não somente suas terras, mas, ao mesmo tempo, sua capacidade de resistência negativa do meio físico; baixaram os seus padrões físicos culturais e econômicos, e tornaram se caboclos" (p. 182);

b) o sistema de rotação de terras melhoradas: o aumento da população e da produção para o mercado levam à construção de estradas, à instalação de moinhos, à introdução de "plantas européias" e à criação de gado. Com isso, o colono "substitui o trabalho humano pelo trabalho 'animal', e aplica o arado e a grade puxado por cavalos, para lavrar a sua terra, se ela não fôr muito íngreme. Mas o uso do arado não quer dizer que o colono, nesse estágio aplique também o esterco aos campos lavrados (sublinhado por mim, R.A). Ao contrário, no terreno arado, êle usa o mesmo sistema primitivo de rotação de terras que nas encostas íngremes, onde, por motivos técnicos, só pode empregar a enxada e a cavadeira" (p. 185). Segundo Waibel (e como veremos adiante esta afirmação não é totalmente verdadeira) "o colono europeu, no segundo estágio de desenvolvimento agrícola não poderia colocar estêrco nos seus campos mesmo que quisesse, pela simples razão de que não tem gado suficiente para produzir estrume em quantida-

de utilizável". Nesta fase"... a criação de gado é absolutamente independente da agricultura". O vigor deste sistema de rotação de terras permite sua utilização durante um período que varia de 15 a 30 anos, passados os quais o solo mostra sinais de fadiga quase irrecuperável. Passado este prazo,"as safras correspondem somente a 1/3 ou 1/2 do que tinham sido há uma ou duas gerações passadas. A fim de compensar a queda de produção, os colonos passam a cultivar áreas maiores. Isto significa que o período de repouso em capoeira tem que ser encurtado, daí resultando que o solo deteriora mais rapidamente que dantes". A erosão e o aumento na quantidade de pragas levam o agricultor a aumentar o cultivo da mandioca ("cultura menos esgotante") e à plantação de eucalipto. Segundo Waibel a" maioria das colônias do planalto do Rio Grande do Sul está nesta situação deplorável" (p. 189);

c) rotação de culturas combinadas com a criação de gado: o agricultor aqui precisa possuir de 10 a 20 cabeças de gado, e tem que plantar forragens a fim de alimentar seus animais: "enquanto o sistema de rotação de terras está baseado na produção vegetal,no novo sistema tudo gravita em torno da criação do gado"(p. 190).

Tentando classificar a situação dos colonos segundo o sistema agrícola utilizado, Waibel afirma que, no Rio Grande do Sul, apenas 5% utilizam o da rotação de culturas, 50% vivem no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45% estão ou no primeiro ou na fase de decadência e estagnação do segundo estágio.

Por mais importante que seja esta tipologia adotada por Waibel, ela é bastante insatisfatória por não explicar os motivos econômicos que levam os colonos a adotar um ou outro sistema. As causas do atraso agrário residem, a seu ver, muito mais em fatores de ordem cultural. A realidade é outra, como veremos agora, ao estudar

mos porque os colonos do Sudoeste Paranaense conservaram-se até o início da década de 1970 naquilo que Waibel chamou de rotação de terras melhorada. Em todo caso, do ponto de vista descritivo não há dúvida de que a tentativa de Leo Waibel é uma importante contribuição no estudo dos sistemas agrários do Brasil meridional.

ADUBAÇÃO OU ROTAÇÃO DE TERRAS?

Ao comprar a terra do caboclo, o que o agricultor tem diante de si é a mata, em geral quase virgem. Não mais a mata infinita, mas delimitada pela propriedade. Apesar disso, uma terra fértil, capaz de lhe propiciar abundantes colheitas. Ao contrário do que diz Waibel, não é por falta de esterco que o pequeno agricultor não aduba sua terra. Não há dúvida de que fertilizar a terra através da rotação de culturas seria um método mais "racional", isto é preservaria para o futuro as energias do solo. Mas neste particular, o camponês pensa como Lord Keynes ("no futuro estaremos todos mortos"): o fundamental para ele é extrair do solo a maior quantidade de produto com a menor quantidade de trabalho. A maior parte dos agricultores que entraram no Sudoeste Paranaense possuía ao menos uma junta de bois, uma vaca leiteira e um rebanho suíno cujas dimensões variavam muito, mas que era sempre superior a uma dezena de animais. Numa entrevista com um agricultor gaúcho que dizia ter migrado em função da progressiva esterilização de suas terras no Rio Grande do Sul, perguntei-lhe porque não usava o esterco de seu rebanho suíno. Respondeu-me que o método não era conhecido, que isto não se fazia na região onde habitava (perto de Erechim). Mas, curiosamente, num outro trecho da entrevista, este pequeno produtor relata que usava o esterco do suíno na horta doméstica.

O fato é que o labor (para usar a linguagem de Marc Bloch) não tinha sido conquistado pela jardinagem: preparar o composto

com o esterco animal, aplicá-lo cuidadosamente ao solo é uma operação trabalhosa que o agricultor utilizará somente se não tiver outro recurso. Enquanto houver terras a desmatar à sua frente, enquanto o sistema de rotação de terras permitir colheitas abundantes, o agricultor não terá nenhuma motivação de ordem econômica para empregar o adubo animal.

Portanto não é por falta de animais ou por ingorância que a maior parte dos colonos do Sudoeste Paranaense não utilizava o esterco em suas plantações mas por uma medida elementar de economia de esforços. Waibel tem razão em seu trabalho quando afirma que a rotação de culturas combinadas com a criação de gado exige por parte do agricultor uma "grande aplicação de trabalho" (p. 192). Seu etnocentrismo revela-se claramente quando afirma que nem os poloneses nem os italianos manifestam muito entusiasmo pelo sistema, apenas os alemães... Ora, Willens, (1980) cita em seu estudo inúmeros casos de declínio, de "caboclização" de comunidades agrícolas alemãs, nos mais diversos pontos do Brasil. Esta "grande aplicação de trabalho" de fato necessária na medida em que se intensifica a agricultura só será feita quando os métodos menos intensivos estiverem todos esgotados. E isto não se deve a nenhuma razão de ordem étnica ou cultural, mas a uma questão econômica. Se, como mostra Boserup em seu trabalho, a agricultura tende a uma intensificação sempre maior (maior aplicação de trabalho por unidade de terra), se portando a área cultivada e a produção por unidade de área tendem a aumentar na medida desta intensificação, nada indica que este aumento ocorra também no que se refere à produtividade do trabalho. Falando sobre a revolução agrícola na Europa, Boserup explica: "Graças a este melhor rendimento das colheitas tradicionais e a uma semeadura mais frequente nas terras aráveis, a produção vegetal e animal eleva-se portanto muito rapidamente. Ao mesmo tempo, evidentemente, a quantidade de trabalho consagrada à agricultura cresceu consideravelmente. O que aconteceu, nesta transformação revolucionária, com a produção por hora de trabalho humano? A propriedade fertilizan

tes das leguminosas - que consiste em assimilar o azoto do ar para enriquecer o solo - foi suficiente para contrabalançar a diminuição da produção líquida média por hora de trabalho humano causada pela passagem da pastagem natural à pastagem cultivada? É um fato pouco provável" (Boserup, 1969, p.57). O que é essencial para o pequeno agricultor é a relação entre seu gasto de trabalho e o rendimento de seu esforço (tanto em termos de produtos colhidos, quanto em termos do valor destes produtos; por enquanto não estamos levando este último fator em consideração). O abandono da rotação de terras, a passagem integral para os métodos consagrados na revolução agrícola, só será feita quando a aplicação de trabalho adicional através do sistema de rotação de culturas for indispensável em função do próprio esgotamento da rotação de terras: em função do aumento da área plantada, da diminuição no tempo das capoeiras, etc. São estes fatores (e não os de ordem cultural ou étnica) que decidem o emprego de um ou outro sistema agrícola por parte do pequeno agricultor. E é evidente que as solicitações do mercado desempenham aí um papel decisivo.

A partir desta idéia, pode-se mesmo levantar uma hipótese a respeito da própria migração dos colonos gaúchos para o Sudoeste Paranaense. Alguns afirmam que foram em direção ao Sudoeste Paranaense porque no Rio Grande do Sul não havia mais terras para comprar e portanto não havia como garantir o futuro dos filhos. A maioria, no entanto, diz que a fertilidade das terras estava muito baixa e por isso a migração se impunha. Ora, como o próprio Waibel assinala, a criação de suínos é constante em todos os três sistemas agrícolas por ele citado. Tanto na rotação primitiva de terras, quanto na melhorada e na rotação de culturas, o pequeno agricultor de origem eurpéia cria suínos e os comercializa em menor ou maior proporção segundo cada caso. Por que estes agricultores que migraram não intensificaram sua cultura através da fertilização animal, ao invés de enfrentar a inospitalidade de uma mata virgem, carente

de recursos, sujeitos a doenças e imprevistos? Não seria mais facíl, mais econômico aprovèitar o adubo animal para devolver ao solo aquilo que anos de plantio e de sistema rotativo tinham dele extraído?

Ao que tudo indica, a resposta a esta pergunta é não: enfrentar a mata, para o pequeno agricultor gaúcho ou catarinense, não era apenas uma maneira de obter mais terra, mas também uma forma de modificar os métodos, o sistema de utilização do solo, de maneira a poder empregar a rotação de terras e com isso aumentar a produção. É que o método através do qual se dava a rotação de terras (formação de capoeiras e queimada)é - do ponto de vista da relação entre o gasto de trabalho e a obtenção de produtos - sem dúvida mais econômico. É possível que estes fatos contribuam para explicar (de maneira parcial, é claro) o processo de êxodo rural em direção ao Sudoeste Paranaense a partir do final dos anos 1940. Tão importante quanto ter a terra era o método de trabalho que as condições naturais aí existentes permitiam que fosse instaurado. Provavelmente, a produtividade do trabalho subiu no Sudoeste Paranaense relativamente ao que ela poderia ter sido no Rio Grande do Sul, caso a intensificação, através da adubação animal, fosse adotada. Subiu, apesar do desmatamento e a ponto de compensar os inconvenientes ligados a um processo migratório desta natureza.

UTILIZAÇÃO DO SOLO NO SUDOESTE PARANAENSE

O método fundamental para preservar a fertilidade do solo no Sudoeste Paranaense foi, até o início dos anos 1970(e ainda é em grande parte),o sistema de rotação de terras. O uso da adubação orgânica era irrisório, segundo as informações do Censo Agropecuário de 1970. Dos 50.451 estabelecimentos então existentes na região, apenas 405 informantes fertilizavam suas terras, dos quais 210 com adubação orgânica.

A área total do estabelecimento camponês era dividida em três partes:

a) uma área de pastagem relativamente pequena, dada a reduzida quantidade de animais de que necessitava o produtor: uma junta de bois e uma vaca leiteira, como já vimos;

b) uma área de lavoura cujas dimensões variavam em função de inúmeros fatores que iam desde as solicitações do mercado, até a quantidade de braços disponíveis para a lavoura no estabelecimento. Mas em todo caso, é certo que, de forma geral, a área de lavoura era, até o início da década de 1970, muito inferior ao que ela é hoje. Segundo o estudo de Correa (1970 B, p. 14) a área de lavoura dos estabelecimentos em 1965 correspondia a cerca de 30% do total (1). Os dados do Censo Agropecuário mostram que, em 1970, esta proporção sobe para 37,4%, atingindo 49,7% em 1975. Um pequeno agricultor explica a situação existente nos primeiros anos da ocupação da região:

. I - "Naquela época se plantava dois alqueires de roça, um pouquinho de feijão, de milho, criava uns porquinhos, se vivia tranquilo. Eu, por exemplo, eu paguei a minha terra nestas condições. Eu plantava dois alqueires por ano, plantava ali de tudo um pouco. Eu pagava as prestações da terra, que eu devia pro meu pai, naquela época não tinha assistência médica, tinha que pegar tudo de bolso e eu criei um filho até sete anos abaixo de médico, paguei tudo do bolso, paguei a terra nesse sistema. Depos disso, começou a assistência médica, não se gasta

(1) A precariedade do Censo Agropecuário de 1960 prejudica qualquer série estatística histórica sobre o Sudoeste Paranaense. Os dados de Censo de 1950 (bem mais completo que o posterior) poderiam, teoricamente, ser utilizados. Ocorre que em 1950 o Sudoeste Paranaense era praticamente uma grande floresta. Dos municípios que o compõem atualmente, pouquíssimos já existiam àquela época.

mais aquele volume de dinheiro na hora e, de fato, melhorou as condições de saúde da família, não teve tanto problema, não se gastava mais no médico, se plantava, se planta muito mais, se cria o dobro de porco e a situação está, eu não consegui comprar mais terra, não consegui comprar mais nada"!!

A área de lavoura obedecia a um rico regime de policultura. Nela se plantava: - milho: o destino principal deste cereal era a criação dos suínos. Aqui reside um traço absolutamente inexistente na economia cabocla. Pode-se dizer que o essencial do trabalho propriamente agrícola do camponês tem por objetivo a produção animal (1). Trata-se inclusive de uma forma de se aproveitar melhor o trabalho de toda a família, pois o cuidado com a alimentação, a limpeza, emfim todo o tratamento do rebanho suíno exige um alto dispêndio de energia que , pelas dimensões da propriedade e pelo regime de utilização do solo, não poderia ser exercido vantajosamente sobre a própria agricultura. A mulher e os filhos do pequeno agricultor têm um lugar particularmente importante na engorda dos suínos. Além daquilo que é destinado à criação, uma parte (relativamente pequena) do milho é enviada ao mercado ou consumida pelos próprios membros do estabelecimentos.

É evidente que este sistema policultura-criação forma o pilar da economia camponesa do Sudoeste Paranaense (ao menos até o início da década de 1970). Antes entretanto de examiná-lo a fundo é necessário que terminemos a descrição dos produtos plantados e das técnicas utilizadas na produção.

---

(1) "No caso do milho, este constitui o alimento básico para a engorda dos suínos - o Sudoeste Paranaense, como outras áreas coloniais do Sul do País, tem sua economia fortemente marcada pela suinocultura, atividade que representa a principal fonte de renda de 44% dos colonos de Francisco Beltrão e 41% daqueles de Pato Branco" (Correa, 1970-B, pp. 12 e 13).

- Feijão

O feijão preto foi sempre um produto de destaque na região. Sua destinação era em parte o consumo familiar e em parte os mercados de Curitiba e do Rio de Janeiro (Padis, 1981 B, p. 173).

- Trigo

A maior parte do trigo plantado visava a subsistência do pequeno agricultor. Mas para atender suas necessidades era preciso que ele passasse pelo estágio de uma troca simples: "O trigo é consumido sobretudo pela população rural que utiliza uma grande parte da produção para ser trocada por farinha de trigo, em moinhos coloniais (1), onde cada 3 sacos de produto colhido são trocados por 2 de farinha"(Correa 1970 B,pp.12 e 13).

- Forragem

Cana-de-açúcar, mandioca, alfafa e mesmo soja (esta em grande parte comercializada) eram alguns dos produtos responsáveis pela alimentação do pequeno rebanho bovino, complementarmente ao que este extraía da pastagem. A forragem para o gado era necessária sobretudo nos períodos de seca, no inverno.

Como se vê, estes produtos cultivados (e aos quais deve-se acrescentar ao menos o arroz para o consumo da família e a horta doméstica de responsabilidade da mulher) formam uma diversificada policultura. É evidente que estes produtos não eram todos plantados ao mesmo tempo e a sua combinação varia

---

(1) Pequenos moinhos instalados nas "colônias", nas próprias áreas rurais. Hoje eles estão extintos no Sudoeste Paranaense, subsistem mas lutam tenazmente contra sua extinção no Rio Grande do Sul.

va fundamentalmente em função dos micro-climas existentes em cada local. O que era muito comum era o plantio (em cultura consorciada) de milho e de feijão no verão e, no inverno, do trigo (1).

De qualquer maneira, na área em cultivo existia uma permanente rotação de culturas. E esta rotação por si só, como já vimos contribuía para restituir algumas das energias que o desenvolvimento das plantas tirava do solo;

c) uma área de pousio ou capoeira: da área total do Sudoeste Paranaense em 1970, mais de 40% correspondia a "terras em descanso e terras produtivas não utilizadas" e "matas e florestas naturais e plantadas", segundo o Censo Agropecuário. Esta área (410.281 ha) é maior que a superfície ocupada com lavouras permanentes e temporárias (387.544 ha). Dada a estrutura fundiária da região, onde impera a pequena propriedade e praticamente inexistem latifúndios, estas terras fora de uso não estavam abandonadas: elas cumpriam para a economia camponesa a função fundamental de permitir a recuperação das forças do solo. Note-se que segundo os dados do Censo, em 1970, as terras em descanso e as terras produtivas não utilizadas correspondiam a uma área já levemente superior às matas e florestas. Infelizmente, não se dispõe do dado censitário micro-regional para 1960, mas não há dúvida de que nesta época as áreas de mata e florestas eram bem superiores às de terras em descanso e terras produtivas

---

(1) P - "Uma parte da terra era para pastagens, outra para a capoeira, e a outra"?.

I - "Mio, feijon pro gasto, prá vender".

P - "E a maior parte da terra era milho e feijão"?

I - É trigo. Porque dava muito trigo nos primeiro ano"

P - "E depois o senhor plantava o que na mesma terra?

I - "Prantava o feijon do tarde e o mio. Se não dava tempo, se não arcançava o tempo de prantá o mio, tocava o feijon preto. E dava".

não utilizadas, que correspondem praticamente às capoeiras. Entre 1960 e 1970, o pousio passou a depender cada vez mais das capoeiras, as áreas de floresta sendo incorporadas progressivamente à exploração agrícola ou pecuária.

O tempo de rotação da terra dependia de inúmeras circunstâncias ecológicas e econômicas, entre elas a dimensão da área utilizada e a fertilidade natural do solo. Em todo caso, o regime de utilização do solo adotado pelos colonos, com base na propriedade familiar, significou o sepultamento do pousio florestal no Sudoeste Paranaense. Em seu lugar surgiram o pousio arbustivo (alqueive de seis a dez anos) e o pousio curto (alqueive de um a dois anos). Ou seja, a economia dos colonos gaúchos e catarinenses correspondeu a uma intensificação do trabalho agrícola. A quantidade de trabalho humano gasto na agricultura por unidade de área aumentou consideravelmente.

MEIOS DE TRABALHO

Imediatamente após a queimada da floresta virgem, o uso do arado não é necessário. A terra ainda não está atingida por ervas daninhas (que não encontram condições atmosféricas e de luminosidade para se desenvolver sob a cobertura florestal), a produtividade sobre as cinzas da terra virgem é, como vimos no capítulo sobre a economia cabocla, muito alta e além disso os tocos de madeiras sobre o chão não permitiriam o deslizamento do arado. Mas logo após o primeiro ou segundo ano, o arado é introduzido, após apodrecimento destes obstáculos naturais (tocos, madeiras) na terra.

O arado utilizado era bastante primitivo. Ele nada tem a ver com as máquinas bastante engenhosas que se desenvolveram na Europa sobre a base da tração animal desde a baixa Idade Média. A base do arado era uma peça central de ferro semelhante a uma pá (a aiveca), mas formando na sua dianteira uma ponta não

muito aguda, de forma a penetrar no solo, jogando para os lados uma razoável quantidade de terra. O couro necessário para o material de atrelagem também era comprado, embora muitos o fizessem pelo artesanato doméstico. Mas a montagem do arado, e o conjunto da atrelagem, tudo isso era feito em casa.

Este arado (conhecido na região como "pula-toco") não revirava a terra, só a alargava. Ele não possuía lâmina transversal, roda anterior, mesmo porque o cultivo sobre uma terra recentemente desmatada não comportava um instrumento tecnicamente mais sofisticado. Além do arado, o agricultor possuía em geral uma plantadeira manual e uma carroça.

O emprego em larga escala da mecanização com trabalho animal é portanto uma outra diferença fundamental entre o sistema agrícola instaurado pelos colonos e aquele que caracterizava a vida cabocla. Mas sob este aspecto, os colonos do Sudoeste Paranaense distinguem-se não só dos caboclos, mas também da maioria do campesinato brasileiro, com exceção daquele que se desenvolveu sobre a base da imigração estrangeira nas áreas coloniais (1).

O quadro nº I mostra esta disparidade no uso da tração animal entre o Sudoeste Paranaense e o restante do País:

---

(1) Estas, desde sua implantação, tendiam (dentro dos limites apontados por Waibel e expostos páginas acima) a um certo grau de mecanização. Referindo-se à colônia alemã de São Leopoldo (1824, no Rio Grande do Sul) Oberacker afirma: "Da mesma maneira modernizavam a lavoura empregando o arado, a grade e a carroça de quatro rodas, apetrechos até então aqui não usados" (Oberacker, 1976, p. 228).

QUADRO Nº 1 - PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS QUE USAM ARADO SOBRE O TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS

1 950		1 970	
Brasil	21,4	Brasil	23,1
Paraná	27,5	Paraná	38,9
Clevelandia*	28,3	SE/PR	64,3

* Em 1950 a micro-região Sudoeste Paranaense não existia. Clevelândia é o núcleo central a partir do qual ela desenvolveu. Por isso sua citação na mesma coluna que SE/PR em 1970.

NOTA: O Censo de 1960 não traz o quadro sobre uso de arado. Há porém um quadro sobre o "uso de força animal" que confirma uma evolução progressiva entre 1950 e 1960 e que na década seguinte se acentuou.

FONTES: Censos Agropecuários de 1950 e 1970.

Enquanto a mecanização a tração animal permanece estagnada em termos nacionais, no Paraná como um todo ela aumenta mais de 40% e no Sudoeste Paranaense ela sobe mais de 120% entre 1950 e 1970. Como veremos posteriormente, em 1975 esta tendência persiste. O uso do arado a tração animal aumenta no Sudoeste Paranaense e permanece estagnado em termos nacionais. A situação do Sudoeste Paranaense é excepcional mesmo em termos estaduais. Em nenhuma outra microrregião do Estado o emprego de arado a tração animal ocorria numa proporção tão alta em 1970.

POLICULTURA-CRIAÇÃO: O BINÔMIO DA PROSPERIDADE

Mas não é apenas no plano das técnicas agrícolas que este campesinato se distingue dos pequenos produtores existentes na maior parte do País. O fundamental é que o período de 1950 a 1970 caracteriza uma situação de relativa prosperidade para

grande parte destes agricultores. É muito difícil quantificar esta conclusão. Mas nas entrevistas que fiz era bastante comum o relato de compra de terra alguns anos após a chegada do agricultor à região. Esta situação de relativa prosperidade terá influência decisiva sobre a própria forma como era explorado o trabalho do pequeno agricultor, como veremos no próximo capítulo.

São inúmeros os fatores que contribuem para explicá-la: a propriedade (e não a posse incerta ou o arrendamento): o trabalho numa terra fertilíssima e cujas dimensões permitiram o funcionamento de um sistema de rotação de terras onde era possível obter uma grande produção de cereais; a presença de agricultores marcados por uma forte tradição de econonia mercantil e tecnicamente preparados para a mecanização agrícola com base no trabalho animal; um mercado urbano em expanção: estes são alguns dos fatores que contribuem para explicar a situação excepcional de que desfrutam o Sudoeste Paranaense e de forma geral as áreas coloniais do Sul do País, relativamente ao conjunto da agricultura camponesa nacional. Mas o motivo mais profundo, a pedra angular da prosperidade camponesa está em que todos os fatores acima citados possibilitam ao camponês o desenvolvimento de um sistema agrícola baseado na unidade policultura-criação. Esta é a verdadeira base da econômia camponesa na época.

É certo que esta unidade é parcial, já que a rotação de terras (e não a adubação a partir de esterco animal) persiste como o método fundamental para fertilizar o solo. O animal não devolve à terra aquilo que sua alimentação em milho e forragem dela tirou. É neste sentido que falamos em "revolução agrícola inacabada". Irracionalidade? Não. A intensificação agrícola através da adubação só será adotada a partir do momento em que os métodos mais extensivos (poupadores de trabalho) estiverem esgotados. Ora, como mostrou Leo Waibel este sistema melhorado de rotação de terras tem um vigor de 15 a 30 anos. Portanto, foi durante a década de 1970 que ele co-

meçou a evidenciar seu esgotamento para a maior parte dos agricultores. Até então a rotação de terras era viável e vantajosa para o pequeno produtor.

A unidade agricultura e criação sobre a base de terras férteis permite ao agricultor o emprego do conjunto da mão-de-obra familiar nas condições econômicas provavelmente as mais vantajosas. Em princípio, o "valor agregado" do suíno será muito maior que o do milho. A criação de porcos é uma forma do conjunto do trabalho familiar ser aproveitado e valorizado no mercado. Não podendo extender a quantidade de terras plantadas além de um certo limite determinado pelo sistema de rotação e pela própria área que possui ele intensifica o trabalho não diretamente na terra, mas nos cuidados com os animais. A partir disso cria-se uma situação relativamente excepcional em termos de agricultura camponesa. A quantidade de trabalho depositada nos produtos que volta ao agricultor sob a forma de dinheiro ou de mercadorias é muito maior que nos casos onde a unidade agricultura pecuária não existe ou não existe sobre a base de uma lavoura tão fértil.

A renda diferencial que beneficia o agricultor (em função da fertilidade natural de suas terras) contrabalança os efeitos daquilo que Alexander Chayanov chama de "lei dos rendimentos decrescentes da terra":

"Nas explorações onde a terra é muito escassa... a preocupação em satisfazer as necessidades anuais obriga a família a uma intensificação com menor rendimento. Ela tem de pagar o aumento do produto anual total do trabalho com uma diminuição de rendimento por unidade de trabalho. O professor E. Laur, por exemplo, estudou as explorações suíças com pouca terra. Estas granjas triplicavam sua intensidade. Sofriam um grande prejuízo de rendimento por unidade de trabalho, mas tinham a oportunidade de utilizar plenamente sua capacidade de trabalho, mes

mo nas parcelas menores, e de sustentar suas famílias. Do mesmo modo, as pequenas granjas do Norte e do Oeste da Rússia aumentavam o cultivo de batata e de cânhamo, que costumam ser menos rendosas que a aveia, mas são mais intensivas em trabalho e aumentam assim o produto bruto da família exploradora. Dito de outra maneira: uma empresa capitalista só pode aumentar sua intensidade além do limite de sua capacidade ótima se a própria situação alterada de mercado força o ótimo na direção de maior intensidade. Na unidade de trabalho familiar a intensificação pode ocorrer mesmo sem esta alteração na situação de mercado, simplesmente pela pressão das forças internas da unidade, quase sempre devido ao tamanho da família ser favoravelmente proporcional à extensão de terra cultivada" (Chayanov, 1981, pp. 140 e 141, sublinhado por mim, R.A.).

A unidade entre a policultura e a criação tal como ela se desenvolveu no Sudoeste Paranaense, (e em inúmeras outras regiões do Sul do País) representa uma forma de o agricultor intensificar e aproveitar ao máximo a energia de trabalho existente no estabelecimento, responder portanto a esta "pressão das forças internas da unidade", mas sem, com isso, diminuir o rendimento por unidade de trabalho. Sua se sua área fosse menor ou a terra menos fértil, de forma que ele não pudesse engordar o rebanho suíno às custas do milho por ele mesmo plantado, é provável que o próprio cultivo de cereais fosse abandonado em benefício de tubérculos, da mandioca para a alimentação, por exemplo. Neste caso (bastante comum nos minifúndios nordestinos), de fato, cada unidade adicional de trabalho obteria um rendimento menor em termos de produtos.

Mas aqui não: o que é particular ao caso que estamos estudando é que a necessidade geral de o estabelecimento ocupar ao máximo a mão-de-obra existente em seu interior (em função inclusive daquilo que Tepicht - 1973, p. 23 - chama de "rigoroso coletivismo interno" em contraposição ao "individualismo com relação ao exterior") não se traduz necessariamente por

um rendimento decrescente de cada unidade adicional de trabalho empregada na produção. O que Chayanov mostra é que nos pequenos estabelecimentos de áreas densamente povoadas e onde a terra tende a um esgotamente crescente, uma família, por exemplo de quatro membros, ao receber o trabalho adicional de uma quinta pessoa só terá o seu produto aumentado - por hipótese - em um décimo, relativamente ao que se obtinha na terra antes do auxílio deste trabalhador adicional. E a cada novo membro adicional, a fração de produto suplementar que ele retira da terra em função de seu trabalho tende a zero.

É em função destes rendimentos decrescentes que Chayanov fala em "auto-exploração" do camponês. E aqui parece-me justa a aproximação que Tepicht promove entre Chayanov e Marx. Com efeito, Marx afirma no Livro III do Capital: "Para que o camponês parcelário possa cultivar sua terra ou comprar terra, não é necessário, como é o caso nas condições normais da produção capitalista, que o preço de mercado suba suficientemente para lhe proporcionar o lucro médio nem, a fortiori, um excedente, fixado sob a forma de renda sobre o lucro médio" (Livro III, t. III, apud, Tepicht, 1973, p. 32). Se a cada unidade adicional de trabalho não corresponder uma elevação na quantidade produzida (e portanto naquilo que o agricultor vende) haverá um dispêndio de trabalho não pago. O texto de Marx citado por Tepicht assim prossegue: "Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo portanto resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho (Marx, 1974, pp. 923 e 924)".

Como o pequeno produtor não participa da formação dos preços de produção, como ele não recebe por seu produto o valor correspondente ao gasto com meios de produção, ao salário e à taxa média de lucro, ele está fornecendo trabalho de graça à sociedade.

O funcionamento da agricultura camponesa não pode ser explicado segundo o esquema neo-clássico da "remuneração dos fatores", em que o pequeno agricultor teria um determinado retorno pelo uso da mão-de-obra (salário), pela terra (renda) e pelo capital" (lucro), na falta do qual ele abandonaria a produção. O que existe é o "produto de seu trabalho"(Chayanov,1981, p. 133). que não pode ser decomposto analítica ou objetivamente (1). Por isso o trabalho adicional de cada membro da família não aparece como recebendo uma remuneração cada vez menor, porque ele contribui para aumentar esta "renda indivisível". E é claro que este trabalho adicional só será agregado à produção se o esforço que ele representa for minimamente compensado em termos de uma contribuição para a satisfação das necessidades familiares (2).

Além do interesse teórico geral desta discussão, o que nos importa diretamente aqui é que o gasto suplementar de trabalho na unidade policultura-criação, tal como ela existia no Sudoeste Paranaense até o início da década de 1970, não se traduzia necessariamente por uma "diminuição no rendimento por unidade de trabalho". Consequentemente, a quantidade de trabalho, que nesta época, os agricultores do Sudoeste Paranaense "davam de graça à sociedade" era provavelmente menor do que ali onde o tamanho médio das propriedades era mais reduzido, as terras menos férteis e a unidade lavoura criação menos desenvolvida ou até inexistente. A própria possibilidade de se assegurar uma alta fertilidade do solo através de um método não intensivo, poupador de trabalho (a rotação de terras através da formação de capoeiras) amplia não só a produção mas libera uma parte da mão de-obra familiar para as atividades de criação. Trata-se aqui

---

(1) Tepicht (1973, p. 31) que utiliza a edição alemã emprega a expressão "renda indivisível" quando cita Chayanov, expressão ainda mais clara do pensamento do autor.

(2) "... ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz..."(Chayanov, 1981, p. 139).

de uma situação onde os fatores objetivos permitem à família camponesa "desenvolver sua plena capacidade de trabalho sob formas ótimas de organização, ou seja, aquelas que proporcionam o maior rendimento de trabalho possível" (Chayanov, 1981, p. 140). Isto não quer dizer que o campesinato, não era explorado, mas que, como veremos no próximo capítulo, o grau de sua exploração não o conduzia na maior parte dos casos à miséria e permitia em mutios inclusive uma certa ampliação das bases de sua produção pela compra de terras.

FATORES DE DECOMPOSIÇÃO

Dependente da rotação de terras para recuperar as energias do solo, este sistema não demorou a mostrar sinais de cansaço. Uma contradição insolúvel pressiona a agricultura camponesa no início da década de 1970: quanto mais fértil a terra, menor o tempo de capoeira necessário para que nela nasça uma vegetação suficientemente densa, capaz de regenerar ao solo os nutrientes de que necessita para receber novas culturas. E inversamente, uma terra cansada exige mais tempo para recompor as energias que anos de plantio lhe retiraram. É que uma superfície em uso constante é rapidamente atacada por raízes e ervas daninhas que dificultam o florescimento de uma vegetação arbustiva:

I - "Claro, a gente tinha que deixar depois um ano ou dois criar em capoeira. Daí renovava de novo. Deixava uns dois anos descansar, vinha aquela capoeira bonita (é claro que o entrevistado refere-se aqui a terras recentemente desmatadas) aí corta de novo. Aí planta naquela cinza, e cóie o mio bom, feijão bom e também uma capoeira que o sr. quer cortar e botar o trigo bom barbaridade, porque a cinza ajuda muito".

P - "Durante quanto tempo dá para o sr. plantar sem deixar capoeira"?

I - "Se deixar continuar, continuar, a terra se acaba, compre ende? A terra precisa deixar descansar. Uns dois anos, como eu lhe digo. Sendo uma terra muito batida, já como tô morando tem uns trinta anos precisa deixar uns seis anos lá, senão não vem mais nada, não vem mato, não vem".

Diante desta situação o agricultor terá duas possibilidades:

a) ele compra mais terras: foi o que aconteceu com o agricultor entrevistado acima que comprou mais terra e assim pode permanecer no regime de rotação até então utilizado. Como se vê, há uma verdadeira luta por parte do agricultor para se manter nos métodos extensivos, poupadores de trabalho. É que como mostra Boserup, a intensificação significa um acréscimo de trabalho que (na agricultura que utiliza insumos pré-industriais, é claro) dificilmente vai se repercutir proporcionalmente num aumento de produto;

b) na impossibilidade de comprar mais terras, o agricultor não poderá aumentar o tempo de pousio, conforme as necessidades do solo o exigiriam. A fertilidade cairia e com ela a produção e a renda. É claro que, lutando contra esta tendência declinante, ele intensificaria seus métodos de produção pela utilização da adubação orgânica - já que nesta época a adubação química não se encontra a seu alcance. Mas isso representará um penoso trabalho adicional que não se refletirá de maneira diretamente proporcional numa elevação de produto e da renda. Ou seja, não podendo comprar mais terra, mesmo que recorra à adubação orgânica, o estabelecimento camponês sofrerá, fatalmente, uma queda na produção por unidade de trabalho. A quantidade de trabalho que ele fornecerá "de graça para a sociedade" (Marx) aumentará consequentemente. A partir deste momento, abre-se diante do produtor a estrada da pauperização que, mantendo-se estas condições, cedo ou tarde ele terá de trilhar.

Mas a esta pressão decorrentes do esgotamento do solo vêm-se acrescentar as solicitações de um mercado em permanente expansão que conduz o agricultor a produzir cada vez mais. A extensão da área cultivada é a única forma a seu alcance de se atingir este objetivo, já que pela intensificação, através da adubação animal, ele não conseguiria sequer manter a mesma produção por área, relativamente ao período em que as terras eram mais férteis. Assim ele reduz não só o tempo, mas a própria área de pousio, o que provoca uma queda na fertilidade e, em pouco tempo, a uma redução na produção.

Sob o efeito desta pressão irresistível, a agricultura camponesa do Sudoeste Paranaense transformou-se profundamente a partir do início da década de 1970. Ela foi incapaz de encontrar em si mesma as forças para superar estas contradições que a estrangulavam. O campesinato não conseguiu realizar de maneira completa a sua revolução agrícola. Para alguns, a solução deste problema veio de fora, no uso de insumos de origem industrial e na mecanização, o que lhes trouxe como examinaremos adiante dificuldades até então sequer vislumbradas. Mas para a maioria o resultado destas pressões foi o empobrecimento. Vamos estudar no próximo capítulo as formas pelas quais o campesinato era explorado nesta situação mais ou menos geral de prosperidade, para examinar posteriormente o alcance e os limites das transformações técnicas na produção camponesa e o processo de diferenciação social que tem início a partir dos anos 1970.

Antes disso entretanto, uma pequena observação teórica. Existe, ao que me parece, uma grande convergência entre os pontos de vista de Boserup e Chayanov: ambos estabelecem uma tendência à intensificação permanente do trabalho agrícola, Boserup, no plano histórico mais geral e Chayanov no que se refere à unidade de produção camponesa. E, sobretudo, ambos demonstram que (ao contrário do que seria esperado dentro de

uma ótica centrada na análise econômica a partir da "remuneração dos fatores", a intensificação não corresponde, na maior parte das vezes, a um aumento de produtividade por unidade de trabalho. A compreensão conjunta destes dois autores presta, a meu ver, um grande auxílio no estudo da racionalidade específica da economia camponesa.

CAPÍTULO IV

A EXPLORAÇÂO NUM MUNDO HOMOGÊNEO

A EXPLORAÇÃO NUM MUNDO HOMOGÊNEO

LIMITES À DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Durante os primeiros anos de ocupação da terra no Sudoeste Paranaense não existia, entre os pequenos produtores que vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, uma nítida diferenciação social. Os caboclos, estes sim, colocaram-se logo na base da reduzida pirâmide social. Eles eram empregados como mão-de-obra assalariada dos colonos em serviços de empreitada, mas isso, ainda assim de maneira esporádica: a base da produção camponesa residia na mão-de-obra familiar. A eventualidade da exploração do trabalho assalariado não nos permite falar de uma classe de pequenos capitalistas neste período. O campesinato vivia fundamentalmente de seu próprio trabalho, e não às custas da exploração do trabalho alheio.

Mas entre os próprios pequenos camponeses as diferenças de riqueza e de condições de vida não eram flagrantes. Numa economia caracterizada pela precariedade dos recursos técnicos em uso pelo produtor, a terra é a principal (quando não a única) geradora das diferenças de riqueza. A própria quantidade de animais que cada um possui vai depender, em última análise, da área de terra que se pode colocar em cultivo, seja para o plantio de forrageiras, seja para a pastagem - além, é claro, da fertilidade natural do solo. Mas, quanto a este último fator, as diferenças não eram muito grandes em função do fato de a terra estar coberta pela mata virgem.

Evidentemente, as posses (e posteriormente as propriedades) não eram todas do mesmo tamanho. Mas a quantidade de estabelecimentos com menos de 10 hectares era relativamente pequena e, de qualquer maneira, muito menor do que é hoje, como se pode

observar pelo quadro II. Não podemos estabelecer aqui a comparação em termos de microrregião homogênea pois esta não existia em 1960 tal como é agregada a partir do Censo de 1970. Comparamos então os municípios já formados naquela época com a situação de 1975.

QUADRO II - PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS QUE POSSUEM ATÉ 10 HECTARES, SOBRE O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS - 1960/1975

	1960	1975
Barracão	19,7	54,9
Capanema	16,7	52,4
Chopinzinho	19,0	36,8
Cel. Vivida	39,3	37,8
Fco Beltrão	17,3	33,8
Pato Branco	23,7	24,2

FONTES: Censos Agropecuários de 1960 e 1975.

O único município em que diminui a quantidade de estabelecimentos com menos de 10 hectares é Coronel Vivida. No Sudoeste Paranaense como um todo, 42,7% dos estabelecimentos tinham menos de 10 hectares em 1975, proporção inferior ao conjunto do Estado (49,7%) e do País (52,3%), mas sem dúvida revelando, em termos microrregionais uma maior participação destes pequenos estabelecimentos na estrutura fundiária, nos últimos anos.

A maior parte dos estabelecimentos situava-se entre 10 e 50 hectares como mostram os dados do quadro III. Em 1975, a participação destes estabelecimentos na estrutura fundiária regional caiu em todos os municípios com exceção de Coronel Vivida.

QUADRO Nº III - PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS CUJA ÁREA SITUA-SE ENTRE 10 E 50 HA SOBRE O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS 1960 E 1975

	1960	1975
Barracão	68,7	40,6
Capanema	76,1	45,3
Chopinzinho	68,2	55,0
Cel. Vivida	50,0	52,0
Fco Beltrão	75,0	60,7
Pato Branco	62,7	60,4

FONTES: Censos Agropecuários de 1960 e 1975.

Esta relativa homogeneidade no que se refere à estrutura fundiária não significa que não houvesse diferenças na quantidade de terras que cada um possuía. Mas este fator potencialmente gerador de diferenças nas condições de vida de cada um era atenuado tanto pela grande fertilidade natural do solo, quanto pelo seu regime de utilização. Apesar das diferenças no tamanho dos estabelecimentos, a superfície efetivamente desmatada para cultivo dependia tanto das solicitações do mercado, quanto da capacidade de trabalho disponível em cada estabelecimento. No que se refere às solicitações do mercado, elas incidem mais ou menos igualmente sobre todos os produtores. Quanto à quantidade de produtos lançados ao mercado, esta sim dependia da área colocada em cultivo, que por sua vez era determinada antes de tudo pela própria capacidade de trabalho da unidade de produção camponesa e, em última análise, pelo tamanho da família.

Portanto a área dos estabelecimentos, nos primeiros anos, tem um efeito relativamente limitado no sentido de provocar uma diferenciação social. As repercussões sobre o

padrão de vida do produtor da diferença entre um estabelecimento de 15 ha e um de 30 ha (dadas condições iguais de topografia e fertilidade natural) só vão se fazer sentir ao longo de um certo tempo: o sistema de rotação de terras vai se esgotar muito mais rapidamente na área menor, resistindo na área maior. E, como vimos no capítulo anterior, o empobrecimento do camponês está intimamente ligado ao esgotamento do sistema de rotação de terras.

Por estes motivos, pode-se falar, no período compreendido entre 1950 e 1970 (aproximadamente), de um mundo rural homogênio: nas técnicas de produção, nas quantidades produzidas e na forma como era explorado o trabalho camponês. Já examinamos o que se produzia e as técnicas de produção no capítulo anterior. Vejamos agora como era explorado o trabalho do campesinato.

INDEPENDÊNCIA TÉCNICA

Até o início da década de 1970, o pequeno agricultor não dependia permanentemente do mercado para adquirir seus instrumentos de produção. É claro que os animais de trabalho deviam ser repostos com uma certa periodicidade, mas eles resistiam durante vários anos. Quanto ao arado, recorria-se ao ferreiro, que muitas vezes tinha sua oficina no interior, quando se quebrava uma ponta. Mas um arado é algo que se compra uma vez na vida. O rebanho suíno era gradativamente ampliado a partir de uma pequena aquisição inicial feita entre os próprios produtores. Matrizes e reprodutores selecionados, sementes fiscalizadas, disso nem se ouvia falar. As ervas daninhas eram combatidas no arado e na enxada. E além disso, como vimos no capítulo anterior, nas áreas recentemente desmatadas elas atacam de maneira ainda tímida as plantações.

Portanto, quanto à sua base técnica, a unidade de produção camponesa era autárcica. O pequeno produtor inseria-se na divisão

social do trabalho apenas como produtor de mercadorias e como consumidor dos bens necessários à reprodução familiar e que ele mesmo não produzia: sal, querosene, tecidos, etc. Vender a produção (ou uma parte dela) era uma condição necessária para a manutenção da família: mas os meios de produção, estes não dependiam do mercado, eles eram consumidos sem praticamente entrar na circulação da matéria social.

Do ponto de vista técnico, portanto, o agricultor era praticamente independente do mercado. O mercado não interferia de nenhuma maneira em sua forma de produzir. Entre ele e seus meios de produção não exixtia a mediação do mercado.

Neste sentido, este período caracteriza-se pela profunda unidade entre o produtor imediato e suas condições de produção. A terra lhe pertence por inteiro: ela ainda não é (como ocorrerá para muitos no período seguinte) objeto de hipoteca. Ela existe para o agricultor como objeto de seu trabalho e não como a garantia para a obtenção de empréstimos. Este é um período em que, o empréstimo hipotecário não tendo ainda se generalizado, o agricultor não empenha esta condição básica de sua existência social.

Os meios de produção, em suma, não têm outra personalidade senão a que lhes imprime o próprio trabalhador. Eles são, no essencial, o produto imediato do seu trabalho e é assim que lhe aparecem.

PROCESSO DE PRODUÇÃO VOLTADO PARA O CONSUMO

O regime agrícola baseado quase exclusivamente na produção natural, de subsistência, recebeu seu golpe de morte com a chegada ao Sudoeste Paranaense dos descendentes de europeus e a consequente eliminação social do caboclo. O mercado deixa de

ser uma figura fortuita e eventual para se converter no desaguadouro natural de uma parte cada vez maior da produção.

Mas se o peso das relações mercantis era tão importante, por que falar em um processo de produção voltado para o consumo? O que significa um processo de produção de mercadorias voltado para o consumo? Referindo-se ao artesanato (mas o mesmo raciocínio pode ser aplicado tal qual à produção camponesa) Marx responde a esta questão. "Para os artesãos das cidades, ainda que sua atividade repouse essencialmente sobre a troca e sobre a criação de valores de troca, o objetivo principal e imediato desta produção é a subsistência enquanto artesãos, mestres artesãos, consequentemente um valor-de-uso; este objetivo não é o enriquecimento, não é o valor-de-troca enquanto valor-de-troca. É por isso que a produção é sempre subordinada a um consumo dado previamente e a oferta à procura e é por isso que só se amplia lentamente" (Marx, 1970, p. 224).

Ou seja, o pequeno agricultor recorre regularmente à troca, dirige de antemão à troca de uma parte de sua produção, mas tudo se destina à satisfação das necessidades familiares. Seu circuito de troca é constituído pelo que ele produz (feijão preto, milho, trigo e sobretudo suínos) e pelos meios de subsistência necessários à sua reprodução e a de sua família. Os valores de troca que lança ao mercado serão convertidos em produtos úteis ao consumo. Na produção, estes valores nascem, no consumo se apagam. O único vestígio que deixam é a própria reprodução da família camponesa.

Este tipo de relação com o mercado é característico da circulação mercantil simples e exprime-se na figura M- D-M (mercado-dinheiro-mercadoria). Nas extremidades desta figura encontra-se a mercadoria. O dinheiro existe para o camponês neste período como simples intermediário na conversão da parte do produto de seu trabalho que vai para o mercado em objetos de consumo, isto é, em meios de subsistência É neste sentido que

o processo de produção, ao contrário do que ocorrerá cada vez mais a partir de 1970, está voltado para o consumo.

O PEQUENO COMÉRCIO

A concentração das atividaddes comerciais nas mãos de um determinado grupo social que se organiza para este fim, é uma das principais premissas ao desenvolvimento da produção mercantil. A separação entre produtores e comerciantes é a base histórica na qual se apoia a própria transformação mercantil da agricultura camponesa. Assim, com os olhos na propriedade e no mercado, os migrantes que ocuparam o Sudoeste Paranaense a partir do final da década de 1940, trouxeram consigo seus comerciantes.

Vimos no capítulo I que, até então, o comércio existente na região estava à altura daquilo que o caboclo produzia para o mercado, isto é, era insignificante. Em pouquíssimo tempo, gaúchos e catarinenses - em geral ex-agricultores que com a venda de suas terras conseguiam capital suficiente para estabelecer um pequeno comércio - montaram uma extensa rede através da qual o produto do trabalho camponês tornava-se mercadoria. Os próprios comerciantes também participam deste movimento social migratório que levou os agricultores ao Sudoeste do Paraná e cujo significado geral estudamos no capítulo II. Neste sentido, há uma enorme identidade entre agricultores e comerciantes, que contribui em grande parte para dissimular a desigualdade social que os separa. Da mesma forma que o pequeno agricultor, o comerciante também é "de origem". Ele também é guiado pelo desejo de abstinência, de poupança e une-se ao agricultor de origem européia para condenar os costumes dos caboclos. Ele, enquanto comerciante, é a principal testemunha da "devassidão" cabocla. É com ele que o caboclo gasta seu di-

nheiro (1). Esta integração dos comerciantes no movimento social migratório em direção ao Sudoeste Paranaense, explica sua participação ativa na Revolta de 1957. De fato, havia vários comerciantes entre os dirigentes da Revolta (2). Seu interesse era evidente: enquanto não houvesse paz na região os agricultores não poderiam produzir em abundância e as atividades comerciais ficariam estagnadas.

Mas, tão importante quanto este interesse econômico era a profunda identidade que existia entre o comerciante e o agricultor: identidade étnica, cultural e ideológica. É evidente que esta identidade em muitos casos encobria uma desigualdade social real. Mas o que caracteriza este período (em contraposição ao posterior) é que a sujeição do pequeno agricultor aos exploradores do seu trabalho ocorre no interior de um universo basicamente camponês. Não há um antagonismo entre as regras de conduta do comerciante e as do agricultor. Embora diferentes, eles pertencem a um mundo comum. E o que marca este mundo é a personalização das relações sociais. O pequeno agricultor quando fala de um comerciante sempre se refere a ele pelo nome. Ele desempenha a sua função enquanto pessoa. De certa forma, a função é subsidiária à pessoa. Ele é capaz de compreender as dificuldades por que passa o agricultor, fornecer-lhe um adiantamento, prorrogar-lhe uma dívida, etc. É evidente que cada uma destas operações de "ajuda" envolve, em maior ou menor grau, uma relação de dependência e amplia as bases da exploração do agricultor pelo comerciante. Mas o impor-

---

(1) Esta "devassidão" não se manifesta apenas na compra de bebidas para festas. Um comerciante chegou a me dizer que, há 20 anos, somente os caboclos compravam remédios (analgégicos, basicamente): a população" de origem" tratava-se, segundo este informante, à base de ervas medicinais. O importante aí não é o valor da informação em si, mas a identidade entre o agricultor e o comerciante nos valores do trabalho, da poupança, da abstinência, etc.

(2) O primeiro manifesto da população do Sudoeste pedindo a regularizaçao da situação de suas terras inicia dizendo: "Os colonos, assinados abaixo, comerciantes, industriais, profissionais liberais ocupantes de terras... (Lazier, s/d, p. 17).

tante aí é que esta relação aparece como sendo de pessoa a pessoa. Este é um período histórico em que a universalidade do mundo das mercadorias tem como contrapartida a particularização das relações sociais através das quais a mercadoria toma vida.

DESCENTRALIZAÇÃO

Este tipo de relação entre pequeno produtor e comerciante supõe uma grande descentralização das atividades comerciais. Inúmeros são os agentes que participam do processo de comercialização. "Os tipos de intermediários e compradores que atuam no Sudoeste Paranaense são os seguintes: os colonos comissionados, os bodegueiros, os atacadistas expedidores distribuidores, os motoristas de caminhão, os atacadistas reexpedidores, as organizações varejistas, as empresas industriais e os órgãos governamentais" (Correa, 1970 B, p. 16). O produto da exploração do campesinato dispersava-se entre esta grande quantidade de intermediários. O lucro comercial não se concentrava num setor e não dava origem a grandes fortunas. Assim, é antes de tudo o pequeno e médio capital que explora o agricultor nesta época. O grande capital neste período ainda não tinha a força necessária para enfrentar o sertão. As firmas que existiam no Sudoeste não eram filiais de matrizes instaladas nos grandes centros, nem possuíam elas mesmas "filiais localizadas na região ou extra-regionalmente" (Correa, 1970 B, p. 30).

De todos estes intermediários, os que nos interessam mais de perto são os que possuíam um contacto direto com o produtor - os colonos comissionados, os bodegueiros e os atacadistas expedidores distribuidores.

O colono comissionado é um agricultor mais ou menos abastado que centraliza parte da produção dos vizinhos no interior. Sua autonomia é mínima.: ele não é realmente o dono daquilo que compra, mas recebe pelo produto que reúne uma comissão do comerciante da cidade (em geral o atacadista expedidor distribui

dor) ao qual está ligado. "Seu papel no processo de comercialização é reduzido, pois a primeira etapa do circuito é dominada amplamente pelo bodegueiro" (Correa, 1970 B, p.17).

O bodegueiro, na maior parte das vezes é também um preposto do capitalista comercial, embora seja mais autônomo com relação a este que o colono comissionado. Ele age como comerciante, isto é, possui um estabelecimento em plena zona rural onde compra e vende mercadorias. Sua participação no resultado do trabalho camponês depende antes de tudo do volume de suas atividades. A partir de uma determinada escala, "o bodegueiro passa a se livrar do comerciante da cidade, procurando, ele próprio encaminhar o maior volume de produtos que concentra para fora da região" (Correa, 1970 B, p. 18).

Os atacadistas expedidores distribuidores são os capitalistas que extraem a parcela mais importante do sobretrabalho camponês. Eles unem os dois elos da cadeia, o agricultor e os agentes que conduzirão o produto ao mercado consumidor. Eles estabelecem relações tanto com os bodegueiros (1) quanto com os próprios agricultores.

A DEPENDÊNCIA ESCAMOTEADA

O comerciante(seja ele o bodegueiro ou o atacadista expedidor distribuidor) é para o agricultor a incorporação do mercado. A própria relação com o mercado é personalizada, baseada na confiança. É através do comerciante que o produtor fica sabendo o preço do que vende:

I - "Esse sistema era assim, por exemplo, o colono me vendia 20 sacos de feijão. Ele não me perguntava quando que eu ia pagar esses sacos de feijão, então eu não ia fazer finan

(1) "Qualquer firma de Capanema mantém transação com cerca de 50 bodegueiros" (Correa, 1970 B, p. 19).

ciamento pra pagar aí na balança à vista. Eu fazia a viagem pras capitais, com o feijão e voltava, depois que voltava eu mandava dizer pra ele que viessa pra nós acertar as contas".

O produtor não ia apenas receber o seu dinheiro, mas "acertar as contas" com o comerciante. Isso porque a venda do que ele produzia estava diretamente vinculada às compras do que necessitava durante o ano, antes da colheita. A venda de seu produto baseava-se na dívida que contraíra junto ao comerciante. A compra e a venda se fazem sempre no mesmo local.O agricultor aqui vende não para comprar, mas para pagar o que já comprou. Neste sentido é evidente que uma parte da sua produção já está de antemão destinada não só ao mercado, mas ao comerciante que lhe concedeu o empréstimo.Este empréstimo,na maior parte das vezes, era em produto e não em dinheiro. Nestes casos,as relações entre colono e comerciante "se fazem na base da troca de produtos rurais por bens de consumo indispensáveis,sem haver, portanto, circulação monetária" (Correa, 1970 B p.17).

P - "E como é que era o sistema de comercializar aqui com os colonos? O pessoal se endividava e no fim pagava com a safra, tinha isso? Como é que era?"

I - "Ah! Tinha muita gente que comprava no caderno, como tem até hoje, né? E pagava com a safra".

P - "E pagava com a safra?"

I - "Outros não. Outros já vinha um pouco reforçado, aquele se aguentava e tal, quando fazia a safra, vinha, vendia o feijão e fazia compras pro ano inteiro".

P - "Sei, vendia pro senhor mesmo?"

I - "É. A maioria. Então comprava duas, três mudas de roupa, pra cada filho, calçado pra tudo eles. Comprava um saco de açúcar, dois, cinco saco de sal, então ia lá, 5,6 meses e levava embora"

Existe portanto uma evidente dependência do agricultor com relação ao comerciante. Mas é interessante notar que esta dependência não aparece como uma relação de subordinação mas sim como a contrapartida a um favor prestado:

I - "Isso aí, eu fiz muito disso. Fiz muito disso, agora, não assim de compromoter a safra. De comprar fiado prá pagar quando vendesse. Agora, eu não tinha assim uma obrigação, dizer eu vou vender prá você porque você vendeu prá mim. Mas é muito claro que era para quem a gente dava preferência e que continuava comprando nesta mesma loja. Eu quando estive ruim de saúde, quem me socorreu foi o Ângelo, gerente desta loja. Então eu passei muitos anos que não desemendava a conta, sabe. Eu comprava tudo o que precisava e vendia tudo o que tinha prá ele, diretamente. Mesmo, eram os maiores intermediários que tinha aqui... Mas por sinal eu nunca vi ninguém comprometer a safra. Só que sim, é claro, se eu vou comprar agora prá pagar depois, é lógico que eu acho que o sujeito que comprou, que me cedeu, também tenha o direito, a preferência de ganhar alguma coisa. Agora muitos através disso, segundo informações que eu tive, se aproveitavam. Vendiam mais caro pro sujeito e pagavam mais barato. Que comigo isso não ocorreu".

P - "Mas ocorria"?

I - Comigo não ocorreu...

P - "Mas ocorria então?

I - Ocorria, ocorria. Pelo menos o que me contaram. Agora, eu pra mim, não posso falar. Nesse caso só dou graças a eles porque houve uma temporada que eu estava endividado ao extremo, por questões de doença, não tinha nada, o feijão começando a loirar e eu precisava... precisava fornecer prá poder viver. E então foi fácil. Mandava um bilhetinho por um sobrinho meu. Vinha no bilhete o que eu pedia e ia

prá casa. E quando eu tinha o produto, como é que é, qual é o preço, é tanto, você não podia pagar mais, não, nós ajeitamos aí, tal. Sempre muito bem"

A obrigação de vender a safra ao comerciante aqui é de natureza extra-econômica. Ela é a consequência de uma fidelidade de pessoa a pessoa. Esta fidelidade é tal que o entrevistado reluta em aceitar a evidência de que muitos "se aproveitam, vendiam mais caro e pagavam mais barato pro sujeito". Ao contrário do informante anterior, (um comerciante) este (um agricultor) afirma que nunca viu"ninguém comprometer a safra": Aceitar a existência deste comprometimento da safra seria introduzir uma inadmissível fissura neste mundo de iguais cuja base, evidentemente é a independência de cada um com relação ao outro. Para a manuentção desta igualdade é fundamental que os laços de dependência apareçam como laços de solidariedade.

LIMITES À DEPENDÊNCIA

Evidentemente não é apenas a unidade étnica e cultural entre colonos e comerciantes que transfigura a sujeição em fidelidade mútua. Havia também um fundamento material para esta dissimulação. A esmagadora maioria destes agricultores nunca conheceu uma situação de miséria absoluta. A fertilidade natural das terras e a área possuída por cada um eram responsáveis por uma situação material em que as necessidades fundamentais da família estavam asseguradas. O volume da produção camponesa evitava que sua dependência junto ao comerciante pusesse em risco a sua própria condição de vida. Este risco só aparecia com clareza nos momentos de dificuldades (doenças,

por ex.). E exatamente por isso, pelo fato de o camponês ter regularmente garantidos os seus meios de vida, que, nestas situações excepcionais, os laços de dependência podem aparecer como relações de ajuda mútua.

O vínculo entre comerciantes e agricultor no Sudoeste Paranaense neste período distingue-se, neste sentido, daquilo que no Nordeste é conhecido como a" venda na palha" e feita em geral por camponeses pobres e consiste no empenho claro e aberto da produção como contrapartida de um crédito para a compra de bens de consumo. A partir do momento em que o pequeno agricultor compra aquilo que necessita junto ao comerciante, sua produção deixa realmente de lhe pertencer. Como o volume desta produção é reduzido, fica nítido o laço de dependencia ele trabalha quase exclusivamente para pagar o comerciante.

Ora, no nosso caso, estes vínculos são de outra natureza. A fertilidade natural da terra e a área possuída por cada um permitem que o essencial dos meios de subsistências do agricultor venha diretamente do seu trabalho. Ao contrário do que ocorre, por exemplo, em Santa Luzia (região do Pindaré Mirim, no Maranhão) ele não depende do comerciante para comer(1).Portanto, é enquanto produtor mercantil - e não como produtor agrícola em geral, já que uma parte considerável de sua produção destina-se ao seu próprio consumo - e nos limites da sua produção mercantil que ele se relaciona com o comerciante.Enquanto produtor natural,daquilo que consome, ele não depende de ninguém. E é sobre esta sua independência enquanto produtor natural que se baseia a ilusão de sua independência enquanto produtor mercantil. É a sua mercadoria e não sua vida

(1) "A grande maioria desses camponeses é incapaz de assegurar uma reserva de produto (ou do seu equivalente monetário) capaz de prever o consumo familiar. Não dispondo dessa reserva, e esgotadas as possibilidades de complementar o produto da sua lavoura com outras atividades como trabalhar como assalariado, torna-se ele vítima fácil do capital usuário"(Convenio FINEP/INAN/FASE,1979 B, p.13)

(como ocorre entre os camponeses pobres do Nordeste) que está entre as mãos do comerciante. É sobre a sua condição de produtor mercantil que o comerciante vai interferir; sua sobrevivência e, portanto, sua independência enquanto pessoa, estão garantidas. É por isso que ele pode se relacionar de igual para igual com o comerciante. É por isso que os laços de dependência que os unem podem aparecer como manifestações de solidariedade num mundo de iguais. O agricultor não empenha abertamente sua produção (1). Tudo se passa como se ele tivesse o pleno direito de vendê-la a quem quisesse: sua condição de livre proprietário não é colocada em questão. Ele é soberano tanto sobre seu processo de trabalho quanto sobre o destino de sua produção.

O USURÁRIO

O comerciante, como se pode observar, é marcado por uma dupla função. Ele não é apenas a ligação do agricultor ao mercado, mas, também, o emprestador de dinheiro, embora este empréstimo seja disfarçado sob a forma de adiantamento de produtos. No adiantamento de produtos existem, na realidade, duas operações a venda e o empréstimo e seus ganhos correspondentes, o lucro comercial e os juros, ainda que estes últimos não apareçam como tais. Fundem-se numa só pessoa o capital mercantil e o usurário.

A presença do capital bancário neste período era irrisória. O sistema de empréstimos era dominado por esta forma particu-

(1) É claro que o comprometimento de toda a produção também existia para os setores mais pobres do campesinato. Embora seja difícil saber com precisão qual era a expressão social daqueles cuja vida era marcada pela miséria absoluta, tudo indica que eles constituíam uma minoria entre o campesinato da região. Isto significa que mesmo existindo a prática do comprometimento aberto da produção nos moldes da "venda de palha", esta não era a característica dominante nas relações entre o comerciante e o campesinato.

lar de capital produtor de juros, o capital usuário. E sua fusão com o capital comercial tornava-se possível e necessária pelo fato mesmo de os financiamentos serem voltados para o consumo do agricultor (1)."O capital usurário domina em condições nas quais o essencial dos empréstimos visa a subsistência do camponês e de sua família!"... o capital produtor de juros mantém a forma de capital usuário em face de pessoas e classes para as quais - ou em condições nas quais - os empréstimos não se efetuam nem podem se efetuar de acordo com a diretiva do modo capitalista de produção. É o que se dá quando um indivíduo premido pela necessidade toma emprestado na casa de penhor, quando a riqueza boêmia contrai empréstimos para dissipar, ou quando o caráter capitalista falta ao produtor, como o pequeno-camponês, o artesão,etc., que ainda são donos, como produtores diretos, dos meios de produção que utilizam,e enfim quando o próprio produtor capitalista opera em tão pequena escala que se aproxima daqueles produtores que trabalham para si mesmos" (Marx, 1974, p. 688).

Não é portanto o capital usurário que determina a lógica de funcionamento da economia camponesa. Ao contrário, ele se adapta a esta lógica, não a subverte. As normas do relacionamento entre o agricultor e o capitalista usurário não aparecem como tendo sido trazidas de fora, de um universo exterior ao campesinato.

---

(1) "O capital usuário como forma característica do capital produtor de juros corresponde ao predomínio da pequena produção dos camponeses que trabalham para si mesmos e dos pequenos mestres artesãos. Se, como se dá no capitalismo desenvolvido, as condições de trabalho e o produto do trabalho como capital se confrontam com o trabalhador, não tem este de tomar dinheiro emprestado na condição de produtor. Se toma emprestado é para suas necessidades pessoais, como por exemplo, na casa de penhor. Ao revés,quando o trabalhador é o proprietário, verdadeiro ou nominal, de suas condições de trabalho e de seu produto, relaciona se como produtor com o capital do emprestador de dinheiro, o capital usurário com que se defronta"(Marx, 1974, p. 682).

EXPLORAÇÃO DISSIMULADA

Neste mundo limitado e solidário, marcado pela dominação do pequeno capital usurário e comercial, não havia lugar para conflitos sociais importantes em torno daquela que é a questão básica para o campesinato: o preço daquilo que vende e daquilo que compra. Não existia por parte do campesinato nenhum sinal de que lutasse coletivamente contra a exploração de que era vítima. De um agente de pastoral da região, em 1977, ouvi a seguinte reflexão: "em 1957, o inimigo era claro, aberto. Então, era fácil que todos se unissem contra ele. Mas agora a coisa é mais difícil, o inimigo é mais difícil de localizar". As lutas que se desenrolaram na região a partir de 1978 - e que serão em parte estudadas nos próximos capítulos - mostraram que este agente de pastoral não tinha totalmente razão: os pequenos agricultores souberam localizar seus inimigos e lutar contra ele. Antes disso porém, e até o início dos anos 1970, este inimigo (o grande capital monopolista que domina o processo de comercialização de produtos e insumos agrícolas) não estava plenamente constituído. As próprias condições objetivas em que até então era explorado o campesinato e os setores sociais que se beneficiavam com esta exploração dificultavam o surgimento de lutas sociais importantes. A multiplicidade dos pequenos capitalistas comerciais e usurários, a personalização das relações sociais, a fartura relativa em que vivia a maioria dos agricultores, a segurança que possuíam na conservação de sua condição social, são os principais fatores econômicos que bloqueavam a formação de uma consciência coletiva contra a exploração. As condições sociais deste período exacerbaram o individualismo camponês. O inimigo social dos pequenos agricultores não tinha aquele mínimo de centralização necessário para que sobre ele fossem projetados determinados objetivos de luta. A idéia de que o pequeno agricultor faz parte de um mundo diferente, antagônico ao daqueles que vivem do que lhe compram e vendem, não podia aparecer neste período. Localizar o inimigo era difícil não só pela sua imensa dispersão, mas por-

que, no fundo ele manifestava-se como amigo. O comerciante realmente explorava o camponês e este, até certo ponto, tinha consciência disso. Mas em nenhum momento, uma parcela significativa de agricultores sentia-se, conjuntamente, ameaçada de perder sua condição social, a terra, por exemplo. Na medida em que não se praticavam os empréstimos hipotecários, a exploração do campesinato não se baseava em sua virtual expropriação. O pequeno capital mercantil e usurário explorava o campesinato preservando a unidade de seu mundo. Do ponto de vista da esmagadora maioria do campesinato, ele não era uma ameaça a sua condição social.

Esta talvez seja a principal diferença entre a situação atual e a que há vinte anos imperava na região: os fundamentos sobre os quais se assenta a exploração do pequeno agricultor hoje, não apenas subverteram de maneira integral o seu mundo, mas, sobretudo, colocaram, de meneira permanente, em causa a sua própria independência, a sua sobrevivência social.

CAPÍTULO V

UMA NOVA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

UMA NOVA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

A AUTARCIA EM DECLÍNIO

Vimos no capítulo III que a revolução agrícola, tal como ela se desenvolveu em países como a França e a Alemanha foi quase a descoberta da quadratura do círculo, do ponto de vista da economia camponesa que a ela sobreviveu. Isto não significa, é claro, que ela tenha sido sempre acompanhada de prosperidade e abundância (1). Mas em todo o caso, a redução nas áreas de pastagem e de pousio, concomitantemente ao aumento da produção animal e vegetal, graças à rotação de culturas e à adubação orgânica, a conjunção de todos estes fatores permitiu que setores importantes do campesinato não sucumbissem diante da era da propriedade privada e da produção mercantil em larga escala implantada definitivamente com a Revolução Francesa. As fontes necessárias à renovação das energias do solo eram encontradas na sua maioria, nos limites do próprio estabelecimento camponês. Embora ligada cada vez mais ao mercado, a pequena agricultura vivia, do ponto de vista técnico, em um regime de autarcia.

Apesar de seu enorme significado histórico, estas modificações no sistema de utilização do solo, nas técnicas e nas formas de propriedade eram limitados pelo próprio caráter tecnicamente autárcico da exploração camponesa: a agricultura, presa ainda à dinâmica e às forças da natureza, estava à espera

---

(1) "Os pequenos proprietários não sofriam mais obrigações feudais. E eles não se tornaram em função disso totalmente independentes. Na euforia dos primeiros anos eles se figuravam ter conquistado a liberdade. Eles se jogaram sobre a terra, persuadidos que iam vencê-la pelo seu trabalho. Eles não esperavam depender do mercado no sentido econômico da palavra. Embora anônimos, seus mestres não eram menos rigorosos, e preciso mesmo dizer o contrário. Estes compradores de feira que para os camponeses personificavam o comércio, o consumo, as cidades, não se preocupavam em saber se o preço concedido permitia ao cultivador viver decentemente cobrir suas despesas e sustentar uma família" (Augé-Laribé, 1955, pp. 168 e 169).

de transformações mais profundas, que na indústria já vinham se desenvolvendo há um bom tempo: a aplicação em larga escala da ciência à produção, a introdução na agricultura e na pecuária de decobertas mecânicas, químicas e biológicas que permitissem um novo impulso à produtividade do trabalho.

Por mais importantes que tenham sido os avanços técnicos na agricultura européia durante o século XIX (1), é apenas durante o século XX e, no essencial, após a IIª Guerra Mundial, que eles atingem com profundidade a economia camponesa. Estas transformações técnicas (motomecanização da preparação do solo e da colheita, com a substituição do trabalho animal pelo trabalho auto-motor, uso de fertilizantes e defensivos químicos, seleção das espécies animais e vegetais), tributárias da desenvolvimento dos transportes e dos financiamentos bancários, revolucionaram e até subverteram os fundamentos mais ancestrais da existência camponesa. É todo um modo de vida que se modifica e que provoca inclusive uma crise na própria identidade social camponesa (2). A profundidade destas transformações permite a alguns autores falar em uma nova revolução agrícola (3), da qual alguns dos traços essenciais são:

---

(1) As importações de nitrato do Chile pela Alemanha passam de 7.000 t em 1859 a 60.000 t em 1878. O uso do calcáreo em larga escala, do amoníaco sintético e do nitrato de amônio, ampliam-se também no final do século XIX e no início do atual. (cf. Poitrineau, 1968, p. 489).

(2) Este problema é estudado no último tomo desta magistral Histoire de la France Rurale (cf. Gervais, Jollivet e Tavernier, 1976 e Augé-Laribé, 1955, em particular pp. 163 a 187).

(3) Poitrineau fala do "relançamento" da revolução agrícola. Muller (1980, p. 11) emprega a expressão "moderna revolução agrária". Em interessante estudo Alberto Passos Guimarães usa a expressão "segunda revolução agrícola" numa acepção diferente daquela que estamos subentendendo aqui sob o termo "nova revolução agrícola". Guimarães não distingue duas fases na revolução agrícola, uma apoiada na autarcia camponesa e outra no uso em larga escala de insumos de origem industrial. Para ele, a "segunda revolução agrícola" é a busca de novas fontes de energia e de utilização do solo, a partir das pesquisas com métodos biológicos e uma redução no uso dos adubos e defensivos químicos e da mecanização a tração automotriz na agricultura. (cf. Guimarães, 1979B).

a) desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tanto com base no grande, quanto no pequeno estabelecimento agrícola;

b) fim do regime de autarcia técnica e dependência, por parte da unidade de produção agrícola, dos insumos de origem industrial;

c) tendência à especialização e declínio do regime de policultura (1).

NOVAS TÉCNICAS NO SUDOESTE PARANAENSE

Os traços característicos desta nova revolução agrícola começam a surgir no Sudoeste Paranaense a partir do final dos anos 1960 (2). Foi então que a própria paisagem rural sofreu as modificações mais sensíveis: o sertão coberto pela mata virgem, na qual grandes araucárias tinham um lugar de destaque, foi dando lugar - ali onde a topografia o permitia (3), bem entendido - a uma terra lisa e que, ao contrário do que ocorria até então, não descansava mais. As precárias picadas alargaram-se em estradas asfaltadas ligando a região aos grandes centros consumidores e aos portos de exportação. E, no interior, o clássico "gesto augusto do semeador" vai sendo eliminado pelas máquinas automotrizes.

---

(1) "As especializações serão cada vez mais precisas. Pequenas regiões, sob influências diversas e numerosas, consagrar-se-ão, cada uma, a algumas espécies de legumes e frutas. Segundo suas possibilidades de solos e de climas, elas se esforçarão para se especializarem, não somente no espaço, mas no tempo. Estabelece-se para elas um calendário geográfico das colheitas" (Augé-Laribé, 1955, p. 149).

(2) Este é o momento em que as transformações agrícolas ganham grande impulso também em termos nacionais.

(3) 39% da superfície agrícola do Sudoeste Paranaense apresenta uma declividade que varia de 20 a 45 graus, praticamente impossibilitando a mecanização. Trata-se de uma das mais altas taxas de alta declividade do Estado, o que, como veremos adiante, não impediu o avanço da mecanização a tração automoriz nas áreas onde a declividade é menor (Ipardes, 1981, p.10).

É evidente que este conjunto de transformação não atingiu todos os pequenos agricultores com a mesma intensidade, embora, sob formas diversas, ninguém tenha escapado a seus efeitos. Pode-se dizer mesmo que a transformação na base técnica da agricultura acelerou, e até certo ponto gerou, um forte processo de diferenciação social no campo: processo, entretanto, multifacético, que não se pode ser descrito com a mesma facilidade de que um campo de guerra de artilharia antes do início da batalha: para cá, os que se transformaram em burgueses, para lá, os que se juntaram às fileiras do proletariado. No nosso caso as coisas não são tão simples. O crédito rural e os insumos modernos não converteram em burgueses a maioria dos pequenos agricultores que os utilizou. Da mesma forma, aqueles que se mantiveram alijados deste processo de transformações técnicas não perderam, em grande parte dos casos, o domínio sobre as suas terras, não passaram a viver da venda de sua força de trabalho.

Antes de estudarmos este processo de diferenciação social, vamos examinar as mudanças na base técnica da agricultura camponesa no Sudoeste Paranaense a partir do final dos anos 1960. O leitor deve ter em mente que estas transformações atingiram uma parcela apenas do campesinato da região. Os traços analisados abaixo não se aplicam portanto ao conjunto dos pequenos agricultores, mas somente àqueles que tiveram acesso (total ou parcialmente) ao uso de imsumos de origem industrial.

O FIM DA ROTAÇÃO DE TERRAS

A primeira característica importante nas transformações técnicas sofridas pelo Sudoeste Paranaense no final dos anos 1960, refere-se ao regime de utilização do solo: os pousios arbustivo (seis a dez anos) e curto (um ou dois anos) vão sendo substituídos pelas colheitas anuais e múltiplas. As áreas de capoeira e (numa menor proporção) as de pastagem declinam e cedem lugar ao impetuoso avanço da lavoura. A rotação de ter-

ras deixa de ser a forma principal de se assegurar a fertilidade do solo. A vasta cobertura florestal que marcava a paisagem do Sudoeste Paranaense até o final dos anos 1960 caiver tiginosamente no início da década seguinte. E com ela as áreas produtivas não utilizadas e aquelas destinadas ao pousio, como mostram os dados do quadro IV.

QUADRO Nº IV - MATAS E FLORESTAS NATURAIS E PLANTADAS E TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS OU EM DESCANSO (1) NO SUDOESTE PARANAENSE EM 1970 e 1975

	Área total (ha)	Matas e flor (ha)	Não utilizadas ou em desc.(ha)
1970	1.018.912	204.852	205.429
1975	1.039.912	123.529	143.772
Dif.%	+2,0	-40,0	-30,0

FONTES: Censos Agropecuários de 1970 e 1975

Mais de 80 mil hectares foram desmatados num período de cinco anos e cerca de 60 mil hectares de terras não utilizadas foram colocadas em cultivo. As matas e florestas somadas às terras produtivas não utilizadas ou em descanso, que representavam 40,3% da área total micro-regional em 1970 reduzem-se para apenas 27,5% do conjunto da superfície do Sudoeste.

A área dedicada a pastagem sofre também uma redução de 5% entre 1970 e 1975, passando de 176.779 para 167.869 hectares. Este dado adquire maior relevância quando se observa que no mesmo período, apesar da queda na área de pastagem, o rebanho bovino aumentou passando de 322.316 em 1970 para 367.383 em 1975. Ou seja, uma parte cada vez mais importante da alimentação do gado é assegurada pelas forragens e pelas rações.

(1) Em 1970, o Censo não distinguia as terras produtivas não utilizadas das terras em descanso. Por isso, para permitir a comparação agregamos ambas as categorias em 1975.

É interessante observar que o declínio das florestas e das áreas produtivas não utilizadas corresponde quase exatamente à ampliação na superfície ocupada pela lavoura entre 1970 e 1975. A área de lavoura (temporária e permanente, esta última insignificante) cresce 143.438 hectares, passando de 38% em 1970 a 50% da área total em 1975. Neste mesmo período, o declínio da floresta e das terras produtivas não utilizadas é de 142.980 hectares.

O aumento da área de lavoura deu-se portanto através da exploração produtiva das áreas não utilizadas nos próprios estabelecimentos, daquilo que alguns chamam de "fronteira interna" dos estabelecimentos(1). O desafio que se colocou à agricultura para realizar este tipo de ampliação na área cultivada, foi o de encontrar fora da rotação de terras outra forma de regenerar as energias do solo, tanto mais que o ritmo da produção se acelerava permanentemente. Este desafio foi vencido (não sem trazer novos probremas, como veremos nos próximos capítulos) através do recurso à quimificação, à mecanização agrícola e dos avanços da engenharia genética.

A CIÊNCIA APLICADA À AGRICULTURA

A ampliação da área de lavoura e a redução na superfície de pousio não se basèiam, no nosso caso - ao contrário do que ocorreu na revolução agrícola no final do século XVIII - sobre os recursos disponíveis pelo estabelecimento camponês. A função regeneradora do pousio é preenchida pela adubação de origem química e não animal. Para utilizarmos a terminologia de Leo Waibel, o "sistema de rotação melhorado de terras" não foi substituído pela "rotação de culturas combinada com a criação animal". Circunstâncias que analisaremos adiante (mas entre as quais a política nacional de crédito rural ocupa lugar

(1) Esta expressão é empregada no excelente diagnóstico sobre a situação econômica do Paraná produzido pelo Ipardes (1981, p. 50 e p.74).

de destaque) criaram condições para que a solução ao esgotamento do sistema de rotação de terras viesse de fora da exploração camponesa, através do recurso aos fertilizantes e defensivos químicos.

Em 1970, dos 50.451 estabelecimentos agrícolas existentes no Sudoeste Paranaense, menos de 500 (1%) empregavam adubação química e apenas 177 (0,4%) corrigiam a acidez do solo através da calagem (aplicação de calcáreo). Já em 1975, a situação altera-se de modo nítido: 6.500 (12%) agricultores recorrem à adubação química (1) e 2.402 (4,6%) estabelecimentos registram a prática da calagem, num total de 52.241 estabelecimentos. O Censo de 1970 não pesquisou o uso de defensivos. Em todo caso, em 1975, 8.897 estabelecimentos (17%) aplicaram defensivos nas suas lavouras e 41.831 vacinaram seus animais.

Segundo dados da ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), referentes a uma quantidade de municípios menor que os agregados pela FIBGE na MRH Sudoeste Paranaense, mas ainda assim representativos da média regional (2), o uso de fertilizantes e defensivos químicos em 1978/79 era bem maior que o registrado em 1975 pelo Censo:

---

(1) Há também um aumento apreciável, embora não nas mesmas proporções, dos estabelecimentos que empregam adubação orgânica. Estes eram 210 em 1970 (0,4% do total) e passam a 1.392 (2,7% do total dos estabelecimentos em 1975).

(2) Utilizo aqui dados de uma tabulação desagregada a nível micro-regional que me foi gentilmente cedida pelo Engº Agrônomo Valter Bianchini da ACARPA de Francisco Beltrão. A região administrativa de Francisco Beltrão inclui 15 municípios dos compreendidos na micro-região homogênea Sudoeste Paranaense.

QUADRO Nº V - PORCENTAGEM DE PRODUTORES QUE USAM ADUBOS E DEFENSIVOS QUÍMICOS (CONTROLE DE INVASORES E PRAGAS), QUE PRATICAM A CALAGEM E QUE VACINAM SEU REBANHO SUÍNO, POR PRODUTO ANO 1978/79

PRODUTO	ADUBAÇÃO	CALAGEM	CONTROLE	
			Invasores	Pragas
Soja	42	15	75	51
Milho	24	8	58	17
Feijão	32	7	73	38
Trigo	66	25	56	83

Vacinação do rebanho suíno praticada por 22% dos produtores

FONTE: ACARPA, 1979

Uma das consequências da extinção do regime das capoeiras é que com a destruição da mata as ervas daninhas encontram condições atmosféricas e de luminosidade extremamente favoráveis para o seu desenvolvimento, anteriormente bloqueado pela cobertura florestal. A limpeza do terreno contra estas pragas é uma das tarefas agrícolas mais penosas e demoradas. A aplicação de defensivos apresenta aí uma enorme economia de trabalho. E como se vê no quadro, o controle de pragas é uma atividade praticada por uma expressiva quantidade de produtores, sobretudo os de soja e trigo.

Por outro lado, juntamente com a mata foi extinto um determinado equilíbrio ecológico, em que grande parte dos invasores era destruída dentro do mecanismo natural de reprodução dos insetos. Cada vez mais estas tarefas da natureza são realizadas pelo trabalho humano. Este fenômeno é tão importante que em todos os produtos citados o uso de defensivos contra invasores ultrapassa 50%, chegando a 75% no caso da soja e 73% no caso do feijão.

Mas é claro que além dos fertilizantes e dos defensivos químicos, a mecanização agrícola contribuiu decisivamente para a incorporação de novas áreas ao cultivo. Com efeito, em 1970 apenas 346 (0,7%) estabelecimentos utilizaram trator nos trabalhos agrícolas. E no essencial (65,8% do total) eram os pequenos tratores de menos de 50 H.P. que lavraram os poucos estabelecimentos em que existiam. Em 1975, o número de informantes que usaram trator (1) sobe para 2.588 (5%). E, o que é fundamental, 65,2% dos tratores têm uma potência entre 50 e 100 H.P.

Os dados da ACARPA apontam, no ano de 1978/79, uma intensidade bem superior da mecanização agrícola:

QUADRO Nº VI - PERCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE RECORREM À MOTO-MECANIZAÇÃO E À MECANIZAÇÃO A TRAÇÃO ANIMAL EM 1978/79 NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO

PRODUTO	MOTOMECANIZAÇÃO	TRAÇÃO ANIMAL
Soja	35	44
Milho	19	48
Feijão	21	44
Trigo	60	8

FONTE: ACARPA, 1979

A capacidade de poupar trabalho da mecanização agrícola é enorme. "A colheita manual do milho emprega 8 pessoas por hectare e a mecanizada apenas uma; para a soja e o trigo, a redução é de 11 para 1" (Graziano da Silva, 1981 A, p. 111). Além da colheita, as tarefas de preparo do solo (aração, gradeação etc.) são cada vez mais motomecanizadas.

(1) O Censo indica os informantes que usavam trator na data da pesquisa e não os que tinham a propriedade deste trator. Trata-se de um critério justo, já que o aluguel de máquina é bastante difundido.

Apesar do grande aumento da motomecanização, a mecanização a tração animal é bastante difundida no Sudoeste Paranaense. É interessante observar que o emprego da motomecanização não fez recuar o uso de trabalho animal em termos microrregionais (1). O Sudoeste Paranaense é a região onde mais se usa arado a tração animal em todo o Estado (73% dos estabelecimentos). Nada menos que 66% de todos os informantes que, em 1975, possuíam animais de trabalho no Paraná, estavam no Sudoeste Paranaense.

O avanço na mecanização fez-se acompanhar pelo desenvolvimento das práticas de conservação do solo - curva de nível, terraceamento, etc. - recurso indispensável para se contrabalançar os efeitos da erosão em uma terra desmatada e destocada. A floresta não apenas fertilizava o solo, mas evitava que sua camada superficial fosse eliminada pelas chuvas pesadas. Agora é o trabalho humano que tem de proteger a terra. Mesmo do ponto de vista da luta contra a erosão, os novos métodos agrícolas supõem uma intensificação do trabalho, uma maior aplicação de trabalho na terra, além da própria extensão da área cultivada.

---

(1) Em 1970, 64,3% dos informantes declararam ao Censo possuírem arado a tração animal. Em 1975 esta percentagem sobe para 71,7% do total, o que faz seguramente do Sudoeste Paranaense uma das regiões do País em que mais se emprega a força animal. O interessante é que o avanço da motomecanização, ao menos até 1975, não deslocou o boi de trabalho, ao contrário do que ocorreu por exemplo em São Paulo, como mostra Graziano da Silva (1981 A, pp. 101 e 102). Como veremos adiante, a razão desta diferença entre São Paulo e o Sudoeste Paranaense é que nesta última região, o progresso técnico na agricultura baseou-se em grande parte na produção camponesa. Na sua maioria, os pequenos agricultores não abandonam o arado a tração animal de maneira completa. Pode-se pensar mesmo que a destocagem das terras pelos tratores cria um campo inclusive mais propício para o trabalho animal.

Em 1975, 3.736 estabelecimentos (7,2% do total) praticavam a conservação do solo, segundo o Censo Agropecuário(1). Em 1978/79, os dados da ACARPA indicavam uma difusão ainda maior das práticas de conservação do solo:

QUADRO Nº VII - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE RECORREM À CONSERVAÇÃO DO SOLO EM 1978/79 NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO

PRODUTOS	CONSERV. SOLO	PLANTIO CORRETO
Soja	22	35
Milho	9	36
Feijão	12	34
Trigo	31	54

FONTE: ACARPA, 1979

Mas não foi só do ponto de vista químico e mecânico que a base técnica da agricultura se transformou. As inovações biológicas tiveram um papel fundamental. As pesquisas no campo da seleção de sementes e da genética animal permitem inclusive um melhor aproveitamento dos próprios avanços químicos e mecânicos. Como mostra Graziano da Silva em seu excelente trabalho sobre o progresso técnico na agricultura (2) o avanço na engenharia genética tem conduzido não apenas a um aumento na produção (por unidade de semente, por exemplo), mas sobretudo a uma redução no tempo natural do ciclo agropecuário. O período de maturação e desenvolvimento das plantas tende a se reduzir, da mesma forma que o tempo de reprodução dos animais.

(1) Em 1970 o Censo não pesquisou este ítem, tornando impossível o cálculo da evolução do fenônimo no período.

(2) Cf. em particular pp. 32 e 33 e sobre os efeitos do progresso técnico sobre a utilização de mão-de-obra, pp. 109 a 112. Uma análise interessante desta questão pode ser encontrada também em Graziano Neto, 1979.

Os progressos biológicos alteram o ritmo metabólico de alguns animais e plantas chegando quase a criar novas espécies. Basta lembrar, para se ter uma idéia do que isto significa, que as galinhas das granjas modernas não chocam, só botam os ovos (1). O mesmo ocorre com as espécies vegetais, como o milho híbrido (2). Falando sobre a importância do avanço das ciências da vida para o desenvolvimento da agricultura, Graziano da Silva (1981 A, p. 33 e 34) afirma: "Assim, uma variedade melhorada não é apenas uma planta ou um animal capaz de gerar um maior volume de produção num menor espaço de tempo ou numa época distinta daquela outra encontrada na Natureza. É muito mais do que isso: trata-se de seres "fabricados" pelo capital, que reproduz artificialmente aí a própria Natureza, à sua imagem e semelhança e de acordo com seus interesses".

O uso de sementes selecionadas é a técnica moderna mais amplamente adotada pelos agricultores do Sudoeste Paranaense, como mostra o quadro VIII:

QUADRO Nº VIII - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE EM 1978/79 EMPREGAVAM SEMENTES SELECIONADAS NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO

PRODUTO	USO DE SEMENTE SELECIONADA
Soja	63
Milho	69
Feijão	38
Trigo	95

FONTE: ACARPA, 1979.

(1) Este exemplo é citado por Graziano da Silva(1981 B) em seu interessante e didático livro "A Questão Agrária".

(2) Vimos no capítulo III que as leguminosas têm a propriedade de extrair o azoto da atmosfera e fixá-lo na terra. Pesquisas recentes têm procurado alterar as propriedades de outras plantas de forma a adotá-las deste poder até então particular às leguminosas. Solução: "Procura-se portanto, a médio prazo, fabricar bactérias poderosamente fixadoras de azoto e capazes de 'fundir' com as raízes das plantas que recusam habitualmente esta simbiose. A longo prazo pode-se esperar introduzir, no patrimônio genético dos cereais e outras plantas cultivadas em abundância, os próprios gens destas bactérias responsáveis pela fixação do azoto" (Sabatier, 1980, pp. 49 e 50).

PROGRESSO TÉCNICO E PRODUTIVIDADE

É evidente que este desenvolvimento químico mecânico e biológico aumentou sensívelmente a força produtiva do trabalho na agricultura. E isso por dois motivos básicos:

a) Por um lado, os novos métodos permitem uma ampliação na superfície cultivada, graças exatamente aos meios mecânicos de que dispõe a agricultura para o preparo do solo e aos meios químicos utilizados em sua fertilização;

b) Mas além disso, a intensificação da produção agropecuária com base no uso de insumos industriais possibilita uma considerável elevação na própria produtividade por área cultivada (1). Vimos no capítulo III que a intensificação do trabalho na agricultura que não utiliza insumos industriais tornava possível uma aumento da área cultivada, e por aí da produção total, mas não levava, na maior parte dos casos, a um aumento na produtividade do trabalho. Como demonstra Boserup, o declínio do pousio faz com que cada unidade de produto custe (em trabalhos de irrigação, preparação do solo, adubação, etc.) uma quantidade cada vez maior de trabalho, na medida em que a agricultura se intensifica.

Ora, a utilização de insumos industriais, que não são produzidos diretamente na agricultura reverte esta tendência e permite que a intensificação da produção seja acompanhada não por uma queda, mas por um aumento na produtividade do trabalho. Estes insumos que possibilitam o crescimento da produção por área são obtidos através da troca: uma família camponesa não gasta o seu próprio trabalho na produção de fertilizantes (diferentemente do que ocorria com o adubo caseiro). Ao contrário, na medida em que o fertilizante químico é adotado, o

(1) Embora, como lembra Graziano da Silva (1981 A, p. 16), citando Marx, esta elevação de produtividade nem sempre aconteça.

tempo de trabalho vinculado à fabricação do adubo caseiro é "liberado" para a agricultura. Com esta "liberação", a família pode consagrar-se às tarefas especificamente agrícolas.

Ou seja, o que caracteriza basicamente este processo de transformações técnicas é que a intensificação agrícola baseia-se na participação cada vez maior do trabalho morto no processo produtivo. Até então, todo o longo desenvolvimento histórico das forças produtivas na agricultura, desde o neolítico até o final do século XIX baseava-se numa participação sempre maior do trabalho humano na terra e na criação animal. Se intensificar a produção é substituir terra por trabalho, o período anterior é marcado pelo fato de que esta substituição apóia-se fundamentalmente no trabalho vivo, enquanto que agora ela tende a se basear cada vez mais no trabalho morto corporificado nos meios de produção que entram no processo de trabalho. É claro que esta tendência não provoca necessariamente uma queda em termos absoluto na quantidade de trabalho vivo, no pessoal ocupado na agricultura. Mas ela leva forçosamente a um aumento relativo da participação dos meios de produção modernos na composição do valor do produto. A própria natureza desta tendência histórica da agricultura que é a passagem dos métodos extensivos aos mais intensivos, altera-se nesta nova revolução agrícola: o uso de insumos de origem industrial, base da atual forma de intensificação dos métodos agrícolas, permite que uma quantidade cada vez maior de produtos seja obtida através de uma quantidade cada vez menor de trabalho humano.

O quadro IX é um exemplo desta nova base da intensificação dos métodos agrícolas. Ele mostra o grande crescimento, entre 1970 e 1975, do valor dos investimentos em máquinas, instrumentos agrários, veículos e outros meios de transporte no valor total dos investimentos no Paraná e no Sudoeste Paranaense.

QUADRO Nº IX - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS, IMPLEMENTOS, VEÍCULOS E OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NO TOTAL DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NOS ANOS DE 1970 e 1975

	1970	1975
SO/PR	24,3	46,7
Paraná	27,5	40,4

FONTES: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Em resumo, a combinação dos avanços mecânicos, químicos e biológicos, característica desta nova fase do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, provoca um tríplice efeito:

a) aumento na área cultivada, em função do fim do regime de utilização do solo baseado na rotação de terras;

b) aumento da produção por área, tanto em função da possibilidade de se multiplicar as colheitas e o ritmo da produção animal (redução no tempo de maturação das plantas e alteração do metabolismo animal), quanto por causa do próprio aumento na produtividade sobre uma determinada superfície cultivada;

c) aumento na produtividade do trabalho: o uso de insumos industriais permite que a mesma unidade de trabalho se traduza por uma quantidade crescente de produtos.

ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO

No desenvolvimento histórico da agricultura brasileira o avanço da superfície cultivada tem contribuído bem mais para o aumento da produção que o progresso na produtividade por área.

O quadro abaixo, retirado de um recente trabalho demonstra esta tendência, mesmo para o período mais recente e para a região mais desenvolvida da agricultura brasileira:

QUADRO Nº X - CONTRIBUIÇÃO DO AUMENTO DA ÁREA E DA PRODUTIVIDADE NA AMPLIAÇÃO DA OFERTA AGRÍCOLA NOS ESTADOS DO SUL, ENTRE 1950 e 1980

ESTADO	ÁREA	PRODUTIVIDADE
Paraná (1)	82	18
Santa Catarina	81	19
Rio Grande do Sul	86	14
Região Sul	84	16

FONTE: Stefanello, 1981

Seria errôneo extrair destes dados a conclusão de que as técnicas modernas contribuem de maneira pouco significativa para a elevação da produção. O próprio aumento na superfície cultivada apóia-se em muitos casos no emprego do trator como meio

(1) É interessante observar que para o período 1970/1980 a contribuição da produtividade foi ainda menor que durante os anos 1950/1980. A contribuição da produtividade no conjunto lavouras incluindo café foi de -15,0% e excluíndo-se o café o resultado sobe para 6%, uma taxa inferior aos 18% registrados no período 1950/1980, segundo dados de um recente trabalho (Deral, 1981), Uma explicação para este aparente paradoxo pode estar no fato de que entre 1950 e 1970 a agricultura contou com as terras extremamente férteis da fronteira agrícola em expansão. Embora o uso de fertilizantes, defensivos e sementes selecionadas tenha aumentado vertiginosamente entre 1970 e 1980, estes insunos não chegaram a compensar a perda da fertilidade natural do solo. Segundo depoimento de um agricultor de Francisco Beltrão, ele obteve, em 1957, num alqueire de mato queimado, 183 sacos de milho, o que dá uma produtividade de 4.575 quilos/ha. Segundo este mesmo agricultor produz-se em média hoje 100 sacos de 60 quilos por alqueire (=2.500 quilos/ha), o que é ainda superior à produtividade média estadual que chegou em 1980 a 2.360 quilos, segundo dados do estudo do Deral, 1981.

de desmatamento e aração e no uso de fertilizantes químicos (1). Mas a apreciação do verdadeiro papel da tecnologia de origem industrial no desenvolvimento agrícola só pode ser feita em termos precisos (de forma a que a agregação dos dados não esconda realidades contraditórias entre si) em termos regionais e talvez mesmo microrregionais. A situação do Sudoeste Paranaense é interessante neste sentido.

PRODUTIVIDADE NO SO/PR

O aumento da área cultivada no Sudoeste Paranaense (que passou de 38% para 50% da área total entre 1970 e 1975) foi possível graças a este conjunto de recursos técnicos colocados ao alcance da agricultura. Reduzir a superfície de matas, florestas e terras em descanso a ampliar a área plantada nas proporções em que isto ocorreu, e algo que nunca poderia ter sido feito em tão pouco tempo sem a utilização das conquistas químicas mecânicas e biológicas acima citadas.

Mas além de permitirem a ampliação da área, estas conquistas provocaram um enorme avanço na produtividade do trabalho. Ao menos num primeiro momento, a elevação na produtividade do

(1) Segundo Stephanes(1981, p.3) a área de lavoura no País, que era de 34,0 milhões de hectares em 1970 e subiu para 40 milhões em 1975, já chegou em 1980 a 44,3 milhões de hectares. Stephanes relaciona este aumento ao maior uso de insumos na agricultura(embora aponte em seu trabalho as "distorções" decorrentes deste uso) e fornece o quadro nº XI, apresentado a seguir:

QUADRO Nº XI - UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E INSUMOS NA AGRICULTURA - BRASIL - 1970/75/80

	1970	1975	1980
Tratores*	165.870	323.113	600.444
Colheitadeiras*	98,184	84.707	113.921
Defensivos***(t)	39.469	78.460	86.279**
Fertilizantes***(t)	999,076	1.977.692	2.437.000**

* IBGE; ** 1979; *** IEA-SP.

trabalho não impediu uma elevação na quantidade de pessoas ocupadas na agricultura, já que a área de lavoura também se ampliou. Mas como mostra o quadro XII, o crescimento na área de lavoura foi maior que o do pessoal ocupado.

QUADRO Nº XII - ÁREA DE LAVOURA E PESSOAL OCUPADO NO SUDOESTE PARANAENSE EM 1970 e 1975

ANO	ÁREA DE LAVOURA(ha)	PESSOAL OCUPADO
1970	387 mil	195 mil
1975	533 mil(+37,7%)	243 mil(+24,6%)

FONTES: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Cada pessoa ocupada na agricultura trabalha em média uma área maior. A relação área de lavoura/pessoal ocupado que era de 1,98 em 1970 sobe para 2,19 em 1975.

A influência do aumento da produtividade na elevação do produto é, no caso do Sudoeste Paranaense, bem maior que na média da região Sul e do Estado do Paraná acima citados. Os dados do quadro XIII indicam que a produção elevou-se mais rapidamente que o pessoal ocupado (comparar com o quadro XI) e também, o que é essencial, que a área plantada.

QUADRO XIII - AUMENTO NA PRODUÇÃO E NA ÁREA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NO SUDOESTE PARANAENSE ENTRE 1970 e 1975

	1970		1975		
	Produção	Área(ha)	Produção	(t)Área	Área (ha)
Soja	48.111	60.345	245.476	(410,2%)	187.931 (+211,4%)
Milho	443.980	246.665	661.609	(+49%)	308.584 (+25%)
Feijão	42.120	74.932	48.518	(+15,2%)	59.600 (-20,5%)
Trigo	36.914	57.920	27.892	(-24,4%)	44.557 (-23%)

FONTES: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Com exceção do trigo, que sofre problemas de adaptação às condições climáticas da região, todos os outros produtos aumentaram mais a produção que a área. Ou seja, o incremento da produtividade do trabalho no Sudoeste Paranaense manifesta-se portanto na ampliação da área cultivada, no aumento da produção por área e na elevação do produto por unidade de trabalho.

CAMPESINATO E TRANSFORMAÇÃO TÉCNICA

Este crescimento na produtividade do trabalho no Sudoeste Paranaense (que, como vimos não foi acompanhado por uma queda, mas por um aumento no pessoal ocupado) não se fundamentou, ao contrário do que ocorreu em outras regiões do Estado, numa expropriação massiva do produtor imediato. No Norte do Paraná, por exemplo, o trator e a colheitadeira mecânica ocuparam, em grande parte o lugar do antigo colono de fazenda.

Entre 1970 e 1975, mais de 76 mil estabelecimentos agrícolas deixaram de existir no Estado do Paraná (1). Este fenômeno ocorreu em vários outros Estados da Federação: Rio Grando do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco e Paraíba (2). Neste mesmo período, o Sudoeste Paranaense foi, juntamente com o Extremo Oeste, uma das poucas regiões em que a quantidade de estabelecimentos aumentou, ao invés de diminuir, onde portanto não se assistiu a um processo de proletarização massivo, traço principal da evolução agrária das outras mais importantes regiões do Estado (3). A base da agricultura no Sudoeste Paranaense continua sendo a pe

---

(1) Segundo Stephanes, (1981. p.3) em 1980 esta queda já atinge 100.000 estabelecimentos.

(2) É bom lembrar, para evitar uma idéia "apocalíptica" a respeito do destino do campesinato no Brasil, que em outros Estados como Rondônia, Maranhão e Pará os aumentos foram consideráveis.

(3) Os dados preliminares do Censo de 1980 já indicam uma reversão desta tendência ao crescimento na quantidade de estabelecimentos. A população rural do Sudoeste Paranaense sofreu uma queda de 0,32% e a do Extremo-Oeste de -2,33%.

quena produção familiar. O essencial do pessoal ocupado na agricultura é representado pelos "responsáveis e membros não remunerados da família" (95,4% do total em 1970 e 93,6% do total em 1975).

Os diversos quadros citados anteriormente mostram a grande porcentagem de estabelecimentos que recorrem a técnicas modernas. Se, ao contrário do que ocorreu no Norte do Estado, o desenvolvimento das forças produtivas no Sudoeste Paranaense não foi acompanhado por um processo de proletarização, isto significa que setores importantes do próprio campesinato incorporaram total ou parcialmente tecnologia moderna a sua produção. A transformação dos fundamentos técnicos da agricultura apoiou-se em grande parte sobre a economia camponesa. É isso que explica o fato de que a quantidade de estabelecimentos que registram o uso, por exemplo, de tratores e fertilizantes cresce muito mais no Sudoeste Paranaense que no restante do Estado (1). É que o próprio campesinato absorveu esta tecnologia moderna.

Em que grau e dentro de que limites ocorreu esta absorção, é o que estudaremos nos dois próximos capítulos. O importante á assinalar aqui é que a pequena propriedade não tem sido, no Sudoeste Paranaense, um obstáculo ao progresso técnico na agricultura. Dentro de certos limites que serão estudados no próximo capítulo, a agricultura camponesa tem sido uma fértil base para o desenvolvimento das forças produtivas no campo. É evidente que no Brasil, assim como em todos os países capitalistas, o progresso técnico na agricultura chega mais rápida e facilmente, penetra com mais vigor nas grandes propriedades(2). Mas isso não significa que o pequeno estabelecimento seja avesso ao de

---

(1) Entre 1970 e 1975, a quantidade de estabelecimentos empregando fertilizantes aumentou 60% no Paraná. No Sudoeste Paranaense, este aumento chegou a 899%. No caso de tratores, as cifras são 155% para o Paraná e 647% para o Sudoeste.

(2) A porcentagem de estabelecimentos que tem acesso aos meios financeiros e técnicos necessários ao desenvolvimento agrícola cresce na medida do crescimento da área. Uma demonstração desta tendência pode ser encontrada em Muller, 1980. Isto não significa, é claro que estes grandes estabelecimentos aproveitem melhor as suas áreas que os pequenos.

senvolvimento da força produtiva do trabalho. Como demonstrou Lênin, o desenvolvimento do capitalismo no campo não supõe áreas cada vez maiores. Referindo-se à agricultura norte-americana Lênin afirma: "A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente no fato de que a pequena exploração, embora se conservando pequena pela extensão da terra, transforma-se em grande exploração pelo volume da produção, pelo desenvolvimento da criação, pela quantidade de adubos empregados, pelo desenvolvimento do emprego de máquinas, etc."(Lênin, 1960, p. 72). Uma das conclusões mais importantes deste estudo de Lênin é aquela onde ele demonstra que a tendência geral inerente ao desenvolvimento capitalista de substituir a pequena exploração pela grande, não se traduz necessariamente pela extinção da pequena propriedade, mas pode ser acompanhada, ao contrário, por uma subdivisão de grandes latifúndios: "a eliminação da pequena produção pela grande consiste na eliminação das fazendas "maiores" quanto à superfície, mas menos produtivas, menos intensivas e menos capitalistas, pelas fazendas "menores" quanto à auperfície, mas mais produtivas, mais intensivas e mais capitalistas" (Lênin, 1960, p. 81). A tendência principal é portanto a intensificação da produção e esta pode se dar tanto na grande, quanto na pequena propriedade, tanto nos estabelecimentos capitalistas que se baseiam sobre a exploração de mão-de-obra assalariada, quanto na economia camponesa, fundamentada no trabalho familiar.

Determinar com precisão qual tem sido a base fundiária do desenvolvimento técnico na agricultura em termos nacionais, é um objetivo que escapa aos limites deste trabalho. Além do que, acredito que a agregação de dados nacionais neste caso só faria encobrir realidades mutuamente contraditórias. A análise regional e microrregional parece-me uma via mais prudente, onde se corre menos o risco de generalização abusivas. E o fenômeno importante aqui do ponto de vista microrregional (que se contrapõe a tendências opostas manifestadas em outras regiões

do Estado e do País) reside na base camponesa em que se fundamentou em grande parte o progresso técnico na agricultura do Sudoeste Paranaense.

Se parcelas consideráveis do campesinato puderam modificar a base técnica de suas produções isto se deve também ao fato de que o desenvolvimento das forças produtivas no campo não tem levado a ganhos de escala suficientemente importantes para as grandes propriedades de forma a inviabilizar economicamente as pequenas. Ao contrário do que ocorre em diversos setores na indústria, os progressos técnicos na agricultura não provocaram uma eliminação dos pequenos estabelecimentos. Não há dúvida de que, no caso das máquinas, os custos operacionais tendem a crescer com a redução da área trabalhada. Mas este crescimento não é de tal ordem que torne o uso da mecanização impossível para o pequeno produtor (1). De resto, todas as conquistas no campo biológico e químico são acessíveis tanto à grande quanto à pequena exploração agropecuária.

Antes de passarmos ao próximo capítulo, onde examinaremos o alcance e os limites do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura com base na pequena exploração camponesa, vamos mencionar mais um traço desta nova revolução agrícola e apontar algumas de suas características gerais no caso do Sudoeste Paranaense.

ESPECIALIZAÇÃO E DECLÍNIO DA POLICULTURA

Uma das consequências mais importantes do desenvolvimento dos transportes para a agricultura foi a tendência constante à especialização. As ferrovias, os navios de alta tonelagem, etc, permitem ampliar o raio de ação da divisão social do trabalho. Como o

(1) São inúmeros os estudos atuais que demonstram a viabilidade econômica da pequena exploração camponesa e as dificuldades que, em todos os países capitalistas, a agricultura vem encontrando para procipiar ao capital nela investido um retorno correspondente à taxa de lucro e à renda da terra. Entre outros, Servolim (1972), Tepicht (1973) Nakano (1981) Aidar e Perosa (1981).

declínio da autarcia técnica, cresce a demanda agrícola por produtos industriais. Correlativamente, a agricultura pode se especializar, ela pode adquirir no mercado aquilo de que necessita, concentrando-se assim em um ou alguns poucos produtos. Ou melhor, ela deve se especializar para otimizar o aproveitamento dos insumos que incorpora.

A tendência à especialização existe ao nível da divisão social do trabalho num determinado país, em termos internacionais e também sob o aspecto social: na França, por exemplo, há uma clara divisão de trabalho entre a pequena exploração camponesa (encarregada da criação animal) e os estabelecimentos capitalistas, que se concentram na exploração vegetal. (Servolin, 1972).

O avanço da produção de soja e trigo no Sul do Brasil na última década (1) é uma clara manifestação deste impulso à divisão social do trabalho que tem por base o desenvolvimento da produção capitalista na sociedade como um todo. Além da especialização no interior do estabelecimento agrícola, a homogeneização ocorre também em termos regionais. O próprio espaço agrícola é determinado cada vez mais pelo tipo de inserção da produção rural no circuito social das trocas. E é evidente que este circuito não se limita às fronteiras nacionais. O rebanho animal francês alimenta-se com as proteínas das grandes planícies norte-americanas ou das plantações de soja brasileiras.

---

(1) A área ocupada com soja e trigo no Paraná em 1970 correspondia a 10,5% da área plantada com os quinze principais produtos cultivados no Estado. Em 1980 esta proporção subiu para 43.9%. Durante estes 10 anos, a superfície ocupada com lavouras no Paraná ampliou-se 3,3 milhões de hectares. O aumento da área ocupada pelo binômio soja/trigo foi também de 3,3 milhões de hectares. É claro que outras culturas como o milho e o feijão também coresceram em termos de área. Mas houve durante este período um forte decréscimo no plantio de algodão, amendoim, café, mandioca, menta, etc. (cf. Deral, 1981).

Esta integração nada mais é, como veremos adiante, que a expressão técnica de um processo de dominação econômica, na medida em que o circuito de trocas é dominado por grandes monopólios capitalistas, que, cada vez mais, detêm o controle da própria difusão do progresso técnico. A partir de um certo ponto, estes monopólios, com o apoio do Estado, aceleram a divisão internacional do trabalho e acentuam a especialização, lucrando enormemente com ela (1).

O fundamental para nós aqui é que enquanto a primeira revolução agrícola baseou-se sobre a unidade policultura-criação, o atual desenvolvimento das forças produtivas no campo tende justamente a romper esta unidade. A alimentação animal é, cada vez mais, tributária de rações e concentrados que não são produzidas no estabelecimento agrícola. A produção agrícola, por seu lado, tende a se desvincular das necessidades imediatas da criação animal existente no próprio estabelecimento e passa a depender das exigências da divisão social do trabalho. Este movimento de especialização raras vezes é completo no caso de campesinato. O produtor de suínos sempre planta o milho para seus animais. Mas a alimentação destes depende cada vez mais das rações e dos concentrados. E além disso, o peso da soja no valor da produção e no conjunto das atividades da família tende a crescer cada vez mais.

---

(1) Um exemplo disso é a dependência em que a criação animal na França se encontra com relação a uma proteína básica que não é produzida no país, a soja. Com o crescimento da produção brasileira as fontes de abastecimento desta leguminosa para a Comunidade Econômica Européia se diversificaram. Mas até o início da década de 1970, o modelo que presidiu o desenvolvimento da criação animal (sobretudo da pequena criação) na França significava colocar este setor básico da economia sob a dependência dos Estados Unidos. Existem inúmeros estudos a respeito, desenvolvidos sobretudo pelos técnicos do Institut National de la Recherche Agronomique, INRA. Entre outros: Berlan, Bertrand e Lebas (1976), Marloie (1974), Chabert (1976), Chabert (1974), Berlan, Bertrand, Chabert, Marloie, Spitz (1975), Spitz (1973), Spitz (1974), Berlan, Bertrand, Chabert, Lebas e Marloie (1976), Benain (1976).

Mesmo numa região fortemente marcada pela presença camponesa como é o Sudoeste Paranaense, a especialização dos produtores no cultivo de um produto como a soja faz-se com grande rapidez. Em 1970, a soja correspondia a 6% do valor total da produção. Em 1973 ela já participava com 26% deste valor (Unicamp/INCRA, 1978).

Resumido todo este processo de desenvolvimento técnico que acabamos de descrever, destacam-se, para o que nos interessa aqui, três traços fundamentais:

a) Coincidência entre a "primeira" e a"segunda" revolução agrícola. Com efeito, o fim da rotação de terras como sistema fundamental de utilização do solo coincide no tempo com a introdução dos insumos industriais na agricultura;

b) O aumento da produtividade do trabalho e a aplicação da ciência a agricultura basearam-se, no Sudoeste Paranaense, em grande parte, sobre a produção camponesa. Quanto ao alcance e aos limites desta difusão, é isto que estudaremos no capítulo a seguir;

c) O fim da autarcia agrária. A agricultura insere-se cada vez mais na divisão nacional e internacional do trabalho.

CAPÍTULO VI

O CAMPESINATO E A ATUAL POLÍTICA AGRÍCOLA

O CAMPESINATO E A ATUAL POLÍTICA AGRÍCOLA

A agricultura camponesa do Sudoeste Paranaense chegava, no início dos anos 1970 ao esgotamento do seu regime tradicional de utilização do solo, baseado na formação de capoeiras como forma principal de regenerar as energias da terra. Se até então os métodos extensivos foram prioritariamente adotados isto se deve, como vimos, a que estes métodos tendem a ser poupadores de trabalho. É somente na medida em que eles se esgotam que os sistemas intensivos (maior aplicação de trabalho por área) são difundidos, o que leva, em geral, na agricultura que utiliza insumos pré-industriais, a uma queda na produtividade do trabalho.

Como explicar então, a partir destas premissas que as capoeiras tenham sido substituídas tão rapidamente pelos tratores, os fertilizantes e os defensivos químicos? Como foi possível que a intensificação agrícola atingisse graus tão elevados e num período tão curto?

Na política agrícola do Estado brasileiro encontra-se, em grande parte, a resposta a esta questão. Estimulando a formação de um poderoso parque industrial fornecedor de insumos para a agricultura e consumidor ávido de suas safras em permanente crescimento, injetando no meio rural os recursos necessários - e baratos - para que o campo trilhasse esta nova era, o Estado brasileiro contribuiu decisivamente para a irradiação da nova revolução agrícola.

É importante lembrar que, do ponto de vista da economia camponesa, a política do Estado veio responder a uma necessidade técnica e economica real, decorrente do cansaço do sistema tradicional de utilização do solo. O esgotamento do regime das capoeiras colocava a pequena agricultura diante da urgência de reformular, ao menos em parte, seus fundamentos técnicos, sem o que ela cairia em franca regressão, num processo irreversível de empobrecimento.

As vias para esta reformulação eram diversas, mesmo do ponto de vista capitalista (1). O Estado brasileiro adotou, evidentemente, aquela que melhor correspondia aos objetivos de sua política econômica e aos interesses de sua base social, e antes de tudo do grande capital monopolista produtor de insumos, comercializador e consumidor industrial de produtos agrícolas (2). É o que vamos examinar a seguir.

"FUNCIONALIDADE" DA PEQUENA PRODUÇÃO?

Inúmeros foram os autores que, opondo-se à perspectiva cepalina dominante na sociologia latino-americana até o início dos anos 1960, tentaram mostrar que o caráter arcaico da agricultura brasileira não era um obstáculo, mas sim, ao contrário uma das bases para o desenvolvimento do capitalismo industrial(3). Em recente trabalho, Paulo Sandroni (1980) contesta de maneira a meu ver bastante convincente esta idéia, mostrando que se realmente existisse esta "funcionalidade" da pequena produção baseada nos métodos mais primitivos de exploração do solo, se-

(1) Da mesma forma que submete a si todo tipo de propriedade, a agricultura capitalista pode se desenvolver sobre a base de inúmeros padrões tecnológicos. Assim, o Banco Mundial, a partir de 1970 passou a orientar seus investimentos, em grande parte, com o intuito da implantação de tecnologias "alternativas" (adaptadas as necessidades locais das comunidades que as empregam, providas de fontes renováveis de energia, etc.), como mostra um interessante estudo de Drevon (1976). Segundo Guimarães, existe atualmente nos EUA uma "segunda revolução agrícola" em curso, que consistiria exatamente na mudança completa das bases tecnológicas do desenvolvimento agrícola atual (emprego de insumos de origem biológica, abandono da aração profunda, feita com trator, etc). Cf. Guimarães, 1979 B, pp. 151 e 152.

(2) Permito-me fazer tal afirmação, sem uma fundamentação prévia, por ser ela (apesar das diferenças de enfoque em cada caso) um quase consenso entre os especialistas da questão. As formas de ação do grande capital monopolista que age junto à agricultura serão estudadas no capítulo IX deste trabalho.

(3) Entre outros: Barros de Castro (1972), em particular o capítulo 2; Paiva Schatan e Freitas (1973), Oliveira (1972) e Stephanes (1981).

ria muito difícil explicar dois fenômenos fundamentais na agricultura brasileira hoje:

a) a expropriação massiva de setores do campesinato (e, poderíamos acrescentar, justamente de seus setores mais pobres);

b) a tendência à intensificação da produção rural, através da incorporação permanente de ao menos alguns dos principais avanços do desenvolvimento das forças produtivas no campo aos próprios pequenos produtores. O que me parece importante na argumentação de Sandroni é que as tão citadas "funções" da agricultura para o desenvolvimento industrial(1) podem ser realizadas de maneira muito mais eficaz (e a partir das próprias leis inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo) através da introdução do progresso técnico no meio rural do que através da conservação do trabalho agrícola em seus patamares tradicionais.

Examinar como se manifestam, no quadro do desenvolvimento do capitalismo no campo, as diversas formas pelas quais a agricultura pode contribuir para a reprodução da sociedade burguesa é uma tarefa hercúlea à qual, evidentemente, não me proponho aqui. Meu objetivo é bem mais limitado: como, sobre a base da produção camponesa, pode-se desenvolver um importante processo de valorização do capital? Quais as consequências econômicas, sociais e políticas deste processo de transformações técnicas descrito no capítulo anterior para o campesinato? Por que a intensificação agrícola sobre a base da produção camponesa não é contraditória com o capitalismo? Em que condições, em suma, pode existir uma "funcionalidade" da pequena agricultura no quadro de desenvolvimento capitalista e do avanço do progresso técnico no campo? E - o que para o nosso caso é essencial - se esta "funcionalidade" existe, por que o processo de modernização atinge parcelas limitadas de campesinato e não o conjunto dos pequenos produtores?

---

(1) a) "geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas;
b) liberação de mão-de-obra;
c) criação de mercado;
d) transferência de capitais" (Barros de Castro 1972, p.95).

Responder a estas questões é, antes de tudo, analisar aquele que tem sido nos últimos anos o principal instrumento da política agrícola e a via básica através da qual se dá o acesso ao progresso técnico: a política creditícia.

CRÉDITO: GRANDES E PEQUENOS

Entre 1969 e 1977, segundo Homem de Melo (s/d, p.27), o crédito concedido ao setor lavouras apresentou nacionalmente um aumento de 250%, em termos reais. No Estado do Paraná, este aumento foi ainda maior, chegando a quase 500% em termos reais entre 1970 e 1979 (Ipardes, 1981, p. 89). Acompanhando uma tendência geral a todos os países capitalistas (1), o crédito rural vem assumindo uma participação cada vez maior no valor da produção, como mostram os dados do quadro XIV. Em 1970, a participação do crédito no valor bruto da produção era de 37,32%, no Estado do Paraná. Em 1979, esta proporção sobe para 81,76%.

Do total do crédito concedido à agricultura paranaense, cerca de 70% destinaram-se ao custeio da produção (56,11% do total) e a investimentos (12,8% do total), no ano de 1979. Mesmo levando-se em conta a queda relativa do crédito para investimentos no total dos financiamentos concedidos no período(2), não há dúvida de que grande parte dos recursos alocados para a agricultura volta-se à aquisição de insumos industriais. Em 1975, um estudo estimava que ao menos 25% do crédito agrícola era consagrado à compra de insumos industriais (3). Já em 1979,

---

(1) "O volume das dívidas dos agricultores ultrapassa em muitos países o valor do PAB(Produto Agrícola Bruto); em meados dos anos 1950 já correspondia, na Dinamarca, a 252% do PAB; na Suécia a 217%; nos Estados Unidos, 215%; e na Suíça a 211% (Guimarães, 1979 A, p. 182).

(2) O crédito para investimentos que atingiu 31,45% dos financiamentos totais em 1973, foi caindo sua participação no montante global concedido à agropecuária, para atingir... 12,8% em 1979.

(3) Artigo de Maria Cândida Vieira para o Diário Comércio e Indústria, 15/12/1977. Dados do Engº Agrônomo Clóvis de Toledo Pizza.

QUADRO Nº XIV - CRÉDITO RURAL: TOTAL CONCEDIDO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PARANÁ - VALORES CONSTANTES DE 1979

ANOS	CRÉDITO RURAL TOTAL CONCEDIDO (1)	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (2)	PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO NO VBP (1)/(2)
	(Cr$ 1 000)	(Cr$ 1 000)	%
1970	14 989 541	40 165 798	37,32
1971	16 181 613	60 230 143	26,87
1972	23 833 870	65 412 693	36,44
1973	34 867 382	71 255 166	48,93
1974	44 817 304	95 667 481	46,85
1975	66 434 374	100 797 449	65,91
1976	67 993 375	80 594 203	83,75
1977	75 272 246	107 547 914	69,99
1978	68 705 403	83 304 203	82,48
1979	88 061 340	107 710 818*	81,76

FONTE - (1) - BACEN/DERUR

(2) - FUNDAÇÃO IPARDES

- DADOS INFLACIONADOS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA- COLUNA 2 DA F.G.V.

*.- Provisório

In Ipardes, 1981

no Paraná, 40% do total dos financiamentos concedidos para custeio vincularam-se à aquisição de corretivos, fertilizantes, inoculantes, defensivos, sementes e mudas melhoradas. (Ipardes, 1981, p. 102). Em algumas culturas, este montante é ainda maior, atingindo 65,2% no caso da soja, 62,3% no caso do trigo e 76,5% no caso da batata (Ipardes, 1980, p. 8).

Para atender a política nacional de crédito rural, é necessário evitar um duplo e frequente preconceito:

a) até recentemente, o discurso oficial a respeito do crédito agrícola fazia vista grossa à evidente concentração dos recursos disponíveis em poucas mãos. Em 1976, foram firmados em 1,85 milhão de contratos de financiamento para a agropecuária, segundo dados do Banco Central citados por Guedes Pinto (1979, p. 196). Evidentemente, o número de beneficiários não é igual ao número de contratos pois é frequente que um mesmo estabelecimento faça mais de um contrato. Como lembra Guedes Pinto, o próprio presidente do Banco do Brasil na época afirmava que apenas 20% dos produtores rurais tinham acesso ao crédito. Aplicando-se esta porcentagem sobre os 5 milhões de estabelecimentos detectados no País pelo Censo de 1975 teremos que cerca de 1 milhão de agricultores tinha acesso ao crédito. Note-se que uma outra fonte ligada também a política nacional de crédito rural estimava em apenas 10% a quantidade de agricultores aos quais chegavam os financiamentos agrícolas(1).

Em 1979, o Banco Central do Brasil registrou 2,37 milhões de contratos de financiamento agrícola em termos nacionais. Não há dúvida de que se trata de uma elevação considerável. Ainda assim, considerando-se que o número de contratos não é maior que a quantidade de estabelecimentos atingidos pelo crédito rural, é provável que menos de 1,5 milhão de agricultores sejam atingidos pelos financiamentos agrícolas.

(1) Segundo informação de Mario Kruel Guimarães, da Comissão Nacional de Política de Crédito Rural à revista Agricultura e Cooperativismo (abril de 1978).

Mas mesmo com esta ampliação na quantidade de tomadores de empréstimos, a concentração creditícia manteve-se inalterada nos últimos anos. Em 1976, 3,08% dos contratos de financiamentos aprovados pelo Banco do Brasil absorveram 41,34% do montante dirigido por esta instituição para a agricultura (1). Em 1980, o quadro mantém-se inalterado com relação a 1976: os "grandes" produtores, com 4,5% dos contratos (cerca de 56.000 contratos) absorveram 42,7% dos recursos subsidiados que o Banco do Brasil coloca na agricultura. Ao mesmo tempo os "mini" e "pequenos" produtores, com 81,4% dos contratos, recebem 9,3% do montante total (2).

A concentração é, portanto, evidente. Os 56 mil contratos celebrados por "grandes" produtores devem corresponder a pouco mais de 20 mil estabelecimentos. Ou seja, cerca de 20 mil estabelecimentos receberam 42,7% (Cr$ 205 bilhões) do total dos recursos colocados à disposição da agricultura. Considerando-se que o crédito rural, mesmo para os grandes produtores é altamente subsidiado, não é difícil deduzir quais foram os setores da sociedade beneficiados com a maioria dos Cr$ 950,9 bi-

(1) Agricultura e Cooperativismo, abril de 1978.

(2) Mensagem publicitária do Banco do Brasil, publicada no relatório "Safra 81/82" da Gazeta Mercantil de 31/8/1981 O sistema nacional de crédito rural classifica os estabelecimentos segundo quatro grupos, em função de seu faturamento anual. O critério usado para esta classificação é o Maior Valor de Referência, (MVR) que em agosto de 1981 correspondia a pouco mais de Cr$ 4.000,00. O quadro XV mostra os quatro grupos segundo a classificação da Política Nacional de Crédito Rural:

QUADRO Nº XV - CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO O MVR

GRUPO	QUANTIDADE DE MVR	VALOR
Mini	até 200	até Cr$ 814,2 mil
Pequeno	de 200 a 600	até Cr$ 2,4 milhões
Médio	de 600 a 3.000	até Cr$ 12,2 milhões
Grande	de mais de 3.000	mais de Cr$ 12,2 milhões

FONTE: Matéria de Cíntia Sasse, Gazeta Mercantil, 20/8/1981.

lhões de subsídios e incentivos fiscais que o Banco Central registrou em 1980 (1).

b) O segundo preconceito a ser evitado quando se estuda a política de crédito rural no Brasil decorre da própria constatação que acabamos de fazer. Uma vez que o crédito rural é extremamente concentrado, pode-se ficar com a impressão de que, em praticamente nenhuma circunstância, o pequeno produtor pode ter acesso a ele. A partir desta impressão pode-se inclusive formar a idéia de que ao governo e aos grandes monopólios capitalistas, não interessa de nenhuma forma que o crédito seja difundido entre pequenos camponeses.

Se de fato isto fosse verdade, seria muito difícil explicar como, a partir da difusão de crédito agrícola, foi possível, em várias regiões do País, um processo de transformação da base técnica da produção camponesa, através da incorporação de insumos de origem industrial. Constatar esta difusão não significa ignorar os seus limites. De fato a maioria dos pequenos agricultores não é atingida de nenhuma forma pelo progresso da força produtiva do trabalho no campo. Mas não é desprezível a quantidade deles a absorver a tecnologia moderna. Tem razão Paul Singer (1981, p. 11), quando afirma que o desenvolvimento agrícola a partir dos anos 1950 "não correspondeu inteiramente às expectativas nem dos "dualistas" nem dos "funcionalistas". Para dizê-lo em poucas palavras: as técnicas de produção agrícola começaram a ser rapidamente modernizadas, sem que as relações capitalistas de produção tomassem - ao menos na mesma medida - o lugar das relações de produção simples

(1) Segundo Carlos Langoni, presidente do Banco Central, este montante deverá atingir, em 1981 a cifra de Cr$ 1,25 trilhão (Matéria de Reginaldo Heller. Gazeta Mercantil, 5/8/1981).

de mercadorias. Aconteceu o que menos se esperava: as técnicas modernas se mostravam compatíveis, dentro de amplos limites, com a produção familiar".

E uma das premissas para esta compatibilidade foi exatamente a difusão do crédito rural entre os pequenos produtores. A transformação na base técnica da lavoura camponesa nunca poderia ter atingido a amplitude e a profundidade a que chegou a partir dos recursos próprios do pequeno agricultor ou daqueles que o capitalista comercial e usurário colocava a seu alcance. Uma potência maior, representada pelo capital bancário, tornava-se aí indispensável.

Além disso, se ao Estado e ao grande capital monopolista não interessa a difusão do crédito rural entre os pequenos produtores, como explicar a campanha lançada desde o início do governo Figueiredo (e que, vem se manifestando com redobrado vigor nos últimos meses), no sentido da desburocratização e da desconcentração do crédito? Como explicar que o Banco do Brasil vai financiar 100% do custeio apenas do "mini" e do "pequeno" produtor, limitando a 60% o montante deste crédito para os "grandes" agricultores?Qual seria o sentido dos "postos avançados de crédito rural"que visam atingir agricultores de regiões onde não existe uma rede bancária estruturada? Por que motivo o governo atenuou as exigências necessárias para a obtenção de financiamentos? (1). Interesse eleitoral? Necessidade conjuntural gerada pela urgência do combate à inflação?

(1) Esta ênfase ao pequeno agricultor vem sendo dada desde o início dos anos 1970 pelo Banco Mundial em sua política agrícola. Até então a política do BIRD era dirigida para grandes projetos e o seu espírito era o da Revolução Verde: apoio à grande empresa, mecanização e quimificação intensivas,etc.Drevon (1976) cita trechos de documentos do Banco Mundial e de discursos de Mc Namara que são verdadeiras autocríticas desta orientação adotada até o inicio dos anos 1970. A partir de então"... uma nova estratégia passa a vigorar no Banco, com uma importância maior dirigida às pequenas explorações" (p.11). É interessante observar que na mensagem publicitária do Banco do Brasil a respeito da política de crédito rural a exposição dos dados assume quase a forma de uma "denúncia" da concentração do crédito e de sua melhor utilização por parte do pequeno produtor. Quem te viu, quem te vê!

Ainda que estes fatores tenham um peso na orientação da política agrícola, não me parece que eles possam por si só explicar a orientação governamental. Existem razões de fundo que explicam a "virada" na postura do governo com relações à questão da distribuição de crédito agrícola.

DEMOCRACIA CREDITÍCIA?

Se, como vimos, o crédito rural não se destina apenas aos grandes proprietários, mas, por outro lado, não chega também às mãos da massa dos pequenos camponeses (1), qual o critério que norteia a sua distribuição? Não há dúvida de que, do ponto de vista do capital bancário, dos monopólios capitalistas atuando a montante e a jusante da agricultura (assim como do ponto de vista dos interesses da classe capitalista como um todo) há um nítido interesse em que a quantidade de tomadores de empréstimos se eleve permanentemente. O crédito rural abre, com efeito, um caminho no fim do qual se encontram mais clientes para os bancos, mais compradores de máquinas e insumos, mais

(1) Basta lembrar que, em 1980, mais de 3 milhões de estabelecimentos não tiveram acesso ao crédito. "Assim os dados do Censo Agropecuário de 1975 mostraram que apenas 10% das propriedades menores que 100 hectares contaram com crédito, proporção que aumentava para 28% na faixa de 100-500 hectares e para 33% nas propriedades maiores que 500 hectares" (Homem de Melo, s/d, p. 28).

vendedores de produtos agrícolas, maior produtividade do trabalho no campo, etc. (1).

Se isto é verdade, por que este caminho parece ser tão difícil de ser aberto? Por que a concentração creditícia presiste, mostrando inclusive resistência à decisão oficial de reverte-la?

Para responder a esta questão é preciso primeiramente lembrar que o dinheiro destinado ao meio rural passa pelo sistema bancário. E este possui em seu funcionamento normas estritas que podem ser atenuadas, mas que respeitam algumas preocupações básicas de segurança e rentabilidade das aplicações. Não basta o desejo de emprestar e de tomar empréstimos: é necessário que o pequeno produtor possua algumas condições materiais mínimas para que possa preencher as funções às quais o crédito rural em suas mãos se destina. Vejamos a questão mais de perto.

(1) Parece-me unilateral a posição adotada a respeito por Celso Furtado em seu último e interessantíssimo livro, de que o principal bloqueio à modernização da agricultura camponesa no País é o fato de esta funcionar como uma espécie de medida que regula o preço de mão-de-obra. "Modernizar a produção dos gêneros que são em grande parte supridos pelos minifúndios, significa organizar o mercado desses produtos, portanto, elevar os seus preços relativos e, consequentemente, aumentar o preço da mão-de-obra. Ora, a estrutura agrária atual existe exatamente para que se obtenha o resultado inverso, ou seja uma oferta de mão-de-obra ao mais baixo preço possível. A sua lógica força a utilização extensiva dos recursos naturais e bloqueia a acumulação no âmbito da exploração familiar, tudo em função de um duplo objetivo: assegurar mão-de-obra ao mais baixo preço e maximinizar o excedente extraído da agricultura" (Furtado, 1981, p. 27). Em primeiro lugar, seria preciso demonstrar que a modernização da produção eleva os preços relativos dos produtos. Até que ponto, o custo da absorção de uma tecnologia intensiva não é atenuado pela elevação na produtividade do trabalho e por unidade de área? Além disso, o raciocínio de Celso Furtado parte da premissa (falsa a meu ver) de que a atual estrutura agrária (fundiária?) é uma necessidade econômica para a acumulação capitalista. A meu ver a questão da força do latifúndio coloca-se politicamente: ele é uma sobrevivência histórica que o desenvolvimento capitalista da agricultura foi incapaz de superar e que bloqueia inclusive em grande parte, como veremos adiante, este mesmo desenvolvimento capitalista. A crítica de Sandroni aos "funcionalistas" aplica-se neste caso ao próprio Furtado.

CAPITAL USURÁRIO E CAPITAL BANCÁRIO

Ao analisarmos no capítulo IV as formas pelas quais se dava a exploração do trabalho do campesinato no Sudoeste Paranaense entre 1950 e 1970, destacamos a importância do pequeno capital comercial e usurário. Vimos que os vínculos que havia entre o produtor e o pequeno capitalista eram de pessoa a pessoa. Na medida em que existia uma independência técnica efetiva da agricultura camponesa, os financiamentos destinavam-se aos artigos de consumo da família do agricultor que este não produzia. Neste sentido, todo o sistema creditício neste período, apesar de suas ramificações profundas no meio rural, apoiava-se em relações particulares, não padronizadas. Na medida em que as relações econômicas são de pessoa a pessoa, não existe entrave de nenhuma espécie para a obtenção do crédito, mesmo que seus juros sejam extorsivos.

O capital bancário dissolve estes vínculos de natureza pessoal. O pequeno agricultor nunca se refere ao gerente do banco pelo nome. Ele é sempre "o gerente", um funcionário que corporifica a instituição que representa e que limita sua relação com o camponês a esta função. Nenhum outro laço (compadrio, por exemplo) os une senão seu enfrentamento enquanto tomador e emprestador de dinheiro. Não existe mais um universo homogêneo dentro do qual se dá a relação econômica. O dinheiro sai de um mundo urbano, despersonalizado, estranho às regras da convivência camponesa, mas ao qual o camponês tem que se sujeitar (1).

---

(1) Uma das queixas mais frequentes dos pequenos produtores refere-se a quantidade de viagens que são obrigados a fazer para conseguir um empréstimo. De fato, estas viagens são um dos fatores que tornam o crédito rural mais caro para o pequeno produtor que para o grande, ainda que a taxa nominal de juros para ambos seja a mesma, como demonstra um estudo de Nehman, citado por Homem de Melo (s/d, p.30). Mas além deste fator material há um motivo ideológico para esta frequente queixa: a ida ao banco materializa para o agricultor a dependência a personagens que são totalmente estranhos ao seu mundo, a sujeição do seu mundo ao mundo do outro.

O capital bancário destina-se basicamente ao financiamento da produção. Neste sentido, ele não empresta simplesmente dinheiro, ou as mercadorias necessárias à sobrevivência do agricultor: o que ele lhe oferece na realidade são os meios de acesso a determinadas condições de produção que sozinho o camponês não teria condições de adquirir. O importante é que o financiamento bancário apresenta-se, via de regra, sob a forma de um "pacote tecnológico": ele obedece a um certo padrão de utilização dos recursos, tido como o mais produtivo, como aquele capaz de melhor corresponder a uma certa expectativa de rentabilidade. Quem determina o que deve ser comprado e como devem ser utilizados os meios de produção (1), não é o próprio agricultor. Ao financiar a sua lavoura o camponês deve usar sementes selecionadas (ainda que sua experiência lhe diga que suas sementes próprias são igualmente produtivas), deve empregar adubos químicos, etc. Em caso de frustração de safra o Pró Agro (seguro rural) só cobre as despesas de quem tiverobedecido a estas normas, que indicam o uso "correto" dos recursos.

Por mais flexível que seja este padrão tecnológico de região para região, ele obedece a critérios definidos de maneira centralizada pela política agrícola e esta responde aos

(1) E até, em muitos casos, o que deve ser plantado: "Se a gente vai no banco financiar a lavoura e planta um pouco de tudo, o gerente diz que é lavoura de bugre", reclamava um agricultor de Mato Grosso do Sul, num encontro de dirigentes sindicais de vários Estados do País para a discussão da política agrícola, em outubro de 1980 em Florianópolis. Graças à atenção de Ossir Gorenstein, assessor da CONTAG, pude participar como observador do encontro e nele colhi vários depoimentos interessantes aos quais farei alusão sob a forma CONTAG/Florianópolis, 1980.

interesses economicamente dominantes na sociedade (1), no caso, aos grandes monopólios que atuam a montante e a jusante da produção agropecuária (2).

TECNOLOGIA E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A aplicação deste padrão tecnológico por parte do pequeno agricultor supõe certas condições mínimas sem as quais ele se torna totalmente inviável. Até hoje o sistema de financiamentos rurais tem se difundido em grande parte sobre a base de garantias hipotecárias. Embora em termos legais o penhor da produção seja suficiente, as exigências requeridas ao não proprietário dificultam enormemente seu acesso ao crédito (3).

(1) Estes interesses não estão isentos de contradições internas. É interessante, neste sentido, a orientação adotada por técnicos da Secretaria da Agricultura do Paraná, tentando promover uma espécie de readaptação tecnológica da produção rural, no sentido do uso de fontes renováveis de energia, economia de insumos, etc. Um trabalho do atual secretário da Agricultura do Paraná revela que "o desperdício no uso de insumos modernos pode ser constatado através de indicadores como a fertilização de manutenção, usando-se de 20 a 40% a mais de fertilizantes químicos em relação às necessidades das culturas e tipos de solos determinadas através de análise e substituição de máquinas aos 5 e 7 anos de uso, quando a vida útil das mesmas é superior a 8 anos" (Stephanes, s/d, p. 4). Uma das conclusões de Stephanes é de que se deve investir mais em "pesquisa de tecnologia do tipo biológico" (p. 6).

(2) Os traços gerais da atuação destes grandes monopólios serão estudados no capítulo IX deste trabalho.

(3) Sorj (1980, p. 88) cita um trecho de um discurso do presidente da CONTAG em que este afirma: "As exigências de garantias constituem-se no principal entrave; via de regra, são solicitadas a terra e a produção agrícola como garantias reais (hipoteca do imóvel e penhor agrícola) e o aval como garantia pessoal; em muitos casos, a hipoteca do imóvel é pré-requisito indispensável para a concessão de pequenos empréstimos para custeio da produção. Dos parceiros e arrendatários é exigida a carta de anuência do proprietário, que é de difícil consecução...". Além disso as exigências de "saldo médio" e reciprocidade (obrigar o cliente que toma crédito a realizar outros negócios com o banco) são tão frequentes, que na mensagem publicitária do Banco do Brasil acima mencionada (cf. nota 10), este pede que sejam denunciados os casos em que haja pressão sobre o agricultor para que em troca do crédito ele atenda às solicitações do banco.

Mas mesmo que este obstáculo de propriedade seja superado, resta que o sistema bancário não é formado por um conjunto de casas de caridade. Os bancos condicionam o empréstimo a uma garantia de retorno por parte do agricultor (1). Para isso, é necessário que este tenha condições topográficas, de fertilidade, de extensão e de localização tais que lhe permitam oferecer segurança aos emprestadores de dinheiro.

Ora, é evidente que a esmagadora maioria dos pequenos produtores brasileiros não possui estas condições (2). O cotidiano dessa massa de pequenos produtores é pintado pela miséria pura e simples. É impossível financiar as condições de produção (e a fortiori a transformação na base técnica) de uma família camponesa cujos membros nem sempre têm o que comer. Um mínimo de conforto material é uma condição básica para que o agricultor recorra aos financiamentos bancários. A miséria absoluta

---

(1) Mesmo o Banco Mundial para quem o crédito é o "elemento chave da modernização", preocupa-se com a questão do retorno dos investimentos. Rejeitando a hipoteca como garantia de empréstimo, o BIRD propõe três critérios básicos de seleção dos clientes entre os pequenos produtores: "reputação do tomador de empréstimo, capacidade de aumento da produtividade e faturamento engendrado" pelo empréstimo (Dervon.1976 p.23). Trata-se de critérios bastante semelhantes aos adotados pela política nacional de crédito rural no Brasil. Homem de Melo (s/d, p. 28) pondera com justeza que "a característica subsidiada dos programas de crédito rural no Brasil tem, como implicação, a consequência de que os bancos integrantes do sistema tenderão a selecionar seus clientes primcipalmente pelo seu nível de risco, das garantias apresentadas e da sua situação de liquidez".

(2) Esta foi uma das conclusões do estudo coordenado por Graziano da Silva (1978, p. 251): "Em praticamente todos os estados da federação, a renda bruta por pessoa ocupada é bastante inferior ao salário mínimo, especialmente nas menores propriedades. Praticamente não há potencial para a realização de novos investimentos nesses imóveis, impedindo, portanto, de elevar a produtividade do trabalho que já é excessivamente baixa". Ao contrário de Celso Furtado, Graziano da Silva e outros explicam este fato basicamente em função da estrutura latifundiária existente e não em função da necessidade de se reduzir o preço da mão-de-obra no setor não agrícola.

acabaria fatalmente por conduzir o camponês a um uso"irracional" (do ponto de vista do emprestador, é claro) do crédito: ele "desviaria" (1) seus financiamentos para matar a fome ou cuidar de sua saúde e não para produzir. Ele atribuiria ao capital bancário uma função própria ao capital usurário. Ou seja, é impossível a ampla difusão do crédito rural entre o campesinato, se este não tiver um mínimo de estabilidade, a partir da qual possa se tornar o fiel depositário de financiamento que recebe, consagrando-o à nobre finalidade de aumentar a produção e não à de matar a fome.

POLÍTICA FUNDIÁRIA

Poucos discordarão que a falta de terra (ou o acesso a ela de maneira insegura e precária) é o principal fator de miséria entre os pequenos produtores. Não há dúvida de que não é o único, mas é certo que sem ele todas as outras contribuições no sentido de aumentar a renda do pequeno produtor são inúteis.

As "inovações tecnológicas do tipo bio-químico" (Homem de Melo, s/d, p. 22) não beneficiam aqueles agricultores cuja"... base de recursos físicos está abaixo daquela exigida pela própria natureza das inovações" (2). (Homem de Melo, s/d, p. 22).

---

(1) "A falta de correspondência entre a lógica capitalista que orienta os programas de crédito e as condições de produção do pequeno produtor fica patenteada nos laudos de vistoria preenchidos pelos fiscais da agência bancária quando a situação de insolvência do colono em virtude da destinação de parte do financiamento é dada a tratamentos de doenças na família e mesmo a compra de bens alimentares, é considerada como desvio de financiamento" (Convênio INAN/FINEP/FASE, 1979 A, pp. 80 e 81).

(2) As conclusões do 1º Encontro sobre Pequena Produção na Agricultura promovido pelo Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) foram exatamente neste sentido. Uma das sugestões "para orientação concreta dos programas de apoio à pequena produção" foi "a reestruturação fundiária a partir da legislação em vigor (Estatuto da Terra)" que deve "constituir o ponto central desses programas". O encontro reuniu técnicos de diversas orientações e inclusive do próprio governo. Cf. Iapar (1981).

Fernando Homem de Melo toca, a meu ver, na raiz do problema quando afirma em seu interessante trabalho: "...melhorias no acesso desses agricultores ao crédito rural, aliás como recentemente tentado pelo governo, terão consequências limitadas, se forem mantidas a sua deficiente base de recursos físicos e humanos, o estilo recente das inovações tecnológicas, a elevada instabilidade de preços e a sua particular situação de risco e renda familiar" (Homem de Melo, s/d, p. 39).

Ao que tudo indica, embora disponha de uma legislação que lhe permitiria agir neste sentido, o atual regime não manifesta nenhuma disposição de atingir uma das raízes do problema da miséria rural, através de uma política fundiária minimamente democrática. E a razão desta atitude não é de ordem técnica ou conjuntural (1). Trata-se, antes, de uma razão política com raízes extremamente profundas na própria formação histórica da sociedade brasileira: ao contrário do que ocorreu em países como os Estados Unidos, a França, ou o México, onde os interesses do capital se impuseram por oposição (2) aos das velhas classes dominantes (oposição que nos EUA assumiu a forma de uma guerra civil, na França a de uma revolução política e no México, as duas coisas juntas), o capitalismo no Brasil tem a a sua formação e o seu desenvolvimento históricos baseados não no confronto, mas sim na conciliação, no compromisso entre burguesia e latifúndio. O golpe de 1964 e a decisão do regime que dele surgiu de bloquear a realização da reforma agrária (cuja lei básica, o Estatuto da Terra, ele próprio enviara ao Congresso) marcam uma nova etapa neste compromisso em

---

(1) Embora o regime tenda sempre apresentar a questão sob este ângulo."Em nenhum lugar do mundo, disse Delfim Netto no Congresso da CONTAG, se fez Reforma Agrária que tivesse dado resultados razoáveis no prazo de 10 ou 15 anos" (Revista Proposta, nº 12, p. 31). Uma interessante reflexão sobre o tema pode ser encontrada em Veiga (1981).

(2) Da vastíssima bibliografia a respeito seleciono três títulos particularmente interessantes: Soboul, (1978) Moore (1973) e sobretudo Engels (1951).

que os grandes monopólios que dominam cada vez mais a vida econômica do País se apropriam diretamente, enquanto proprietários - e com o auxílio do Estado - de parcelas consideraveis do solo brasileiro. É enorme hoje a quantidade de grandes empresas que possue imensas extensões de terra.

LATIFÚNDIO: UM LIMITE

É evidente que, por maiores que sejam os esforços no sentido de se fazer chegar o crédito rural à massa do campesinato, a alta concentração da propriedade da terra existente no País levantar-se-á como barreira diante desta intenção. Neste sentido, a política fundiária do regime é um limite, um freio para o pleno desenvolvimento de sua atual política creditícia. É impossível democratizar o crédito se não se democratiza a propriedade. Tanto é assim que o próprio Banco Mundial em sua "auto-crítica" sobre as esperanças depositadas na Revolução Verde e em sua atual opção de apoió ao pequeno agricultor, põe uma ênfase considerável na questão da distribuição de terras, sem o que é irrealista qualquer expectativa positiva de retorno dos investimentos (1).

Em suma, enquanto a política creditícia do Estado tende à expansão, à mudança, a transformação nas formas de produzir(den

(1) "... raramente se viu os membros politicamente influentes da elite terratemente de um país acolher com entusiasmo a adoção de medidas próprias a acelarar a valorização dos campos". Esta declaração, de uma lucidez surpreendente, é do então presidente do BIRD, Robert Mac Namara e foi pronunciada num discurso em Nairobi, em 1973. (Drevon, 1976, p. 15). A consequência é que "em muitos casos a reforma agrária faz necessariamente parte do programa de desenvolvimento rural". (Agricultura: Estudo Setorial Documento do BIRD de 1972 citado por Drevon, 1976, p.24). E é interessante observar que o objetivo do BIRD, segundo Drevon, baseia-se num critério muito claro: as áreas de terra atribuídas aos camponeses devem ser suficientemente grandes para que estes possam modernizar a sua produção, elevar a produtividade de seu trabalho, etc. Neste sentido, afirma Drevon, "há um laço entre política de reforma agrária e política de crédito agrícola ..." (1976, p.27).

tro dos marcos de um padrão tecnológico determinado, é claro), a política fundiária pressiona no sentido da conservação, do atraso (1). Neste sentido, a política agrícola do Estado brasileiro para o campesinato é a unidade destes dois contrários: por um lado, ela estimula a transformação na base técnica da produção de uma parcela cada vez maior do campesinato, de forma a convertê-lo num consumidor permanente de insumos industriais e um vendedor regular de abundantes safras agrícolas a serem comercializadas e industrializadas pelos grandes monopólios. Por outro lado, entretanto, fazendo a opção política de não tocar nos alicerces da atual estrutura fundiária ela deixa de fora deste processo a grande massa de campesinato pobre. Esta unidade contraditória é uma das principais expressões, no campo, da modernização conservadora que caracteriza o desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira como um todo, desta tendência histórica a que o desenvolvimento social, econômico e político conserve em si e mantenha durante muito tempo o quadro arcaico do qual parte (2).

(1) As medidas de política fundiária adotadas durante o governo Figueiredo não modificaram em nada, nem sequer atenuaram esta orientação do regime. No caso das desapropriações de terra, o governo agiu como um corpo de bombeiros, não se pode falar seriamente em uma política de redistribuição de terras. O caso da criação do Grupo Especial de Terras da região Araguaia-Tocantins (GETAT) é ainda pior pois corresponde à passagem do poder de decisão sobre as questões de terra do INCRA para o Conselho de Segurança Nacional. Num debate publicado na revista Proposta Moacir Palmeira explica: "...há muito tempo começa uma ruptura do grupo do poder com o Estatuto da Terra...E aí eles retomam a história de criar grupos para lidar com os latifundiários fora do Estatuto da Terra. O fato novo é que se está criando um grupo cujo poder não está nas mãos do órgão encarregado de realizar a reforma agrária, mas sim na mão do órgão criado para traçar a política de segurança nacional" (p. 21).

(2) Análises interessantes neste sentido podem ser encontrada nos trabalhos de Coutinho (1980) e num documento político entitulado Pela União dos Comunistas Brasileiros (Prelo, Lisboa, 1975), entre outros.

Neste sentido, tem razão Muller (1980, p. 82) quando afirma: "Com base na concentração e na difusão-concentrada com que se dá o progresso técnico da agricultura pode-se sustentar a idéia de que a grande maioria dos estabelecimentos sofreu um bloqueio em ingressar no clube dos produtores modernos". O progresso técnico, constata Muller, não se limita às grandes propriedades: "Os números absolutos revelam, com efeito, que a concentração do processo não obedece apenas ao tamanho de área total, mas também à capacidade de os estabelecimentos menores incorporarem progresso técnico. Esta constatação permite separar a agricultura nacional entre aqueles estabelecimentos que se industrializaram e aqueles outros que não o fizeram, independentemente do tamanho da área" (p. 72).

Mas quais os fatores materiais que determinam esta separação? Eis uma questão que Muller não enfrenta em seu trabalho e isto por considerar que a atual "difusão-concentrada" do crédito rural "antes de representar atraso, representa precisamente a nova forma da agricultura brasileira" (grifos meus,R.A.). Muller reconhece a evidência de que "certas dimensões fundiárias mínimas estão pressupostas" (p. 89) neste processo de modernização. Mas o que ele não responde é por que a maioria dos pequenos agricultores não possue estas "dimensões fundiárias mínimas". Uma das razões básicas deste fato não será, justamente, a rígida estrutura latifundiária que caracteriza o campo brasileiro? Se isto for verdade, é impossível negar que esta "nova forma da agricultura brasileira" (da qual uma das características é a "difusão concentrada" do crédito)seja presisamente um fator de atraso.

É evidente que o desenvolvimento do capitalismo no campo não supõe uma forma determinada e única de propriedade fundiária. Como mostra Lênin, "o capital faz pesar seu jugo sobre todas estas espécies de propriedade fundiária, mas sob uma forma diferente, por meios diferentes"(1960, p. 19, grifos meus,R.A.).

O que são estas formas e estes meios diferentes? Elas traduzem a idéia de que embora o capitalismo possa se desenvolver sobre a base de qualquer estrutura fundiária, isto não significa que a estrutura fundiária não tenha uma influência determinante sobre o próprio desenvolvimento capitalista: sobre o seu ritmo e sobre o seu grau (1). Parodiando Marx podemos dizer que da mesma forma que as idéias passadas pesam sobre as cabeças das gerações presentes, as estruturas sociais passadas moldam o quadro no qual se desenrola o desenvolvimento capitalista presente.

A meu ver a tentativa sadia de Muller de evitar o "dualismo" (2) o faz subestimar a importância de uma contradição real do desenvolvimento capitalista no campo. Sem estudar esta contradição, como compreender a persistência até hoje do parasitismo

(1) Segundo Lênin, a região Oeste dos EUA, onde se situavam as verdadeiras fábricas de trigo que formavam o "celeiro" da América era "menos capitalista" (1960, p. 46), sublinhado no original) do que aquelas onde a agricultura era mais intensiva. O estudo desta questão, do grau e das formas que assume o desenvolvimento capitalista em cada caso, é fundamental no pensamento de Lênin. E para isso a análise da base histórica em que se assenta a produção (formas de propriedade, relações de trabalho, etc.) é decisiva. As observações de Henri Lefebvre, neste sentido são interessantíssimas. No fundo desta questão aqui levantada está, diz ele,"...um problema metodológico: as relações entre a sociologia e a história, dado que nos encontramos diante de uma realidade que tem uma história e que a conserva em seu próprio seio, que justapõe as formações arcaicas às formações "modernas" (Lefebvre, 1981, p. 168).

(2) Que, este sim, coloca o latifúndio como um obstáculo sem cuja remoção é impossível o desenvolvimento do capitalismo no campo. É por isso que as correntes políticas que adotavam esta perspectiva teórica (entre as quais o PCB) sempre associavam a luta contra o latifúndio à luta pelo desenvolvimento, entendido enquanto desenvolvimento capitalista. Esta questão é tratada de forma mais desenvolvida em Paiva e Alves (1974).

histórico da propriedade latifundiária (1), em que pese o enorme desenvolvimento da produção capitalista nos grandes estabelecimentos? Como compreender que mesmo na região de maior desenvolvimento do capitalismo agrário no País, (o Estado de São Paulo) a "utilização improdutiva da terra" tem um peso tão importante, como mostra Graziano da Silva (1981, A, pp.67 a 82)? E, no que se refere mais especificamente ao nosso caso, se não partirmos precisamente do atraso (isto é, de uma herança que o desenvolvimento atual está sendo incapaz de superar e que limita este próprio desenvolvimento) que representa a estrutura latifundiária, como compreender os obstáculos que se antepõem a transformação da base técnica da produção da maioria do campesinato no País?

Neste sentido tem razão Nakano quando quando diz que "...a reforma agrária no Brasil se impõe crescentemente como uma exigência econômica do próprio processo de acumulação capitalista" (1981, p. 15). Isto não significa, é claro que ela seja uma exigência política da classe capitalista. Ou seja, o fato de que "a expansão do complexo agroindustrial encontrará obstáculos crescentes na rigidez da nossa estrutura fundiária..." não quer dizer que a burguesia esteja disposta a promover uma redistribuição democrática de terras, a adotar a decisão política de promover a reforma agrária.

E aqui cabe perguntar se são justas as conclusões que Paulo Sandroni extrai de sua interessante contestação da perspec-

(1) Os dados preliminares do último cadastro do INCRA (1978) mostram que o desenvolvimento capitalista no campo, longe de atenuar este parasitismo da propriedade latifundiária, reforçou-o. A área aproveitável e não explorada existente no Brasil que era de 84,6 milhões ha em... 1972 subiu para 149,2 milhões, um aumento de mais de 64 milhões de hectares em seis anos. Deste aumento de 64 milhões de hectares nas áreas aproveitáveis e não exploradas, nada menos que 54,3 milhões de hectares pertencem aos grupos com mais de 500 hectares de área. Os grupos com mais de 5.000 hectares ampliaram em mais de 29 milhões de hectares sua área aproveitável e não utilizada.

tiva "funcionalista". Ao levantar a fértil hipótese da "ausência de uma" solidariedade antagônica "entre a produção camponesa e as frações mais importantes do capital", Sandroni aventa a possibilidade de que uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema "revele que a pequena produção mercantil-camponesa seja entorpecedora do desenvolvimento capitalista"(1980,p. 103). Isto é verdade para todo e qualquer tipo de produção camponesa, ou apenas para aquela incapaz de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas e incorporar os avanços do progresso técnico no campo? Neste sentido, a afirmação de que o desenvolvimento da agricultura nos últimos anos manifesta a "resolução burguesa da questão agrária" (p. 103)é a meu ver parcial, na medida em que não leva em consideração a base contraditória em que esta resolução se apóia. Esta base contraditória exprime-se no aspecto que estamos estudando, justamente no freio que a estrutura fundiária impõe à transformação das condições de produção da maioria do campesinato brasileiro.

DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

A política agrícola do Estado acelerou, portanto, a formação, no interior do campesinato de duas camadas distintas:por um lado, aquela cujas condições materiais de existência permitem o acesso ao crédito e possibilitam por aí a incorporação de insumos de origem industrial ao processo produtivo. Embora numeroso, trata-se de um setor minoritário, em termos nacionais (1). Por outro lado, uma massa de camponeses pobres,que, na maior parte das vezes, não trabalha com financiamentos ban

(1) Se é verdade que a maioria dos que conseguiram mecanizar sua produção e empregar insumos de origem industrial estão numa situação material que, via de regra, não é miserável, isto não quer dizer que todo o campesinato abastado tenha passado por estas transformações. Subsiste no país, como veremos no próximo capítulo no que se refere ao Sudoeste Paranaense, um importante setor que sobre uma base técnica tradicional consegue ter um padrão de vida relativamente elevado.

cários, que está sujeita à exploração por parte do pequeno capital mercantil e usurário e cuja característica central é a "deficiente base de recursos físicos e humanos" (Homem de Melo, s/d, p. 39) em que se assenta sua produção.

É importante ter em mente que esta separação não foi criada pelo Estado - embora ele a tenha acelerado. Ela possui uma dinâmica própria, é regida por leis inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, às quais em parte, já nos referimos ao mencionar o estudo de Lênin sobre a agricultura norte-americana. O importante é que mesmo os autores que tentam demonstrar a "inviabilidade" da grande produção capitalista, ou ao menos a superioridade econômica da produção familiar sobre a grande empresa no campo(1) são unânimes em reconhecer a propensão imanente à agricultura moderna no sentido da intensificação (maior aplicação de trabalho, seja ele vivo ou, sobretudo, morto, por área) constante da produção. A lei de que fala Lênin da extinção da pequena produção pela grande não se refere apenas às explorações capitalistas, mas pode ser observada nos próprios estabelecimentos camponeses. O mínimo de terra e de condições de trabalho necessário para a reprodução de uma família camponesa altera-se com o desenvolvimento histórico das forças produtivas no campo (2). A obtenção destas con-

(1) Autores como Servolin (1972), Tepicht (1973), Nakano(1981), Aidar e Perosa Jr. (1981) Perceval (1969) e Bresson(1976) dão soluções diferentes a esta questão. Mas no pensamento de todos existe a constatação e uma tentativa de reflexão em torno da firme persistência da produção familiar mesmo nas sociedades capitalistas desenvolvidas.

(2) "A elevação constante da escala técnica da produção leva também ao aumento da área média da exploração camponesa.O tamanho médio das explorações agrícolas na França aumentou 60% nos últimos 20 anos. Lembre-se que esta concentração não provocou o desenvolvimento de uma 'grande agricultura' de tipo capitalista (Bresson, 1976, p.10). Referindo-se à atual situação nos EUA, Aidar e Perosa Jr. (1981,p. 22)afirmam: "Isto significa ter havido uma alteração importante na natureza da propriedade familiar na agricultura norte-americana, com as mais capazes de se adaptar ao grande progresso técnico não apenas se mantendo, mas também incorporado aquelas menos eficientes".

dições de produção torna-se um verdadeiro fator de diferenciação social: não pelo fato de que os meios de trabalho próprios à agricultura moderna tenham por si só a virtude de elevar à condição burguesa os que a eles têm acesso, mas sim porque aqueles aos quais as condições de produção de origem industrial não chegam, tendem a um empobrecimento permanente e acelerado. Os produtores que não têm meios de elevar a produtividade de seu trabalho, entram num processo de decadência que, cedo ou tarde, conduz à extinção social. Neste sentido, a sociedade capitalista contemporânea caracteriza-se pela tendência à desaparição não das pequenas propriedades em geral, mas justamente daquelas que não conseguem adaptar-se ao permanente desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, não podendo assegurar as necessidades vitais de seus proprietários e a reprodução, numa escala simples, de seus meios de produção.

Uma das principais consequências sociais desta tendência, cujos efeitos políticos sobre as lutas sociais no campo são decisivos, é a seguinte: na medida em que a intensificação da produção consiste na incorporação basicamente de trabalho morto ao processo produtivo, ela não provoca (ao contrário do que ocorria quando a agricultura utilizava principalmente insumos pré-industriais) um aumento na mão-de-obra empregada(1), na quantidade de trabalhadores envolvidos na produção. Por isso, intensificar a produção não significa necessariamente capitalizá-la, não significa substituir a base camponesa em que se apóiam suas relações sociais por uma base capitalista, onde impere a exploração do trabalho assalariado (2). O próprio de-

(1) O aumento na área plantada pode exigir maior mão-de-obra empregada. Da mesma forma, a queda da demanda de mão-de-obra por parte da agricultura não incide de maneira homogênea em todos os ciclos da produção. Existem variações inclusive de produto para produto.

(2) "O que parece ter acontecido nos anos 1960 é que, com a tecnificação da produção (que também ocorreu nos pequenos estabelecimentos rurais) substituem-se, entre os pequenos produtores, os empregados (a pouca mão-de-obra familiar de que dispõem) por meios de produção" Lopes, s/d, p. 66).

senvolvimento da força produtiva do trabalho e o seu acesso aos pequenos estabelecimentos tornam possível esta diferença entre a intensificação da produção e a sua capitalização. O fundamental é que a camada superior do campesinato não tem sua existência social fundamentada na exploração do trabalho assalariado. O uso de meios de produção modernos e a possibilidade de um certo conforto material não têm como contrapartida a sujeição do trabalhador assalariado rural. Não é portanto enquanto patrão que este pequeno camponês se relaciona com o operário agrícola. Isto não significa, é claro, que haja uma convergência absoluta de interesses sociais entre ambos, mas contribui, sem dúvida para que não se estabeleça uma relação de luta, antagônica (1).

Na agricultura baseada em insumos pré-industriais, a partir de uma certa área de terra, o pequeno agricultor era obrigado a recorrer ao trabalho assalariado e esta contingência definia o seu lugar social, ele transformava-se em capitalista. Este é o critério fundamental de classificação adotada por Lênin não só em seu estudo de 1916 sobre a agricultura norte-americana, mas também em O Desenvolvimento Capitalista na Rússia: "Esta agricultura mercantil transforma-se já em agricultura capitalista pois (grifo meu R.A.) a superfície semeada dos camponeses abastados excede a norma de trabalho de uma família (isto é, a quantidade de terra que uma família pode cultivar por seus próprios meios) o que os obriga a recorrer à mão-de-obra assalariada" (Lênin, 1969, p. 65, grifos no original).

A definição de Engels vai exatamente no mesmo sentido: "Por pequeno camponês, nós entendemos aqui o proprietário ou o arrendatário - e sobretudo o proprietário - de um pedaço de terra que não é maior do que aquilo que ele pode regularmente cultivar com sua família, nem menor do que o necessário à ali

(1) Uma análise interessante deste aspecto encontra-se em Perceval (1969, pp. 146 a 148).

mentação desta" (1970, pp. 489, 490). Se o pequeno camponês tiver um pedaço de terra maior do que "aquilo que ele pode regularmente cultivar com sua família", ele tenderá a contratar trabalhadores assalariados e a se converter num capitalista. Inversamente, se sua terra for muito pequena, ele tenderá a vender sua força de trabalho e a se transformar num proletário.

O importante é que esta quantidade de terras não é um fator absoluto, mas variável exatamente em função do desenvolvimento da força produtiva do trabalho na agricultura. A área de terra que hoje um camponês pode cultivar com sua família, sem recorrer ao trabalho assalariado, é muito maior do que no início do século. A forma como se dá atualmente a intensificação agrícola (através da incorporação sobretudo de trabalho morto à produção) é um freio a que o processo de diferenciação do campesinato assuma a forma de um conflito social entre proletários e burgueses. O movimento principal, nos casos em que a intensificação agrícola tem por base a mecanização e a quimificação intensivas (1) é a separação do campesinato não em duas classes, mas em duas camadas distintas, uma pobre, outra abastada, mas ambas camponesas. Não é o trator ou a enxada que definem o lugar social de um trabalhador. Estando unido a suas condições de produção (seja qual for o seu grau de evolução técnica), não vivendo às custas do trabalho alheio, e

(1) Apesar de todos os progressos até agora desenvolvidos, a agricultura permanece como uma atividade tributária do próprio movimento da natureza. Neste sentido, a forma que assume a intensificação do trabalho (e portanto as suas consequências sobre as relações sociais) varia enormemente de produto para produto. Um exemplo: um pequeno agricultor com 10 hectares plantados com café será obrigado a recorrer ao trabalho assalariado no momento da colheita de seu produto. Se estes mesmos dez hectares forem plantados com cereais, é provável que as tarefas agrícolas durante o ano inteiro possam ser realizadas apenas com a mão-de-obra familiar. Graziano da Silva (1981 A, cap. 3) discute com profundidade esta questão, no que se refere ao emprego de trabalho assalariado no campo.

não dependendo ele mesmo da venda de sua força de trabalho, o agricultor é, em geral, um camponês. Mas é evidente, por outro lado, que dentro da classe camponesa, trator e enxada definem dois mundos diferentes, dois universos econômicos, sociais e culturais totalmente distintos.

Neste sentido, tem razão Sandroni, quando afirma: "Minha suspeita ... é que as preocupações centrais das políticas agrícolas e da legislação agrária elaboradas nas últimas décadas giram em torno do rompimento do binômio pequena produção mercantil - capital mercantil-agrário através do aumento da produtividade e da capitalização da primeira e da intervenção na competição comercial com o segundo, através da formação de estoques reguladores, e a fixação de preços mínimos"(1980,p.55). Uma ressalva: apesar dos esforços no sentido do "aumento da produtividade" não se pode falar em geral num movimento de "capitalização" da pequena propriedade: a intensificação da produção camponesa não faz (ao menos no caso que estamos estudando e cujas conclusões podem talvez ser aplicadas à maior parte da economia camponesa do Sul do País) do trabalhador um burguês, um explorador do trabalho alheio.

ENFIM A "CLASSE MÉDIA RURAL?

Ampliar ao máximo a quantidade de pequenos agricultores capazes de intensificar seu processo produtivo, mas sem tocar nos pilares da estrutura fundiária, assim pode ser resumida a política agrícola do atual regime para o campesinato. É evidente que a tendência à diferenciação social que o próprio movimento econômico da sociedade capitalista cria é acelerada por esta política. Este é o sentido do esforço que as entidades governamentais ligadas ao crédito rural vêm fazendo para facilitar o acesso do pequeno produtor aos financiamentos bancários. Trata-se de uma tentativa de cooptação em dois níveis:

a) primeiramente, trata-se de alterar os fundamentos tradicionais da produção camponesa, de forma a fazê-la funcionar segundo as necessidades econômicas dos grandes monopólios. As formas concretas como se dão estas alterações e suas consequências para a existência social do campesinato serão estudadas no próximo capítulo. Seu limite na propriedade latifundiária foi visto acima. O importante a ser ressaltado aqui é que uma parte cada vez maior da produção contribui para a valorização do capital monopolista que atua junto à agricultura. E o crédito rural é uma das vias mais seguras para tornar o campesinato apto a preencher esta função;

b) mas a tentativa de cooptação que nasce desta forma de diferenciação social se dá também num plano político. A existência no campo de uma camada de pequenos produtores que - apegados à propriedade e fiéis ao Estado, do qual tanto dependem - sejam tão prósperos no plano econômico, quanto conservadores no plano político, este é um velho objetivo das classes dominantes no Brasil que o regime militar conseguiu, ao menos parcialmente, realizar. Evitar a polarização radical entre os latifundiários e os capitalistas rurais por um lado e a grande massa de trabalhadores sem terra ou com pouca terra por outro, através da criação de uma "classe média rural", é um sonho dos governantes brasileiros quase tão antigo a própria independência do País (1). Do

---

(1) Manuel Correia de Andrade comenta este sonho: em 1962, em "A Terra e o Homem no Brasil, afirma ele, "chamávamos a atenção para duas posições em luta, uma mais conservadora, mais convencida de que o status quo rural, herdado do regime colonial, não poderia ser mantido, que preconizava reformas tecnicistas, teoricamente bem elaboradas, visando resolver o problema com uma política de colonização que, desapropriando algumas propriedades ou usando terras do Estado, implantasse colônias onde seriam localizados trabalhadores rurais a serem transformados em pequenos proprietários. Admitia-se que a formação de núcleos de propriedades familiares, "ilhados" no meios dos latifúndios, atenuaria o probelma, que se agravava, da luta de classes, face à criação de uma classe média rural e despertaria nos trabalhadores sem terra a esperança de poderem resolver os seus problemas, no futuro, com a aquisição de uma gleba de terras" (Andrade, 1980, p.1).

ponto de vista das classes dominantes, o regime teve o mérito de colocar em prática este sonho, com as limitações decorrentes do monopólio da propriedade da terra, isto é, sem uma reforma agrária democrática. Do ponto de vista do regime, o campesinato abastado representa uma espécie de esesperança eleitoral, um setor cujas próprias características sociais e econômicas empurrariam para uma posição conservadora no plano político, contrabalançando assim a evidente tendência oposicionista do eleitorado urbano. As medidas de política agrícola tomadas durante o governo Figueiredo (sobretudo a partir do "pacote agrícola" lançado quando Delfim Netto era ministro da Agricultura) mostam uma preocupação em atender, ao menos em parte, algumas das reivindicações do campesinato abastado (1), assim como revelam que os setores mais pobres dos pequenos produtores ocupam um lugar secundário nos planos governamentais. Na realidade, o campesinato pobre está excluído da tão propalada "prioridade agrícola" do governo, por não possuir as condições materiais necessárias à incorporação do progresso técnico à sua produção. A manipulação da política creditícia é uma forma através da qual o governo pode tentar cooptar o campesinato abastado: mas, para o campesinato pobre esta cooptação só é possível através de medidas de política fundiária, através de uma reforma agrária.

No último Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizado em maio de 1979 em Brasília, um trabalhador nordestino, após a exposição na qual o então ministro da Agricultura Delfim Neto enaltecia as virtudes de sua política (com ênfase na política creditícia), formulou lhe uma pergunta que resume a essência do problema que estamos colocamdo: "Professor Delfim Netto, o senhor falou muito em crédito, não falou em terra. Onde vamos aplicar o crédito

(1) Sobretudo no plano da política creditícia e da política de preços.

se não temos onde plantar"? (palmas prolongadas). Na resposta de Delfim Netto revela-se com clareza este tratamento "diferencial" ao qual estamos fazendo referência aqui:"Segundo eu suspeito, disse o ministro, este Congresso tem várias categorias: tem proprietários, tem trabalhadores, (gagueja) posseiros, pessoas de várias categorias que trabalham na agricultura É claro que o mecanismo de resolver o problema agrícola está basicamente ligado à possibilidade de ampliarmos a demanda de mão-de-obra no setor agrícola. Sem que se consiga isso, nós não conseguiremos resolver nenhum problema de agricultura. Mesmo os trabalhadores ou os posseiros têm muita coisa a ver com isso, porque a a expansão do setor dos proprietários, a expansão daqueles que já possuem terra, a expansão de sua produção, representa uma estabilidade adicional daqueles que ainda não possuem terra" (1). Todo o discurso do ministro no Congresso pode ser resumido ao seguinte: as reivindicações dos pequenos proprietários (crédito; fim das Notas Primissórias Rurais, etc) eram levadas a sério; as que se referiam ao problema da reforma agrária, estas eram tratadas como utopias infantis.

A diferenciação social camponesa tal como ela vem se desenvolvendo sobretudo no Sul do País reflete-se inclusive no plano da luta sindical dos trabalhadores rurais. A principal característica do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil reside em sua natureza pluriclassista. Assalariados rurais, pequenos proprietários e camponeses não proprietários, enfim todos os trabalhadores rurais organizam-se num só sindicato, tanto no plano municipal, quanto estadual e nacional. O sindicalismo de trabalhadores rurais é a exceção dentro da estrutura vertical do sindicalismo brasileiro. Esta situação, para as lutas dos trabalhadores, traz vantagens e inconvenientes que não é aqui o lugar de expor (2).

---

(1) Proposta nº 12 - "3º Congresso da CONTAG: Lavradores Apertam Ministro".

(2) Em todo caso convém ressaltar que mesmo aqueles que consideram a atual estrutura pluriclassista como um freio para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores (e sobretudo dos assalariados) estão convencidos de que enquanto perdurar a estrutura corporatista do sindicalismo nacional, não convém romper a unidade da CONTAG.

Nos últimos anos, inúmeras foram as tentativas governamentais de quebrar a unidade sindical dos trabalhadores rurais. Entre elas, uma das mais importantes é a que pretende separar em duas organizações totalmente distintas assalariados rurais por um lado e pequenos proprietários por outro. A força deste projeto divisionista vem justamente da existência no interior do campesinato de uma camada cujos interesses específicos não se confundem com os da massa dos pequenos produtores. Num encontro de presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais de vários Estados (RS, SC, PR, SP e MS) promovido pela CONTAG para discussão da política agrícola, em outubro de 1980, foi distribuído por um grupo de sindicalistas de Santa Catarina um folheto pregando a formação de uma terceira categoria(além da patronal, já existente e da de assalariados, que seria oria da). O título do folheto é "Trabalhador Rural Autônomo, qual é o teu sindicato?" Seu conteúdo político manifesta-se sem ambiguidades numa frase: "A idéia de criação de uma terceira faixa, baseia-se na possibilidade de transformação do trabalhador rural, do meeiro, do posseiro, do parceiro, do minifundista, em proprietário de terras tendo como limite a propriedade familiar, identificando-o com a classe média e colaborando com isto, de forma decisiva, para o equilíbrio social, afastando qualquer vaga idéia de se obter as mesmas modificações do contexto através de atitudes violentas" (Schwarz, Miglioranza, Vargas de Lima e Beltrame, s/d, p. 7.).

A idéia da terceira categoria não conquistou nenhum apoio efetivo mesmo no movimento sindical do Sul do País. Mas o importante é que a base material para sua difusão e mesmo aceitação por amplos setores do movimento existe. Se esta aceitação não ocorreu foi por motivos de ordem sincical ou mesmo política, pela profunda tradição de unidade que marca a própria história da CONTAG que, "apesar de suas contradições, mantém a unidade de lutas entre camponeses e assalariados rurais... " (Araújo, 1981).

CAPÍTULO VII

A UNIDADE CAMPONESA EM DECOMPOSIÇÃO

A UNIDADE CAMPONESA EM DECOMPOSIÇÃO

O mundo rural homogêneo que marcou a vida dos colonos nos primeiros anos de sua chegada ao Sudoeste Paranaense, entrou em franco declíneo juntamente com o esgotamento do sistema tradicional de rotação de terras. Esta quebra da unidade camponesa se dá em dois níveis. Em primeiro lugar, pela participação cada vez maior na vida dos pequenos agricultores de agentes sociais urbanos e totalmente estranhos ao seu universo: os órgãos governamentais, as bolsas de mercadorias internacionais cujas cotações são afixadas diariamente na porta das cooperativas, a própria administração da cooperativa, etc. Além disso, o univreso camponês quebra-se por dentro: as diferenças de riqueza e de condições sociais tornam-se cada vez mais importante. É esse duplo processo de dissolução que nós vamos estudar neste capítulo.

O CAPITALISMO AGRÁRIO

Na medida em que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho na agricultura do Sudoeste Paranaense teve por base fundamental a economia camponesa, este progresso técnico não foi acompanhado do surgimento de um numeroso proletariado rural na região. Isto não significa que o trabalho assalariado - e com ele a produção propriamente capitalista não tenham crescido. A pesar da precariedade das informações do Censo sobre o trabalho assalariado, o quadro XVI mostra que este se ampliá ou consideravelmente entre 1970 e 1975.

QUADRO Nº XVI - QUANTIDADE DE ASSALARIADOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS NO SUDOESTE PARANAENSE EM 1970 e 1975

	1970	1975
Permanentes	2.226	4.147
Temporários	4.160	9.982

FONTES: Censos Agropecuários de 1970 e 1975.

Apesar deste aumento no contingente de trabalhadores assariados, a relação entre a quantidade geral de assalariados e o número de estabelecimentos existentes na microrregião é, no Sudoeste Paranaense, a mais baixa do Estado (1). O que é um indicador (impreciso, mas que aponta para uma tendência real) do baixo grau de desenvolvimento das relações sociais propriamente capitalistas. Ao que tudo indica, a grande produção capitalista não é a mais expressiva dentro do conjunto microrregional, seja em área trabalhada, em pessoal ocupado, ou em produção. O quadro XVII ajuda-nos a enxergar o processo de diferenciação social dos produtores do Sudoeste Paranaense e o peso específico que neste processo desempenham os grandes capitalistas agrários (2).

QUADRO Nº XVII - GRUPOS DE PRODUTORES, PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL DE PRODUTORES, SOBRE A ÁREA PLANTADA COM ALGUNS PRODUTOS E SOBRE O REBANHO SUÍNO. 1978/1979

GRUPOS	Quantidade produtores	% s/total produtores	% sobre área de soja	% s/área de milho	% s/área de feijão	% s/rebanho suíno
Mini	22.242	58	22	43	49	27
Pequenos	12.887	34	41	34	32	39
Médios	3.193	8	29	21	16	28
Grandes	116	0	8	2	3	8

FONTE: Acarpa, 1978/79.

(1) Este critério (relação entre a quantidade de estabelecimentos e a quantidade de assalariados) é sem dúvida impreciso. Ainda assim esta relação aponta para um fato real: nas regiões mais desenvolvidas do ponto de vista das relações sociais capitalistas, esta relação é mais alta: em Londrina, ela atinge a média de 2,88 por estabelecimento. Em Maringa, chega a 1,57, em Campo Mourão a 0,79 e no Sudoeste Paranaense, o coeficiente é de apenas 0,27 assalariado por estabelecimento.

(2) Os critérios usados pela pesquisa da Acarpa são os mesmos empregados pela política nacional de crédito rural. A classificação tem por base o valor da produção. Cf. nota 10, capítulo VI.

De um total de 38.438 estabelecimentos (1), apenas 116 estão entre os "grandes", isto é, apresentaram faturamento superior a Cr$ 12,2 milhões (2). O fato de serem poucos estabelecimentos, por si só, não revela nada. Tudo depende de sua importância econômica no conjunto microrregional. E esta é bastante reduzida. Em 1975, segundo os dados do Censo Agropecuário, havia menos de 200 estabelecimentos no Sudoeste Paranaense com área de lavoura superior a 100 hectares. Destes, apenas 4 tinham mais de 500 hectares de área de lavoura e nenhum mais de 1.000 hectares (3). Estas informações do Censo são perfeitamente coerentes com as da Acarpa. Os "grandes" produtores, como se vê pelo quadro XVII, acima respondem por uma parcela não muito expressiva da produção de soja, milho, feijão e suínos. Em resumo, o Sudoeste Paranaense não é uma região cuja vida econômica e social dependa fundamentalmente da grande produção capitalista.

Isto não significa, é claro, que a produção capitalista não tenha se desenvolvido nos últimos anos. O que é característico da situação do Sudoeste Paranaense é que este desenvolvimento fundamentou-se em estabelecimentos relativamente pequenos, e, em grande parte, nasceu na própria economia camponesa: existe na região, com bastante importância, uma pequena produção capita

---

(1) O leitor deve ter em mente que o universo de pesquisa da Acarpa compreendido na região Francisco Beltrão inclui uma quantidade menor de municípios com relação à microrregião homogênea Sudoeste Paranaense (IBGE). Este fato, embora impossibilite uma agregação das informações não impede as comparações entre os dois conjuntos no que se refere a incidência de determinados fenômenos.

(2) Este valor tem por base o MVR (Maior Valor de Referência) de agosto de 1981. É claro que no momento em que o levantamento da Acarpa foi feito este faturamento era, em termos nominais, menor. Em termos reais, na medida em que o MVR é corrigido regularmente, o valor devia corresponder a Cr$ 12,2 milhões de agosto de 1981.

(3) Em Londrina, em 1975, existem 689 estabelecimentos com área de lavoura superior a 100 hectares, sendo que destes 49 tinham entre 500 e 1.000 hectares de área de lavoura e 19 eram grandes fazendas com mais de 1.000 hectares de área de lavoura.

lista, que se baseia (em parte) num setor social muito próximo daquilo que Lênin chamava de "burguesia camponesa" (1969, p. 67). Os contingentes principais desta pequena burguesia agrária e da burguesia camponesa encontram-se entre os "médios" produtores do quadro XVII (1).

Estes "médios" produtores correspondem a 8% do total dos estabelecimentos da região de abrangência da Acarpa. O Censo Agropecuário de 1975, por seu lado, informa que, no Sudoeste Paranaense, pouco mais de 10% dos estabelecimentos da região empregam pessoal contratado. O que nos diz o cruzamento destas duas informações?

É claro que entre os 10% dos estabelecimentos que declararam pessoal contratado em 1975, muitos não empregaram mão-de-obra numa extensão e numa quantidade tal que configurasse um quadro onde a família vivesse basicamente da exploração do trabalho alheio. Mas muitos estão exatamente no caso oposto: o enriquecimento permitiu a compra de mais terras e o emprego do trabalho assalariado passa a ser uma constante na vida do estabelecimento. As relações sociais existentes no interior destes "médios estabelecimentos são as mais diversas. Aí teremos desde a família camponesa particularmente abastada (mas que não depende fundamentalmente do trabalho assalariado), passando por aquela onde o trabalho familiar é combinado com o recurso à mão-de-obra assalariada (2), até aqueles que exercem apenas uma atividade de controle sobre a produção: comerciantes, e profissionais liberais urbanos, que não trabalham diretamente na agricultura. Embora os dados disponíveis não permitem uma forma

---

(1) O "médio" produtor cultiva em média 24 hectares de soja, 15 hectares de milho, 18 hectares de trigo, 7 hectares de feijão, tem uma pastagem formada de 12 hectares e possui um rebanho médio de 58 cabeças. É claro que estes produtos não são todos obtidos durante um mesmo ano agrícola. É comum que o médio produtor faça a "dobradinha" soja e trigo, ou soja ou milho, ou milho e feijão. A criação de suínos é muito difundida.

(2) É a esta, precisamente, que me parece adequada a denominação de burguesia camponesa.

precisa de se distinguir estas três categorias (campesinato abastado, burguesia camponesa e pequena burguesia agrária não trabalhadora) é certo que a maior parte destes "médios" estabelecimentos (mas não todos) depende do uso da mão-de-obra assalariada e pode ser considerada como fazendo parte da burguesia rural - ou estando ao menos em processo de transição para tal classe.

A mecanização e o uso intensivo de insumos agrícolas constituem a base fundamental destes "médios" e "grandes" produtores. Eles recorrem, via de regra, ao crédito rural e são, em grande parte, donos das máquinas (dos tratores e, numa menor proporção, das colheitadeiras) que utilizam. O mesmo não ocorre com os estabelecimentos camponeses, cuja maioria, nem com os financiamentos a juros baixos têm condições de comprar estas máquinas. O que permite que elas sejam usadas pelo campesinato é o uso largamente difundido do sistema de aluguel de máquinas. O progresso técnico na lavoura camponesa depende, em grande parte, de meios de produção que, na maioria dos casos, apenas os médios e os grandes produtores possuem.

A aquisição de máquinas agrícloas por parte do campesinato é dificultada pela própria tendência observada na indústria produtora de tratores no País. Com efeito, ao contrário do que ocorreu na França, por exemplo, após a IIª Guerra Mundial, onde a indústria passou a produzir tratores de baixa potência, voltados para o pequeno agricultor, aqui, a tendência nos últimos anos é a do crescimento da potência média dos tratores em uso (1). Não há dúvida de que o aumento na potência média dos tratores corresponde a um desenvolvimento na força produtiva do trabalho. Mas é certo também que este aumento exprime justamente os limites à incorporação do progresso técnico à pequena produção. Se a indústria de tratores vem atuando cada vez menos na faixa de baixa potência isto não se deve a nenhuma preferên

(1) Cf. neste sentido Graziano da Silva (1981 A, p. 104).

cia particular pelas grandes máquinas, mas sim ao fato de que o mercado para as pequenas é excessivamente limitado. E isto justamente em função do fato de que a maioria do campesinato não tem condições, em função da base material de sua produção, de aceder às conquistas do progresso técnico na agricultura.O trator "miniaturizado" que se torna para o pequeno agricultor francês "...o símbolo e o instrumento de entrada na sociedade 'industrial', da mesma forma que o automóvel o é para a família" (Gervais, Jollivet e Tavernier, 1976, pp. 145 e 148) é uma realidade cada vez menos presente entre nós.

Por outro lado, o uso cooperativo das máquinas de alta potência não recebe no Brasil praticamente nenhum estímulo oficial. Isto significa portanto que ao mecanizar a sua lavoura o pequeno produtor transfere ao proprietário das máquinas uma parte do valor criado na produção (1).

Em que pese a diferença social entre o camponês que utiliza máquinas e insumos modernos e o granjeiro, existe uma grande identidade entre eles: ambos enfrentam, em seu processo de produção, o grande capital bancário, comercial e industrial (sob formas que veremos mais adiante neste capítulo). No caso do agricultor, é o seu trabalho excedente, aquilo que poderia ser o seu lucro, que vai, pelas mais diversas formas, para os bolsos dos monopólios. É ele, diretamente, através do sue trabalho que contribui para o enriquecimento do grande capital. No caso do capitalista rural (também conhecido, não só na região, mas de forma geral no Sul do País, como "granjeiro") é uma par-

(1) O surgimento de conflitos em torno desta questão do aluguel de máquinas é muito difícil pois, grande parte das vezes, o proprietário da máquina é quem trabalha, quando esta é alugada. Além disso, antes da elevação vertiginosa nos preços dos combustíveis e com os juros altamente subsidiados, os aluguéis eram relativamente baixos. Nos últimos dois anos a situação modificou-se drasticamente. Hoje, para quem não tem um trator, a mecanização da lavoura onera enormemente os custos de produção. E a maioria não tem trator. Na região de Francisco Beltrão em 1978/79, existiam 2.559 tratores e 449 colhedeiras mecânicas, segundo os dados da Acarpa.

te da mais-valia criada no processo de produção que, no processo de circulação muda de dono e fica com os grupos que dominam o setor. O grande capital não se limita a sugar o trabalho excedente do camponês, ele absorve uma parte do lucro capitalista, tanto mais sentida, quanto menores são as dimensões da produção capitalista em questão.

O CAMPESINATO

Entre os "pequenos" (1) e os "mini" (2) produtores (quadro XVIII) concentra-se a esmagadora maioria do campesinato da região de Francisco Beltrão. Como se vê, o campesinato não é apenas importante do ponto de vista social. Ele responde também pela maior parte da área de plantio dos principais produtos e pela maior parte do rebanho suíno.

Ao contrário do que ocorreu na região até o final dos anos 1960, este campesinato hoje não é uma categoria social homogênea. O processo de diferenciação social dos produtores não se faz apenas no sentido da formação de uma burguesia agrária e de um proletariado rural - sendo que , no nosso caso, ele não se faz principalmente neste sentido. O essencial é a separação do próprio campesinato em duas camadas distintas, tanto por suas condições de vida, quanto pela base técnica de sua produção.

Para compreender este processo de diferenciação social é necessário evitar um frequente preconceito segundo o qual, no Brasil, as culturas nobres (de exportação) são um monopólio de produtores nobres (grandes proprietários). Nada é mais falso. Embora a participação dos capitalistas rurais na produção de so-

(1) O "pequeno" produtor cultiva (em média) 8 hectares de soja, 8 hectares de milho, 3 hectares de feijão e tem um rebanho suíno de 24 cabeças. Embora a Acarpa indique uma área média de trigo de 12 hectares, este dado não é relevante pois apenas 1.500 "pequenos" produtores plantaram trigo em 1978/79, já que este produto vem perdendo peso na economia microrregional.

(2) O "mini produtor (em média) 4 hectares de soja, 3 hectares de milho, 3 hectares defeijão e possui um rebanho suíno de 13 cabeças.

ja, por exemplo, seja muito importante, a maior parte da área plantada e da produção corresponde a estabelecimentos camponeses, como mostram os dados do quadro XVIII.

QUADRO Nº XVIII - PRODUÇÃO E ÁREA CULTIVADA DE SOJA POR GRUPOS DE PRODUTORES. 1978/79

GRUPOS	Produtores	Área Plantada	Área Mecanizada	Produção
Mini	10.504	37.033	17.404	47.060
Pequeno	8.291	69.145	50.520	98.952
Médio	1.993	48.778	43.085	74.842
Grande	82	13.292	12.903	21.171
TOTAL	20.870	168.248	123.912	242.025

FONTE: Acarpa, (1979).

Os "mini" e os "pequenos" produtores respondem por 63% da área plantada e por 60% da produção de soja. Mesmo em termos de área mecanizada, a participação do campesinato é decisiva: 55% das terras passíveis de serem trabalhadas com máquinas estão em seu poder. E, o que é mais importante, da área plantada pelos "mini" produtores, quase 50% é mecanizada, sendo que esta porcentagem chega a 73% no caso dos "pequenos".

Esta ampla difusão do cultivo de soja entre os pequenos produtores de soja não significa que as técnicas de cultivo desta leguminosa sejam sempre as mesmas. Na lavoura de soja convivem, numa mesma região, a enxada, o arado a tração animal, a foice, com o trator e a colheitadeira mecânica. Os dados do quadro XIX são interessantes neste sentido.

QUADRO Nº XIX - PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE ADOTAM DETERMINADAS TÉCNICAS NAS CULTURAS DE SOJA, MILHO E FEIJÃO NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO.1978/79

	Mecaniz. Trac. Motor		Mecaniz. Trac. Animal		Sementes Fiscaliz.	
	Peq.	Mini	Peq.	Mini	Peq.	Mini
Soja	45	21	35	56	70	54
Milho	26	10	55	50	77	63
Feijão	28	11	40	50	44	30

FONTE: Acarpa (1979.

Continuação Quadro nº XIX

	Adubos Quím.		Defens. contra Invasores		Defens. contra Pragas	
	Peq.	Min.	Peq.	Min.	Peq.	Min.
Soja	47	32	72	78	50	50
Milho	35	15	61	53	20	14
Feijão	38	23	75	72	45	30

FONTE: Acarpa (1979).

Pode-se observar, primeiramente que, mesmo numa região onde a transformação da base técnica da produção camponesa possui condições bastante favorávaveis de ser massificada, a mecanização agrícola com base na tração motorizada não é empregada pela maioria dos pequenos agricultores. No cultivo de soja,onde sua incidência é maior, somente 21% dos "mini" produtores mecanizaram suas plantações. Mas mesmo entre os "pequenos", apenas 45% dos que produzem soja o fazem recorrendo à tração motomecanizada. Nos outros produtos (milho e feijão) a incidência é ainda menor. Portanto, apesar de sua importância, este traço fun-

damental da agricultura moderna atinge uma minoria mesmo daqueles camponeses mais abastados e deixa de lado a esmagadora maioria das parcelas mais pobres dos pequenos agricultores.

Um outro traço importante na agricultura microrregional é o emprego em larga escala do trabalho animal. Vimos no capítulo V que mais de 70% dos estabelecimentos possuíam arado a tração animal, o que é bastante excepcional em termos nacionais, onde o trabalho apenas manual ainda impera (cf. quadro I, cap.III e nota 13, cap. V).

Os dados do quadro XIX mostram também que os insumos utilizados pela maior parte dos agricultores, são os de origem química ou bio-genética: sementes fiscalizadas e defensivos, que no caso do feijão e do milho atingem a maioria tanto dos "pequenos" quanto dos "mini" produtores. Isto significa que há uma assimilação desigual, no interior do campesinato, dos meios de produção modernos, do trabalho morto, ao processo produtivo. Numa mesma unidade de produção camponesa, a tração animal e a colheita manual combinam-se com o emprego de sementes fiscalizadas e defensivos químicos.

Ora, nas condições atuais da agricultura quem não mecaniza a sua produção sofre uma dupla desvantagem: trabalha mais e colhe menos, pois a área cultivada vai depender estritamente da capacidade de trabalho da família e da força animal de que ela dispõe. Além disso, as condições climatológicas ideais para a lavração e a colheita têm muitas vezes uma duração limitada: quem recorre à mecanização, está em melhor situação para aproveitar as condições necessárias a cada etapa do ciclo agrícola. Isto significa que "a quantidade de trabalho gratuito" (Marx) que uma família que não emprega a mecanização transfere à sociedade é, via de regra, maior, que a de uma unidade de produção onde o trator e a colheitadeira fazem parte habitualmente do processo produtivo.

Mas se a motomecanização é um fator tão importante na produção agrícola, por que, mesmo entre os "pequenos" produtores, apenas 45% a empregavam em 1978/79? Que entre os "mini" produtores, somente 21% mecanizassem suas lavouras é perfeitamente compreensível pelo fato de que os outros 79% não possuíam, provavelmente, aquele mínimo de condições topográficas ou de area para aceder aos tratores e às colheitadeiras mecânicas. Mas que entre "pequenos" produtores (cuja renda anual,, é bom lembrar, os distancia da miséria que caracteriza o campesinato pobre) o uso da mecanização na cultura de soja não atinja sequer 50% dos "pequenos"produtores, eis um fato bastante paradoxal.

A explicação mais plausível para este paradoxo é que nos estabelecimentos destes "pequenos" produtores que não mecanizam a lavoura de soja, o plantio desta leguminosa seja relativamente pouco importante. O essencial da atividade econômica se concentraria na criação de suínos no plantio de milho e feijão. O que corrobora esta explicação é que embora apenas 45% dos "pequenos" produtores mecanizem suas lavouras, do total da área plantada por "pequenos" produtores, 73% é mecanizada (cf. quadro XVIII). Os 55% que não mecanizaram sua lavoura de soja respondem somente por 27% da área cultivada. Nestes estabelecimentos "pequenos", mas que não recorrem à mecanização, a mão-de-obra familiar deve ser particularmente numerosa, para dar conta, sem o recurso à mecanização, das tarefas agropecuárias necessárias à geração de um faturamento anual superior a Cr$ 814 mil. Além disso, a fertilidade natural do solo e a área destes estabelecimentos devem ser suficientemente importantes para possibilitar o aproveitamento realmente produtivo da energia de trabalho que há em seu interior. Estes são estabelecimentos em que a intensificação agrícola se dá sobretudo através de uma incorporação crescente de trabalho vivo à produção. Na produção de feijão e milho (e na criação de suínos), atividades onde a mecanização agrícola é menos desenvolvida do que na cultura de soja ou trigo, estes estabelecimentos têm melhores condições de obter um bom faturamento, pois suas condições técnicas de produção não estarão tão abaixo da média social como ocorreria se eles plantassem soja.

É possível que entre estes estabelecimentos "pequenos" e que não mecanizam suas lavouras, muitos ofereçam uma certa "resistência" ao processo de transformação da base técnica da produção camponesa. Como veremos a seguir, o preço social deste processo é bastante alto, não só pela exploração econômica que nele está envolvida, como também pela quebra da unidade do universo camponês que ele traz inevitavelmente em seu bojo. É evidente que este fator cultural ou ideológico só vai poder se manifestar se o custo econômico da manutenção das técnicas tradicionais (intensificação da produção através do trabalho vivo, isto é, - nas condições vigentes no nosso caso - familiar) for inferior ao custo social da ruptura do universo camponês. Embora as duas medidas não sejam quantificáveis, elas são, do ponto de vista do pequeno produtor, comparáveis: não foram poucos os que, em entrevista, afirmaram-me a indisposição de trabalhar com banco, de fazer dívida, etc, O baixo custo real do empréstimo (em função dos juros subsidados) significa, algumas vezes, muito pouco para o agricultor, diante dos problemas que ele terá de enfrentar em seu envolvimento com o sistema bancário.

Existe portanto uma heterogeneidade técnica no interior do próprio campesinato abastado. Minha impressão é de que apesar de todas as dificuldades e resistências, esta camada do campesinato ver-se-á, obrigada, cada vez mais, a empregar insumos de origem industrial, seja em função do inevitável cansaço de suas terras, seja como respostas às próprias exigências do mercado. No interior do campesinato abastado, os limites dentro dos quais a incorporação do progresso técnico à produção é possível, são bastante amplos.

O mesmo já não ocorre com o campesinato pobre. E este constitui hoje, no Sudoeste Paranaense, a maioria dos pequenos produtores. É completamente diferente a situação do camponês abastado que, por motivos econômicos, ou culturais opta

por limitar o uso de máquinas e insumos modernos, da que caracteriza o camponês pobre que não pode ter acesso a estas conquistas. Neste caso, na medida em que o progresso técnico se generaliza, o empobrecimento se acentua e conduz à expropriação.

Ao que tudo indica, é o que vem ocorrendo nos últimos anos no Sudoeste Paranaense. Já mencionamos anteriormente o fato de que esta região foi uma das poucas no Paraná onde, entre 1970 e 1975 cresceu a quantidade de estabelecimentos. Os dados preliminares do cadastro do INCRA de 1978 mostram que agora o Sudoeste Paranaense já acompanha o movimento geral: entre 1972 e 1978 cai em 6,5% a quantidade de imóveis existentes na microrregião.

Neste sentido têm razão os técnicos do IPARDES (1981,p.78)quando afirmam: "O processo mais contundente que tende a acentuar-se na região (Oeste e Sudoeste - R.A.), com um forte conteúdo migratório, é a situação de pobreza acelerada dos pequenos produtores, principalmente na MRH do Sudoeste Paranaense, onde as áreas são muito pequenas e com solos empobrecidos dificultando ao produtor integrar-se, ou mesmo persistir no processo de tecnificação".

Para os que não partem, esta "integração" (por maiores que sejam as dificuldades que ela vem trazendo ao agricultor) aparece cada vez mais como a única saída. Mas em que consite exatamente esta integração? E em que ela altera a vida da família camponesa? Sem pretender responder exaustivamente a estas questões, é o que nós vamos examinar a seguir.

VENDER É O FUNDAMENTAL

A transformação na base técnica da lavoura camponesa modifica completamente o seu funcionamento econômico. O período que estudamos anteriormente foi caracterizado como a fase da circula-

lação mercantil simples. Enquanto produtor de valor, a existência econômica do pequeno agricultor se traduzia no ciclo:M-D-M. Era a partir da venda de mercadorias que o produtor entrava no mercado, que ele exprimia socialmente a existência de seu trabalho. Vimos também que, embora ele produzisse para o mercado, o valor-de-uso, o consumo, era o móvel de sua existência:a própria troca sujeitava-se às necessidades do valor-de-uso. E pouco importa aqui que o produto de seu trabalho fosse para o comerciante fonte de acumulação de capital, existisse para ele,portanto, apenas como valor-de-troca. Do ponto de vista do agricultor, a vinculação ao mercado respondia à pressão de suas necessidades: as mercadorias que vendia convertiam-se em mercadorias para o seu consumo. E aí o ciclo se interronpia para recomeçar na nova safra. Os próprios mecanismos da comercialização, o vínculo pessoal entre o comerciante e o agricultor, a existência do crédito sob a forma de capital usurário eram adequados a este funcionamento econômico.

Do ponto de vista do campesinato que transformou a base técnica de seu trabalho, a situação inverteu-se a um tal ponto, que sua existência como produtor de mercadorias manifesta-se num ciclo oposto ao da fase da circulação mercantil simples e que se aproxima da figura do ciclo do capital. A relação do produtor com o mercado tem início não a partir do momento em que vende as suas mercadorias, mas quando compra o que é necessário para a sua produção. Como a obtenção destes insumos depende, via de regra, de financiamentos, ele entra no mercado, na verdade, enquanto um tomador de empréstimos. Sua produção começa na porta do banco. Sua condição de pequeno camponês sujeita-se à sua adequação às normas do crédito bancário. Se antes ele dependia parcialmente do capital usurário para consumir, agora ele depende totalmente do capital bancário para produzir. Do ponto de vista econômico, sua relação com a sociedade começa pela demanda de dinheiro. Na medida em que este dinheiro é vinculado à compra de determinadas mercadorias (determinadas não por ele, mas pelo próprio banco, agente da política governamental), ele entra no mercado, primeiramente, como comprador e não como ven

dedor de mercadorias. Seu ciclo econômico exprime-se agora na figura: D-(dinheiro utilizado na compra ou no aluguel dos meios de produção) - M (meios de produção comprados e utilizados na produção) - M (produto de seu trabalho que será vendido no mercado) - D (dinheiro obtido com a venda do produto). Portanto D-M-M-D.

DINHEIRO POR DINHEIRO

Da mesma forma que ocorre com a figura do capital (que é D-M-D', dinheiro-mercadoria-dinheiro num montante superior ao inicialmente desembolsado) nas extremidades da figura econômica do produtor modernizado está o dinheiro e não mais a mercadoria. Isto porque seu trabalho não tem mais apenas por objetivo obter produtos através de cuja venda ele comprará mercadorias necessárias a seu consumo e de sua família (1). Uma parte essencial de seu trabalho destina-se a repor o dinheiro desembolsado com meios de produção. O processo produtivo é regido não pelas necessidades do consumo mas pela lógica da produção. E a lógica da produção é, aqui, a lógica do dinheiro. No início do processo produtivo não se encontra mais apenas o trabalho do agricultor e de sua família, mas meios de produção que ele compra ou aluga no mercado (através de empréstimos bancários) e que, com o produto de seu trabalho, terá de pagar. O movimento do dinheiro se apodera de sua existência econômica.

Mas há uma diferença fundamental entre a figura do pequeno produtor e a representada pelo ciclo do capital: o que o camponês recebe com a venda de seus produtos é suficiente apenas para pagar o que foi consumido na produção, isto é, seus meios de subsistência e o financiamento. Embora produza para gerar di-

---

(1) "A produção perde sua finalidade primeira de produção para a subsistência, em benefício de uma produção para uma renda monetária. Uma tal forma de produção participa portanto do movimento de alienação próprio à produção capitalista" (Evrard, Hassan e Viau, 1977, p. 34).

nheiro, ele realiza a operação irracional (do ponto de vista da sociedade capitalista) de receber com a sua safra praticamente o mesmo montante que desembolsou, acrescido, evidentemente de uma soma necessária a sua subsistência. O fato de que este pequeno agricultor tenha um padrão de vida relativamente alto, não impede que, do ponto de vista da sociedade burguesa, ele realize permanentemente uma operação irracional: ele assume os riscos inerentes à sua participação no sistema de crédito bancário, mas não recebe o lucro que, na sociedade capitalista cabe, em princípios, a todo proprietário de meios de produção.

"O agricultor não tem lucro nenhum. Apenas o dinheiro dele. Foi bem porque não deve nada a ninguém" (CONTAG/Florianópolis, 1980). Ora, trocar dinheiro é uma operação que só tem sentido pela diferença quantitativa entre os termos envolvidos na troca (1). Mas no caso do agricultor, trocar dinheiro é renovar suas condições de produção e por aí as condições de sua sujeição ao capital. O processo de endividamento torna este ciclo infinito. Não, como ocorre na produção capitalista, pelo fato de o dinheiro se acumular de maneira initerrupta mas sim por sua impossibilidade de interromper este ciclo de sua sujeição.

A partir do momento em que começa a trabalhar com crédito bancário, o agricultor entra numa dinâmica onde o mercado tende a absorver o essencial do produto do seu trabalho. Vender deixa de ser simplesmente uma aspiração de produtor mercantil, expressão de sua autonomia enquanto proprietário, mas, ao contrário, manifestação de sua submissão: ele é apenas formalmente o proprietário de seu produto, na medida em que o resultado da venda já está comprometido com o pagamento dos financiamentos.

---

(1) "A circulação simples M-D-M tem seu objetivo fora de si própria, no consumo. No círculo D-M-D, o dinheiro é adiantado. Daí, ele se torna capital. Mas este adiantamento só tem sentido se o resultado difere do adiantamento. Ele difere pela quantidade: a quantidade do valor de troca inicial. Tem se D-M-D'. A circulação do capital tem seu fim nela mesma, o crescimento do capital" (Barthélémy, 1977, p.90).

É claro que, na fase anterior, este comprometimento também existia. Mas sua natureza é radicalmente diversa do que ocorre atualmente. O agricultor comercializava apenas uma parte de seu produto, garantindo, com a parcela maior que ficava na propriedade, a subsistência familiar e assegurando por aí as condições de sua autonomia e independência. Portanto, sua sujeição ao pequeno capital comercial e usurário referia-se à parte de sua subsistência que ele não tinha condições de produzir.

Agora, é o essencial de sua produção que vai ao mercado e o que está em jogo, na medida em que ele depende do mercado para adquirir suas condições de produção (e não só uma parte de sua subsistência) é a sua própria capacidade de sobrevivência social. A modernização agrícola faz com que o pequeno camponês produza cada vez mais para o mercado. Na medida em que a produtividade social do trabalho agrícola aumenta, o tempo que ele dedica a si próprio e sua família é cada vez menor.

A forma como se dá todo este processo de transformações técnicas (através da participação crescente do agricultor no sistema de crédito rural) altera uma das características mais tradicionais da economia camponesa que é a alternatividade que o próprio produtor estabelece na destinação de seu produto entre valor de uso ou valor de troca. O ritmo e o grau em que o produto do trabalho converte-se em mercadoria depende, na economia camponesa tradicional, antes de tudo de suas próprias necessidades. "E essa alternatividade própria ao produto de trabalho camponês - pode servir para a venda e para o auto-consumo familiar - é dada, em termos de seu cálculo, não antecipadamente, mas sim ao se completar o processo produtivo." (Convênio FINEP/INAN/FASE, 1978 .A, p. 26).

Na situação atual do Sudoeste Paranaense o produto, antes mesmo de ser cultivado, já está de antemão destinado ao mercado. E esta destinação não corresponde à determinação subjetiva do produtor, mas à necessidade do próprio processo produtivo. Vender não é somente a condição para sobreviver, mas para continuar produzindo. E esta venda não se dá numa escala constante. A ge

neralização do progresso técnico na agricultura combinada com a situação de monopólio que existe na compra de máquinas e insumos e na comercialização (situação que será estudada no capítulo IX deste trabalho)provocam uma tendência permanente à queda na renda real do agricultor. Para compensar esta tendência, é fundamental que ele venda cada vez mais o que produz: "O pequeno produtor é portanto pressionado, dado um certo preço de mercado, a produzir e vender a maior quantidade possível de produto.Quanto menor for opreço, mais ele deverá vender para completar a soma de dinheiro que lhe é necessária" (Servolin, 1972, p. 55).

MEIOS DE PRODUÇÃO: CADA VEZ MAIS DISTANTES

Enquanto produtor mercantil, o pequeno agricultor não tem domínio sobre o destino de seu produto (Cf. capítulo IV). Agora, ele perde a soberania sobre o que plantar e sobre seu próprio processo de trabalho. "Hoje, quem comprou trator está mais pobre. Tem que plantar trigo e soja, porque está preso pela cauda, como uma mosca na teia de aranha" (CONTAG/Florianópolis, 1980). Ser agricultor depende do acesso a meios de produção que ele não produz e que, na maior parte das vezes não pode sequer comprar. "Sua inserção na economia mercantil equivale a uma separação com relação aos meios de produção de sua subsistência, já que aqueles dos quais ele conserva a propriedade não podem mais assegurá-la diretamente" (Evrard e outros, 1977, p. 34). De fato, pouco valem o machado, a foice e o arado para tração animal, quando o que predomina é o trator e a colheitadeira automotriz. Sua condição social só se efetiva quando ele consegue, pela mediação do mercado romper a barreira que o separa dos meios de produção. Na medida em que esta unidade ao menos parcialmente é recomposta, ele se distingue do proletário, daquele que está totalmente separado de suas condições de produção. Mas,por outro lado,não sendo as máquinas e os insumos que utiliza, o produto de seu trabalho, adquirem frente a ele uma outra personalidade, são a incorporação de um mundo que

lhe é estranho em seu próprio processo de trabalho. Seus meios de produção deixam de ser uma extensão de si próprio. Entre eles e o agricultor existe não só o mercado em geral, mas figuras concretas que ele localiza facilmente na escala hierárquica social: os bancos, as firmas produtoras de insumos e os capitalistas de quem aluga as máquinas que utiliza. Neste sentido, ele percebe que produzir é se sujeitar a estes personagens.

A modernização camponesa joga opequeno agricultor num círculo vicioso. Ele é obrigado a modernizar a sua produção para vender mais e melhor e deve vender mais para garantir a modernização de sua lavoura. "Hoje, quem trabalha, não ganha dinheiro. Ganha dinheiro quem manobra papel. O agricultor hoje sofre daquela doença que a pessoa tem que quanto mais come, mais emagrece" (CONTAG/Florianópolis, 1980). O importante é que nesta dinâmica, ele desaparece. A produção passa a ter uma finalidade nela própria. Ele não produz para o seu consumo, mas para o consumo da produção. Ele não perde apenas a unidade objetiva com os meios de produção, mas a identidade subjetiva com o processo de trabalho: o seu trabalho realiza a finalidade de um outro, adquire a conotação de trabalho alienado.

Aqui, ao contraário do que ocorria na fase anterior, o fato de ele ter assegurado seus meios de subsistência não lhe dá mais o sentimento de independência, principal traço de sua consciência há vinte anos. Os exploradores de seu trabalho deixam de pertencer ao seu universo. Ele não se relaciona mais com pessoas, mas apenas com coisas e instituições. O gerente do banco e da cooperativa nunca têm nome, eles existem para o agricultor não como pessoas, mas como a corporificação da instituição que representam. Eles não tem a flexibilidade das relações interpessoais, mas a rigidez das relações institucionais. O agricultor nada mais é que um cliente ou um associado.

Ao contrário do que ocorria no período anterior, ele não recorre ao banco ou à cooperativa para complementar um objetivo que, no essencial, ele mesmo assegurava (a sua reprodução e de sua família) e a partir de uma aparente troca entre iguais. Agora, é o essencial que depende do banco, das indústrias e das cooperativas. Ele só alcança os meios de produção de que precisa, na medida em que renuncia a sua liberdade: a terra, ou a produção, deixa virtualmente de lhe pertencer pelo sistema de crédito hipotecário. Ele só pode produzir sob o peso da ameaça da expropriação. As bases de sua independência estão totalmente solapadas. Ele não pode sequer viver a ilusão da liberdade. Assim, se há vinte anos, o traço fundamental da consciência do pequeno produtor do Sudoeste Paranaense estava no sentimento de autonomia, hoje reside no sentimento de sujeição.

Esta lógica econômica faz com que o agricultor viva a sua relação com a natureza como uma relação de perda. Ao perder a identidade consigo mesmo enquanto produtor de suas próprias necessidades - necessidades que são agora produzidas por um outro, estranho a seu mundo - o agricultor perde a unidade com a natureza. É claro que a cisão irreversível desta unidade foi estabelecida antes de tudo pela propriedade privada da terra, no enfrentamento pacífico entre caboclo e colono descendente de imigrantes, que estudamos nos capítulos I e II. A apropriação privada da terra é um limite que se interpõe entre o homem e a natureza, um limite que dirige a relação, que lhe dá sentido. Ainda assim não há dúvida de que no período caracterizado pela circulação mercantil simples, a produção de mercadorias não havia subvertido totalmente a relação imediata entre o homem e a natureza. Caçava-se, pescava-se, os pássaros eram abundantes e a

própria natureza se encarregava de uma série de trabalhos que hoje devem ser realizados pelo homem (1).

Hoje, a natureza, da mesma forma que o próprio agricultor, está alienada colocada a serviço de uma força estranha: a terra é desmatada, os animais e as plantas desaparecem, em suma a natureza tende a se reduzir a uma função estritamente produtiva, a se transformar numa simples mediação da qual o camponês se apropria para realizar um fim que lhe é exterior.

---

(1) Existe em Francisco Beltrão uma instituição criada no início da década de 1960 por padres belgas e que foi a principal responsável pela difusão dos grupos de reflexão bíblica na região a ASSESOAR desenvolve um trabalho comunitário em vários níveis, dos quais um dos principais é a tentativa de fornecer ao agricultor uma alternativa em termos de técnicas agrícolas, estimulando o uso da adubação orgânica, o uso de sementes próprias, etc. A ASSESOARtem um profundo contacto com as lideranças da região. Num dos números de seu boletim "CAMBOTA", ela colocou uma questão a ser respondida pelos agricultores a respeito dos animais e das plantas que existiam na região e que a modernização agrícola eliminou. Nas respostas que a revista publicou fica evidente não só a destruição da natureza que este modelo de desenvolvimento agrícola provocou, mas também o íntimo contacto que os agricultores tinham com a natureza. Em sua edição nº 35, de maio de 1979 o Cambota publicou um poema do agricultor Adelino Cordeiro que mostra bem a relação de perda que o pequeno camponês mantém com a natureza. Eis uma estrofe do poema entitulado "Mecanização": "Hoje há só tristeza
Que causa pena prá gente
Nem grilo, nem passarinho,
Nem a cigarra contente
Passando pelas estradas
A gente vê tristemente
Cheiro forte de veneno
Que afeta todo vivente"

Em um outro poema, "Plantas medicinais", Adelino Cordeiro diz:

"Vamos conversar um pouco
Sobre plantas medicinais
Que era comum encontrar
Nos tempos de nossos pais
Mas com o desmatamento
Que destruiu o sertão
Já quase não se vê mais"

A INTEGRAÇÃO CONTRATUAL

A dissolução da economia camponesa tradicional e a modernização da pequena agricultura vem assumindo em todos os lugares on de se desenvolve, duas formas principais. Na produção agrícola, via de regra, o agricultor, entra em contacto com diversos capitais. O banco, a empresa produtora de fertilizantes, o capitalista de quem aluga as máquinas, a cooperativa representam grupos que, embora integrados por uma mesma lógica e um mesmo objetivo, são independentes entre si. Não existe nenhuma ligação orgânica entre a Massey-Ferguson, a Manah, a Sanbra e a Cotriguaçu.Mas há uma outra forma de sujeição do pequeno produtor aos monopólios, predominante na produção animal (embora domine alguns setores agrícolas como o fumo, por exemplo) e que está se implantando no Sudoeste do Paraná com muita rapidez. São os produtores integrados. O tipo de relação social que se materializa no produtor integrado é amplamente difundido em países onde convivem economia camponesa e a dominação dos monopólios sobre a produção de insumos e a comercialização agrícola. Agrônomos franceses, baseados num estudo realizado nos Estados Unidos, definem o que é a "integração contratual", definição que se aplica perfeitamente ao nosso caso. "Um agricultor integrado compromete-se a comprar a quase totalidade de seus meios de produção - animais jovens, alimentos, equipamentos de criação, galpões, máquinas - de uma firma e a lhe vender a produção no fim do ciclo de criação. Ele fornece a mão-de-obra e os capitais para os investimentos endividando-se quase sempre junto à firma. Ele não tem poder frente à firma integradora: incapaz de julgar a qualidade de suas compras, ele suporta todos os riscos da produção e a única decisão que ele pode tomar consiste em "deixar o ramo", segundo um deles. Enfim, as firmas têm condições de decidir e de impor o ritmo de renovação dos equipamentos, que o agricultor não tem nunca o tempo de amortizar. O agricultor não dispõe sequer dos direitos conquistados pela classe operária durante aos anos 1930. A renda de seu trabalho é muitas vezes negativa" (Berlan e outros, 1976, pp. 314 e 315).

Enquanto produtor de mercadorias, é claro que o camponês distingue-se socialmente do trabalhador assalariado. Mas o produtor integrado não é sequer, ao contrário do que ocorre com o campesinato modernizado que trabalha na produção de soja ou trigo, por exemplo, o proprietário formal das mercadorias que produz. Elas estão vinculadas contratualmente à firma que lhe fornece os insumos para a sua produção. Ele não tem com o mercado uma relação de proprietário de mercadorias. É, na realidade ele produz, da mesma forma que um operário a domicílio, apenas a peça central de uma mercadoria. É somente após um processo de industrialização que seu produto vai se converter realmente em mercadoria. É nas mãos da indústria que seu animal será limpo, embalado, etc.

O produtor integrado vive da maneira a mais aguda as contradições do processo de modernização da pequena agricultura. É aí que o sentimento de perda de autonomia se manifesta com mais força: "Sabe qual a única coisa que o agricultor produz que presta? É a merda. Não precisa rir. A única coisa que a gente pode vender é o esterco das galinhas. O resto é tudo pras firmas" (CONTAG/Florianópolis, 1980). O agricultor assume todos os riscos da produção e identifica com clareza o enquadramento que o impede de ter lucro. Mas o determinante no atual comportamento social deste campesinato não é tanto a falta de lucro, mas a perda da soberania sobre a sua condição social. Ele não pode ser agricultor sem se sujeitar ao que lhe impõe a firma. E normalmente, pelo próprio processo de endividamento, sua emancipação, seu retorno à condição de livre produtor mercantil é quase impossível.

A integração contratural é a expressão da modernização camponesa levada ao seu paroxismo. Ela contém de maneira clara e desenvolvida aquilo que existe nos modelos não integrados, mas nem sempre se revela tão abertamente. Em ambos os casos, o essencial é intensificação da produção vegetal ou animal, é que cada unidade de produto traga em si a maior quantidade possível de insumos. É neste sentido que, referindo-se à produção

animal, José Luztzemberg fala que a humanidade transformou-se em redutora e não produtora de alimentos. Cada unidade de proteína animal produzida nos modelos integrados contém uma quantidade várias vezes superior de proteína vegetal. E esta proteína vegetal é consumida sob a forma de rações cuja produção é cada vez mais controlada pelos grupos monopolistas.

A intensificação da produção agrícola e animal é um fenômeno que atinge a agricultura capitalista em escala mundial:"O crescimento da renda nos países industrializados traduziu-se após a Segunda Guerra mundial por um aumento no consumo de produtos animais... Em 13 anos, de 1955 e 1968, a produção combinada de leite, de carne e de ovos na Europa ocidental e no Japão aumentou aproximadamente 50%..." Ao mesmo tempo, nestes países, o "consumo de farelo aumentava 160%. Este crescimento mais rápido no consumo de rações deve-se à evolução das técnicas de alimentação do gado. No sistema tradicional, as aves corriam soltas na fazenda, a criação de porcos contava no máximo com algumas dezenas de unidades. O consumo de alimentos comprados era nulo. A alimentação dos animais baseava-se numa complementariedade ao nível do estabelecimento entre a agricultura e a criação... Desde a segunda guerra mundial assiste-se na Europa ocidental e no Japão a uma quase industrialização da criação de aves e suínos" (Marloie, 1974, p. 16).

CAPÍTULO VIII

A EXTINÇÃO DO PEQUENO CAPITAL MERCANTIL E USURÁRIO

A EXTINÇÃO DO PEQUENO CAPITAL MERCANTIL E USUÁRIO

O pequeno comércio no Sudoeste paranaense vem passando nos últimos anos por um violento processo de extinção. As bodegas que ainda se conservam no interior perdem suas funções tradicionais e se reduzem à venda de alguns poucos produtos, sobretudo bebidas alcoólicas. Este declínio do pequeno comércio reforça a tendência à eliminação social do campesinato pobre, pois quebra os vínculos através dos quais ele garante algumas de suas necessidades básicas, e, antes de tudo o crédito personalizado. Com o declínio das bodegas, reduzem-se, para o camponês pobre, as possibilidades de financiar o consumo para pagar com a safra. Cada vez mais é necessário que ele tenha dinheiro vivo em suas mãos para assegurar a sua reprodução. Como as possibilidades de trabalho assalariado na região são bastante limitadas, forma-se uma pressão quase irresistível no sentido de que ele se desfaça de sua terra. Portanto o recuo do pequeno capital mercantil e usurário - que é visto em geral pelos técnicos governamentais como um sinal de progresso econômico - traz consigo a eliminação de algumas das condições básicas de reprodução de um setor social decisivo, o campesinato pobre.

No município de Salto do Lontra, segundo informação do chefe da agência de Rendas local, existiam 169 casas comerciais no início de 1978. Segundo cálculos deste fiscal, cerca de 30 destas casas comerciais devem ter fechado suas portas durante o ano. O mesmo fenômeno pode ser observado em Francisco Beltrão. Existiam 580 firmas inscritas no município em 1978. Sendo um município mais antigo e cujas funções urbanas estão mais desenvolvidas, não é de espantar o fato de que apenas 30% destas firmas comerciais se encontrassem no interior, junto as próprias zonas produtoras. No entanto, destes 30% - portanto 174 firmas - apenas 8 ou 10 compravam a produção dos colonos. Todas as outras limitavam suas atividades à venda de mercadorias. A extinção do pequeno comércio rompe o metabolismo so-

cial que equilibrava a reprodução do campesinato pobre. Para ele é fundamental vender para comprar, associar a compra e a venda como partes de um movimento único visando o seu consumo. O capital mercantil e usurário é, sem dúvida, um parasita que se mantém às suas custas, mas que permite que ele próprio também se mantenha.

Em dez anos, o circuito da comercialização no Sudoeste paranaense foi modificado profundamente. Os intermediários do interior (as bodegas) praticamente desapareceram; a figura do "colono comissionado" não existe mais; os "atacadistas expedidores distribuidores" (cf. capítulo IV) perderam sua força em benefício sobretudo das cooperativas. Os grandes monopólios compram os produtos diretamente na região, seja do agricultor, seja das cooperativas ou dos comerciantes. O grande capital simplificou o circuito de comercialização, eliminando boa parte dos intermediários que antes existiam (1). Desta forma, o sobre-trabalho camponês, que antes se espalhava entre o inúmeros agentes por cujas mãos passava o produto do agricultor, concentra-se agora nas grandes firmas. O ritmo da acumulação capitalista que se faz com base na exploração do trabalho camponês cresce consideravelmente em função desta concentração.

Do ponto de vista do agricultor, no início, o capital bancário aparece como a via de sua redenção social. Tudo levava a crer que o crédito bancário ia tornar real sua esperança de enriquecimento. Ele abria o caminho do progresso. Neste sentido, a forma como o agricultor vive sua relação com o capital bancário é contraditória. Por um lado, é nos bancos que se concentra a política dos monopólios para o campesinato: o capital bancário representa a perda de sua independência. Entre-

(1) A comercialização de soja, cujos fundamentos serão estudados no próximo capítulo é um bom exemplo disso: "O processo de comercialização da soja é inteiramente controlado pela indústria, que compra o produto diretamente dos produtores, e pelas cooperativas, que recebem grande parte da produção..." (Ipardes, 1981, p. 143).

tanto, do ponto de vista da produtividade de seu trabalho, o capital bancário possibilitou sua emancipação técnica. A própria produtividade social média do trabalho camponês aumentou de forma tal que, em muitos casos, é praticamente impossível ao agricultor produzir sem recorrer aos insumos modernos. No início dos anos 1970, a facilidade de acesso ao crédito e os juros fortemente subsidiados, fizeram com que setores expressivos do campesinato transformassem de maneira radical a sua lógica econômica. E o importante é que esta transformação aparecia, no início, de maneira unilateral, apenas em seu aspecto libertador: ela era a via para se produzir mais e melhor. Até o surgimento dos primeiros problemas decorrentes deste novo tipo de exploração econômica, o clima de euforia reinava entre os pequenos agricultores que conseguiram transformar a base técnica de suas lavouras.

PENHOR AGRÍCOLA

Mas não foi apenas este movimento do campesinato de afluxo aos bancos que provocou o declínio do pequeno capital mercantil e usurário. O Estado colocou em marcha vários mecanismos que precipitaram a extinção do pequeno comércio. O primeiro deles foi a própria vinculação dos agricultores ao sistema bancário. À primeira vista, este fato parece contraditório: porque o agricultor não podia mais se endividar junto ao comerciante? Seu crédito bancário não é, em si, um obstáculo para que ele continue financiando o seu consumo junto ao pequeno capital comercial e usurário. Aparentemente, nada impede que ele venda o seu produto ao comerciante. Para o campesinato pobre, esta pódia ser uma solução: financiar junto aos bancos alguns insumos e junto ao comerciante os meios de subsistência.

Mas da mesma forma que seleciona bem os seus clientes, o capital bancário exige deles a maior fidelidade. Ele não admite sócios menores. Que seus prestatários trabalhem também com o pequeno capital comercial e usurário, eis um crime que ele pu

ne de maneira quase tão estrita quanto a sociedade burguesa reprime a bigamia: na época da safra, cioso de suas prorrogativas, o Banco do Brasil faz chegar aos pequenos comerciantes listas indicando quais os agricultores que a ele se dirigiram e obtiveram crédito. O comerciante, evidentemente, não está proibido de comprar o produto do agricultor mencionado na lista. Mas este respeito à liberdade do comércio é limitado.O comerciante que comprar o produto do agricultor que não reembolse o que deve ao Banco terá que responder pela dívida.Para fazer um financiamento, ainda que não hipoteque a sua terra, o agricultor é obrigado a garantir o empréstimo com a produção: trata-se do penhor da safra, o chamado "penhor agrícola".

I - "O Banco aqui dá uma lista que não posso comprar o produto daquele camarada porque se comprar tem que pagar a dívida dele se ele não pagar".

P - "O fiscal vem aqui e fornece a lista pros senhores, interessante isso".

I - "Essa lista aí, parece que tinha pilhas de listas assim".

P - "Muita gente aqui, mais de 100"?

I - "Muito mais, aquela colonada toda que trabalha pro banco".

P - "Eram mais de mil colonos, chagava a isso"?

I - "Isso eu não sei rapaz, mas olha, eu queria que o senhor visse, era uma pilha dessa altura, tudo em ordem numérica".

P - "Desses o senhor não podia comprar nada"?

I - "Desses eu não podia. Se eu comprasse e ele não pagasse a conta, o Banco vinha sobre mim, pra mim pagar, pois eu tenho um amigo em Nova Prata, não sei se pagou, só sei que foi chamado. Eu conheço, eu achei que não tava certo, que fazer prá lidar com essa gente. Falei com um amigo meu de

Passo Fundo (RS), ele me disse: 'olhe, isso, o negócio é o seguinte: o Banco do Brasil não tem advogado, mas abre o olho lá, não compra desses colonos pendentes com o Banco. 'Então vou comprar de quem"?

É assim que funciona a livre empresa no capitalismo de monopólios. Todas as regras são cumpridas à risca desde que os interesses dos bancos não sejam lesados. Há inclusive uma base legal para que os bancos determinem a quem a safra do agricultor deve ser vendida e destes evidentemente, está excluído este seu primo pobre, o pequeno capitalista comercial e usurário. O capital bancário não permite que o camponês sirva a dois senhores. Onde ele impera, as outras formas de capital produtor de juro perecem e levam consigo o conjunto das expressões primitivas do capital, aquelas que não conseguem se adaptar às normas que ele determina.

PREÇOS MÍNIMOS

A política de preços mínimos foi também um fator importante para que, da mesma forma que o capital usurário, o pequeno capital comercial se transformasse cada vez mais numa relíquia do passado. Em geral, somente as cooperativas, ou os grandes comerciantes têm condições de fazer o EGF (Empréstimo do Governo Federal) mecanismo através do qual o agricultor recebe um adiantamento correspondente ao preço mínimo do produto.

Este adiantamento existe sob a forma de um crédito (crédito de comercialização) concedido com base na Política Nacional de Crédito Rural. Passados 180 dias, se o agricultor não encontrar melhor preço que o mínimo, ele transforma o EGF em AGF (Aquisição do Governo Federal), pagando as taxas do armazenamento e uma taxa de juro mensal de 1%. O objetivo da política de preços mínimos é duplo. Por um lado, garantir o preço ao produtor e, por outro, permitir que, nas situações de abundân

cia, os estoques governamentais cresçam para que o Estado possa, posteriormente, em momentos de eventual escassez, interferir no mercado para proteger o consumidor.

Na verdade, do ponto de vista do produtor, este preço mínimo tem algo de fictício. Ele corresponde a uma espécie de produto ideal, como o ponto onde duas linhas paralelas se encontram: o produto que o agricultor entrega no comércio ou na cooperativa nunca corresponde à classificação máxima pela qual ele obteria o preço mínimo. Por mais que ele tenha cuidado com a secagem de sua safra, sempre lhe é descontada uma taxa correspondente à umidade (1). E este tipo de prática comercial existe tanto nas cooperativas e no grande comércio, quanto nas firmas que trabalham sob o regime da integração contratual. O fumo, por exemplo, que está neste último caso, possui nada menos que 49 tipos diferentes. É evidente que o agricultor não tem o controle deste tipo de classificação nem os sofisticados aparelhos para medida de umidade, ficando o preço de seu produto, ao menos em parte, sob o arbítrio do comprador.

Mas em todo caso, as cooperativas e o grande comércio têm em geral, pela própria massa de produtos que reúnem, condições de pagar ao agricultor um preço próximo ao mínimo e possuem uma estrutura que lhes permite a utilização massiva do sistema de EGF e AGF. É claro que tanto pelo volume da produção que compra, quanto pelos custos administrativos que este sistema representa, o pequeno comércio tem grandes dificuldades de assegurar o preço mínimo para o pequeno agricultor.

---

(1) "Como nós agricultores podemos fazer frente com os preços mínimos dos produtos muito baixo, e não vendemos nada se não no preço mínimo, enquanto que os descontos são demais (Carta de um agricultor de Nova Estrela, Santa Isabel d'Oeste de 30/11/1978 ao boletim Cambota, da Assesoar).

DUPLO MERCADO

As análises clássicas sobre os vínculos do campesinato ao comércio, mostram que, nestas situações, forma-se uma espécie de duplo mercado, o campesinato pobre vendendo seus produtos aos pequenos comerciantes os quais pagariam preços substancialmente inferiores aos recebidos pelos capitalistas rurais, cujos produtos seriam comprados por cooperativas, e cuja referência de preço seriam as bolsas de mercadorias: "As tesouras (é assim que se chama a distância entre os preços dos produtos industriais e os dos produtos agrícolas) afetam o médio e o pequeno camponês mais que o grande proprietário, pois aquele necessita ceder sua mercadoria ao comerciante do interior - junto ao qual ele está normalmente endividado - bem abaixo do preço cotado na bolsa, ou então o preço lhe é imposto pelos grandes monopólios (sociedades de laticínios, moinhos, abatedouros); quanto aos artigos industriais, ele os compra igualmente do intermediário a preços elevados. As tesouras são portanto mais abertas para os camponeses trabalhadores do que o indicam os índices oficiais calculados sobre a base dos preços de atacado. Quando os preços mínimos são estabelecidos pelo Estado para os produtos agrícolas, apenas o proprietário fundiário e o grande camponês alcançam estes preços; os camponeses pequenos e médios são obrigados a vender mais barato"(Varga, 1976, pp. 223 e 224).

As observações do economista soviético E. Varga, embora publicadas em 1934, conservam toda a sua atualidade. A existência deste duplo mercado pode ser constatada também no Sudoeste Paranaense. De fato, o campesinato pobre, em função de sua própria necessidade de crédito usurário - e na medida de sua dificuldade de acesso ao crédito bancário - tende a comercializar sua produção junto ao pequeno comércio e a submeter-se assim a suas regras. O preço de seu produto está diretamente relacionado ao grau de seu endividamento junto ao comerciante.

Na diferença entre o que ele recebe e os preços correntes de mercado estão os lucros do capital comercial e os juros do usurário.

É importante observar entretanto que este duplo mercado tende francamente ao desaparecimento. Perdendo os vínculos tradicionais que o ligavam ao pequeno produtor, o pequeno comércio é obrigado a enfrentar o grande capital a partir das leis do mercado. E é claro que, mesmo do ponto de vista estritamente econômico, trata-se de uma batalha perdida. Os pequenos comerciantes, por exemplo, não têm condições de resistir às bruscas variações nos preços internacionais dos produtos com que trabalham. A história deste pequeno comerciante é muito ilustrativa neste sentido:

I - "Eu comecei num pequeno comércio, e fui trabalhando, desenvolvendo e lutando durante dez anos, e agora, nesse ano passado, em 1977, foi um ano dum comércio variado, um dia tava um preço no mercado do produto, outro dia tava outro e eu fiz estoque aí de uns 2.000 sacos de soja (60 kg por saco) e quando vi, começou a baixar e eu cheguei a perder até Cr$ 50,00 Cr$ 60,00 por saco e não teve solução, tive que vender essa, esse produto pra poder cumprir com o pagamento pros colonos, principalmente aqui nessa região que são colonos de pequena produção, colonos que também estavam pendentes com o Banco do Brasil e eu tive que vender esse produto pagando Cr$ 200,00, Cr$ 210,00 e vendia até Cr$ 150,00 a saca pra poder ir pagando equilibrando, vendendo porco, também trabalhava com porco, tinha chiqueirozinho, uma granjinha e foi terminando o recurso, vendendo a mercadoria, fazendo empréstimos pequenos, porque meu movimento não era grande, meu capital é pouco, um comerciante de baixa escala, de pequeno, tipo armazem assim colonial. Mas felizmente fui lutando, lutando, depois veio a época do feijão, também não deu pra ganhar nada, porque o Banco do Brasil estabeleceu com conta aqui em Nova Prata,

de um lado da rua e de outro a Cooperativa, e os colonos quase todos eles devendo ao Banco do Brasil, ficaram sujeitos a uma obrigação com o Banco, tão eu não fiz nada com o feijão".

O mercado é um só para todos, mas nem todos o enfrentam a partir das mesmas condições. Em geral as grandes companhias possuem as informações necessárias para se prevaver destas bruscas oscilações de preços, que, via de regra, são provocadas por movimentos especulativos nas bolsas internacionais. No caso da soja, por exemplo, as companhias que industrializam e exportam o produto são, em sua maioria (como veremos no próximo capítulo), multinacionais com uma larga experiência nas operações em bolsa (1). É muito provável inclusive que sobre a ruína desta pequeno comerciante, a empresa que lhe comprou os produtos "na baixa" tenha construído altos lucros.

Mas a citação mostra também o comerciante cercado pelos dois principais agentes de sua destruição: os bancos e a cooperativa. Logo depois de instalado o entreposto da Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda no município de Salgado Fº, o gerente disse-me confiante: "Em três ou quatro anos, no máximo, nós acabamos com este pequeno comércio". O seguinte trecho de uma entrevista com outro comerciante, mostra bem a dissolução das bases de sua relação com o agricultor.

---

(1) A Cargill Incorporated, por exemplo, empresa que atua na comercialização e industrialização de produtos agrícolas, cujas vendas anuais superam US$ 10 bilhões, colocando-a à frente da U.S. Steel, começou suas atividades no ano de 1865, no setor de "commodities", isto é, atuando nas bolsas internacionais de mercadorias. Segundo a própria empresa a expansão de suas atividades - que hoje vão além da agropecuária, atingindo a siderurgia e a mineração - constitui uma expansão lógica da distribuição de commodities. É evidente que o poder de uma empresa destas sobre o movimento dos preços nas bolsas é quase total (cf. matéria de David Lascelles do Financial Times, publicada na Gazeta Mercantil de 11/7/1978).

P - "E esse sistema do qual o senhor tava me falando, de comprar no caderno, de fazer dívida no caderno, isto ainda existe"?

I - "Muito pouco, mas existe ainda".

P - "Existe e no fim o camarada paga com a safra"?

I - "Paga. Os que não morrem antes paga. Mas tem alguns que morrem antes..."

P - "E acontece muito"?

I - "Mas não é mais tanto que nem aquela época. Mas naquela época existia uma vantagem, mais dinheiro no comércio. Hoje o povo tá tão exprimido, que ninguém tem dinheiro. Naquela época, o comerciante tinha controle dos créditos e débitos. O freguês que vendia 50 sacos de feijão, fazia Cr$ 4 mil, 5 mil naquela época então lançava em crédito. E le fazia as compras dele, sobrava um dinheiro. Ah, eu não vou levar pra casa, deixa aí. Depois o dia que eu precisar eu venho buscar. Então, no fim do ano, fazia tudo os balanço, tinho época que nós tinha mais dinheiro na mão do que o colono tinha. E hoje, não existe mais disso. Se fizer um balanço, hoje 70% é débito do colono e 30% é crédito do colono".

Hoje, este tipo de relação é impossível porque o colono precisa receber dinheiro: na expressão de um comerciante, "o colono só fala em pagar o Banco do Brasil". É claro que a massa de dinheiro em circulação hoje é muito superior à de vinte anos atrás. Mas este dinheiro não está mais no comércio. Pelo depoimento deste pequeno comerciante, vê-se que uma parte do excedente do trabalho camponês ficava imobilizada entre as mãos do comerciante. Hoje, quando este excedente existe, ele circula sobretudo através dos canais do capital bancário.

Um outro fator que acelerou o declínio do pequeno comércio foi a dificuldade de seu acesso ao crédito bancário. Enquanto as cooperativas erguiam-se e ampliavam-se em grande parte as custas de dinheiro público altamente subsidiado, o pequeno comércio só podia contar com seus próprios recursos. Além deste crédito para a formação de infra-estrutura, o grande comércio e as cooperativas captam sem grande dificuldade o capital de giro necessário à elevação constantes de suas compras. Na medida em que o dinheiro passa a ser uma condição essencial para as trocas, em que o comerciante não pode mais pagar o colono através de produtos, diminuem suas chances de sobrevivência.

Não é evidentemente por acaso que ao conjunto destes fatores de dissolução do pequeno comércio, o Estado acrescentou mais um: a repressão à venda no caderno. A venda no caderno é, evidentemente, uma forma de o comerciante não declarar impostos. Mas é curioso notar que a fiscalização começa a coibir a sonegação de impostos justamente quando entram em ação este conjunto de mecanismos no sentido da dissolução do pequeno comércio. Em entrevistas com comerciantes, ouvi o relato de mais de um caso de comerciantes que foram levados à falência pela fiscalização.

CAPÍTULO IX

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E LUTAS CAMPONESAS

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E LUTAS CAMPONESAS

A agricultura brasileira é uma ilha de concorrência cercada de monopólios por todos os lados (1). A este conjunto que envolve a produção de máquinas e insumos, o trabalho propriamente agrícola, a comercialização e a industrialização das safras, dá-se o nome de complexo agroindustrial. E o que caracteriza basicamente este complexo é a disparidade entre seus elementos componentes: enquanto nas extremidades existe um punhado de poderosos grupos, capazes de atuar de forma cartelizada em função de sua situação de monopólio, no miolo, vicejam uma infinidade heterogênea de unidades econômicas independentes umas das outras (2).

Estudamos até aqui, a história econômica e social de uma parte deste miolo, o campesinato, numa região precisa, o Sudoeste Paranaense. Acompanhamos a evolução deste setor social, buscando encontrar nele uma tendência histórica do desenvolvimento agrícola e que se manifesta de maneira particularmente acentuada na sociedade capitalista: a intensificação da produção. Vimos que o regime de utilização do solo adotado pelo campesinato até o final dos anos 1960 correspondeu a uma "revolução agrícola inacabada" e deveria necessariamente ser transformado, na medida em que o método de regenerar as energias da terra através da formação de capoeiras tinha vida relativamente curta. Nos capítulos VI e VII mostramos em que direção se deu esta transformação, quais foram os limites à difusão do progresso técnico no interior do campesinato e qual foi o ti-

---

(1) "A posição relativa da agricultura é aí, obviamente, a mais frágil, pois...trata-se de um setor concorrencial colocado entre dois pólos com mercados organizados de forma oligopolística" (Ipardes, 1981, p. 36).

(2) Os autores que, seja a partir de estudos de caso, como Tavares dos Santos (1978) seja numa perspectiva mais global, estudam esta questão são inúmeros. Entre outros: Bueno (1981), Bandeira (1975), Mirow (1978), Ipardes (1981), Codesul (1977), Muller (1979), Muller (1980), Guimarães (1979 A) e Graziano da Silva (1981 A).

po de diferenciação social que surgiu a partir desta difusão limitada.

Vamos agora tentar completar este quadro, examinando - ainda que de maneira sumária - um dos motores fundamentais da nova revolução agrícola: o grande capital monopolista, produtor de máquinas e insumos e o que atua na comercialização e industrialização da produção agrícola. Aqui teremos condições de concretizar uma idéia apenas mencionada anteriormente: é o grande capital monopolista que dá substância, conteúdo social à política agrícola do regime. Não que o campesinato exista como um elemento puramente passivo diante desta política; mas o importante, é que a orientação técnica de aumentar a produtividade através da incorporação de máquinas e insumos à produção corresponde à necessidade econômica de ampliar o mercado consumidor de produtos fabricados pelos grandes monopólios (1).

Estudar esta questão sob o ângulo de uma história camponesa visa evitar um equívoco muito frequente na nossa literatura de sociologia agrária recente: o de não se enxergar os limites que a própria estrutura social no campo coloca para a realização destas necessidades econômicas dos grandes monopólios. Mas é importante ter em mente que, apesar destes limites, a nova revolução agrícola que estudamos no capítulo V é a expressão de um fenômeno mais amplo: a dominação cada vez maior da produção agropecuária (do que se produz e sobretudo de como se produz) por parte do capital monopolista (2). Este fenômeno,

(1) "Uma conclusão que se delineia de imediato é a de que o crédito rural é instrumento de política econômica destinado a incentivar a aquisição de produtos industriais por parte da agricultura. Assim, embora pareça apenas um "privilégio" do setor agrícola, não deixa de ser também um "crédito ao consumidor", como tantos outros financiamentos existentes no país: o Governo paga para que a agricultura ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital" (Graziano da Silva, 1981 A, p. 100).

(2) "A modificação na base técnica da agricultura do Estado, tem sua base de compreensão a partir da implantação a nível nacional de um moderno parque industrial produtor de máquinas e implementos..." (Ipardes, 1981, p. 34).

evidentemente, não é particular à agricultura, mas se insere no contexto da transformação monopolista da economia brasileira, processo para cuja implantação, o golpe de 1964 deu uma contribuição decisiva (1).

Esta dominação se dá sob as mais diversas formas. Pensar que ela supõe a generalização das relações sociais capitalistas é ignorar um fato elementar da agricultura dos próprios países capitalistas avançados: a convivência entre a unidade de produção camponesa e os grandes monopólios, ou melhor, a acumulação monopolista sobre a base da exploração do trabalho camponês (2).

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E IMPERIALISMO

A atuação dos grandes monopólios a montante e a jusante do setor agrícola no Brasil é posterior à formação do complexo agroindustrial nos países imperialistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a formação do complexo agroindustrial tem início logo após a Primeira Guerra mundial: "A American Soybean Association, constituída em 1919 e reorganizada em 1925, é o fórum onde se encontram agricultores e industriais e onde se levam as discussões. Em 1928, os industriais se comprometem a comprar por um preço fixado de antemão as quantidades que lhes serão fornecidas pelos agricultores. Esta decisão marca uma virada na história da soja norte-americana: ela consolida a aliança entre firmas já importantes na transformação de outros produtos agrícolas - milho, cereais - e os agricultores, sob a direção do capital industrial. Das firmas que participam

(1) Que o capitalismo de monopólios imprime à sociedade brasileira as suas características fundamentais, eis uma idéia aceita amplamente pelos mais diversos autores e pelas mais diversas correntes de opinião. Não me parece que para o tratamento do tema aqui estudado, uma exposição a respeito do processo global de transformação monopolista da economia brasileira seja necessária.

(2) Cf. neste sentido Vergopoulos (s/d).

destes contratos terão nascimento - a partir de fusões - multinacionais atuais, como a A. E. Staley, ou Central Soya" (Berland, Bertrand e Lebas, 1976, p. 310). A ASA conseguiu que, a partir de 1930, o governo norte-americano impusesse taxas proibitivas à importação ou à industrialização de outros óleos vegetais não produzidos nos EUA. A cultura da soja se desenvolve ao mesmo tempo em que se monta uma possante estrutura industrial tanto para aumentar a produtividade agrícola, quanto para industrializar o produto. Após a Segunda Guerra mundial, o complexo agroindustrial já está montado nos Estados Unidos e durante os anos 1960, os grandes monopólios norte-americanos, que já dominam totalmente o comércio internacional de produtos alimentares, instalam filiais de trituração na Europa. Mais que isso, estes grandes grupos conseguem implantar em vários países europeus uma forma de alimentação animal altamente dependente da soja e, na época, antes do crescimento da produção brasileira, dos Estados Unidos.

A partir da formação do complexo agroindustrial, os Estados Unidos não se limitam apenas a exportar capitais a outros países: eles exportam antes de tudo um modelo de desenvolvimento baseado na mecanização e na quimificação intensivas da agricultura e na participação cada vez maior das rações balanceadas na produção animal. Sob o lema do aumento da produtividade, a agricultura da Europa Ocidental transformava-se numa máquina de fazer lucros para o grande capital norte-americano. Apesar da constituição de grandes monopólios nos próprios países europeus, até hoje a Europa capitalista se ressente desta dependência.

Escapa aos limites deste trabalho uma história do complexo agroindustrial no Brasil (1). Ainda assim, é importante mencionar que, embora a industrialização e o domínio da comerciali-

(1) Os trabalhos de Muller (1979 e 1980) são, neste sentido, uma grande contribuição.

zação de produtos agrícolas por parte de grandes grupos econômicos já venham de longa data, é com a política econômica implantada a partir de 1964 que estas atividades ganham novo impulso. Com efeito, é a partir de então que se instala no País a maior parte da indústria de máquinas e insumos para a agricultura e das unidades de transformação industrial dos produtos agrícolas. Este conjunto de indústrias, apoiadas em sua implantação por forte auxílio oficial (sob a forma de crédito a juros baixos e isenções fiscais) é,na maior parte dos casos, dominado pelo capital estrangeiro (1). Neste sentido, a formação do complexo agroindustrial no Brasil é também o resultado do processo de exportação de capitais por parte dos países imperialistas.

Evidentemente, para o País, não é indiferente a origem do capital que domina a agroindústria. O capital estrangeiro, além de captar uma parte considerável da mais-valia produzida no meio rural e do sobretrabalho camponês, exporta para a matriz uma fração do lucro que recebe. Mas do ponto de vista da relação entre o complexo agroindustrial e o campesinato, a origem do capital é absolutamente indiferente: a relação que a Sadia mantém com os seus criadores de suínos ou aves em nada difere da que a Souza Cruz mantém com seus plantadores de fumo pelo fato de a primeira ser nacional e a segunda estrangeira.O que é decisivo é que ambas atuam monopólio e relacionam-se com o campesinato a partir desta realidade.

Vamos agora expor alguns dados sobre a situação dos grupos monopolistas que dominam a agroindústria. Não se trata aqui de um levantamento completo, mas de algumas indicações que buscam trazer à luz tanto a lógica de funcionamento destes grupos como as reações que a ela vêm manifestando os pequenos produtores.

---

(1) Além dos trabalhos de Muller (1979 e 1980), Guimarães (1979 A) fornece inúmeras informações a este respeito.

O CAPITAL BANCÁRIO

Embora não seja produtor de mercadorias para a agricultura, nem comercialize ou industrialize as suas safras, o capital bancário é o coração do complexo agroindustrial. É ele que irriga o sistema, que lhe fornece sua fonte fundamental de vida, o dinheiro. O crédito tem o poder de ligar e tornar partes de um movimento único a produção agrícola e a industrial: ele é a chave de todo o sistema.

Mesmo não sendo o principal beneficiário da existência do complexo agroindustrial, não se pode dizer que seja apenas por imposição governamental que os bancos participam dos financiamentos agrícolas: o crédito bancário tem como contrapartida a ampliação dos depósitos à vista e a expansão de outros negócios que o banco sempre tenta realizar com o tomador de empréstimo. A prática da "reciprocidade" (saldo médio, compra de papéis oferecidos pelo banco, etc.) é extremamente difundida. Nas palavras de um diretor do Banco América do Sul, o crédito bancário funciona como um "chamariz para aumentar as operações em outras carteiras com os mesmos clientes, ou seja, os produtores agrícolas" (1).

Coração do complexo agroindustrial, o capital bancário aparece como um dos inimigos centrais em todas as lutas camponesas recentes no Sudoeste Paranaense. "No dia de Finados, disse-me uma vez a esposa de um pequeno agricultor, nós não vamos ao cemitério. Vamos ao banco, porque é lá que nossos maridos estão enterrados". Os problemas do agricultor vão acabar, na maior parte das vezes, não na restrição de seu consumo pessoal e de sua família, mas em sua dificuldade de pagar os financiamentos bancários. Por mais que os preços de monopólio dos insumos, máquinas e dos produtos sejam os principais responsáveis diretos pela queda na renda do agricultor, o banco

---

(1) Matéria de Olga Kan para a Gazeta Mercantil de 15/5/1980.

aparece como o carrasco que pode acionar a guilhotina de sua extinção social; ele é imediatamente o agente expropriador, embora não seja o principal explorador.

ALGUMAS LUTAS

No final de 1980, centenas de pequenos suinocultores bloquearam as principais estradas do Sudoeste Paranaense, impedindo o fornecimento de suínos para os frigoríficos da região, numa luta que tinha por objetivo central conseguir uma elevação das cotações do produto, além do estabelecimento do preço mínimo para a carne de porco. Além do baixo preço do produto final, os agricultores estavam sendo drasticamente onerados com os aumentos nos custos de produção (rações, remédios, etc.). Mesmo aqui, os bancos apareciam como uma peça chave nos problemas vividos pelos agricultores: "O Banco do Brasil S/A, através de sua Carteira Agrícola, incentivou a construção de pocilgas e aquisição de matrizes e reprodutores, possibilitando a implantação de infra-estrutura, mas com grande endividamento dos agricultores. Agora o banco não dispõe de financiamento para o insumo e os agricultores, com os preços baixos oferecidos na hora da comercialização, não têm condições de saldar seus compromissos bancários. Ao governo, caberia dar a garantia de preços para que ao menos os agricultores pudessem satisfazer suas obrigações junto ao Banco (Poeira, boletim da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, nº 13, setembro/outubro de 1980, p. 9, grifos meus, R.A.). A preocupação básica dos agricultores, segundo este depoimento recolhido numa assembléia realizada em agosto de 1980 em Francisco Beltrão e sintetizado pelo Poeira, não era apenas a do lucro, mas sobretudo a de assegurar a possibilidade de pagar os financiamentos bancários. Movimentos da envergadura dos que sacudiram o Sudoeste Paranaense no final do ano passado, ocorrem, via de regra, quando os pequenos agricultores sentem-se ameaçados em sua condição social. No caso, eles se voltaram contra o agente imediato de sua exploração, os frigoríficos, os únicos que

poderiam elevar os preços dos produtos (1). Mas os agricultores tinham perfeita consciência que, por trás dos frigoríficos havia os bancos. Aquilo que para os frigoríficos era uma questão de mais ou menos lucro, transformava-se, para o agricultor, em uma questão de vida ou morte. Quem poderia condená-los, eram, sem dúvida, os frigoríficos. Mas neste caso, a sentença seria executada pelos bancos.

O caso das Notas Promissórias Rurais (NPRs) torna ainda mais claro este vínculo umbelical entre o capital industrial e o capital bancário. Em torno da questão das NPRs aconteceu a primeira grande mobilização camponesa voltada direta e imediatamente contra os monopólios, e a política agrícola do governo, não só no Paraná, mas talvez em todo o País. O Decreto-Lei nº 167 de 14/2/1967 autorizava a emissão de promissórias por parte dos compradores de produtos agrícolas em vendas a prazo. O credor de tais títulos deveria ser sempre o produtor rural. Não havia neste sentido muita diferença entre uma NPR e uma promissória comum. Mas a partir do momento em que o capital

(1) Este depoimento do pastor Werner Fuchs, secretário da Comissão Pastoral da Terra do Paraná mostra bem a disposição de luta dos agricultores e o caráter inédito deste tipo de luta: "Quando os agricultores souberem da mobilização no Sudoeste (Fuchs refere-se à mobilização na região Oeste que começou em seguida à do Sudoeste) decidiram que não seria suficiente eles voltarem para casa e não comercializar o suíno. Para não ficar atrás dos companheiros do Sudoeste, decidiram que na madrugada seguinte eles bloqueariam os portões dos 4 frigoríficos da região. E foi um feito histórico. Mesmo sem muito preparo, o povo unido e decidido fez mais do que se esperaria, mais do que os próprios líderes sindicais haviam planejado! Na madrugada do dia 26 estavam trancando os portões do frigorífico Swift-Armour de Mal. Cândido Rondon, da Sudcoop (Frimesa) de Medianeira, da Coopavel de Cascavel e os 3 portões da Sadia em Toledo. Tudo correu pacificamente. Em Toledo, dirigentes de sindicatos e da FETAEP, entraram em acordo com os dirigentes da SADIA, para permitir a saída de aves e rações. No dia seguinte, em Assembléia, os suinocultores deram prazo até às 0 horas do dia 30 para então fazer novamente o bloqueio total. Nunca na história da potência SADIA aconteceu uma coisa dessas" (Poeira, nº 15, jan.,fev. mar. abr. 1981, p. 4).

bancário tocou as mãos nas NPRs, elas mudaram de caráter.Como explica um documento divulgado em 16/4/1979 pela Comissão Justiça e Paz do Paraná, pela CPT/PR e pelo regional Sul II da CNBB, "foi a prática do desconto-bancário e das exigências pelos bancos de vinculação dos produtores como endossantes e avalistas", que desvirtuou o instituto. De fato, as NPRs tornaram-se títulos descontados em bancos.Mas para evitar qualquer risco os bancos obrigavam que o agricultor endossasse a NPR.A indústria que não tinha capital de giro para realizar suas compras pedia dinheiro emprestado do banco. Com este dinheiro, comprava o produto do agricultor. Só que este era obrigado a avalisar o empréstimo feito pela indústria. O banco evitava qualquer risco enrolando uma ponta da corda no pé da indústria e a outra no pescoço do agricultor. Se ela escarregasse, o agricultor é que sentiria o peso da queda.

E chegou o dia em que a indústria não pagou. Em 1977 diversos frigoríficos e indústrias do Paraná pediram concordata.Em 1978, a Oleolar, indústria de esmagamento de soja, a Frimesa e a Comabra (frigoríficos beneficiadores de aves e suínos, sobretudo) vão à falência. As dívidas destes grupos endossadas pelos agricultores somavam, na época, cerca de Cr$ 130 milhões, envolvendo mais de duas mil famílias das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Os bancos, que tinham o direito legal de cobrar do endossante mostraram-se prudentes: não exigiam o pagamento imediato, mas a assinatura de cartas de acordo, que correspondiam juridicamente a uma confissão de dívida.

No dia 21 de março de 1978, mais de 1.000 agricultores se reuniam no município de Santa Helena para discutir o problema. A revolta e a disposição de luta eram evidentes. Enquanto os produtores se mobilizavam, os bancos empregavam todo o tipo de pressão para fazê-los recuar e assinar as tais cartas de acordo: negavam novos financiamentos àqueles que se recusassem a assiná-las, obrigavam o agricultor a pagar financiamentos que deveriam vencer dali a muitos meses, ameaçavam leiloar as terras dos agricultores, etc.

A grande mobilização dos agricultores foi a principal responsável pelo recuo do governo no caso das NPRs. E a disposição de luta do campesinato explica-se sobretudo pela ameaça pura e simples de expropriação em que estava envolvido. Esta foi a primeira vez em que, na luta por sua sobrevivência social, os pequenos agricultores enfrentaram diretamente aquele que lhe aparece quase sempre como seu principal inimigo, o capital bancário.

Mesmo na luta dos desapropriados pela binacional Itaipu, os agricultores enfrentavam o capital bancário. O pagamento das terras era feito através de cheques cruzados e os bancos descontavam do agricultor financiamentos que deveriam vencer dali a vários anos, reduzindo a possibilidade de que este comprasse terras em outro lugar.

O capital bancário é o principal instrumento pelo qual é executada a política agrícola do governo. É nele que se concentra o sentimento de perda de autonomia que o agricultor tem com relação ao seu processo de trabalho. Em última análise, é o banco que decide o que o agricultor vai plantar e como ele vai plantar. É dos bancos que saem os pacotes de financiamentos padronizados, forçando o agricultor ao uso de insumos agrícolas em proporções sobre as quais ele tem uma influência mínima. Ele é obrigado a empregar sementes fiscalizadas, adubos químicos e a aplicar quantidades pré-determinadas de pesticidas para poder obter financiamentos (1). Em caso de frustração de safra, o seguro agrícola obrigatório (pró-agro) só cobre o montante financiado se o técnico do banco constatar que todas estas exigências foram preenchidas.

---

(1) Numa matéria publicada no Jornal do Engenheiro Agrônomo de julho de 1980, agrônomos denunciam o fato de que é comum entre os agricultores "fazer um controle de pragas preventivo, isto é, aplicar inseticida, mesmo que não seja constatada a presença de qualquer inseto. As aplicações de inseticidas são feitas sistematicamente, com datas prefixadas, embora não se verifique o ataque de pragas".

Em torno desta questão um outro conflito teve lugar no Sudoeste Paranaense. No início do ano de 1980 o governo federal lançou um ambicioso plano de ampliação do plantio de feijão. O objetivo era fazer com que a safra de feijão da seca compensasse a frustração da colheita de feijão das águas. Uma das medidas do governo foi a de garantir juros inferiores aos que normalmente eram cobrados nas operações de custeio e cobertura de 100% do pró-agro em caso de frustração de safra. Apesar das advertências das associações de agrônomos, que viam os produtores pegando financiamento num período que tecnicamente não era mais propício para o plantio, muitos agricultores atenderam ao apelo do governo. Um detalhe importante: o governo comprometia-se a cobrir o seguro, ainda que o agricultor não utilizasse insumos modernos na produção. Segundo cálculos de agrônomos paranaenses presentes ao III Encontro de Agronomia do Paraná, o jogo do pró-agro representou uma perda de Cr$ 735 milhões para os cofres públicos: os pedidos de pró-agro devem ter atingido 80% dos 18 mil contratos de financiamentos concedidos aos agricultores (1).

Na hora de pagar o pró-agro o governo mudou de conversa. Suspeitando que muitos agricultores tivessem desviado o dinheiro barato para aplicar em negócios mais lucrativos que o plantio de feijão, o governo decidiu que o seguro agrícola só seria pago mediante uma severa fiscalização. E o curioso é que nesta fiscalização, os bancos passaram a fazer requisitos que no momento da concessão dos financiamentos eram dispensados. No Sudoeste Paranaense, foi necessária uma intensa mobilização dos agricultores para que eles pudessem receber seu dinheiro. Mais uma vez aqui, receber o dinheiro significava habilitar-se a saldar os compromissos bancários que pesavam sobre o agricultor. Aquilo que os agrônomos paranaenses (assim como a própria Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos) ca-

(1) Jornal do Engenheiro Agrônomo, julho de 1980.

racterizaram como uma imprevidência demagógica do governo tra duziu-se no final das contas por uma tensão entre os agricultores e o capital bancário.

O PAPEL DA IGREJA

Como se vê, desde 1977, a quantidade de conflitos que opuseram pequenos agricultores à política agrícola do regime e aos grandes monopólios foi bastante significativa. A intensidade destes conflitos deve-se, a meu ver, a dois fatos fundamentais:

a) Na raiz destas lutas está, primeiramente, a própria exploração econômica sofrida pelos pequenos produtores e, sobretudo, como vimos no capítulo VII, o sentimento de perda de independência, de soberania sobre o processo de trabalho de que esta exploração se faz acompanhar. Existe portanto um fator objetivo básico que contribui para explicar a difusão destas lutas camponesas: o grande capital teve um papel unificador, colocando os pequenos agricultores diante de problemas que não podiam mais ser vividos como dramas individuais. A própria política agrícola do regime e os grandes monopólios ressucitaram (sobre novas bases, é claro) aquilo que, com a vitória de 1957 parecia definitivamente sepultado: a figura do inimigo comum, aquele que representa uma ameaça coletiva e contra o qual só se pode lutar coletivamente;

b) Condição necessária para a deflagração dos conflitos, este fator objetivo acima mencionado não é, evidentemente, sua condição suficiente. É claro que por trás desta diversidade de lutas que vem se manifestando nos últimos anos existe um relevante processo de organização dos agricultores. Foge aos limites deste trabalho uma história deste processo de organização, mas cabe assinalar o papel de primeira importância desempenhado aí pelas comunidades eclesiais de

base (CEBs) e pelos órgãos de apoio da Igreja, entre os quais se destaca a Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), sediada em Francisco Beltrão. Criada por padres belgas em 1962 - quando a orientação dos trabalhos da Igreja era, no essencial, oposta à de hoje - a Assesoar desenvolve suas atividades em dois planos.

Primeiramente, ela fornece uma assessoria ao trabalho de formação das comunidades eclesiais de base. O que é notável na conduta desta instituição (como, de resto, nos trabalhos da Igreja, de forma geral) é a verdadeira obstinação pelo trabalho de base, pela participação direta dos agricultores, pelo estímulo ao uso da palavra por todos e pela prática das decisões democráticas. Com base neste trabalho, a Igreja possui hoje profundas raízes junto à população do Sudoeste Paranaense. Nunhuma organização atinge de maneira tão profunda os agricultores da região. Esta tradição de organização, mais que isso, esta unidade ideológica forjada por anos de trabalho e discussões coletivas em torno das orientações traçadas pelo Concílio Vaticano II, por Medellin, Puebla e pela CNBB, foram fundamentais para a própria disposição de luta do campesinato. É interessante observar que estas lutas acontecem sempre no quadro de uma celebração: a luta é vivida como uma celebração. Seus participantes comparam-se frequentemente aos primeiros cristãos, providos de uma missão profética, humilhados e perseguidos pelos poderosos. Manobra tática? Despiste? Absolutamente: trata-se, isso sim, do quadro cultural, do universo comum de idéias que cimenta a unidade dos pequenos produtores. Após a ocupação das estradas pelos suinocultores do Sudoeste Paranaense, um grupo de líderes escreveu um documento onde cada passo da luta era comparado a uma passagem bíblica. É neste ambiente de idéias que estão mergulhadas as lideranças camponesas da região e seus principais pontos de apoio, os agentes de pastoral da Igreja. É a partir dos temas tratados pela Igreja contemporânea que estas lideranças formulam seus projetos, suas utopias, suas esperanças sociais. É com a linguagem

da Bíblia (tal como ela é divulgada e popularizada pela Igreja, bem entendido) que se monta a idéia do mundo novo, da fraternidade universal entre os homens (1). E o papel da Assesoar como órgão de formação de agentes de pastoral, de difusão e popularização das idéias da Igreja foi fundamental.

Além deste trabalho de apoio às CEBs, a Assesoar desenvolve atividades de assistência técnica junto aos agricultores numa linha que se pretende alternativa à oficial: uso de fertilizantes orgânicos, de defensivos naturais, recurso à mecanização intermediária, etc. Falaremos sobre o alcance e os limites deste trabalho de assistência técnica na conclusão deste estudo. O importante a assinalar aqui é que, mesmo a assistência técnica (sejam quais forem os seus limites) desenvolve-se no quadro de um amplo trabalho de base. Cada comunidade (que corresponde aproximadamente a cada paróquia) tem o seu monitor agrícola, encarregado de difundir entre os produtores as técnicas alternativas. Em torno desta difusão, os produtores se reúnem e discutem, a partir de sua experiência concreta, prática, o significado das técnicas estimuladas pelo governo: quem ganha e quem perde com isso, as consequências sobre a natureza, sobre a qualidade dos produtos, sobre a vida dos agricultores, etc. Vai-se formando, a partir destas discussões e destas práticas, uma unidade ideológica em torno do próprio sentido do ato de se produzir: aos elementos de origem industrial que entram no processo de trabalho, ao crédito bancário, passa-se a atribuir um significado social. O importante é que a partir deste trabalho, a própria questão técnica adquire uma dimensão social e até política. O agricultor toma consciência de que a forma de produzir é a expressão de relações sociais determinadas.

---

(1) Em um ensaio publicado na Encontros com a Civilização Brasileira desenvolvi uma reflexão sobre a natureza do trabalho popular da Igreja nos últimos anos. Aí tento mostrar tanto o alcance quanto alguns dos principais limites deste trabalho. Cf. Abramovay, 1981.

O trabalho da Igreja teve uma repercussão altamente positiva sobre o próprio movimento sindical do Sudoeste Paranaense que, anestesiado por anos de repressão, corrupção e atrelamento, começa a desempenhar um papel de destaque nas lutas camponesas. Os próprios sindicatos preocupam-se cada vez mais com a questão do trabalho de base e não há dúvida de que a prática da Igreja tem sido, neste sentido, altamente exemplar (1).

Após esta rápida exposição sobre as lutas camponesas e o quadro organizatório no qual elas se desenvolvem, vejamos quais são as características básicas do complexo agroindustrial.

O CAPITAL INDUSTRIAL A MONTANTE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Vimos no capítulo V que o pequeno capital comercial explorava o agricultor não apenas no momento de comprar sua safra (pagando-lhe menos que o preço de mercado), mas também quando lhe vendia os artigos de consumo necessários à sua sobrevivência e de sua família (cobrando-lhe mais que o preço de mercado). O que tornava possível este dupla exploração eram os vínculos de dependência que ligavam o agricultor ao pequeno capital comercial e usurário. Estes vínculos impediam que a existência de uma multiplicidade de pequenos capitalistas comerciais e usurários beneficiasse, pelos efeitos da concorrência, os pequenos agricultores. Os pequenos comerciantes possuíam seus mercados restritos, mas cativos.

O grande capital teve neste sentido uma missão redentora. Ele quebrou os vínculos locais e, por aí, ampliou os horizontes da existência social do campesinato. O mercado adquiriu, aos olhos do pequeno agricultor, uma existência independente das pessoas. Não é mais sobre a base de vínculos pessoais que o capital pode explorar o campesinato na compra e na venda das mercadorias.

---

(1) Para uma análise sobre as relações entre Igreja e movimento sindical no Brasil, ver CPT Paraná, 1981.

Se o campesinato hoje é explorado na compra das máquinas e insumos necessários à sua produção, a razão não está na sua dependência particular a esta ou àquela forma de capital comercial, mas na própria estrutura monopolista do setor produtor de máquinas e insumos. Os frutos desta exploração não se espalham, como antes, entre os inúmeros agentes que compõem o pequeno capital comercial e usurário, mas vão, diretamente, para os cofres dos grandes monopólios. Os grandes grupos que atuam no setor recebem uma taxa de lucro superior à da média social, um lucro de monopólio. Este super lucro possui fontes diversas, das quais uma das mais importantes - nos países em que o peso da produção camponesa é considerável - é a exploração do pequeno agricultor (1). Quando um trator é vendido no Brasil pelo dobro do preço do mercado internacional (2) os monopólios deste setor estão impondo aos consumidores do produto um preço que inclui o superlucro. E quem são estes consumidores? Os capitalistas rurais e o campesinato abastado e "modernizado". Pela fixação dos preços de monopólio, estes grupos econômicos extraem não só uma parte substancial do excedente produzido

(1) "A redistribuição do lucro global a favor dos monopólios produz-se naturalmente pelo mecanismo dos preços: os monopólios podem vender seus produtos acima do preço de produção, enquanto que as empresas não monopolizadas são obrigadas a vender seus produtos abaixo do preço de produção. Mas o total dos preços equivale ao total dos valores, assim como o total da mais-valia é igual ao dos lucros. No estágio da análise concreta, devemos levar em consideração o fato de que além de capitalistas o operários, existe na sociedade capitalista moderna centenas de milhões de pequenos produtores independentes: camponeses pobres e médios, artesãos. Eles também são atingidos pela formação do lucro de monopólio. Dada a relação do preço que fixam os monopólios: preços elevados de monopólio das mercadorias compradas pelos pequenos produtores e preço baixo de monopólio dos produtos vendidos aos monopólios, os primeiros são obrigados a ceder a estes últimos uma parte de suas rendas" (Varga, 1967, p. 175).

(2) Cf. Bueno (1981, p. 88). Alberto Passos Guimarães numa exposição realizada na SBPC (e resumida no Jornal do Engenheiro Agrônomo de julho de 1978) afrimava: "A Massey-Ferguson, que é a maior produtora mundial de tratores, no Brasil produz mais de 50% dos tratores fornecidos à agricultura...Estudos feitos a respeito dos preços dos tratores no Brasil mostraram que eles correspondem pelo menos ao dobro do preço do mercado internacional".

pelo campesinato, mas também uma parcela não desprezível da mais-valia de que se apropriam provisoriamente os capitalistas rurais. Eles não só impedem que os pequenos proprietários de meios de produção participem-ainda que em condições desvantajosas-da distribuição do lucro, como provocam a queda na taxa de lucro dos capitalistas rurais. O super-lucro dos monopólios que atuam no setor de máquinas e insumos não é gerado no ato da circulação das mercadorias. Ele nasce, como todo o lucro na sociedade capitalista, na produção. O que permite a sua existência é, tanto a "repartição desigual, não correspondente à grandeza do capital, da mais-valia global ou do lucro global" (Varga, 1967, p. 175), quanto a extração do excedente das unidades de produção camponesa. O lucro de monopólio nasce naquilo que os outros proprietários de meios de produção (camponeses ou capitalistas) deixam de receber.

Este é um lado da exploração monopolista que se revela cada vez mais dramático para o campesinato. A elevação permanente nos preços dos insumos agrícolas não significa apenas uma queda na renda do produtor. Ela representa, antes de tudo, o distanciamento crescente entre o agricultor e suas condições de produção: "Se não fizermos que o agricultor caia fora deste sistema de financiamento - nem que tenha que voltar ao boi - não vai reter o homem na terra" (CONTAG/Florianópolis, 1980). Neste encontro sobre política agrícola promovido pela CONTAG e que reuniu sindicalistas de vários Estados, todos os grupos em que foi dividido o plenário criticaram a política oficial de financiamentos pela vinculação explícita que ela estabelece entre o agricultor e os monopólios produtores de máquinas e insumos. Um agricultor de Mato Grosso do Sul contava: "Na minha região o financiamento para uma lavoura de milho era de Cr$ 32 mil por alqueire. Só de defensivo, gastava Cr$ 24 mil, sobra Cr$ 8 mil. Pela exigência da EMATER (representante local da EMBRATER), para o banco financiar, eu tenho de gastar Cr$ 24 mil em defensivos". No mesmo sentido, inúmeras foram as queixas contra a política governamental com relação às sementes: "Desde

que a boa germinação seja constatada, observou um sindicalista do Estado de São Paulo, não deveriam pedir nota fiscal. Devem aceitar semente do produtor". Hoje o agricultor só consegue financiar sua lavoura se compra as sementes que vai utilizar. O preço das sementes vem incluído no pacote do financiamento. Se por algum motivo ele utilizar suas sementes próprias e não as ditas "selecionadas", o pró-agro não cobre qualquer dano a sua lavoura - ainda que seja um dano no qual a germinação não tenha qualquer responsabilidade.

Com relação aos adubos, o grupo de olericultura do encontro da CONTAG, ressaltou que os bancos exigem nota de compra de adubo, marginalizando assim o adubo orgânico. O grupo sugeriu que os agricultores usem os defensivos apenas quando necessário e "de acordo com orientação técnica que favoreça o olericultor", acrescentando que "quem dita os preços são as empresas e o produtor está subjugado" e que "o produtor deve sair da dependência dos produtos químicos".

A dependência, evidentemente, não é com relação aos produtos, mas sim com relação aos grupos econômicos que controlam estes produtos. Ela não é simplesmente técnica, mas antes de tudo econômica e social. Ainda que de maneira muitas vezes confusa e sem o traçado de uma perspectiva positiva de luta contra esta dependência (como veremos na conclusão este trabalho), não há dúvida de que os pequenos agricultores sentem que a intensificação permanente de seu trabalho, o uso constante de insumos modernos pode ser uma armadilha que, atraindo-os para as vantagens do progresso signifique, na realidade, o fim de sua independência e de sua liberdade enquanto pequeno produtor.

Vamos expor agora alguns dados que apontam para a situação de monopólio existente no setor fornecedor de máquinas e insumos agrícolas. Não se trata aqui (longe disso) de um levantamento completo, mas apenas de uma ilustração do fenômeno, procurando, sempre que possível, compreender os seus efeitos sociais (1).

(1) Para um aprofundamento desta questão, ver Muller (1979 e 1980).

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

A produção de colheitadeiras mecânicas no Brasil é assegurada por oito grupos econômicos, dos quais cinco são estrangeiros, um está desativado e outro "...enfrenta uma grave crise, com seu produto tendo uma baixa aceitação no mercado" (Muller, 1979 p. 31). A mesma realidade existe no setor de tratores onde a oferta é garantida por menos de uma dezena de grupos, a maior parte dos quais sendo estrangeira. Segundo Bueno (1981, p. 88) metade da produção nacional está nas mãos da Massey Ferguson.

O Paraná importa de outros Estados boa parte das maquinas agrícolas que consome. Em meados dos anos 1970, entretanto, instala-se em seu território uma empresa "de porte internacional e tendo em Curitiba sua matriz dedicada à produção de máquinas e implementos agrícolas"(Ipardes, 1978, p. 37). Com isso a concentração da produção no setor aumentou vertiginosamente. Como mostra o quadro XX, uma empresa detinha 64% da oferta em 1975.

QUADRO Nº XX - NÚMERO DE EMPRESAS E PORCENTAGEM SOBRE O VALOR AGREGADO (V.A.)DO RAMO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS. PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	48	10,57	82	9,45
Médias	12	41,05	10	26,54
Grandes	2	48,38	1	64,01
TOTAL	62	100,00	93	100,00

FONTE: IPARDES, 1978

SEMENTES

A Agroceres comercializou 45% do total de sementes de milho híbrido vendidas no País em 1980, respondendo sozinha, por 40 mil toneladas do produto. Em 1981, os planos da empresa prevem uma ampliação de 40% em suas vendas. Em 1980, o grupo faturou US$ 30 milhões dos quais 80% vieram da venda de sementes. Para se ter uma idéia do que isto representa, dez anos antes, o faturamento da Agroceres no Brasil foi de US$ 3 milhões.

O quadro XXI mostra a evolução na produção de sementes no Estado do Paraná entre 1971 e 1978. O aumento em todos os produtos mencionados (com exceção do algodão) é espetacular. Mas a elevação maior atingiu o milho (onde o poder de monopólio da Agroceres se faz nitidamente sentir) que passou do índice 100 em 1971 para 2.004, 3 em 1978.

Ao contrário do que ocorre com a indústria de máquinas agrícolas, cujas vendas vêm caindo sistematicamente desde 1976, o setor de sementes continua num dinamismo notável. É que a incorporação das sementes ao processo produtivo do pequeno produtor não é tão difícil como a do trator e da colheitadeira mecânica. Vimos no capítulo VII que, no Sudoeste Paranaense, mesmo os "mini" produtores (e mesmo, certamente, parcelas do campesinato pobre) empregam sementes fiscalizadas.

O setor de sementes ilustra bem o que afirmávamos acima a respeito da composição nacional ou não do grande capital monopolista. No final de 1980, o controle acionário da Agroceres, passou das mãos da IBEC (International Basic Economy Corporation), do grupo Rockfeller, para a Seara Empreendimentos e Participações, "holding" constituída pelas empresas IBRASA, NATRON E MONTEBEL, de capital nacional (1).

---

(1) As informações sobre a Agroceres foram extraídas das matérias publicadas na Gazeta Mercantil por Beth Cataldo (8/10/1980) e por Suely Caldas (13/11/1980).

RO Nº XXI - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 1970/79 - 1970/71 = 100

ULTURAS	SAFRAS							
	70/71	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	76/77	77/78
dução(scs.50 kg)	100,0	353,4	342,7	552,2	887,2	987,2	1.006,4	1.371,2
dução(scs.50 kg)	100,0	210,4	132,8	419,3	579,9	833,6	1.146,3	1.884,7
dução(scs.50 kg)	100,0	293,4	616,0	1.025,3	1.525,2	3.006,8	1.101,2	1.007,8
D odução(scs.50 kg)	100,0	-48,72	141,02	169,2	-2,40	-33,98	-338,2	1.406,2
odução(scs.50 kg)	100,0	1.696,8	1.741,1	1.373,2	2.115,4	2.493,3	1.768,6	2.004,3
DÃO rodução(scs.50 kg)	100,0	-1,31	-20,27	-2,62	-22,81	-19,74	101,6	-10,50

TE: Codesul, 1979.

Esta mudança na propriedade do capital da Agroceres, em nada alterou, evidentemente, o seu caráter monopolista. E este caráter não se faz sentir apenas no preço do produto vendido, mas na tentativa permanente de eliminar do mercado os pequenos concorrentes.

Um exemplo disso foi o projeto (não aprovado) que transitou no Congresso e que implantaria no País um sistema de patentes para a produção de sementes fiscalizadas. A chamada "lei dos cultivares" foi repudiada não só por entidades de classe ligadas à agricultura, mas também pelas associações estaduais de agrônomos. Esta lei, se aprovada, aceleraria o processo de monopolização do setor, pois é evidente que os grandes grupos têm melhores condições de pesquisa e conseguiriam rapidamente patentear variedades às quais o acesso de outros concorrentes estaria vedado.

Mas existe um outro sério risco envolvido neste monopólio. Da mesma forma que uma galinha que põe de 200 a 300 ovos por ano, que não choca seus ovos, uma semente híbrida é um produto da fabricação humana. Ela permite sem dúvida uma elevação na produtividade por área. Mas ela provoca um outro problema: pouco a pouco as espécies naturais vão desaparecendo e cedendo lugar às sementes híbridas. O desaparecimento das variedades consideradas como menos interessantes, do ponto de vista produtivo, provoca, em contrapartida, um empobrecimento no patrimônio genético das plantas. "Disso resulta uma fragilidade excessiva destas plantas porque elas não incorporam mais em seus gens certos fatores de resistência que estavam ligados a variedades deixadas de lado. Na realidade, é preciso sublinhar que nenhuma variedade única é capaz de resistir a todos os cataclismas naturais ..." (Fabre, 1980, p. 45).

A padronização genética e a diminuição da resistência das plantas é "compensada" pelo fato de que as sementes difundem-se dentro de um "pacote tecnológico" que inclui os fertilizantes

e os defensivos químicos. A defesa natural das plantas é substituída (mas, evidentemente, não com a mesma seguramça) por uma defesa química (1).

A dominação monopolista sobre a produção de sementes não é, evidentemente, uma particularidade do capitalismo brasileiro. No Estados Unidos grandes firmas têm o controle das patentes de sementes. "Segundo a FAO, a United Brands (antiga United Fruits) possue cerca de dois terços dos estoques genéticos mundiais no que se refere às bananas" (Fabre, 1980, p. 46). O quadro XXII indica o controle das principais patentes de sementes nos Estados Unidos.

QUADRO Nº XXII - CONTROLE DE PATENTES DE SEMENTES NOS ESTADOS UNIDOS

Culturas	Firmas dominando o mercado	% de Controle
Feijão	Sandoz, Union Carbide, Upjohn, Durex	69
Algodão	K.W.S., Pioneer, Southwhide, Aderson Clayton	44
Alface	Union Carbide, F.M.C., I.T.T., Upjohn, Purex, Celanese	66
G.de Bico	Sandoz, Upjohn	43
Soja	Sandoz, Upjoh, Purex, Shell/Olin, Pfizer, Kent, K.W.S., Pionner	42
Trigo	K.W.S., Ciba-Geigy, Dekalb, Sandoz, Gargill, F.M.C., Shell/Olin, Pionner	34

FONTE: Official record of the Plant Variety Protection Office, Fabre (1980, p. 46).

Se hoje o monopólio na indústria de sementes já existe no Brasil, a aprovação da lei das patentes ampliaria ainda mais a concentração da produção.

(1) "Aliás, o que nós fazemos hoje na agricultura e na zootecnia é um absurdo. Comida e veneno são duas coisas antagonicas que jamais deveriam estar juntas. Entretanto parece que hoje se parte do princípio de que só se consegue produzir alimento com veneno" (LUTZemberger, 1980, p. 2).

MATRIZES E REPRODUTORES

A dominação monopolista sobre a produção de sementes e mudas e o consequente empobrecimento do patrimônio genético das plantas ocorre também a nível da produção animal. Uma parcela cada vez maior da produção de pequenos animais no Brasil é feita a partir do esquema da integração contratual. Neste, o agricultor recebe os animais recém nascidos e que, após a engorda serão comprados pela mesma firma vendedora, que tem o monopólio da reprodução destes animais. Trata-se de animais híbridos, muitos dos quais importados de outros países.

No ano de 1978, os suinocultores brasileiros foram supreendidos pela informação de que uma parte considerável do rebanho nacional estava contaminada pela peste suína africana. Uma vez feito este diagnóstico, os órgãos governamentais aplicaram uma fulminante terapia: eliminação dos animais contagiados e isolamento das áreas onde o foco era localizado, com a proibição de venda dos suínos.

A inquietação dos suinocultores não se transformaria em revolta, caso houvesse, entre os próprios técnicos, unanimidade, tanto a respeito da doença como do remédio. Mas tal unanimidade não ocorreu: enquanto os órgãos oficiais persistiam em seu veredito, diversas associações de agrônomos discordavam da visão governamental do problema. Não foram poucos os que associaram a peste suína africana a uma manipulação feita por grandes grupos monopolistas para implantar no mercado brasileiro matrizes híbridas. Na época, o problema suscitou inúmeras manifestações, inclusive na Câmara Federal e ao menos entre os agricultores do Sudoeste Paranaense, até hoje persiste a convicção de que a peste suína não passou de uma "invenção das multinacionais".

Em todo o caso, pode ser mais que uma simples coincidência o fato de que, enquanto milhares de suínos eram abatidos em todo o País, a Agroceres Pic Melhoramentos (que, na época, pertencia ainda ao grupo Rockfeller) e o grupo britânico Pig Improvement Company importassem matrizes fêmeas para implantar uma unidade de produção destes animais. "Em 1981, na primeira etapa do programa de melhoria genética, a meta é alcançar uma produção de seis mil matrizes fêmeas. Daqui a quatro anos, a oferta deverá ser de 36 mil animais por ano" (1).

AGROQUÍMICA

A concentração da produção neste setor, no Estado do Paraná é nítida, segundo os dados do quadro XXIII. Uma só empresa controlava, em 1975, quase 40% do valor agregado do setor.

O setor de defensivos agrícolas é quase totalmente dominado por empresas estrangeiras. O modelo de desenvolvimento tecnológico implantado no País, da mesma forma que elevou o consumo de sementes híbridas, provocou um enorme aumento na demanda por defensivos químicos dos quais a maior parte ainda é importado.

QUADRO XXIII - NÚMERO DE EMPRESAS E PORCENTAGEM SOBRE O VALOR AGREGADO (V.A.) NO SETOR AGROQUÍMICO. PARANÁ

TAMANHO	1973		1975	
	Número de empresas	% V.A. do ramo	Número de empresas	% V.A. do ramo
Pequenas	11	10,88	17	16,57
Médias	2	22,12	4	44,29
Grandes	3	67,00	1	39,14

FONTE: Ipardes, 1978.

(1) Matéria de Olga Kan para a Gazeta Mercantil de 30/03/81.

A busca da auto-suficiência nacional no setor é um dos importantes objetivos do governo, no conjunto de sua política agrícola. O aumento da produção nacional de defensivos químicos supõe altos investimentos para os quais, via de regra, as empresas estrangeiras estão melhor preparadas. Segundo um levantamento feito pela Gazeta Mercantil entre as principais empresas do setor, a Shell, a Du Pont, as Indústrias Monsanto, a Basf e a Ciba-Geigy planejavam realizar grandes investimentos durante o ano de 1981 (1).

Da mesma forma que ocorre com as sementes, o setor de defensivos químicos é menos sensível à atual situação de retração econômica e de compressão creditícia que vive no País. Como vimos no capítulo VII, os defensivos químicos são o insumo mais empregado na agricultura pelo campesinato, inclusive por seus setores mais pobres: o uso das sementes híbridas aliado ao desmatamento faz do emprego de pesticidas uma prática insubstituível para o agricultor.

A atuação cartelizada das misturadoras de fertilizantes é tão evidente que, em 1977, o próprio ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli afirmava que os "lucros abusivos" do setor eram a principal causa dos altos preços do produto. Em 1973, com a alta dos fertilizantes no mercado internacional, os preços no Brasil também se elevaram rapidamente. Passado o surto altista, os preços internacionais estabilizaram-se (ou mesmo cairam) só que no mercado brasileiro as cotações continuavam a subir. Em 1976, por exemplo, o preço interno da uréia cresceu 21% contra 2%, no mercado internacional; o do superfosfato-triplo subiu 26% contra menos 3% no mercado internacional e o DAP (fosfato di-amônio) subiu 18%, contra menos 6% no mercado internacional. O preço dos fertilizantes subiu tanto nos anos 1970, que eles estão em primeiro lugar na lista das matérias-primas, com aumento de 435,39% entre 1970 e 1976, sendo superado apenas pelos derivados de petróleo. Em 1977, quando

(1) Matéria de Leila Ferraz para a Gazeta Mercantil de 30/3/1981.

o subsídio de 40% ao consumo do produto (adotado com a alta de 1973), foi retirado pelo governo, as cotações dispararam, atingindo uma elevação de 70% nos primeiros cinco meses do ano. E, evidentemente, como mostrou na época o jornalista Roberto Hillas, de quem tomo estas informações (1) este aumento não poderia ser explicado por uma alta nos preços internacionais, já que estes no ano anterior, não tinham sofrido uma elevação ponderável (2).

A produção básica de fertilizantes no Estado do Paraná é assegurada sobretudo por subsidiárias da Petrobrás. Já a mistura, setor tanto mais lucrativo que o giro do capital é mais rápido, concentra-se nas mãos de empresas estrangeiras, Hoje, as empresas estrangeiras começam a enfrentar a concorrência de grandes cooperativas que também penetram no setor.

RAÇÕES .

A alimentação animal no Brasil é cada vez mais tributária das rações balanceadas. E na produção destas, o controle monopolista (com forte peso de empresas estrangeiras) é nítido (3): no Estado do Paraná, "a'fabricação de rações balanceadas e alimentos preparados para animais' contava em 1975 com 19 empresas, das quais 3 grandes geravam 66,74% do valor adicionado do grupo" (Ipardes, 1981, pp. 166 e 167).

Da mesma forma que ocorre com o setor de sementes, o problema do consumo em larga escala de rações balanceadas não é só o do preço. Na realidade, este consumo (que é estimulado sob o pretexto técnico de se aumentar a produção de proteínas) significa uma perda na quantidade de proteínas produzidas:"...

(1) Diário Comércio e Indústria, 3/6/1977.

(2) Além da atuação dos monopólios no mercado brasileiro Mirow (1978), pp. 114 e 125 mostra que o próprio mercado internacional é altamente monopolizado.

(3) Com relação à influência do capital estrangeiro no setor de rações, cf. Muller,(1979, p. 187).

numa fábrica de galinhas, de frango, de ovos entram 2,5 quilos de ração para se fazer um quilo de frango...Isso aí ainda não está completo, porque tudo o que entrou naquela ração,nós humanos podemos comer 100%, mas a galinha nós só comemos a metade do peso. Nós não comemos a cabeça, as patas, nós não comemos os ossos, nós não comemos as pernas e não comemos as tripas e nem o conteúdo das tripas. ...Quer dizer que nós temos que multiplicar aquele 2,5 por 2. Ali estão entrando 5 quilos de alimento para fazer um. Mas esta história não está completa... A ração costuma ser um alimento altamente concentrado, com pouca unidade (o máximo de 20% a 30% de unidade), então aqueles 5 precisam ser multiplicados por 8. Já a carne de galinha tem até 90% de unidade... A verdadeira relação portanto é de 40 para um. Nós estamos gastando aí 40 unidades de proteínas, lipídios e glucídios para fazer uma" (Lutzemberger, 1980, pp. 3 e 4).

Como se vê, existe uma situação de monopólio no setor fornecedor da máquinas e insumos, que se liga intimamente a um determinado padrão tecnológico. Este não só acentua os vínculos do agricultor com o mercado, mas cria uma dependência técnica dos insumos, uns com relação aos outros: dificilmente o uso de sementes fiscalizadas pode não ser acompanhado do emprego de pesticidas e de fertilizantes químicos. O mesmo ocorre na criação animal, onde, por exemplo, as milhares de aves concentradas num pequeno espaço só podem sobreviver graças ao consumo sistemático de antibióticos, Este duplo aspecto (econômico e técnico) interfere decisivamente na vida do agricultor.A sensação de ser explorado na compra dos insumos mistura-se ao sentimento de perda de soberania sobre o próprio processo de trabalho.

O CAPITAL COMERCIAL E INDUSTRIAL A JUSANTE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Comprar barato para vender caro, esta é a lei básica de funcionamento do capital comercial, seja durante a Idade Media,

seja no interior de uma sociedade capitalista desenvolvida. "Qualquer que seja o modo de produção donde saem os produtos que entram na circulação como mercadorias - seja a comuna primitiva, a produção escravista, a da pequena agricultura, a pequeno-burguesa ou capitalista - não se altera o caráter delas como mercadorias, e como tais têm de passar pelo processo de troca e por todas as metamorfoses que ele implica" (Marx, 1974, p. 375). Existe, no período pré-capitalista, uma "...autonomia do processo de circulação na qual um terceiro fator liga os ramos de produção..." (Marx, 1974, p.378).

É justamente esta autonomia que desaparece com o desenvolvimento capitalista (1). O capital comercial passa a ter o seu lucro determinado por uma taxa média formada no processo de concorrência entre os diversos capitais industriais, produtores de mais-avalia.

No capitalismo de monopólios, não são apenas nos principais setores produtivos que a concentração da produção leva à formação de gigantescas corporações. Na medida mesmo em que o comércio se desenvolve, formando um mercado não só nacional, mas internacional, ele se sofistica do ponto de vista técnico: os meios de transporte, de armazenagem, de estocagem e, além disso, o próprio processo de informações que influi sobre a determinação dos preços de mercado, exigem investimentos altíssimos, que só podem ser enfrentados por grandes grupos econômicos. Da mesma forma que ocorre no processo de produção, a concorrência elimina os menores comerciantes do processo de circulação das mercadorias, como vimos no capítulo VIII. A partir daí, uma parcela cada vez maior das atividades comerciais de uma sociedade (da mesma forma que parte das atividades industriais) passa a ter seu lucro regido por uma taxa de monopólio, uma taxa que escapa ao processo de concorrência entre os capitalistas (cf. nota 13 deste capítulo). É o que ocorre com o setor que atua a jusante da agricultura, não só no Brasil, mas em todos os países capitalistas do mundo e em

(1) Marx fala em uma "...lei segundo o qual o desenvolvimento do capital mercantil está na razão inversa do grau de desenvolvimento da produção capitalista..." (Marx, 1974, p.378).

todos os campos de sua atuação, das bolsas internacionais de "commodities" à compra e venda de mercadorias.

Os setores que atuam a jusante da agricultura são muito mais numerosos do que os existentes na entrada do ciclo agrícola, pela própria diversidade natural do que é produzido no campo. Vamos mencionar aqui (sem aprofundar a questão), apenas aqueles que interferem de maneira direta na vida dos pequenos agricultores do Sudoeste Paranaense. Um estudo minucioso desta questão está nos excelentes levantamentos feitos po Muller (1979 e 1980).

SOJA

Até o início da década de 1970, os Estados Unidos reinavam praticamente sozinhos sobre o comércio internacional de soja. Os monopólios norte-americanos, além de dominarem a produção interior controlavam totalmente as vendas externas de produto: "As exportações norte-americanas de soja são feitas por um pequeno número de firmas: Continental Grain, Cargill Incorporated, Bunge Corporation, Louis Dreyfus Co., Cook Industries, Archer-Daniels-Nidland Co., Central Soya Co., The Peavy Co., e Agricol Corporation. Sendo que as primeiras seis empresas citadas respondem provavelmente por cerca de 80% dessas exportações" (Ipardes, 1975, p. 18).

A partir do início da década de 1970, o monopólio norte-americano no mercado mundial começa a ser ameaçado pela ascendente produção brasileira. Com exportações inexpressivas no início da década, o Brasil chega a 1980 com uma produção de 15 milhões de toneladas (contra 50 milhões dos EUA) das quais exporta 6,5 milhões de toneladas de farelo, 1,5 milhão de toneladas de grãos e 743 mil toneladas de óleo (Stephanes, s/d p. 19).

Mas se formos analisar a questão mais de perto, veremos que boa parte desta ameaça ao monopólio norte-americano no comércio de soja tem por base precisamente a atuação de grandes monopólios de origem norte-americana na industrialização do produto no Brasil. Como acabamos de ver, segundo os dados fornecidos por Stephanes, a maior parte das exportações de soja corresponde ao produto industrializado (farelo e óleo). E este apresenta não apenas uma estrutura fortemente monopolizada mas conta com uma forte participação do capital norte-americano. O quadro XXIV mostra de maneira nítida esta realidade no parque industrial paranaense. Com efeito, somando-se os ítens "2", "16", "17" e "18" do quadro veremos que três empresas estrangeiras (Anderson Clayton e Cargill, norte-americanas e Sanbra do grupo Bung y Born, argentina) controlam quase 50% da capacidade de esmagamento do produto.

Os dados do quadro XXV apontam também para este processo de acelerada concentração monopolista porque vem passando o setor de esmagamento de soja. O quadro classifica as indústrias em três escalas quanto a sua capacidade de processamento: até 300 t/24 h, entre 301 e 800 t/24 h e superior à 800 t/24 h, consideradas respectivamente pequenas, médias e grandes. Como se pode observar pelo quadro, a capacidade instalada aumentou nada menos que 85% em apenas quatro anos. Neste mesmo período a concentração da produção nos grandes grupos foi nítida: estes esmagavam 35,2% da soja no Paraná em 1977 e passavaram em 1980 a 69,3% do total.

E esta tendência à concentração só tende a se reforçar não apenas pelo poder econômico das grandes empresas, mas pelo fato de que trabalham com um processo técnico mais produtivo, como mostram os dados do quadro XXVI. O quadro XXVI mostra, com efeito, que "a maior parte das médias empresas utilizam o sistema de produção contínuo adaptado, resultado da adequação à soja da estrutura de produção anteriormente voltada para o algodão e o de amendoim" (Ipardes, 1980, p. 10).

QUADRO XXIV

CAPACIDADE INSTALADA NAS INDÚSTRIAS DE ÓLEO VEGETAIS NO PARANÁ - Dez/1977

Empresas	Localização	ÁREA	capacidade nominal produção t/24 horas	capacidade produção efetiva t/300 d x 0,9
1. Irpasa	Ibiporã	1	180	48.600
2. Anderson Clayton	Londrina	1	800	216.000
3. Braswey	Londrina	1	200	54.000
4. Braswey	Cambé	1	250	67.500
5. Fujiwara Takeuchi	Cambé	1	380	102.600
6. Borghetti	Mariluz	1	60	16.200
7. Ticol	Rolândia	1	150	40.500
8. Andirá	Andirá	1	180	48.600
9. Matarazzo	Umuarama	1	170	45.900
10. Frigobrás	Toledo	3	200	54.000
11. Pacaembu	Paranavaí	1	240	64.800
12. Pacaembu	Cascavel	3	550	148.500
13. Imcopa	Ponta Grossa	2	440	118.800
14. Imcopa	Araucária	2	1.000	270.000
15. Coinbra	Ponta Grossa	2	400	108.000
16. Cargill	Ponta Grossa	2	1.400	378.000
17. Sanbra	Ponta Grossa	2.	2.700	729.000
18. Sanbra	Maringá	1	600	162.000
19. Norpa	Maringá	1	250	67.500
20. Fanadol	Curitiba	2	80	21.600
21. Oleolar	Planalto	3	130	35.100
22. Oleolar	Céu Azul	3	350	94.500
23. Ceneser	Mal.Cand.Rondon	3	150	40.500
24. Ref.Óleos Brasil (NEVA)	Araucária	2	500	135.000
TOTAL			11.360	3.067.200

FONTE: Pesquisa de campo BRDE/1977

No quadro ficaram excluídas as unidades processadoras de óleo de milho (Germani, Nata e Caramuru), de mamona (Olerol), de menta (Braswer), as desativadas (Iossa, Coday e Seiff-Armour) e as ainda em implantação.

in BRDE, 1978.

QUADRO XXV

/- PARANÁ - DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA EFETIVA POR ESCALA DE PRODUÇÃO - 1977-80. (1.000 t/ano)

ESCALA t/24h	1977				1978				1979				1980			
	Capacidade Anual	%	nº Unid.	%	Capacidade Anual	%	nº Unid.	%	Capacidade Anual	%	nº Unid.	%	Capacidade Anual	%	nº Unid.	%
-300 t/24h	644	20,5	13	54,2	439	12,6	11	45,8	464	8,0	10	35,7	464	8,0	10	35,7
301 a 800 t/24h	1 390	44,3	9	37,5	1 314	33,8	8	33,4	1 320	22,9	8	28,6	1 320	22,7	8	28,6
Mais de 800 t/24h	1 107	35,2	2	8,3	2 079	53,6	5	20,8	3 993	69,1	10	35,7	4 023	69,3	10	35,7
T O T A L	3 141	100,0	24	100,0	3 882	100,0	24	100,0	5 777	100,0	28	100,0	5 807	100,0	28	100,0

FONTE: BRDE - A INDÚSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS NO PARANÁ - SETEMBRO/80 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO. CURITIBA. RELATÓRIO Nº 17/80 in Ipardes, 1980.

nál. Conj., Curitiba, 2(8): 10, ago/set 1980.

QUADRO XXVI - PARANÁ - DISTRIBUIÇÃO DAS INDÚSTRIAS SEGUNDO O PROCESSO PRODUTIVO E ESCALA DE PRODUÇÃO - 1980-81

(em 1 000 t/ano)

TECNOLOGIA E ESCALA	TOTAL DO PARANÁ	%
CONTÍNUO-MODERNO	4 963	80,8
Até 300 t/24h	103	1,7
301 a 800 t/24h	567	9,2
Mais de 800 t/24h	4 293	69,9
CONTÍNUO-ADAPTADO	875	14,2
Até 300 t/24h	146	2,4
301 a 800 t/24h	729	11,8
Mais de 800 t/24h	-	-
SEMICONTÍNUO	305	5,0
Até 300 t/24h	216	3,5
301 a 800 t/24h	89	1,5
Mais de 800 t/24h	-	-
T O T A L *	6 143	100,0

FONTE: BRDE - A INDÚSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS NO PARANÁ, SETEMBRO/80 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO. CURITIBA. RELATÓRIO Nº 17/80. In Ipardes, 1980.

*Inclusive capacidade de empresa em implantação, expansão e em andamento.

É em função de toda esta situação que "existe oligopsônio na comercialização da soja..." (Ipardes, 1981, p. 162). Com efeito, na safra de 1979/80, de um total de 5,6 milhões de toneladas produzidas, a indústria (setor monopolizado, como vimos). adquiriu 4,86 milhões, o que equivale a 86,2% do total (Ipardes, 1981, p. 163).

Os lucros no setor de esmagamento de soja não têm por fonte apenas a captação de uma parte da mais-valia produzida no meio rural e do excedente camponês. Eles se baseiam também na exploração dos trabalhadores que operam nas unidades industriais de transformação do produto. Como mostra Muller (1979, p. 196) os salários reais na indústria de esmagamento de soja conheceram uma queda acentuada entre 1960 e 1974, em que pese o aumento na produtividade que se verificou neste período.

ABATE DE ANIMAIS

O abate de animais no Paraná era assegurado, em 1975, por 120 empresas, das quais duas geravam 40,2% do valor adicionado pelo grupo, "... que apresenta também características oligopsônicas" (Ipardes, 1981, p. 166). Este é um setor que interfere de maneira particularmente intensa na vida dos pequenos agricultores das regiões Sudoeste e Oeste, onde está localizada a Sadia. No município de Dois Vizinhos, a Sadia implantou uma unidade de industrialização de marrecos para exportação que funciona em esquema de integração contratual. E além da Sadia, as próprias cooperativas que atuam no ramo já começam a funcionar sob o regime dos integrados.

Ao contrário do que ocorre no setor de esmagamento de soja, a concentração monopolista no abate de animais foi correlativa a uma perda de influência do capital estrangeiro no ramo. Com efeito, em 1970 este contava com uma participação, em termos nacionais, de 37.2%, passando em 1977 a 19,2% de patrimônio líquido do grupo (cf. Muller, 1979, p. 82).

FUMO

"O complexo agroindustrial fumageiro distingue-se dos anteriormente analisados pelo fato de, na etapa industrial, três grandes grupos econômicos internacionais monopolizarem a produção e comercialização do fumo preparado, dos cigarros, charutos e cigarrilhas e, na etapa rural, esses três mesmos grupos controlarem toda a agricultura nacional do fumo em folha" (Muller, 1979, p. 235).

O cultivo de fumo no Estado do Paraná é pouco expressivo em termos nacionais. Mesmo no Sudoeste Paranaense, o fumo concentra-se basicamente em dois municípios (Salto do Lontra e Planalto) não atingindo mais que 1.000 produtores. Estes produzem em regime de integração contratual para a Souza Cruz, principalmente, e, numa menor proporção para a Tabec e a Santa Cruz.

Além de fornecer o galpão, as mudas os fertilizantes e os defensivos, a companhia dispõe de técnicos que fazem uma visita mensal às propriedades para acompanhar o desenvolvimento da planta e orientar os tratos culturais. Pelo que pude constatar em entrevistas com plantadores de fumo, estes não têm a menor idéia sobre os preços de cada ítem que consomem: quando a companhia vem buscar a colheita de um determinado ano, o agricultor já faz a encomenda dos fertilizantes para a safra seguinte. E os preços dos insumos só serão conhecidos no pagamento de produto.

Quanto ao pagamento do produto, é interessante observar que os métodos de atuação das empresas (modernas, de porte internacional) não estão muito distantes dos que caracterizam o procedimento de pequenos bodegueiros, de pequenos capitalistas cuja escala de comercialização só possibilita a existência de um lucro razoável através de métodos como adulteração de balança, falsificação dos tipos classificados, enfim, uma conduta para a qual a denominação de roubo (aberto ou sutil)seria a mais adequada.

Primeiramente a classificação do produto em tipos visa, deliberadamente, impedir que o pequeno produtor tenha condições técnicas de participar, ou ao menos de compreender a avaliação do seu produto. A quantidade de tipos de fumo existente no Brasil é maior que nos Estados Unidos. embora não haja nenhuma explicação natural (do ponto de vista da composição da planta)para tal fato. Além disso os preços prometidos na época do plantio, quando o agricultor realiza seus financiamentos, são muitas vezes desrespeitados na hora da colheita. Isso sem falar no fato de que o fumo é, não raro, pesado longe dos olhos do agricultor: "muitos lavradores pesaram o fumo em casa e na prestação de contas da Souza Cruz chegou a faltar até 6 quilos por fardo de 50 quilos" (1).

TRIGO

Os efeitos da monopolização do setor moageiro de trigo não se fazem sentir tão diretamente sobre os pequenos produtores quanto nos casos da soja, do abate de animais ou do fumo, pelo fato de que as compras do produto são objeto de monopólio estatal. Com efeito, o decreto-lei 210/67 "estatiza a compra da produção de trigo e ratifica o monopólio estatal na compra e venda de trigo estrangeiro, estatuído em 1957"(Muller, 1979, p. 145). Este decreto-lei desfechou um golpe violento nos moinhos coloniais, aqueles onde (como vimos no capítulo IV) o agricultor trocava três sacas de produto contra duas sacas de farinha..Os moinhos coloniais não desapareceram totalmente no Rio Grande do Sul, mas no Paraná, eles praticamente não existem mais.

---

(1) Denúncia publicada no jornal Paraná Rural, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná. Estes versos de um pequeno agricultor do Sudoeste Paranaense, conhecido por Tio Dilo, publicados no boletim Cambeta nº 36, mostram bem o estado de espírito dos produtores com relação ao plantio de fumo: "Escrevi estes versinhos"Não é prá fazer fofoca/Antes de plantar fumo/Vamos plantar mandioca/São uns versinhos simples/Mas eu mesmo compuz/Chega de Trabalhar/ Prá enriquecer a Souza Cruz".

A importação e a compra do trigo produzido no Brasil são monopólio de governo federal, através do Banco do Brasil. Este distribui cotas para as empresas, segundo sua capacidade de moagem registrada na Sunab. Para se ter uma idéia do grau de concentração no setor, no Paraná, existiam 44 empresas na moagem de trigo, em 1975. Destas, uma só empresa era responsável por 50,43 do valor adicionado do grupo. Em 1979, esta empresa consumiu 152.184 toneladas de trigo que corresponderam a 9,37% da produção estadual (Ipardes, 1981, pp. 167 e 168).

INDIVIDUALISMO E SOLIDARIEDADE

Estes exemplos não pretenderam ser, sequer a título indicativo, um levantamento completo da situação de monopólio existente a montante e a jusante do setor agrícola. O importante, no quadro de uma história camponesa é que o complexo agroindustrial marca uma virada na vida dos pequenos agricultores. À revolução na base técnica da produção, correspondem novas formas de dominação social e econômica sobre o campesinato, novas relações com o mercado e dos próprios pequenos agricultores entre si. O grande capital abriu a possibilidade para que a época histórica daquilo que Marc Bloch chamava de "indivudialismo agrário" seja superada pelos laços de solidariedade criados na própria luta de campesinato contra a exploração monopolista, Veremos na conclusão deste trabalho as perspectivas em que se inserem estas lutas. O importante a assinalar aqui é que os conflitos sociais que têm marcado a vida do Sudoeste Paranaense nos últimos anos não são episódicos, ocasionais. Eles tendem a se ampliar na medida em que se desenvolve a sua base material, a dominação monopolista sobre parcelas crescentes do campesinato. Ao mesmo tempo, nestes conflitos, vão-se desenhando não apenas reivindicações específicas, localizadas, mas propostas que visam a solução de fundo aos problemas vividos pelo campesinato. É o que examinaremos na conclusão deste trabalho, após um rápido apanhado sobre a importância econômica do cooperativismo para a dominação monopolista sobre a economia camponesa.

CAPÍTULO X

COOPERATIVISMO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

CAPÍTULO X

COOPÈRATIVISMO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Uma séria objeção poderia ser levantada contra o ponto de vista aqui exposto: as cooperativas agrícolas, que vêm adquirindo um papel cada vez mais importante na comercialização de produtos agrícolas (1) e no financiamento da produção (2) não constituem um fato que contrabalança a dominação dos monopólios sobre a agricultura? Na medida em que as cooperativas são organizações voluntárias, formadas pelo dinheiro e pelo agrupamento dos produtores, não seria de se esperar que elas traduzissem os interesses de seus proprietários reais?

Não há dúvida de que vários técnicos oficiais e os apologistas do atual sistema cooperativista responderão com um retumbante sim a estas questões. Com efeito, do ponto de vista de muitos técnicos, o cooperativismo é a única forma de se opor uma resistência eficaz contra os efeitos negativos da estrutura concorrencial que existe na agricultura, preparando os produtores para enfrentar os monopólios que atuam na entrada e na saída do ciclo agrícola (3). A idéia destes técnicos (e um dos principais fundamentos ideológicos do cooperativismo que vem se desenvolvendo no Brasil nos últimos anos) parte da premissa de que os produtores rurais, se agrupados, terão condições de enfrentar de igual para igual os gigantes que os cercam.

---

(1) As cooperativas comercializam 98% do trigo, 90% da soja, 80% da juta e da malva, 60% do leite, 46% da carne e 25% de todo o arroz produzido no País (Matéria de Mário Watanabe para o Balanço Financeiro de 30/04/1981.

(2) As cooperativas que participavam com 9,37% de crédito rural total em 1969, elevaram este montante a 13,59% em 1976 (Schneider), 1981. p. 16).

(3) Na reportagem de Mário Watanabe sobre o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, este ponto de vista é exposto com toda a clareza. Aí o cooperativismo é visto, com efeito, como "a única forma de organização eficaz para fazer frente aos grandes cartéis agrícolas..." (p. 15).

É interessante observar que, no caso do Paraná - onde as cooperativas não têm raízes tão profundas como no Rio Grande do Sul (1) - os sentimentos dos agricultores são bastante diferentes destas idéias em que se apóia, em grande parte, o movimento cooperativista. Para a esmagadora maioria do campesinato a cooperativa não passa de uma empresa comercial como qualquer outra, que, em determinadas circunstâncias, oferece preço maior, e, em outras, menor que seus concorrentes.

Uma pesquisa realizada em diversas cooperativas em várias regiões do Paraná (inclusive no Sudoeste Paranaense) concluiu que "tendo em vista os dados obtidos, não existe gestão democrática nas cooperativas de produção no Estado do Paraná (Convênio CPE/BRDE/OCEPAR/IPARDES, 1974, p. XII/10). A desconfiança dos agricultores com relação às cooperativas parece um fato inegável em escala nacional. Esta é a conclusão de um estudo realizado por uma empresa sob encomenda do Ministério da Agricultura em 1976/77, cuja conclusão foi assim resumida num artigo de jornal: "Sobre o associado às cooperativas agrícolas, em linhas gerais foram levantados três pontos que evidenciam sua falta de identificação com a cooperativa. Um: o associado procura sua cooperativa apenas para buscar vantagens pessoais, buscando nela apenas proteção e assistência passiva. Dois: o associado tende a participar pouco de sua cooperativa. Três: ele geralmente abdica de suas responsabilidades junto aos dirigentes de sua organização, mantendo com eles uma relação de acomodação ou subordinação e não de cooperação no controle e na gestão da cooperativa" (2).

---

(1) Sobre o Rio Grande do Sul, em particular a Cotrijuí, ver Muller, 1981.

(2) Matéria de Madalena Rodrigues para o Diário Comércio e Indústria de 22/12/1978. Schneider (1981) baseou seu trabalho nesta mesma peaquisa.

COOPERATIVAS E BODEGAS

Os rumos recentes do movimento cooperativista (que examinaremos a seguir) só têm reforçado esta falta de participação ativa dos pequenos produtores nas cooperativas. Qual a raíz desta situação? Para respondermos a esta pergunta convém voltarmos a nossa atenção, ainda que rapidamente, para a formação histórica do cooperativismo no Sudoeste Paranaense.

Embora, em termos estaduais, o surgimento do cooperativismo esteja ligado à grande propriedade (1), ele aparece também em áreas onde o peso social do campesinato é decisivo. Nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, "as primeiras cooperativas estavam organizadas mais ou menos nos mesmos padrões do comércio local, os 'bolichos' ou 'bodegas'. A falta de bons administradores, de orientação, afora a própria situação de localização destas sociedades, dificultam-lhes uma atuação adequada, inclusive com relação àqueles produtos onde intervinham a CFP e o CTRIN (2), por meio das agências do Banco do Brasil" (Convênio CPE/BRDE/OCEPAR/IPARDES. 1974. p. II/25).

É evidente que a idéia de "bom administrador" tem por base uma determinada expectativa com relação ao desempenho da instituição administrada: o que os técnicos que redigiram este importante diagnóstico sobre o cooperativismo no Paraná parecem não perceber é que as funções do cooperativismo antes do início da década de 1970 eram (em muitos casos) bastante diversas das que existem hoje. A cooperativa se organizava a partir do mesmo padrão que uma "bodega", expressão do pequeno

(1) "...não são os pequenos produtores que assumem o comando do processo de arregimentação. À frente do movimento para a constituição de cooperativas no Norte do Paraná estão os grandes produtores que possuem máquinas de beneficiamento em suas fazendas ou então dispõem de recursos para contratar este serviço junto a um maquinista" (Convênio CPE/BRDE/OCEPAR/IPARDES, 1974, p. II/30).

(2) A CFP é a Comissão de Financiamento da Produção órgão encarregado da execução da política de preços mínimos. O CTRIN é o Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional, vinculado ao Banco do Brasil.

capital mercantil e usurário, como vimos no capítulo IV. Da mesma forma que a "bodega", ela é parte deste mundo homogênio que marca o campesinato naquele período. Ela é uma expressão da unidade camponesa. Uma contabilidade precária, a ausência de lucros nos balanços e o desempenho de funções ligadas não só à produção mas também ao abastecimento familiar, tudo isso imprime às cooperativas uma marca de prestação de serviços dentro de um universo personalizado, que elas perderam totalmente no período posterior.

Por que esta natureza inicial das cooperativas foi modificada? Por que o dinheiro reunido por pequenos agricultores para atingir um objetivo definido coletivamente, assume, a partir de um certo ponto, uma total autonomia com relação à vontade daqueles que lhe deram origem? Por que, na prática, as cooperativas agem como se fossem empresas? Existe um motivo de ordem econômica que responde a estas perguntas e que foi acentuado com a política agrícola do Estado.

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Numa sociedade capitalista, a concentração do produto se realiza através da concentração do dinheiro, do valor. A partir de um determinado montante, esta concentração de dinheiro tende irreversivelmente a assumir o movimento do capital: o dinheiro deixa de funcionar simplesmente como forma de adquirir valores-de-uso, como meio de compra e adquire uma lógica que escapa à vontade de seus detentores: a lógica do capital, da valorização permanente, do lucro. Esta lógica se impõe independentemente da vontade dos homens e por força da própria concorrência que obriga as cooperativas a se modernizarem cada vez mais, a ampliarem permanentemente sua ação na esfera da circulação das mercadorias, atingindo inclusive a própria produção industrial. Em suma, "ali onde a cooperação não pode adaptar-se à lei do valor, ela morre (Preobrazhenski, 1970, pp. 292 e 293).

Referindo-se às cooperativas de produção (onde, diferentemente do que estamos analisando aqui, os instrumentos de trabalho são propriedade cooperativa) Rosa Luxemburg afirma: "Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar eles mesmos o papel do patrão capitalista" (1975, p. 52). O mesmo ocorre com as cooperativas de comercialização: os agricultores têm de se governar segundo determinações que lhes são impostas pelo contexto em que atuam, pelo fato de enfrentarem a concorrência de outras empresas que operam no mesmo ramo e não segundo as suas necessidades.

Este traço do cooperativismo, esta virtude que as coopetativas têm de transformar o dinheiro de seus associados em capital que se valoriza sobre a base do trabalho de seus próprios associados (e isto ocorre tanto nas cooperativas de comercialização, quanto nas de produção), não é evidentemente um fenômeno particular ao Brasil. Na medida em que a lógica capitalista que rege a existência das cooperativas decorre da inevitável transformação do dinheiro - a partir de um certo volume - em capital, esta lógica se verifica em todos os países capitalistas. Um grupo de agrônomos mostra que os pequenos agricultores franceses também enfrentam estes problemas: "Pode-se perguntar enfim se a existência de um forte setor cooperativo não contradiz nossa análise (1). A submissão dos produtores é, com efeito a submissão de sua relação às empresas. Ora, na cooperação os produtores são também proprietários de seus avais. Pareceria portanto que isto se opõe ao estabelecimento de uma submissão do tipo precedente. Mas esta opinião não faz mais, na realidade, que reproduzir a confusão entre apropriação formal e apropriação real. Com efeito, a maior parte das cooperativas foram e ainda são obrigadas, para enfrentar a concorrência da indús-

(1) Que foi a da transformação nas formas de produção camponesa e sua adequação à lógica dos monopólios.

tria privada, a seguir uma evolução paralela à da indústria privada. Isto se traduz por uma mesma política de preço e de acumulação. No exercício desta política, a direção das cooperativas se autonimiza necessariamente com relação aos produtores. grifos meus, R.A.). A partir de então, a relação produtores - cooperativa é essencialmente idêntica à que se estabelece com a indústria privada. Isto ilustra bem a reificação capitalista, isto é, o fato de que o capital é uma relação social que se autonomiza com relação aos indivíduos, transformando-os em simples suportes de suas funções. (Evrard e outros, 1975, p. 75). O setor cooperativo na França é tão forte que o Crédit Agricole (banco das cooperativas) foi considerado pela revista The Banker como o maior banco do mundo, em 1980.

Da mesma forma, nos Estados Unidos, as cooperativas estão entre os setores mais poderosos do "agrobusiness", estendendo sua atuação à produção de fertilizantes, rações e aos financiamentos agrícolas. Neste país, o governo arca com 15% da oferta de crédito para a agricultura, sendo que os "bancos dos produtores" (cooperativas) respondem por 35% dos financiamentos (1).

CAPITAL COMERCIAL E CAPITAL INDUSTRIAL

Atuando na comercialização, a cooperativa desempenha para a sociedade capitalista as funções típicas do capital comercial. Mas além disso, ela contribui para o próprio processo de transformação na base técnica da produção camponesa, na medida em que coloca ao alcance dos agricultores os financiamentos subsidiados necessários à aquisição de máquinas e insumos modernos. A cooperativa não é apenas um ponto de compra: com seus técnicos agrícolas seus cursos de aperfeiçoamento profissional, ela é um excelente ponto de venda, um verdadeiro posto de difusão dos pacotes tecnológicos dirigidos pela política agrícola do governo.

(1) Matéria de Cláudia Safatle para a Gazeta Mercantil de 25/05/1981.

É evidente que para esta difusão, a cooperativa enfrenta os mesmos limites em que esbarra a própria política agrícola do governo e que foram estudados no capítulo VI deste trabalho. A esmagadora maioria do campesinato pobre não tem condições de operar e muito menos de se associar à cooperativa. Esta volta-se totalmente à compra e ao financiamento da produção e não do consumo (1) da família camponesa. É isso que explica o fato de que na Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda.(Comfrabel), a pesar de um grande crescimento no quadro social nos últimos anos, apenas um terço dos agricultores existentes nos municípios onde a cooperativa opera, são seus associados "operantes". Embora a cooperativa faça o possível para fazer chegar os insumos modernos ao campesinato pobre (existem uma série de planos de "apoio ao produtor de baixa renda", neste sentido), o fato é que a maioria dos pequenos agricultores não tem meios financeiros de se associar às cooperativas. Além disso, muitos destes pequenos agricultores são obrigados a manter uma relação de dependência com relação aos "bodegueiros", que lhes financiam o consumo durante a entressafra, exigindo-lhes, em contrapartida, a venda do produto, no momento da colheita (cf. capítulo IV).

Partindo da esfera da circulação das mercadorias, o cooperativismo brasileiro atingiu rapidamente (com o apoio do Estado, bem entendido) o terreno da produção. Hoje, o peso do capital industrial nas cooperativas agrícolas é cada vez maior. A Fecotrigo, por exemplo, cujo faturamento em 1980 foi de Cr$ 15 bilhões têm capacidade de esmagar, com suas duas indústrias de óleo, um milhão de toneladas de soja.

---

(1) Há muitas situações em que (geralmente em pequenas cooperativas) os produtos de consumo dos agricultores são comprados na própria cooperativa. Assumpção (1978) estuda o caso de uma cooperativa onde a compra de produtos de consumo familiar é um dos sinais mais importantes de participação na vida da instituição.

A Cooperativa Agrícola de Cotia, maior empresa agropecuária do País, produz ração animal, mistura adubos, abate aves, fabrica óleo e farelo de soja por meio de sua subsidiária no Paraná, a Irpasa (1). A Cotia além disso já entrou na fase característica do capitalismo de monopólios, a da exportação de capitais: hoje ela está operando na África e no Sudoeste Asiático (2). A Cotrijuí (que Muller, 1981, caracteriza com justeza como um "conglomerado de capital nacional") possui em sociedade com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, BNCC, uma "trading", a Companhia de Comércio Internacional, Cotriexport. No Sudoeste Paranaense, a Sudcoop, fusão de uma série de cooperativas da região, adquiriu em 1980, por Cr$ 300 milhões, um dos frigoríficos que faliram em 1977 (danto origem à luta contra as NPRs) e uma unidade de laticínios (3). No frigorífico, a cooperativa vem tentando implantar o regime da integração contratual com os produtores.

Os exemplos são inúmeros e é justamente por causa desta enorme diversificação de seu campo de atividades que hoje as seis maiores empresas agropecuárias do País são cooperativas.

A CLT DO COOPERATIVISMO

Esta tendência ao gigantismo e à concentração capitalista no setor cooperativo foi profundamente reforçada pela política agrícola do regime. O apoio às "fusões e conglomerados" definidos no IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) como estratégia para o fortalecimento da empresa privada nacional foi aplicado rigorosamente para as cooperativas. E os instrumentos utilizados para o reforço do cooperativismo e o seu funcionamento em moldes empresariais não foram apenas econômicos (créditos subsidiados, etc). Foram jurídicos e sobretudo políticos.

---

(1) Cf. Gazeta Mercantil, 11/02/1981.

(2) Cf. matéria de José Casado para a Gazeta Mercantil de 29/05/1981.

(3) Matéria de Valério Fabris para a Gazeta Mercantil de 11/02/1981.

Em 1971, as cooperativas recebem do governo algo semelhante ao que o Estado Novo reservou aos sindicatos, uma espécie de CLT : trata-se da lei 5.764/71 que padroniza o funcionamento das cooperativas agrícolas, colocando-as não só sob a égide do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas homogeneizando as suas regras de funcionamento.

É certo que no terreno cooperativo, as coisas são mais flexíveis que no campo sindical. É possível a uma cooperativa funcionar sem obededer às determinações da lei 5.674. Mas quem estiver neste caso não receberá seguramente os financiamentos públicos sem os quais é impossível que a cooperativa cresça. Diferentemente do que ocorre no movimento sindical, é sobretudo pelo controle econômico que o Estado exerce o seu papel de polícia junto às cooperativas (1).

Uma cooperativa deve ter suas contas consolidadas como as de uma empresa. O balanço é um dos principais termômetros de sua saúde econômica, cuja medida essencial é o lucro. Controlar o movimento de compra e vendas, as flutuações dos preços, os estoques, a vida financeira, enfim, tudo o que compõe o movimento econômico de uma grande cooperativa, exige, forçosamente, a partir de um determinado ponto, que nela se constitua um corpo de técnicos, que não têm nenhum conctacto direto com os produtores e cuja atuação é essencial para a vida destes últimos(2).

---

(1) Alguns anos atrás, um grupo de pequenos agricultores num município do Sudoeste Paranaense resolveu formar uma chapa de oposição para a diretoria da cooperativa, ante a corrupção administrativa que reinava na vida desta. As pressões que este grupo recebeu foram enormes e elas vieram sobretudo do Banco do Brasil, cujo gerente chegou a fazer a ameaça de que se a oposição vencesse as eleições, o crédito da cooperativa seria cortado.

(2) Assumpção (1978) mostra que esta tendência a uma certa autonomização dos técnicos com relação aos associados ocorre no movimento cooperativista de Pernambuco, sobretudo a nível da Federação das cooperativas existentes naquele Estado.

Evidentemente, a questão central é: quem controla a atuação destes técnicos?

O próprio quadro jurídico no qual está inserida a vida econômica das cooperativas consiste numa parafernália de leis, que na maior parte das vezes, nem mesmo os membros do conselho fiscal têm condições de decifrar (1). Quando a acumulação capitalista toma definitivamente conta da cooperativa, esta fala a linguagem do administrador de empresas e não a do pequeno produtor. A cooperativa passa a incorporar um universo cujas regras essenciais o pequeno produtor ignora. É isso que explica um sentimento geral, por parte da maioria do campesinato, de desconfiança com relação às cooperativas e, ao mesmo tempo, a importância em materializar este sentimento em alguma ação concreta. Um exemplo deste fato são os mecanismos através dos quais o excedente do trabalho camponês reverte não para as famílias dos pequenos produtores, mas para a ampliação das atividades das cooperativas.

NA ORIGEM DO LUCRO

Atuando enquanto capital comercial, os lucros da cooperativa vêm basicamente da diferença entre aquilo que ela paga aos produtores e o que recebe no mercado pela venda dos produtos - e também, é claro, da diferença entre o que ela paga no mercado pelos insumos e máquinas que adquire e o que ela recebe do agricultor quando este lhe compra estes produtos. Enquanto capital industrial, seu lucro vem não só da exploração dos pequenos produtores, mas também dos operários que trabalham em suas unidades industriais.

---

(1) "Observa-se que em poucas cooperativas os conselheiros fiscais estão exercendo efetivamente suas funções previstas no estatuto" (Convênio CPE/BRDE/OCEPAR/IPARDES, 1974, p.XII/24).

Seja como for, na medida em que este lucro pertence à cooperativa, não é precisamente o pequeno agricultor que está ganhando com isso? Em muitos casos, a resposta poderia ser sim, caso estes lucros fossem efetivamente distribuídos entre os sócios. Mas na maior parte das vezes não é isso que ocorre.

Primeiramente, as cooperativas são obrigadas a manter, por força de lei, uma série de "fundos". O fundo "... constitui uma cota retirada do lucro bruto para reintegração de valores, prevenção ou proteção contra riscos. Genericamente, são considerados como 'fundo' os bens e valores que podem ser aplicados em investimentos ou transações de caráter mercantil. Também significa a reserva de uma importância para atender a um copromisso e, igualmente, o rendimento líquido disponível ou parte do lucro líquido de uma entidade, destinada a um determinado fim" (Convênio CPE/BRDE/OCEPAR/IPARDES, 1974, p. XI/90). Do lucro bruto, a cooperativa é obrigada a consagrar 10% para o "fundo de reserva", 5% para o "fundo de assistência técnica, social e educacional" e, além disso, a Assenbléia Geral tem o poder de criar outros fundos.

Ora, a Assembléia Geral é justamente a principal manifestação da ausência de vida democrática no interior das cooperativas. Em geral os sócios não têm conhecimento prévio do que será discutido e aprovam tudo o que a diretoria propõe. E é claro que a diretoria, enquanto incorporação da vontade do capital da cooperativa e não da vontade dos associados, é guiada pelo desejo de ampliar os negócios da empresa, o que passa necessariamente pela retenção da maior parte do lucro. São anormais as situações em que a diretoria age em benefício próprio, em que a corrupção toma conta da vida administrativa da cooperativa, embora os casos em que isto ocorreu não sejam poucos, a própria Comfrabel tendo sofrido uma situação deste tipo há alguns anos. Mas o importante é que o próprio critério administrativo de eficiência e honestidade passa por uma política voltada para o crescimento da cooperativa e, portanto, pela retenção da maior parte dos lucros.

Mas, ainda assim, se o capital da cooperativa cresce, o mesmo deveria ocorrer com as alíquotas que compõem este capital. Mesmo não tocando imediatamente nos lucros, o agricultor seria proprietário de um capital em permanente expansão. Acontece que a remuneração do capital dos sócios, embora facultada pela lei (ainda assim numa proporção de 12% ao ano), não é praticada pelas cooperativas. Na Confrabel, por exemplo, o capital subscrito pelos sócios em 1977 era de Cr$ 22,7 milhões. Em 1980, embora o número de sócios operantes tenha aumentado 175% com relação a 1977, o capital subscrito passou a Cr$ 24,1 milhões. Não houve neste período praticamente nenhuma correção monetária sobre o capital social. Com esta política, a participação dos associados no capital das cooperativas diminui cada vez mais. Na Comfrabel, o capital social subscrito corresponde a menos de 5% do total do ativo da cooperativa. E, evidentemente, quanto mais cresce a cooperativa, menor tende a ser a participação do capital social no seu ativo total.

CAPITAL FINANCEIRO

Capital comercial que, em pouquíssimo tempo atingiu a esfera da produção, e cooperativismo brasileiro está entrando agora numa fase, a do capital financeiro. Dois fatos principais demostram esta tendência recente.

Primeiramente a reativação das cooperativas de crédito rural no Estado do Rio Grande do Sul, contando com o apoio de 34 cooperativas no Estado. Evidentemente estas novas cooperativas de crédito nada têm a ver com as que existiam antes de 1964 e que foram aniquiladas pela reforma do sistema financeiro e a centralização a que esta reforma conduziu. Estas cooperativas agora surgem como expressão econômica do capitalismo de monopólios. O objetivo é centralizar o dinheiro dos agricultores e colocá-lo a disposição das cooperativas. Trata-se inclusive de uma forma de

torná-los independentes do crédito oficial. Segundo o vice-presidente da Fecotrigo, Mario Kruel Guimarães, "o objetivo imediato será a captação dos depósitos a vista dos agricultores associados às cooperativas de produção, a que estarão vinculadas as cooperativas de crédito (1).

Além disso, o BNCC vem assumindo junto às cooperativas um novo papel contribuindo de maneira decisiva para a ampliação de suas atividades. E esta contribuição consiste, em grande parte, em injetar dinheiro no interior das cooperativas, inclusive crédito externo. O BNCC, embora esteja longe disso, tenta inspirar-se no modelo francês do Crédit Agricole, contribuindo assim para que, sobre a base do trabalho agrícola, erga-se um sólido setor do capitalismo financeiro no Brasil. O apoio estatal a esta orientação das cooperativas é tanto mais vigoroso que o governo está interessado em reduzir a participação do crédito oficial nos financiamentos agrícolas tanto pela pressão que eles exercem sobre a base do orçamento monetário quanto em função do desejo político de reduzir a intervenção estatal na economia.

---

(1) Matéria de Jane Filipon para a Gazeta Mercantil de 29/05/1981.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O CAMPESINATO, A DEMOCRACIA E A LUTA CONTRA OS MONOPÓLIOS

O movimento de expropriação do campesinato hoje no Brasil atinge proporções tão dramáticas que não são poucos os que falam dos pequenos agricultores como uma categoria em acelerado processo de extinção. A violência com que a "nova revolução agrícola" vem transformando o campo brasileiro é tal, que muitos sentem-se em condições de anunciar o fim do campesinato de maneira tão segura como o fim dos tempos.

Esta visão, a meu ver, não faz mais que caricaturizar as coisas - e, como toda caricatura, ela é uma expressão, ainda que deformada, da realidade. Choca-se contra a evidência dos fatos (e contra a própria doutrina marxista) a idéia de que a acumulação capitalista pressupõe sempre a em quaisquer circunstâncias a generalização do trabalho assalariado. O que tentei mostrar aqui é que o próprio campesinato, desde que ele se adapte às leis do crédito bancário, pode se converter numa importante fonte da qual se alimenta a acumulação monopolista. No Brasil, conforme vimos no capítulo VI, esta nova forma de ser do campesinato tem como obstáculo fundamental a rigidez da nossa estrutura fundiária, que confina na miséria a grande massa dos pequenos produtores. Neste sentido, este processo gera um tipo específico de diferenciação social, onde ao lado da maioria de pequenos produtores pobres, destaca-se um setor minoritário - mas social e economicamente expressivo - que vive de maneira aguda os probelmas decorrentes de sua adequação aos ditames da política agrícola do regime e dos grandes monopólios. É importante o fato de que este processo de diferenciação possibilitou que se desenvolvesse uma significativa camada de camponeses abastados, mas que não têm na exploração do trabalho assalariado a sua condição fundamental de existência social.

Entre os problemas deste campesinato abastado, um parece-me central: o sentimento de perda de autonomia, de independência e de soberania sobre o próprio processo de trabalho. Juntando-se a este sentimento (que põe em cheque a própria liberdade do campesinato) a exploração dos monopólios sobre êstes pequenos produtores - o que conduz, muitas vezes, como vimos no capítulo IX, a uma ameaça efetiva de expropriação - poderemos compreender porque têm sido cada vez mais constantes a organização e as lutas do campesinato contra a política agrícola e contra os grandes conglomerados econômicos.

A crescente dominação monopolista sobre uma parcela cada vez maior das atividades agropecuárias permite que venha à luz um elemento até então pouco desenvolvido na complexa questão agrária brasileira: trata-se do enfrentamento direto entre pequenos produtores mercantis e os grupos econômicos que os dominam e se enriquecem às custas de seu trabalho. Este tipo de conflito tende a ganhar uma importância quantitativa crescente e uma irrefreável dimensão nacional.

O grande capital cumpriu aqui uma função histórica revolucionária. Ele está contribuindo para um forte recuo do tradicional individualismo camponês, para uma ampliação do horizonte provinciano em que sempre esteve submersa a maioria dos pequenos agricultores, na medida em que os problemas de cada um são cada vez menos vividos no círculo estreito de uma comunidade, tendem a exprimir um drama coletivo, social. A concentração monopolista, a despersonalização das relações sociais, a separação em dois universos opostos do explorado e do explorador, tudo isso forma um terreno no qual se desenvolve aquilo que para o campesinato, antes do século XX, parecia impossível: o sentimento de pertencer a uma mesma classe não só em termos locais,

mas no plano nacional. Mais que isso, o sentimento de que na raiz de seus problemas há um inimigo comum (1).

Por trás deste conjunto de transformação porque passou o campesinato nestes últimos anos (e que tentei analisar de maneira mais ou menos minuciosa para o Sudoeste Paranaense) há, portanto, uma questão política de primeira importância para o próprio desenvolvimento das lutas sociais no campo.

Qual será o destino desta consciência coletiva? Para que lado pende ela? Qualquer resposta definitiva a estas questões não passará, a meu ver, de mero exercício de futurologia: o próprio grau incipiente de desenvolvimento das lutas não permite qualquer afirmação mais categórica sobre o comportamento dos setores sociais nelas envolvidos. O que se pode, no máximo (é o que tentarei fazer aqui) é levantar alguns problemas a respeito.

(1) As idéias de Marx a respeito do comportamento político e ideológico do campesinato - expostas tanto no trecho do livro III d'O Capital dedicado ao estudo da propriedade parcelar, quanto no 18 Brumário de Louis Bonaparte - refletem ao que me parece, uma situação histórica determinada (a do campesinato europeu, no século XIX) e não leis de natureza geral. O seguinte trecho do 18 Brumário de Louis Bonaparte (pouco antes da célebre passagem onde os camponeses são comparados às batatas que formam um saco de batatas) corresponde cada vez menos à realidade do campesinato contemporâneo: "Seu modo de produção isola-os uns dos outros, ao invés de conduzí-los a relações recíprocas. Este isolamento é ainda agravado pelo mau estado dos meios de comunicação na França e pela pobreza dos camponeses. A exploração da parcela não permite nenhuma divisão do trabalho, nenhuma utilização dos métodos científicos, consequentemente, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talentos, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada uma das famílias camponesas basta-se quase inteiramente a si mesma produz diretamente a maior parte do que ela consome e providencia seus meios de subsistência muito mais por uma troca com a natureza do que por uma troca com a sociedade" (Marx, 1969, pp. 126 e 127).

A TENTATIVA DE COOPTAÇÃO

Do ponto de vista do regime e dos monopólios, o interesse em que uma parcela crescente do campesinato altere suas formas de produzir, convertendo-se num consumidor permanente de insumos modernos e num produtor de grandes safras a serem comercializadas e industrializadas pelos grandes conglomerados, este interesse não pode ser reduzido a um plano meramente econômico. A transformação na base técnica da produção camponesa (como vimos no capítulo VI) é uma das principais vias que o regime vem encontrando para dar vida a este elemento pretensamente pacificador das lutas de classe no campo, a "classe média rural". Acreditar que as dificuldades econômicas que este setor vem sentindo hão de empurrá-lo fatalmente para o bloco social que compõe as forças políticas de oposição é, a meu ver, excesso de otimismo. Os instrumentos de que dispõe o regime para neutralizar e mesmo receber a adesão política desta camada social são inúmeros e estão entre os que mais facilmente ele pode manipular: crédito, preços, assistência técnica, etc.

Não há dúvida de que o recrudescimento do processo inflacionário nos últimos anos dificulta enormemente a manipulação destes instrumentos, na medida em que eles se baseiam, via de regra, em um fator altamente inflacionário, os subsídios. A médio prazo, as cooperativas de crédito aparecem como uma solução duplamente interessante para este problema: baseadas na captação de recursos dos próprios agricultores, e das cooperativas de comercialização, elas não presionariam a base monetária do orçamento nacional, não se apoiariam, ao contrário do que, muitas vezes ocorre hoje, em novas emissões de moeda. Ao mesmo tempo, elas seriam a materialização de uma das grandes aspirações políticas da grande burguesia brasileira. a redução da intervenção estatal na economia.

Mas as cooperativas de crédito encontram-se ainda num estágio incipiente. E é evidente que, enquanto elas não assumirem um peso importante no financiamento da produção, a participação do sistema bancário (e nele, com grande destaque, do Banco do Brasil) continuará decisiva. A importância política do campesinato para o regime é tal, que o próprio Banco do Brasil vem se dirigindo cada vez mais para este setor: o financiamento de 100% do custeio para o "mini" e o "pequeno" produtor (e de apenas 60% para o grande) é um exemplo desta orientação que estudamos no capítulo VI.

O importante é que este setor vive numa situação altamente contraditória: explorado e preso a um universo cujas regras de funcionamento ele não controla e sente mesmo como uma ameaça a sua independência, o pequeno produtor "modernizado" vive em uma situação de relativo conforto material, que o distingue objetivamente da massa dos trabalhadores rurais do País. A divisão do movimento sindical, justamente com o objetivo de formar um "... grupo consciente que seria o portador dos ideais da propriedade familiar" (Schwarz, Miglioranza, Vargas Lima e Beltrame, s/d, p. 9), é uma ameaça tanto mais perigosa que possui um fundamento real no próprio porcesso de diferenciação social camponesa que vem se desenvolvendo no País nos últimos anos e que analisamos no capítulo VI. Quanto a saber ao certo se o regime será capaz de cooptar este setor social e até de separá-lo no plano sindical do restante dos trabalhadores rurais, eis uma questão que só o desenvolvimento concreto da luta política e sindical poderá resolver.

UMA PERSPECTIVA DEFENSIVA

Mas quais são as perspecdivas de luta deste setor aqui estudado? Não existe movimento social de envergadura que não seja movido por algum tipo de esperança, por um projeto que ultrapasse as motivações imediatas em torno das quais se está lu-

tando, por uma determinada mística social. O que querem os pequenos proprietários rurais que enfrentam a política agrícola do regime e os grandes monopólios? Como concebem eles, a partir de suas próprias lutas, a sua redenção social?

Inútil dizer que o terreno de reflexão sobre estas questões é profundamente movediço, porque o próprio desenvolvimento incipiente destas lutas, sua precaríssima coordenação em termos nacionais, a pouca experiência aí acumulada, não provocaram ainda a formulação de um projeto amplo e representativo, por parte dos próprios setores envolvidos nestas lutas. A reforma agrária, por exemplo, é, sem dúvida (seja qual for o conteúdo social que se lhe atribua) um ponto de unidade entre todos aqueles que lutam contra o monopólio da propriedade fundiária. Mas qual o ponto de unidade, qual a perspectiva de luta daqueles que enfrentam no seu dia a dia o capital bancário, os grandes monopólios industriais e comerciais que envolvem e dominam uma parcela crescente da produção camponesa (1)? Eis uma questão a que o desenvolvimento histórico não deu uma resposta definitiva. O que não impede evidentemente (embora em termos extremamente precários) que possamos pensar sobre o assunto, a partir daquilo que, neste sentido, o próprio movimento já revelou.

Do que pude perceber até agora - lendo documentos, participando de reuniões e conversando com agricultores - tenho a impressão de que as perspectivas de luta destes pequenos produtores que enfrentam a política agrícola do regime e os grandes monopólios são, no essencial, fundamentalmente defensivos. Não me

(1) Isto não significa, é claro, que este campesinato abastado não esteja interessado na reforma agrária, ou que os posseiros, arrendatários e assalariados não tenham nada a ver com a luta contra os momopólios. Parece-me porém que, em termos nacionais, são sobretudo aquelas parcelas dos pequenos produtores que alteraram a base técnica de sua produção e que trabalham com crédito bancário, os que enfrentam, de maneira direta no plano da luta por melhores condições de vida, estes grandes monopólios.

refiro aqui às reivindicações imediatas contidas em cada conflito que, evidentemente, não podem ir muito além de melhores preços, crédito mais farto e barato, insumos menos caros, etc. A perspectiva defensiva se materializa quando se pensa na forma mais global, a longo prazo para enfrentar a situação, numa mudança de fundo no atual "modelo agrícola". E aí as propostas são sistematicamente as seguintes: abandonar os financiamentos agrícolas oficiais, renunciar ao uso de insumos modernos, reduzir a produção dirigida ao mercado, ou seja voltar à autarcia produtiva que caracterizou o regime de produção camponês até alguns anos atrás, conforme estudamos no capítulo III e que foi sepultado pela "nova revoução agrícola" (cf. capítulo V).

Em primeiro lugar, é importantíssimo não subestimar o significado destas atitudes enquanto formas de luta. Elas mostram que, para existir, o camponês é obrigado a se despojar de suas características tradicionais (cf. capítulo VII). E este despojamento é vivido como um ato de alienação, na medida em que o que compõe a vida do camponês passa a ser regido por um mundo que lhe é exterior. Além disso, estas propostas podem ter um inegável alcance prático. Em torno de sua concretização pode-se associar a experiência real de que é possível produzir em moldes diferentes dos atuais, recorrendo-se a fertilizantes ~~químicos~~ orgânicos, a defensivos naturais, à mecanização intermediária, etc. Uma rica experiência neste sentido vem sendo desenvolvida há mais de dez anos pela Assesoar, em seu trabalho de difusão da prática da agricultura "alternativa" ente os produtores, como vimos no capítulo IX. Esta experiência concreta de modificar as formas de produzir é, para os pequenos agricultores, a melhor denúncia dos interesses que comandam a atual política agrícola.

Mas é evidente, por outro lado, que a grande esperança contida nestas formas de luta é justamente a volta ao passado, a recomposição do mundo camponês pelo seu isolamento com relação àqueles que contribuíram para sua decomposição. O termo utopia

aplica-se aqui de maneira adequada. Trata-se, a meu ver de uma perspectiva defensiva porque uma vez localizado o inimigo faz se o possível para fugir de seu alcance, como se assim, o inimigo fosse deixar de existir. Evidentemente, por maior que seja o valor educativo da prática da chamada agricultura "natural", é impossível ignorar o estágio de desenvolvimento já atingido pelas forças produtivas no campo. Utilizar de maneira racional e de acordo com os interesses da maioria da sociedade estas forças é uma coisa: tentar escapar de seu alcance como se por aí elas fossem deixar de existir é não somente irrealista, mas significa desprezar de antemão um progresso técnico que não é por si só o responsável pelos problemas que se abatem sobre os pequenos agricultores.

AS NACIONALIZAÇÕES

Uma prespectiva que se poderia chamar de ofensiva, foi formulada na 1ª CONCLAT. Nela os sindicalistas aprovaram não só a reforma agráira, mas também a idéia da nacionalização dos grandes grupos econômicos que atuam junto à agricultura. Não houve uma especificação clara do que seriam precisamente estas nacionalizações. Suponho que se trate daquilo que hoje na França é chamado de "nacionalização democráticas": controle acionário das empresas por parte do Estado, juntamente com a mais ampla democratização da administração pública, de forma a que as organizações dos trabalhadores possam dirigir o planejamento econômico fazendo com que o setor estatal da economia funcione efetivamente a serviço da sociedade e não mais da acumulação monopolista.

Não tenho dúvidas de que, apesar de aprovada pela Conclat, a idéia das nacionalizações nada significa para a maioria das lideranças (para não falar da massa) camponesas envolvidas nestas lutas contra os monopólios. A idéia de que os bancos, o grande comércio e a grande indústria poderão um dia escapar das mãos de seus atuais proprietários e passar ao controle social é tão abstrata, tão distante da experiência social camponesa, que a

ela sim poder-se-ia dar o nome de utopia. E, evidentemente, por mais justa que seja uma orientação política e programática, ela só se torna uma força material, capaz de impulsionar transformações sociais profundas, quando se incorpora às idéias e aos sentimentos das massas. É forçoso constatarmos, neste sentido, uma enorme distância entre a orientação aprovada pela Conclat e os sentimentos e idéias da massa do campesinato interessado nesta questão.

Ora, a condição básica decisiva para o pleno desenvolvimento de um processo de nacionalizações democráticas, é a mais ampla participação popular em seu interior. Este é um dos grandes desafios que enfrentam hoje no Brasil as forças democráticas: a democratização da vida política não é importante apenas de um ponto de vista institucional. Ela é a condição sem a qual será extremamente difícil o desenvolvimento da experiência de massas necessárias a um processo de transformações sociais profundas na sociedade brasileira. Esta experiência de luta, organização e discussão manifesta-se de maneira diferente em cada setor social interessado no desenvolvimento deste processo.

Do ponto de vista do campesinato, esta experiência passa, sem dúvida pelo movimento sindical e pelas comunidades eclesias de base, as duas principais organizações de massa existentes no campo hoje. Mas, a meu ver, ela tem uma outra dimensão que, muitas vezes, é colocada de lado. É fundamental que, desde hoje, as lideranças camponesas acumulem conhecimentos e experiências necessárias para que, no momento em que seja desencadeado um processo de transformações sociais profundas no qual esteja inserida a reforma agrária democrática, os pequenos produtores possam dirigir eles mesmos as suas organizações econômicas de classe, isto é, as cooperativas. Não há dúvida de que hoje estas cooperativas funcionam (foi o que vimos no capítulo X) como grandes empresas. Mas, como ensina Rosa Luxemburg, as cooperativas são "...um ser híbrido dentro da sociedade capitalista" (1975, p. 52): no nosso caso as lideranças camponesas têm, apesar de tudo, o sentimento de que a cooperativa lhes pertence

e (ao menos é o que venho observando no Sudoeste Paranaense) fazem questão de participar de seus órgãos de controle e até de direção.

É evidente que a mudança na forma de funcionamento e na lógica econômica do cooperativismo dependem de um conjunto de transformações que extrapola o setor cooperativista e mesmo o setor agrícola. Mas o importante é que os pequenos agricultores, ao participarem desde hoje das cooperativas, estão-se opondo a uma perspectiva puramente defensiva de luta, estão acumulando conhecimentos e experiências de gestão que serão fundamentais quando uma reforma agrária democrática optar por transformar os rumos atuais do cooperativismo no Brasil. É fundamental que nesse momento, o campesinato possa ter nas suas próprias lideranças os responsáveis diretos pela direção daquilo que será seu, as cooperativas. E esta responsabilidade não pode ser apenas delegada a supostos representantes dos "interesses gerais" do campesinato. Ela supõe (se sua base é verdadeiramente democrática) uma capacidade de gestão e controle, desenvolvida pelas próprias lideranças camponesas, que poderão assim participar de maneira ativa não só da reforma agrária stricto sensu, mas do conjunto de transformações que um tal processo poderá representar.

A atual luta econômica de setores cada vez mais expressivos do campesinato contra os monopólios, tem portanto um significado político decisivo no próprio combate pela democracia e pelo socialismo. Esta luta abre a possibilidade concreta, prática, de que transformações profundas, democráticas e revolucionárias na sociedade brasileira tenham no campesinato não apenas um aliado, mas uma força ativa fundamental. Muito dependerá, neste sentido, da capacidade deste setor social em acumular a experiência necessária para que ele mesmo dirija o conjunto de suas organizações de classe e sobretudo as de natureza econômica.

A expressão clássica "aliança operário-camponesa" torna-se puramente retórica se ela não reflete a participação ativa de cada um destes setores no processo revolucionário. No caso do campesinato, falar de uma participação num tal processo de transformações, sem que este setor tenha uma capacidade de gestão e controle das gigantescas cooperativas que existem hoje no País, é falar no vazio.

Evidentemente, a participação nas diretorias das cooperativas tal como elas existem hoje, envolve o risco de que estas lideranças sejam cooptadas, transformando-se em puros agentes do capital das cooperativas. Este é um risco real. Mas recusar-se a corrê-lo é agir como o avestruz, é adotar uma perspectiva defensiva cujo ideal fundamenta-se no desejo de volta ao passado.

Se é verdade que a essência da democracia é a participação organizada das massas na decisão de tudo o que lhes interessa, não se pode fechar os olhos para a importância do movimento cooperativista, em que pese o fato de que, atualmente, ele é, do ponto de vista econômico, regido pelos interesses dos monopólios e do ponto de vista político, atrelado ao Estado. Para que a idéia das "nacionalizações" transforme-se em algo mais que uma petição de princípios, é essencial que ela seja discutida no movimento sindical e nas comunidades eclesiais de base. Mas é importante também que, participando das cooperativas, exigindo a democratização de suas estruturas internas (apesar da dificuldade em se conseguir isso numa sociedade capitalista e ainda mais numa situação de ditadura), conhecendo o seu funcionamento econômico, o campesinato possa se preparar para, no futuro, ser soberano sobre o seu destino.

BIBLIOGRAFIA CITADA

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABRAMOVAY, R., 1981 - "Cristãos e Marxistas: Aqui e Agora" -- in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 28.

ACARPA, 1979 - Dados sobre a Situação da Agropecuária no Estado do Paraná - Dados desagregados da região de Francisco Beltrão.

AIDAR, A. C. K. e PEROSA Jr., R. M., 1981 - "Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura" in Revista de Economia Política - vol. 1, nº 3, julho-setembro.

ANDRADE, M. C., 1980 - "Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais no Nordeste" - Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura CPDA/EIAP/FGV, mimeo.

ARAÚJO, B. J., 1981 - "Palestra à 1ª Conclat", mimeo.

ASSUMPÇÃO, L. L., 1978 - A Cooperativa do Trabalhador - Diferenciação Social e Organização Camponesa - Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AUGÉ-LARIBÉ, M., 1955 - La Révolution Agricole - Albin Michel, Paris.

BALHANA, A. P., MACHADO, B. P. e WESTPHALEN, C. M., 1969 - História do Paraná - Grafipar, Curitiba.

BRDE, 1978 - A Indústria de Óleos Vegetais no Paraná - Estudo Preliminar - mimeo.

BANDEIRA, M., 1975 - Cartéis e Desnacionalização - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

BARROS DE CASTRO, A., 1972 - Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira - Forense, Rio de Janeiro e São Paulo.

BARTHÉLÉMY, A., 1977 - "Valeur et Travail Paysan" in Cahiers d'Economie Poli tique - PUF, Paris.

BENAIM, F., 1976 - Une Firme Multinationale d'Elevage au Maroc: le King Ranch - INRA, mimeo, Paris.

BERLAND, BERTRAND, CHABERT, LEBAS e MARLOIE, 1976 - Approvisionnement en Protéines de l'Elevage Français et Complexes Oleo-Protéagineux des Etats-Unis et du Sénégal - INRA e Office National Interprofessionel du Bétail et des Viandes - mimeo, Paris.

BERLAND, BERTRAND, CHABERT, MARLOIE e SPITZ, 1975 - "Blé et Soja: Pénurie sur Commande?" in La Recherche nº 56, maio, Paris.

BERLAN, BERTRAND, e LEBAS, 1976 - "Elements sur le Développement du "Complexe Soja" Américain dans le Monde" in Revue Tiers Monde, t. XVII, nº 66, Paris.

BERTRAND, G., 1975 - "Pour une Histoire Ecologique" in Histoire de la France Rurale, sob a direção de Georges Duby e Armand Wallon. Volume 1 - Seuil, Paris.

BEZERRA, G., 1980 - Memórias - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

BLOCH, M., 1968 - Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française - Armand Colin, Paris.

BOSERUP, E., 1970 - Evolution Agraire et Pression Démographique - Flammarion, Paris.

BOUTIN, L., 1977 - "Colônias Militares na Província do Paraná" - in Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná - volume XXXIII, Curitiba.

BRESSON, D., 1976 - La Crise du Secteur Agro-Alimentaire - Editions Economie et Politique, Paris.

BUENO, R., 1981 - "O Sanduíche Agrícola: Quem vai Comer São as Multinacionais" - in Bueno, R., organizador - O ABC do Entreguismo no Brasil - Vozes, Petrópolis.

CÂNDIDO, A., 1977 - Os Parceiros do Rio Bonito - Livraria Duas Cidades, São Paulo.

CHABERT, J.-P., 1974 - "Les Previsions Concernant l'Evolution de la Céréaliculture dans les Pays Développés" - Atas da Académie d'Agriculture de France.

CHABERT, J.-P., 1976 - Le Complexe Français du Blé - Essai d' Analyse de l'Agriculture Française dans ses Rapports avec l'Espace Economique et Politique Mondial - INRA e Fondation Nationale des Sciences Politiques, mimeo, Paris.

CHAYANOV, A. V., 1981 - "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas - in A Questão Agrária, coletânea de textos organizada por GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. - Brasiliense, São Paulo.

CLETO, J. J., 1976 - "Apontamentos sobre o Movimento Fanático" in Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, volume XXVIII, Curitiba.

CODESUL, 1976 - Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná, mimeo.

CODESUL, 1977 - A Expansão da Soja e as Transformações nas Relações de Trabalho na Região Centro-Oeste Paranaense - mimeo, Curitiba.

CODESUL, 1979 - Formação de Capital na Agricultura Paranaense mimeo, Curitiba.

CPT Paraná, 1981 - "A CPT e o Movimento Sindical" in Proposta nº 17, julho, Rio de Janeiro.

CONVÊNIO CPE/BRDE/OCEPAR/IPARDES, 1974 - Cooperativas de Produção Agropecuária no Estado do Paraná: Diagnóstico e Análises - mimeo.

CONVÊNIO FINEP/INAN/FASE

1978 A - 1º Relatório Semestral da Pesquisa sobre "Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira" - mimeo, Rio de Janeiro.

1978 B - 2º Relatório Semestral da Pesquisa sobre "Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira" - mimeo, Rio de Janeiro.

1979 A - 3º Relatório semestral da Pesquisa sobre "Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira" - mimeo, Rio de Janeiro.

1979 B - 4º Relatório Semestral de Pesquisa sobre "Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira" - mimeo, Rio de Janeiro.

CORREA, R. L., 1970 A - "O Sudoeste Paranaense antes da Colonização" - in Revista Brasileira de Geografia, nº 32, jan./mar.

CORREA, R. L., 1970 B - "Cidade e Região no Sudoeste Paranaense" - in Revista Brasileira de Geografia.

COUTINHO, C. N., 1980 - A Democracia como Valor Universal - Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.

DERAL, 1977 - Prognóstico Agropecuário do Paraná - 1977/78 - mimeo Curitiba.

DERAL, 1981 - Crescimento da Agricultura Paranaense - mimeo.

DONATO, H. s/d - Selva Trágica - Livro de Bolso.

DREVON J.-J., 1976 - Développement Rural et Technologies Alternatives dans la Stratégie de la Banque Mondiale - INRA, mimeo, Paris.

ENGELS, F., 1951 - "La Guerre des Paysans" in La Révolution Démocratique Bourgeoise en Allemagne - Ed. Sociales, Paris.

ENGELS, F., 1970 - "La Question Paysanne en France et en Allemagne" in Marx e Engels Oeuvres Choisies em 3 volumes - Ed.du Progrès, Moscou.

EVRARD, P., HASSAN, D., VIAU, C., 1977 - "Petite Agriculture et Capitalisme" in Cahiers d'Economie Politique.

FABRE, P., 1980 - "La Révolution des Semences" in L'Economiste du Tiers Monde, Paris.

FOWERAKER, J. W., 1974 - Political conflict ou the Frontier: a Case Study of the Land Problems in the West of Paraná, Brazil - mimeo, University os Oxford.

FOURQUIN, G., 1975 - "Le Temps de la Croissance" in Histoire de la France Rurale, Volume 1 - Sevil, Paris.

FURTADO, C., 1981 - O Brasil Pós-"Milagre" - Paz e Terra, Rio de Janeiro, São Paulo.

FREYRE, G., 1978 - Casa-Grande & Senzala - Livraria José Olympio, Rio de Janeio.

GERVAIS, M.; JOLLIVET, M; TAVERNIER, Y., 1975 - "La Fin de la France Paysanne" in Histoire de la France Rurale, volume 4 - Seuil, Paris.

GRAZIANO da SILVA, J. e outros, 1978 - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira - Hucitec, São Paulo.

GRAZIANO da SILVA, J., 1981 A - Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista - Hucitec, São Paulo.

GRAZIANO da SILVA, 1981 B - A Questão Agrária - Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, São Paulo.

GRAZIANO NETO, 1979 - "Capitalismo e Tecnologia no Campo: Notas Preliminares" in Encontros com a Civilização Brasileira nº 10.

GUEDES PINTO, L.C., 1979 - "Notas sobre a Política Agrícola Brasileira" in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 7.

GUIMARÃES, A. P., 1979 - A Crise Agrária - Paz e Terra, Rio de Janeiro, São Paulo.

GUIMARÃES, A. P., 1979 B - "A Segunda Revolução Agrícola" in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 14.

HOBSBAWN, E. J., 1977 - A Era das Revoluções - 1969-1948 - Paz e Terra, Rio de Janeiro.

HOBSBAWN, E. J., 1978 - A Revolução Industrial - Forense Universitária, Rio de Janeiro.

HOLANDA, S. B., 1975 - Caminhos e Fronteiras - Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.

HOMEM de MELO, s/d - A Política Econômica e a Pequena Produção Agrícola - mimeo.

IAPAR, 1981 - Síntese e Conclusão de "I Encontro sobre a Pequena Produção na Agricultura - mimeo, Ponta Grossa.

IGLESIAS, F., 1981 - A Revolução Industrial - Coleção Tudo é História - Brasiliense, São Paulo.

IPARDES, 1975 - Soja: Estrutura de Mercado e Operação Industrial - mimeo.

IPARDES, 1980 - Boletim de Análise Conjuntural, v. 2, nº 8, agosto/setembro 1980.

IPARDES, 1981 - Aspectos da Economia e Sociedade Paranaense - Versão Preliminar - mimeo, Curitiba.

JACQUART, J., 1975 - "Immobilisme et Catastrophes" in Histoire de la France Rurale - Seuil, Paris.

LAZIER, H., s/d - Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso - Editora Folha do Sudoeste Ltda, Francisco Beltrão.

LEFEBVRE, H., 1981 "Perspectivas da Sociologia Rural" in MARTINS, J. S. (organizador) - Introdução Crítica à Sociologia Rural - Hucitec, São Paulo.

LÊNIN, V. I. 1960 - Nouvelles Données sur les Lois du Dévoppement du Capitalismo dans l'Agriculture - Premier Fascicule Capitalisme et Agricultures aux Etats-Unis d'Amérique - Ed. Sociales Ed. en Langues Etrangères - Paris, Moscou.

LÊNIN, V. I., 1969 - Le Développement du Capitalisme en Russie - Processus de Formation du Marché Intérieur - Processus de Formation du Marché Intérieur pour la Grande Industrie - Ed. Sociales, Ed. en Langues Etragères, Paris, Moscou.

LINHARES, T., 1969 - História Econômica do Mate - José Olympio, Rio de Janeiro.

LOPES, J. R. B., s/d - "Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970)" in Estudos Cebrap, nº 22.

LUTZEMBERGER, J., 1980 - Transcrição da Entrevista Concedida ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville (25/10) - mimeo.

LUXEMBURG, R., 1975 - Reforma, Revisionismo e Oportunismo - Civilização Brasileira, Centro do Livro Brasileiro, Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, Luanda.

MARLOIE, M., 1974 - Le Marché Mondial des Torteaux Oléagineux: Une Nouvelle Division Internationale du Travail - INRA, mimeo, Paris.

MARTINS, J. S., 1973 - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário - Biblioteca Pioneira de Ciencias Sociais, São Paulo.

MARTINS, J. S., 1975 - Capitalismo e Tradicionalismo - Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo.

MARTINS, J. S., 1979 - "Terra e Liberdade: A luta dos Posseiros na Amazônia Legal" in Plural nº 4, Abril Junho, São Paulo.

MARX, 1969 - Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte - Ed. Sociales, Paris.

MARX, 1970 - "Formes qui Précèdent la Production Capitaliste" in GODELIER, M. (organizador), Sur les Sociétés Précapitalistes - CERM, Ed. Sociales, Paris.

MARX, 1971 - O Capital (Crítica da Economia Política) - O Processo de Produção Capitalista Volume I - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

MARX, 1974 - O Capital (Crítica da Econômia Política) - O Processo Global de Produção Capitalista - Volumes 4,5 e 6 - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

MIROW, K.R., 1978 - A Ditadura dos Cartéis (Anatomia de um Subdesenvolvimento) - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

MONTEIRO, D. T., 1974 - Os Errantes do Novo Século - Livraria Duas Cidades, São Paulo.

MOORE Jr., B., 1973 - Los Orígenes Sociales de la Dictadura y de la Democracia - Ediciones Península, Barcelona.

MULLER, G.M 1979 - Penetração das Empresas Transnacionais nos Complexos Agroindustriais de Pecuária de Carne, Pecuária Leiteira, Cereais, Oleagionosas e Fumo - Cebrap, mimeo, São Paulo.

MULLER, G., 1980 - Estrutura e Dinâmica do Complexo Agroindustrial Brasileiro - Tese de Doutoramento Apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

MULLER, G., 1981 - "Cotrijuí: Tentativa de Criação de um Conglomerado Nacional" in LOUREIRO, M.R., Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil - Cortez Editora, Autores Associados, São Paulo.

NAKANO, Y., 1981 - "A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura" - In Revista de Economia Política, Vol.1, nº 3, julho/setembro.

OBERACKER, C. H., 1976 - "A Colonização Baseada no Regime de Pequena Propriedade" in História Geral da Civilização Brasileira, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, tomo II- "O Brasil Monárquico" - Difel, São Paulo, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, F., 1972 - "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" - in Estudo Cebrap nº 2, outrubro, São Paulo.

PADIS, P.C., 1981 A - "A Fronteira Agrícola" - in Revista de Economia Política, vol. 1, nº 1, janeiro/março, São Paulo.

PADIS, P. C., 1981 B - Formação de Uma Economia Periférica: o Caso do Paraná - Ed. Hucitec, Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, São Paulo, Curitiba.

PAIVA, A. e ALVES, P. - 1974 - "A Revolução Nacional-Democrática Segundo o V e o VI Congresso do PCB" - in Debate, nº 15 abril.

PAIVA, R. M; Schattan, S; Freitas, C.T., 1973 - Setor Agrícola do Brasil - Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades - Secretaria da Agricultura, São Paulo.

PECOITS, W., 1978 - "Entrevista à revista Atenção" ano 1, nº 2, Curitiba.

PEIXOTO. D., 1916 - Campanha do Contestado - Episódios e Impressões - Rio de Janeiro.

PERCEVAL, L. 1969 - Avec les Paysans pour une Agriculture Non Capitaliste - Ed. Economie et Politique, Paris.

POMBO, R., 1929 - História do Paraná - Melhoramentos,Cayeiras, São Paulo, Rio de Janeiro.

PREOBRAZHENSKI, E., 1970 - La Nueva Economia - Ariel, Caracas, Barcelona.

POITRINEU, V., 1968 - "Révolution Agricole" - verbete da Enciclopaedia Universalis, Volume 1, Paris.

QUARTIN, J., 1971 - "La Nature de Classe de l'Etat Brésilien" in Les Temps Modernes, novembro, nº 304.

QUEIROZ, M.V. 1977 - Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916) - Ed. Ática, São Paulo.

REGO, R.M.L., 1979 - Terra de Violência: Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná - Tese de Mestrado Apresentada ao Departamento de Ciências da Faculdade de Filosofia,Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

RIBEIRO, D., s/d - "Etnicidade, Indigenato e Campesinato" - Revista de Cultura Vozes, ano 73, volume LXXIII, outubro, nº 8.

RIBEIRO, E.B., 1940 - "Esboço de História do Oeste do Paraná" - Conselho Nacional de Geografia - Diretória Regional de Geografia do Estado do Paraná - secção de Publicidade,Publicação nº 1.

SABATIER, G., 1980 - "Les Promesses de la Biologie" - in L'Economiste du Tiers Monde, nº 50.

SAINT-HILAIRE, A., 1977 - Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina - Ed. Itatiaia, Edusp, Belo Horizonte, São Paulo.

SANDRONI, P., 1980 - Quetão Agrária e Campesinato - A "Funcionalidade" da Pequena Produção Mercantil - Polis, São Paulo

SCHNEIDER, J. E., 1981 - "O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o Caso Brasileiro" in LOUREIRO, M.R. (organizadora), Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil - Cortez editora, Autores associados, São Paulo.

SCHWARZ, A.; VARGAS DE LIMA, L. e BELTRAME, J., s/d - Trabalhador Rural Autônomo, Qual é o teu Sindicato? - Proposta de autoria do Dr. Alfredo Lang, Advogado da Microrregião Centro-Oeste do Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina.

SERVOLIN, C., 1972 -"L'Absortion de l'Agriculture dans le Mode de Production Capitaliste" in L'Univers Politique des Paysans - Armand Colin, Paris.

SINGER, P., 1970 - Dinâmica Populacional e Desenvolvimento - CEBRAP, São Paulo.

SINGER P., 1981 - "Prefácio" ao livro de SANDRONI (1981) acima mencionado.

SOBOUL, A., 1978 - Entrevista - in Revista Proposta, abril, nº 7, Rio de Janeiro.

SORJ, B., 1980 - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira - Zahar, Rio de Janeiro.

SPITZ, P., 1973 - "Les Aides Alimentaire, Technique et Culturelle dans la Politique Agricole des Etats Unis depuis la Défaite du Kuomitang" in Mondes en Développemnt, nº 4, Paris.

SPITZ, P., - "L'Arme de l'Aide Alimentaire. Les Années de l'Apprentissage: 1914-1947" in Critiques de l'Economie Politique nº 15, janeiro/março, Paris.

STEFANELLO, E., 1981 - Exposição realizada no "Iº Encontro sobre a Pequena Produção na Agricultura", promovido pelo IAPAR e pelo IPARDES - Ponta Grossa, 24 a 27/8.

STEPHANES, R., 1981 - A Problemática Psicossocial da Opão pela Agricultura, mimeo.

TAVARES dos SANTOS, J. V., 1978 - Colonos do Vinho - Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital - Hucitec, São Paulo.

TEPICHT, J., 1973 - Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais - Armand Colin, Paris.

UNICAMP/INCRA, 1978 - Regiões Homogêneas na Agricultura.

VARGA, 1967 - Essais sua l'Economie Politique du Capitalisme Ed. du Progrès, Moscou.

VARGA, E.m 1976 - La Crise - Ed. Sociales, Paris.

VEIGA, J.E., 1981 - O Que É Reforma Agrária - Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, São Paulo

VELHO, O. G., 1976 - Capitalismo Autoritário e Campesinato - Difel, São Paulo, Rio de Janeiro.

VERGOPOULOS K., s/d - "Capitalisme Difforme" - in Travaux sur le Capitalisme et l'Economie Politique - Vincennes, Paris.

WACHOWICZ, R. C., 1979 - "O "Uti Possidetis" Brasileiro na Questão de Palmas" - in Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, volume XXXV, ano 1979, Curitiba.

WAIBEL., 1949 - "Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil" in Revista Brasileira de Geografia, ano XIX, nº 2, abril/junho.

WESTPHALEN, C.M. e outros, 1958 - "Nota Prévia à Ocupação da Terra no Paraná Moderno" - Boletim da Universidade Federal do Paraná - Curitiba.

WILLEMS, E., 1980 - A Aculturação dos Alemães no Brasil - Companhia Editora Nacional, INL/MEC, São Paulo

JORNAIS E REVISTAS

Agricultura e Cooperativismo

Atenção

Balanço Financeiro

Cambota

Diário Comércio e Indústria

Gazeta Mercantil

Jornal do Engenheiro Agrônomo

L'Economiste du Tiers Monde

Paraná Rural

Poeira

ÍNDICE DE QUADROS

ÍNDICE DE QUADROS

Nº	QUADRO	PÁGINA
I	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS QUE USAM ARADO SOBRE O TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS	75
II	PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS QUE POSSUEM ATÉ 10 HECTARES SOBRE O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS-1960/1975	87
III	PORCENTAGEM DOS ESTABELECIMENTOS CUJA ÁREA SITUA-SE ENTRE 10 E 50 HA SOBRE O TOTAL DE ESTABELECIMENTOS-1960 E 1975	88
IV	MATAS E FLORESTAS NATURAIS E PLANTADAS E TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS OU EM DESCANSO NO SUDOESTE PARANAENSE EM 1970 E 1975	109
V	PORCENTAGEM DE PRODUTORES QUE USAM ADUBOS E DEFENSIVOS QUÍMICOS (CONTROLE DE INVASORES E PRAGAS), QUE PRATICAM A CALAGEM E QUE VACINAM SEU REBANHO SUÍNO, POR PRODUTO ANO 1978/79	112
VI	PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE RECORREM À MOTO-MECANIZAÇÃO E À MECANIZAÇÃO A TRAÇÃO ANIMAL EM 1978/79 NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO	113
VII	PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE RECORREM À CONSERVAÇÃO DO SOLO EM 1978/79 NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO	115
VIII	PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE EM 1978/79 EMPREGAVAM SEMENTES SELECIONADAS NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO	116
IX	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS, IMPLEMENTOS, VEÍCULOS E OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NO TOTAL DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NOS ANOS DE 1970 E 1975	119

Nº	QUADRO	PÁGINA
X	CONTRIBUIÇÃO DO AUMENTO DA ÁREA E DA PRODUTIVIDADE NA AMPLIAÇÃO DA OFERTA AGRÍCOLA NOS ESTADOS DO SUL, ENTRE 1950 E 1980	120
XI	UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E INSUMOS NA AGRICULTURA - BRASIL - 1970/75/80	121
XI	ÁREA DE LAVOURA E PESSOAL OCUPADO DO SUDOESTE PARANAENSE EM 1970 E 1975	122
XI	AUMENTO NA PRODUÇÃO E NA ÁREA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NO SUDOESTE PARANAENSE ENTRE 1970 E 1975	122
XI	CRÉDITO RURAL: TOTAL CONCEDIDO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - PARANÁ- VALORES CONSTANTES DE 1979	135
XV	CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO O MVR	137
XVI	QUANTIDADE DE ASSALARIADOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS NO SUDOESTE PARANAENSE EM 1970 E 1975	164
XVI	GRUPOS DE PRODUTORES, PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL DE PRODUTORES, SOBRE A ÁREA PLANTADA COM ALGUNS PRODUTOS E SOBRE O REBANHO SUÍNO. 1978/1979	165
XVIII	PORDUÇÃO E ÁREA CULTIVADA DE SOJA POR GRUPOS DE PRODUTORES,	171
XIX	PORCENTAGEM DE AGRICULTORES QUE ADOTAM DETERMINADAS TÉCNICAS NAS CULTURAS DE SOJA, MILHO E FEIJÃO NA REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO. 1978/79	172
XX	NÚMERO DE EMPRESAS E PORCENTAGEM SOBRE O VALOR AGREGADO (V.A.) DO RAMO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS. PARANÁ	219
XXI	EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SEMENTES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - PARANÁ - 1970/79 - 1970/71 = 100	221

Nº	QUADRO	PÁGINA
XXII	CONTROLE DE PATENTES DE SEMENTES NOS ESTADOS UNIDOS	223
XXIII	NÚMERO DE EMPRESAS E PORCENTAGENS SOBRE O VALOR AGREGADO (V.A.) NO SETOR AGROQUÍMICO. PARANÁ	225
XXIV	CAPACIDADE INSTALADA NAS INDÚSTRIAS DE ÓLEO NO PARANÁ - DEZ/1977	232
XXV	PARANÁ - DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA EFETIVA POR ESCALA DE PRODUÇÃO - 1977-80	233
XXVI	PARANÁ - DISTRIBUIÇÃO DAS INDÚSTRIAS SEGUNDO O PROCESSO PRODUTIVO E ESCALA DE PRODUÇÃO - 1980-81	233

ABRAMOVAY, RI

1981